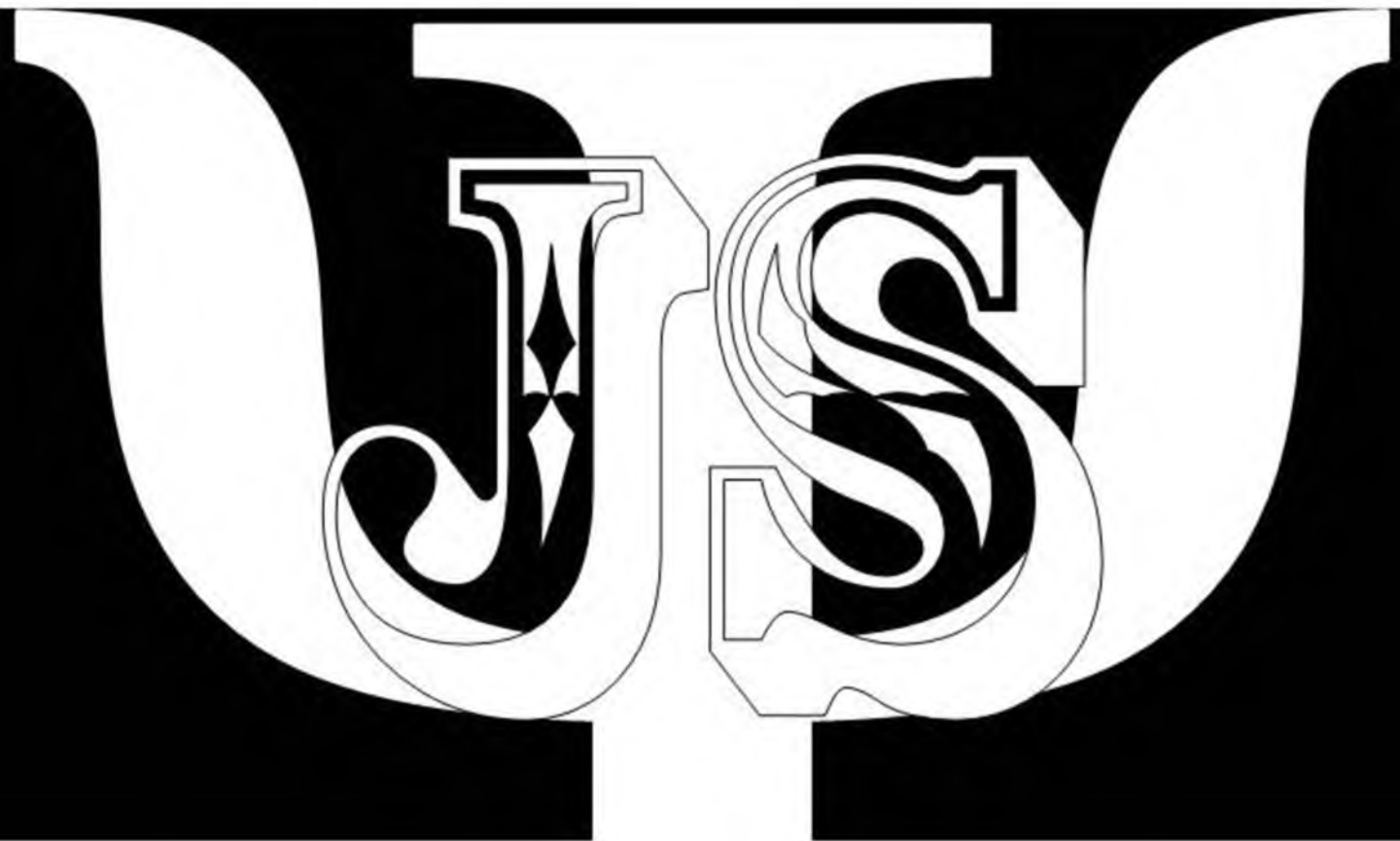


JOEL DOR

INTRODUÇÃO À LEITURA DE LACAN

O inconsciente estruturado como linguagem





www.facebook.com/groups/livrosparadownload

OCR TECHNOLOGIES

www.slideshare.net/jsfernandes/documents

D693i Dor, Joël

Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem / Joël Dor; trad. [de] Carlos Eduardo Reis; supervisão e rev. técnica da trad. [por] Cláudia Corbisier. - Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

203 p.: il.; 23cm

1. Lacan, Jacques - Crítica e Interpretação. 2. Psicanálise.
3. Inconsciente. I. Reis, Carlos Eduardo. II. Corbisier, Cláudia.
III. Título.

CDD 616.8917

154.2

CDU 159.964.2

159.964

Índice Alfabético para o Catálogo Sistemático

Lacan, Jacques: Psicanálise 159.964.2 Lacan
Psicologia Profunda 159.964

(Bibliotecária responsável: Sonia H. Vieira CRB-10/526)



Introduction à la Lecture de Lacan — L'inconscient structure comme un langage

© de Éditions Denoël, Paris, 1985

Capa:
Mário Röhnelt

Supervisão editorial:
Paulo Flávio Ledur

Composição e arte:
AGE — Assessoria Gráfica e Editorial Ltda.

Reservados todos os direitos de publicação, em língua portuguesa, à
ARTMED® EDITORA S.A.
Av. Jerônimo de Ornelas, 670 - Santana
90040-340 Porto Alegre RS
Fone (51) 3330-3444 Fax (51) 3330-2378

É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, sob
qualquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia,
distribuição na Web e outros), sem permissão expressa da Editora.

SÃO PAULO
Av. Rebouças, 1073 - Jardins
05401-150 São Paulo SP
Fone (11) 3062-3757 Fax (11) 3062-2487

SAC 0800 703-3444

IMPRESSO NO BRASIL
PRINTED IN BRAZIL

Sumário

Introdução	7
1. O "retorno a Freud"	11
PRIMEIRA PARTE: LINGÜÍSTICA E FORMAÇÕES DO INCONSCIENTE	17
2. <i>Condensação e deslocamento no trabalho do sonho</i>	19
3. <i>A noção da estrutura</i>	22
4. <i>Elementos de lingüística estrutural</i>	26
O signo lingüístico	28
O arbitrário do signo	29
A imutabilidade do signo	32
A alteração do signo	32
O caráter linear do significante	33
Os dois eixos da linguagem	34
5. <i>O valor do signo lingüístico e o ponto-de-estofa em Lacan</i>	36
6. <i>Metáfora-metonímia e supremacia do significante</i>	41
O processo metafórico	43
O processo metonímico	46
7. <i>A condensação como processo metafórico</i>	51
8. <i>O deslocamento e o trabalho do sonho como processos metonímicos</i>	56
9. <i>O dito espírituoso como processo metáfora-metonímico</i>	60
10. <i>O sintoma como processo metafórico</i>	63
SEGUNDA PARTE: A METÁFORA PATERNA COMO "ENCRUZILHADA ESTRUTURAL" DA SUBJETIVIDADE	69
11. <i>A prevalência do falo</i>	71
12. <i>O estádio do espelho e o Édipo</i>	77
O estádio do espelho	79
Primeiro momento do Édipo	80

Segundo momento do Édipo	82
A falta do objeto	83
Terceiro momento do Édipo	88
13. A metáfora paterna — O Nome-do-Pai — A metonímia do desejo	89
A metonímia do desejo	94
14. A forclusão do Nome-do-Pai — Abordagem dos processos psicóticos	96
15. A divisão do sujeito e o advento do inconsciente pela ordem significante	100
16. A refenda do sujeito: a alienação na linguagem	106
17. O Sujeito do inconsciente — Sujeito da enunciação — Sujeito do enunciado	114
18. A alienação do sujeito no Eu — O esquema L — A forclusão do sujeito	121
19. Dialética da consciência e dialética do desejo	129
TERCEIRA PARTE: O DESEJO — A LINGUAGEM — O INCONSCIENTE	135
20. A necessidade — O desejo — A demanda	139
21. O grafo do desejo 1: do ponto-de-estofa à falação	148
22. A fórmula da comunicação e o inconsciente como discurso do Outro	155
23. O grafo do desejo 2: a criação de sentido na técnica significante do dito espiritualoso e a subversão do sujeito do inconsciente na linguagem	164
24. O grafo do desejo 3: a conjugação do desejo com o significante	170
25. A “geração” do grafo	179
Bibliografia	192
Índice remissivo	196

Introdução

Esta *Introdução à Leitura de Lacan* retoma o essencial dos temas desenvolvidos em uma série de exposições feitas, desde o início, fora dos lugares rituais que acolhem habitualmente o ensino da psicanálise: as instituições psicanalíticas, universitárias e psiquiátricas. Este “fora-de-lugar” nem por isso poderia dispensar um endereço, para que, a partir de 1981, começasse a tomar forma para alguns, de maneira regular, uma abordagem dos trabalhos de Lacan. Assim também, o endereço desse “fora-de-lugar” contribuiu para especificar, inicialmente, a inscrição desta abordagem sob a insígnia simbólica: *Seminário do Salão de Música*. Mas, assim como a autonomia desse “fora-de-lugar” fora oportuna de início, em função da conjuntura psicanalítica da época, este ensino deveria encontrar, a seguir, um ponto de ancoragem institucional¹ favorável ao estabelecimento de sua continuidade.

Desde o início, esse projeto de ensino se colocava como uma verdadeira aposta. Destinava-se, com efeito, a um auditório de clínicos em formação (psicólogos, psiquiatras, analistas), que tinham em comum não apenas o desconhecimento em relação a Lacan, mas também o vivo desejo de iniciar sem demora um trabalho que pudesse remediar tal fato.

Importava, então, elaborar e oferecer-lhes um ensino *didático*. Isto parecia a única exigência a ser mantida para responder o melhor possível ao objetivo esperado: *introduzir à leitura* de uma obra psicanalítica cujo acesso tem a reputação de ser difícil. Essa preocupação “pedagógica” não serviu, contudo, de pretexto para sacrificar a integridade da obra abordada em prol

1. No quadro do *Centre de Formation et de Recherches Psychanalytiques* (Centro de Formação e Pesquisa Psicanalíticas).

de simplificações abusivas ou de esclarecimentos retóricos. Mais do que zelar pela elegância da exposição ou pelo estilo do comentário, convinha, antes de mais nada, preservar a consistência e a lógica interna da obra em suas mínimas peculiaridades, mesmo que ao preço de uma argumentação árida, ou até sinuosa. Assim, não há nesta argumentação nenhuma complacência com as “dicas” significantes de bom alvitre; nenhum gosto pelo patos logomáquico oracular ou pelos clichês herméticos de escola é alimentado. No máximo, uma vigilância constantemente exercida em relação a essa obra maciça e complexa, a fim de favorecer uma estratégia de abordagem que permita explorar-lhe metodicamente os principais relevos e as anfractuosidades essenciais.

Neste sentido, a diretriz do *retorno a Freud* impunha-se, então, como a via de acesso mais favorável para o assentamento das elaborações fundamentais da reflexão de Lacan: quer ao se convocar o corpus freudiano a fim de circunscrever o ponto de ancoragem dos conceitos lacanianos mais cruciais, assim como sua inserção nos desdobramentos das primeiras articulações teóricas; quer, igualmente, ao se buscar apoio na clínica freudiana como referência *princeps* a que se devia retornar para ilustrar o caráter heurístico dessas conceitualizações.

Mas, para além desse voto de fidelidade freudiana, era preciso ainda dar à exposição dessas conceitualizações o perfil de um argumento cujo desenvolvimento se organizasse progressivamente. Esta coesão seria assegurada graças a uma proposição diretriz: *o inconsciente estruturado como uma linguagem*, colocada a título de hipótese no limiar deste ensino. Este aforismo constituía um meio suficientemente operatório para vetorizar a infra-estrutura de um ensino que teria, pois, por missão reunir todos os elementos adequados para justificá-lo. De fato, a demonstração desta hipótese — ainda que “pedagógica” numa larga medida — permitiu a definição de uma perspectiva apropriada à investigação dos princípios mais constitutivos da obra de Lacan, os quais viam-se assim articulados em toda a sua coerência própria. Por outro lado, este procedimento didático prestava-se de bom grado a incursões pontuais em várias disciplinas conexas atravessadas ou interpeladas pelas elaborações teóricas de Lacan. A evocação lapidar de certas referências fundamentais relacionadas com o *estruturalismo*, a *lingüística saussuriana* e com a *filosofia hegeliana* permitiu, assim, esclarecer e dar sustentação a alguns destes desenvolvimentos teóricos.

Na mesma perspectiva de esclarecimento, certas fórmulas simbólicas e algumas figuras gráficas foram introduzidas. Essas escritas e outras representações esquemáticas, acrescentadas aos algoritmos de Lacan, não devem de forma alguma fazer com que se presuma alguns “matemas” em dificuldade de parto, ou então algum processo de formalização em curso. Quando muito, tratava-se de recorrer a alguns expedientes arbitrários que podiam “metaforizar” economicamente argumentos teóricos que, por vezes, pareciam demasiado abstratos.

No geral, era também essencial que o desenvolvimento deste ensino adotasse algumas opções diretrizes — alguns dirão éticas — suscetíveis de contribuir com algumas distinções oportunas em relação ao pensamento de Lacan. Em primeiro lugar, contribuir para desmitificar a reputação de uma obra ainda muitas vezes recusada pelos não-especialistas como radicalmente hermética, ou ainda como um *corpus* presumidamente esotérico e inacessível, por certos aprendizes clínicos. Fantasmas amplamente reforçados pelo mito do tesouro teórico enterrado na obra ainda inédita de Lacan². Contribuir, a seguir, para desmobilizar o culto iniciático da reverência lacaniana, onde conceitos, expurgados de suas conotações teóricas, são doutamente convocados para ornamentar insípidas perorações escolásticas, ou então selvagemamente brandidos sob a forma de navalha interpretativa. Enfim, era oportuno também fornecer alguns materiais elementares, mas favoráveis a prudentes ou salutares revisões, aos temores da citação e aos veteranos da sentença lacaniana que compactuam com o uso bastardo da fórmula.

Este ensino só podia, contudo, solidarizar-se com essas opções, mostrando-se por sua vez atento à insistência que Lacan sempre atribuiu à incidência do tempo lógico. A abordagem desta obra tinha necessidade, portanto, de não antecipar o *tempo para compreender ao instante de olhar e, a fortiori, o momento de concluir ao tempo para compreender*. Observar este imperativo lógico era o mesmo que se decidir a elaborar uma apresentação da obra de Lacan que aconselharia nela adentrar-se modestamente, seguindo sua corrente até o ponto de se estar seguro de ter pelo menos colhido seus argumentos iniciais. Em contrapartida, ceder terreno à recusa de princípio ou ao comentário falacioso equivaleria desde já a prescindir de uma tal introdução metodológica, fora da qual toda contestação corre o risco de ser desacreditada antes mesmo de ser feita. Em troca, a exata medida concedida a esta apresentação didática deveria sugerir a necessidade de reservar para um momento ulterior a interrogação da própria obra, que não está, evidentemente, isenta de críticas.

Por mais que esta interrogação já supusesse a chegada do *tempo para compreender*, paradoxalmente não houve, ao termo deste ensino, outra forma de fechamento que não a suspensão do *momento de concluir*. Esta ausência deliberada de conclusão encontrava-se duplamente justificada.

2. Pode-se ter uma idéia da situação atual da publicação do conjunto da obra de Lacan e seus “inéditos” reportando-se a minha *Bibliographie des travaux de Jacques Lacan* (Paris, Inter-Éditions, 1984). O ensino coligido nesta *Introdução à Leitura de Lacan* apoiou-se, em diferentes momentos, em desenvolvimentos teóricos elaborados em alguns seminários inéditos de Lacan. Todas estas referências devem ser reportadas às *versões transcritas de notas tomadas ao longo do seminário mesmo ou à transcrição de textos provenientes de estenografia*. Uma controvérsia já foi abundantemente alimentada a propósito da “fidelidade” dessas transcrições de origem diferente e manifestamente desiguais entre si. Uma dentre elas, dita “*versão do secretariado*” porque teria supostamente recebido a aprovação de Lacan, beneficia-se, como tal, de um crédito mais consistente. É a esta versão que me reporte, aguardando o estabelecimento do texto em sua edição oficial.

Por um lado, era oportuno marcar um tempo de parada num ponto suficientemente estratégico da obra estudada, para que se atualizasse o objetivo didático a que este ensino se havia proposto desde o início: *introduzir à leitura*. Avançar sem demora nesta leitura tornava-se desde já, em si, uma conclusão judiciosa que se impunha.

Por outro lado, era preciso igualmente delimitar a exata medida do avanço efetuado nesta abordagem essencialmente consagrada às elaborações fundadoras da obra de Lacan. Não concluir era, pois, com relação a esta *Introdução*, optar implicitamente pelo projeto de um seguimento que elucidaria, através de prolongamentos igualmente legítimos, os desenvolvimentos ulteriores da obra abordada. Rastrear a inflexão conceitual de certos fragmentos teóricos iniciais, introduzir a colocação das novas argumentações; tal é a busca atual do trabalho didático, já em andamento, em vista desta continuidade.

A exigência constante de um ensino *didático* parece contradizer de diversas maneiras a advertência repetida que Lacan fazia de bom grado com relação à “inutilidade do discurso do saber” cujo espécime mais perfeito ele detectava na “operação do discurso universitário, quando este confirma esta ficção que ele chama um autor”³.

Apostemos, ao menos, que o uso de uma operação de discurso didático que se esforçou por confirmar um autor, e consignada por escrito, favorecerá o acesso à obra de um autor por consequência fictício.

3. J. Lacan: “Prefácio” à obra de Anika Lemaire: *Jacques Lacan*, Bruxelas, Pierre Margada éditeur, 2ª edição, 1977, p.6.

O “retorno a Freud”

Uma *Introdução* à obra de Lacan deve, como tal, situar-lhe as articulações principais sem ultrapassar o limite de uma abordagem preliminar, o que não quer dizer elementar ou esquemática. No máximo, trata-se de balizar o terreno que o próprio Lacan trabalhou de início. Esse terreno é o terreno freudiano, o *campo freudiano*, tanto nas implicações práticas quanto ao nível de sua elucidação teórica, ou seja, essa referência freudiana que permanece como infra-estrutura constante da arquitetura teórica de Lacan.

Esta referência freudiana é, antes de mais nada, referência a um certo modo de apreensão e de intelecção do inconsciente e, ao mesmo tempo, a um certo tipo de prática codificada em relação a uma princípio de investigação que — hoje em dia — dificilmente se prestaria a uma confusão quanto ao corte que inaugura. Trata-se de situar de imediato, sem equívoco, o que é da ordem de uma prática autenticamente psicanalítica em relação a outros procedimentos de investigação do inconsciente que, embora se arvorem em psicanalíticos, parecem ter perdido completamente este sentido.

Esta referência freudiana à investigação do inconsciente está marcada, desde o início, por uma certa “inscrição” psíquica que faz com que estejamos seguros de que não se trata de uma entidade abstrata ou metafísica, e que tampouco nos remete ao registro de uma entidade biológica ou de algum substrato psíquico mensurável e quantificável. Os processos psíquicos inconscientes circunscritos por Freud encontram-se, no princípio mesmo de sua descoberta, submetidos à dimensão psíquica da linguagem e aos pontos de apoio nos quais esta dimensão se sustenta através da transferência.

Eis, então, dois pólos: linguagem e transferência, delimitando o campo de inserção de uma prática que se pode tomar como a autenticamente inaugu-

rada por Freud. Contudo, e esta precisão merece ser assinalada, se uma prática analítica é uma prática de linguagem, nem toda prática de linguagem é necessariamente psicanalítica. Por outro lado, se é na palavra que o inconsciente encontra sua articulação essencial, podemos desde já nos interrogar sobre a dimensão de desconhecimento de que se revestem certas práticas “de inspiração” analítica que romperam com toda relação com a linguagem.

Lacan nunca fez concessões quanto a estas distinções radicais, quanto mais não fora em razão deste segundo pólo: a transferência, que alinhava o inconsciente freudiano e a prática que lhe é própria. Esta dimensão da transferência nos exige uma atenção na medida em que se encontra comprometida com o aforismo freudiano: “onde quer que haja transferência, haverá psicanálise”. Seria, pois, o mesmo que dizer que o estabelecimento da transferência pode se oferecer como garantia suficiente de uma prática autenticamente analítica? O aforismo freudiano requer algumas precisões suplementares para manter todo o seu alcance. Sempre que um sujeito se dirige a outro sujeito, há transferência¹. Mas se a dimensão de todo encontro é favorável ao estabelecimento da transferência, todas as condições estão também implicitamente reunidas para que uma certa *manipulação da transferência* possa efetuar-se neste encontro. O que irá distinguir radicalmente a prática analítica, em sua referência a Freud, de outras práticas que podem abusivamente avocá-la, é o destino que será reservado à dimensão da transferência. Todo encontro com objetivo supostamente terapêutico pode se estabelecer facilmente no registro da manipulação da transferência, mas a prática analítica só pode se constituir na neutralização de toda tentativa de manipulação da transferência. É no registro da *análise da transferência* que se desdobrará a prática analítica, no sentido de que ali reside o espaço operatório onde o paciente pode ser convocado à investigação de seu próprio inconsciente e, por conseguinte, pode ver-se o mais seguramente confrontado com a questão de seu desejo.

Para lembrar não mais do que alguns aspectos bastante gerais, eis, pois, em torno do que se inscreve a referência freudiana ao inconsciente e à prática em que se sustenta.

No entanto, são lugares-comuns desta natureza que as primeiras gerações de analistas, à sua revelia, relegaram por vezes ao desconhecimento. As exigências fundadoras da experiência do inconsciente, com efeito, sofreram muito cedo transigências e comprometimentos. A este propósito, cumpre destacar que uma das preocupações constantes de Lacan foi a de trabalhar no sentido da restauração da originalidade freudiana da experiência do inconsciente, sob a égide de uma hipótese tão audaciosa como esta: *o inconsciente é estrutu-*

1. Cf. J. Lacan, seminário, livro 1, *Les Écrits techniques de Freud*, Paris, Seuil, 1975, p. 127. “Em sua essência, a transferência eficaz de que se trata é, simplesmente, o ato de palavra. Cada vez que um homem fala a outro de maneira autêntica e plena, há, no sentido próprio, transferência simbólica, ocorre alguma coisa que muda a natureza dos dois seres em presença.”

rado como uma linguagem. Pode-se mesmo tomar esta hipótese como a mais fundamental para toda a elaboração teórica lacaniana, na medida em que esta proposição pressupõe e encarna o sentido do *retorno a Freud* que Lacan não cessou de indicar desde o início de seu ensino.

Lembremos a incidência inaugural desse *retorno a Freud* já no “Discurso de Roma” (26/27-9-1953)², cujo alcance é determinado pela primeira cisão do movimento psicanalítico francês em 1953. Cabe a Lacan precisar o que está em jogo já em seu prefácio:

“O discurso que encontraremos aqui merece ser introduzido por suas circunstâncias, pois ele carrega suas marcas. O tema foi proposto ao autor para constituir o relatório teórico habitual na reunião anual com a qual a sociedade, que representava então a psicanálise na França, prosseguia há dezoito anos com a tradição tornada venerável sob o título de “Congresso dos psicanalistas de língua francesa”, estendido há dois anos aos psicanalistas de língua romana. Esse congresso devia realizar-se em Roma, no mês de setembro de 1953.

“Entrementes, dissentimentos graves provocaram no grupo francês uma secessão. Estes tinham se revelado no momento da fundação de um “Instituto de Psicanálise”. Pôde-se ouvir a equipe, que tinha então conseguido impor seus estatutos e seu programa, proclamar que impediria de falar em Roma aquele que juntamente com outros tinha tentado introduzir uma concepção diferente, e que iria empregar para esse fim todos os meios em seu poder³”.

Essa “concepção diferente” reprovada em Lacan é, precisamente, o fato de ele propor a necessidade de um *retorno a Freud*, cuja urgência aparecia como: “a tarefa de resgatar, nas noções amortecidas por um uso de rotina, o sentido que elas recuperam tanto de um retorno em sua história, como de uma reflexão sobre seus fundamentos subjetivos⁴”. Dito de outra forma, tratava-se para Lacan de denunciar “a tentação que se apresenta ao analista de abandonar o fundamento da palavra⁵”. É nessa ocasião que Lacan determinará que “o sentido de um retorno a Freud é o retorno ao sentido de Freud⁶, ou seja, o retorno à ordem da “Coisa freudiana”, lembrando-nos a esse respeito “que um psicanalista deve introduzir-se facilmente aí pela distinção fundamental do significante e do significado, e começar a exercitar-se com as duas redes de relações que eles organizam e que não se recobrem⁷”.

2. J. Lacan, “Fonction et champ de la parole et du langage en psychanalyse”, in *Écrits*, Paris, Seuil, 1966, pp. 237-322.

3. J. Lacan, “Fonction et champ de la parole et du langage en psychanalyse”, op. cit., p. 237.

4. *Ibid.*, p. 240.

5. *Ibid.*, p. 243.

6. J. Lacan, “La chose freudienne ou le sens du retour à Freud en psychanalyse”, in *Écrits*, Paris, Seuil, 1966, p. 404.

7. *Ibid.*, p. 414.

Em sua “*Situation de la psychanalyse en 1956*”, encontramos reiterada esta mesma insistência em recentrar a incidência da dimensão do simbólico, que Freud soube isolar a partir de sua experiência do inconsciente:

“Para saber o que se passa na análise, é preciso saber de onde vem a palavra. Para saber o que é a resistência, é preciso saber o que faz anteparo ao surgimento da palavra. (...)”

“Por que eludir as questões que o inconsciente provoca?”

“Se a associação dita livre nos dá acesso a isso, seria por uma liberação comparável à dos automatismos neurobiológicos?”

“Se as pulsões que aí se desvelam são de nível diencefálico, ou mesmo do rinencéfalo, como conceber que se estruturam em termos de linguagem?”

“Pois se, desde a origem, é na linguagem que se dão a conhecer seus efeitos, suas astúcias, que desde então aprendemos a reconhecer, elas não denotam menos, em sua trivialidade como em seus requintes, um processo linguageiro⁸.”

A exemplo de Freud, que havia incluído no programa de um Instituto ideal de formação psicanalítica o conjunto dos estudos filosóficos, Lacan indicará aos analistas em formação que lhes sejam ensinados alguns rudimentos de lingüística, nem que fosse apenas “a distinção do significante e do significado, cujo mérito atribuímos com justa razão a Ferdinand de Saussure, e que graças a seu ensino se encontra hoje inscrita no fundamento das Ciências Humanas”⁹.

De fato, desde 1956, Lacan insiste na noção de “primazia do significante sobre o significado” aparecendo como uma das conseqüências mais manifestas da *Traumdeutung*:

“O sonho é uma charada (diz Freud). O que teria sido necessário que ele acrescentasse para que não esperássemos as palavras da alma? As frases de uma charada jamais tiveram o menor sentido, e seu interesse, aquele que tomamos em seu deciframento, não se deve ao fato de que a significação manifesta em suas imagens é caduca, tendo por alcance unicamente o de fazer ouvir o significante que ali se disfarça?¹⁰”

Desde o início Lacan anuncia o modo de captura desta primazia do significante, onde o sujeito se encontra tomado, na forma da alienação que alimenta com seus sintomas, os quais tomam um tal sentido emergente no campo da análise¹¹ que somos inevitavelmente levados a ratificar a idéia de que “a técnica da psicanálise exercendo-se sobre a relação do sujeito

8. J. Lacan, “*Situation de la psychanalyse en 1956*”, in *Écrits Paris*, Seuil, 1966, pp. 461 e 446.

9. *Ibid.*, p. 467.

10. *Ibid.*, op. cit., p. 470.

11. *Ibid.*, p. 467.

ao significante, tudo o que ela conquistou de conhecimento não se situa além de um ordenar-se em torno”¹².

Mas é principalmente em 1957 que Lacan irá circunscrever de maneira decisiva a incidência deste retorno a Freud, cuja essência se encontrará diretamente articulada à noção de linguagem. Reencontraremos aí o tema da magistral conferência: “*L’instance de la lettre dans l’inconscient ou la raison depuis Freud*”, cujo sentido inaugural é estipulado desde a introdução:

“E como mesmo um psicanalista de hoje, não se sentiria levado a tocar a palavra, quando sua experiência recebe dela seu instrumento, seu quadro, seu material e até mesmo o fundo sonoro de suas incertezas.

“Nosso título dá a entender que, para além desta palavra, é toda a estrutura da linguagem que a experiência analítica descobre no inconsciente.¹³”

Introduzir à obra psicanalítica de Lacan exige, pois, que seja convenientemente estabelecido o que funda as causas e circunstâncias desta proposição: *o inconsciente é estruturado como uma linguagem*; sob condição de previamente explorar o que, na própria obra de Freud, justifica seu princípio e sua pertinência. Por ser a *Interpretação dos Sonhos*¹⁴ designada como a pedra fundamental de tal obra, é a partir de algumas dessas articulações, as mais fundamentais, que tal justificativa será iniciada.

Lembremos, por um lado, que a hipótese genial de Freud com relação ao sonho consistirá em aplicar aí a técnica de investigação que tinha já aplicado, com o sucesso que bem conhecemos, a manifestações psicológicas como a obsessão e a angústia: refiro-me aqui ao *método das associações livres*. Esta técnica, promovida ao primeiro plano devido às insuficiências e impasses encontrados na aplicação dos métodos hipnótico e catártico, além de permitir identificar a significação de manifestações psíquicas de origem inconsciente, irá tornar possível, graças às suas virtudes operatórias¹⁵, uma generalização que conduzirá à noção de *formação do inconsciente*; em outros termos, a generalização de uma pluralidade de manifestações psíquicas, todas possuindo em comum o caráter de significar outra coisa bem diferente do que significam imediatamente.

Para além da minuciosa análise do sonho da “Injeção de Irma”¹⁶, esboça-se a idéia de que o sonho é um discurso dissimulado, disfarçado, condensado, do qual o sujeito perdeu o código, mas cujo caráter de estranheza

12. Ibid., p. 472.

13. J. Lacan, “L’Instance de la lettre dans l’inconscient ou la raison depuis Freud”, in *Écrits*, Paris, Seuil, pp. 494-495.

14. S. Freud, *Die Traumdeutung* (1900), G.W., II — III, 1-642, S.E., IV-V, 1-621, citado na tradução Francesa revisada por Denise Berger: *L’Interpretation des rêves*, 2^e édition, Paris, PUF, 1967.

15. Cf. *L’Interpretation des rêves*, op. cit., pp. 94-95.

16. Ibid. op. cit., p. 98 e seg.

termina por livrar seu segredo num discurso claro e significante, graças ao laborioso trabalho associativo. Neste sentido, assim como as outras formações do inconsciente, o sonho é de imediato interpelado por Freud em sua referência a um sistema de elementos significantes análogos aos elementos significantes da linguagem. Somos inevitavelmente convocados por Freud a esta ordem da linguagem, tendo em vista que o princípio de investigação do inconsciente permanece constantemente suspenso ao fluxo das cadeias associativas que, por não serem nada menos que cadeias de pensamentos, insistem em nos reconduzir incessantemente a cadeias de palavras. Subseqüentemente, vêem-se assim arruinadas todas as esperanças de ficarmos satisfeitos com um índice de significações codificadas previamente, ao estilo das “chaves de sonhos”, para trabalhar o deciframento onírico. Mesmo se Freud atribui a importância que se conhece aos símbolos e ao simbolismo no sonho, a teoria freudiana do sonho não autoriza, absolutamente, que se prescindia da palavra do sujeito para desvelar o inconsciente. Nisto reside, por si só, um dos argumentos decisivos de Lacan na perspectiva do *retorno a Freud*, ao recolocar no primeiro plano do campo psicanalítico a dimensão dessa palavra. Assim também, encontra-se desde já esboçada essa outra idéia essencial que Lacan irá extrair do *corpus* freudiano, como sendo uma das propriedades mais fundamentais do inconsciente: a de não poder se fazer ouvir, por um sujeito, por nenhum elemento significante previsível antecipadamente.

Para ficar ainda no registro geral de um assinalamento dos pontos fundadores do pensamento lacaniano, mencionemos que, além da distinção “conteúdo latente — conteúdo manifesto” do sonho, perfila-se em Freud a intuição de que um discurso diz sempre mais do que estima dizer, a começar pelo fato que pode significar algo totalmente diferente do que se encontra imediatamente enunciado. Esta intrincação referencial do inconsciente nas malhas do discurso será desenvolvida por Lacan até as suas mais extremas consequências, fazendo mesmo com que apareça como uma propriedade induzida pela estrutura do sujeito falante.

Primeira parte

LINGÜÍSTICA E FORMAÇÕES
DO INCONSCIENTE

Condensação e deslocamento no trabalho do sonho

Os primeiros conceitos lacanianos, que sustentam a hipótese do *inconsciente estruturado como uma linguagem*, podem ser circunscritos já numa primeira abordagem da teoria freudiana do sonho. É principalmente a noção de *trabalho do sonho*¹ que conduz a isso, ao apoiar-se no funcionamento dos diversos mecanismos do processo primário inconsciente.

O trabalho do sonho recorre, principalmente, a dois tipos de mecanismos fundamentais: a *condensação* e o *deslocamento*². Freud defrontou-se com a presença ativa desses dois mecanismos a partir de observações empíricas; essencialmente, por um lado, a diferença de “volume” entre o material manifesto e os pensamentos latentes, de outro, a exigência de disfarce do sentido, que intervém ao nível dos pensamentos latentes do sonho.

Freud é assim levado a distinguir vários tipos de condensação. Em primeiro lugar, a condensação por *omissão*³, de que temos um excelente exemplo na análise do sonho da “monografia botânica”, onde a restituição dos pensamentos latentes é muito lacunar ao nível do conteúdo manifesto. Um outro tipo de condensação procede por meio de *fusão*, *superposição* do material latente. A ilustração mais espetacular deste tipo de condensação é apresentada pela elaboração das *pessoas coletivas* ou pela criação de *neologismos* obtidos por combinações e fusões sucessivas. Por exemplo, Irma aparece como um personagem composto que representa, por si só, toda uma série de pessoas que foram “sacrificadas ao longo do trabalho de condensação”⁴. Assim também

1. *L'Interpretation des rêves*, op. cit., cap. VI, pp. 241-432.

2. *Ibid.*, pp. 242-267.

3. *Ibid.*, p. 244 e seg.

4. *Ibid.*, p. 254.

com a “Propilamina”, da “injeção de Irma”⁵, e o “estilo verdadeiramente Norekdal”⁶ de um outro sonho de Freud. No sonho de infância recorrente do “homem dos lobos”⁷, encontramos igualmente um exemplo estereotipado do processo de condensação que opera no trabalho do sonho.

As modificações introduzidas ao longo do trabalho do sonho entre o conteúdo dos pensamentos latentes e o material do conteúdo manifesto não se devem unicamente aos diversos processos de condensação. As idéias latentes podem encontrar-se representadas a nível do conteúdo manifesto após terem sofrido uma modificação importante, que Freud chama de inversão de valores, inversão de sentido. Em outros termos, o trabalho do sonho dá origem a um *deslocamento*, processo cujo papel consiste, essencialmente, em tornar obscuro ao nível do conteúdo manifesto o que era fundamentalmente significante nos pensamentos latentes: “Somos, assim, conduzidos a pensar que no trabalho do sonho manifesta-se um poder psíquico que, de um lado, despoja elementos de alto valor psíquico de sua intensidade e, por outro lado, graças à sobredeterminação, dá um valor maior a elementos de menor importância, de modo que estes podem penetrar no sonho. Pode-se, desde então, compreender a diferença entre o texto do conteúdo do sonho e o texto dos pensamentos; houve, na formação do sonho, transferência e deslocamento das intensidades psíquicas dos diferentes elementos. Este processo é parte essencial do sonho. Ele pode ser chamado de deslocamento⁸”.

São, sobretudo, estes poucos elementos da teoria freudiana do sonho (rapidamente lembrados) que Lacan utilizará para fundar, bem como para apoiar, a analogia estabelecida entre o funcionamento dos processos inconscientes e o funcionamento de certos aspectos da linguagem. Esta idéia fundamental dos desenvolvimentos teóricos lacanianos, contudo, só pode sustentar-se na medida que a referência à linguagem seja acima de tudo, aqui, tomada na perspectiva de uma concepção estrutural da linguagem. Ou seja, esta perspectiva inaugurada pela obra de Ferdinand de Saussure, à qual retornaremos mais adiante.

Neste sentido, é interessante fazer uma digressão no campo dos princípios estruturalistas. Isto, pelo menos, por duas razões. Em primeiro lugar, porque a referência estruturalista encontra-se, permanentemente, subjacente a elaborações teóricas de Lacan, chegando ao ponto de ter infletido seu sentido

5. *Ibid.*, pp. 255-256.

6. *Ibid.*, p.257.

7. S. Freud, “Aus der Geschichte einer infantilen Neurose” (1918), *G. W.*, XII, 29-157, S. E., XVII, 1-122, trad. M. Bonaparte. “Extraits de l’histoire d’une névrose infantile” (*L’homme aux loups*), in *Cinq psychanalyses*, Paris, PUF, 7^e édition, 1975, pp. 325-420.

8. S. Freud, *A Interpretação dos Sonhos*, op. cit., pp. 265-266, cf. também cap. VI, pp. 263-267.

e seu alcance*. Em segundo lugar, porque a utilização atual, abusiva, do termo *estrutura* atesta, na maioria das vezes, um equívoco quanto à compreensão e à extensão de um conceito extraordinariamente rigoroso em seus fundamentos.

* Com relação à lingüística, Lacan destacou em diferentes momentos que não falava propriamente de lingüística, mas de *lingüisteria*. Sobre esta *lingüisteria* de Lacan, poder-se-á consultar o excelente artigo de N. Kress-Rosen: "Linguistique e Antilinguistique chez Lacan", in *Confrontations psychiatriques*, 1981, n° 19, pp.145-162.

A noção de estrutura

A atitude estruturalista é uma estratégia de promoção de uma nova inteligibilidade que rompe com certas formas de pensar os objetos. Se esta modificação na abordagem da compreensão dos objetos tem sido particularmente fecunda em certos campos, não convém, todavia, majorar desmedidamente sua eficácia.

Esta atitude abriu uma série de horizontes novos, tanto no domínio das ciências exatas, como no das ciências do homem, porquanto pôde colocar em evidência, com relação a elementos e objetos, sistemas de relações que não aparecem imediatamente entre eles. Este procedimento impõe, em primeiro lugar, que nos desviemos, provisoriamente, de um certo modo de relação ao objeto. Em particular, trata-se de renunciar a um certo tipo de descrição da natureza dos objetos, de suas qualidades, de suas propriedades específicas. Em contrapartida, o importante consiste em dar-se a possibilidade de fazer advir relações, aparentemente dissimuladas, que existem entre eles ou entre seus elementos.

Isto supõe, naturalmente, que entre em ação uma certa coerência ao nível do tipo de objetos considerados. Esses objetos devem estar ligados a uma mesma designação ou pertencer a um mesmo agrupamento. É sob esta condição imperativa que é possível fazer surgir novos princípios de relações entre eles. Essas relações podem ser de natureza diversa. Pode tratar-se tanto de relações que opõem esses objetos, que os distinguem um do outro, que os transformam, que os animam, etc. Elas são nada mais nada menos que leis estabelecidas entre os objetos ou entre seus elementos e que são suscetíveis de evidenciar propriedades de uma certa ordem. Tais propriedades específicas

contribuem, assim, para determinar uma *estrutura* particular para o conjunto dos objetos ou dos elementos considerados.

Vê-se imediatamente quais podem ser as conseqüências resultantes desta nova atitude epistemológica. Por um lado, ela permite renunciar ao princípio de análise “compartmentalista” no interior de uma determinada disciplina. Por outro lado, a separação arbitrariamente instalada entre diferentes campos de estudo de uma mesma disciplina é postergada. Por exemplo, o alcance dessas conseqüências pode ser medido, em matemática, pela extinção de uma compartimentalização entre a álgebra, a análise numérica, a geometria, as probabilidades, etc.; em psicologia, é o corte atomístico do espaço psíquico que é abandonado; em lingüística, é a segmentação diacrônica que é descartada, e assim por diante.

Examinemos, num exemplo matemático, a elaboração de uma estrutura. No século XIX, o matemático Evariste Galois irá conceber uma das mais elementares estruturas: a *estrutura de grupo*. Segundo Bourbaki, a estrutura de grupo se define assim: num conjunto G, dizemos que uma lei de composição interna globalmente definida determina uma estrutura de grupo, se ela é associativa, se possui um elemento neutro e se todo elemento de G admite um simétrico para esta lei.

Esta estrutura supõe, portanto, que se postule não somente um conjunto de elementos, mas também uma lei que vai poder operar sobre esses elementos. Para isto, é preciso que esta lei intervenha nas seguintes condições:

1) É preciso, em primeiro lugar, que a composição de dois elementos do conjunto constitua sempre um elemento do conjunto, tal que:

$$E * E \longrightarrow E$$

$$2 + 3 = 5$$

Trata-se de uma *lei interna*.

2) É preciso, a seguir, que a composição de vários elementos possa se efetuar a partir de um lugar qualquer de sua seqüência:

$$(a * b) * c = a * (b * c)$$

Temos aqui uma *lei associativa*.

3) É preciso, ainda, que exista no conjunto dos elementos um dentre eles que seja designado como um elemento neutro, de tal forma que esse elemento neutro composto com qualquer outro elemento do conjunto, deixe-o idêntico a si mesmo.

$$\exists e \in E$$

$$e * a = a$$

Para a multiplicação este elemento neutro é 1: $1 \cdot x = x$

Para adição o elemento neutro é 0: $0 + 4 = 4$

4) É preciso, enfim, que para cada elemento exista outro elemento que seja seu simétrico, de tal forma que a composição deste elemento com seu simétrico seja igual ao elemento neutro:

$$a * a' = e$$

$$\bullet 3 \times \frac{1}{3} = 3$$

$$\bullet 2 + (-2) = 0$$

Esta estrutura de grupo permanece válida seja qual for a natureza dos elementos matemáticos escolhidos. Esses elementos podem, assim, ser tanto números, elementos geométricos, como vetores, funções analíticas ou vetoriais, etc. Nestas condições, pode-se então definir universos de objetos muito gerais, tais como o grupo dos inteiros relativos, o grupo das funções afins, o grupo dos homotéticos, o grupo das similitudes, etc. O que todos esses universos de objetos têm em comum é uma mesma estrutura de grupo com relação a uma lei particular que compõe esses elementos entre si.

Para além deste exemplo, é fácil apreender, de maneira geral, o interesse epistemológico ligado à concepção estrutural. Esta concepção se coloca na linha de uma perspectiva heurística que procede por *generalização englobante*. Sem que se trate exatamente de uma estratégia estrutural, um bom exemplo desta generalização englobante nos é dado com a descoberta das geometrias não-euclidianas do século XIX. De fato, os trabalhos contemporâneos de Bolyai, Lobatchewsky, Riemann põem em evidência sistemas geométricos mais gerais que a geometria de Euclides. Esses aspectos geométricos mais gerais não infirmam em nada a geometria euclidiana. Quando muito, a geometria de Euclides torna-se *caso particular* de um sistema geométrico mais vasto, que a engloba.

Se se pode dizer que a atitude estruturalista procede assim em alguns aspectos, é porque ela induz uma generalização englobante entre as próprias estruturas. Existe assim uma hierarquia das estruturas, no sentido de que certas estruturas mais fortes estão em condições de subsumir as estruturas mais fracas. Assim, podem se criar vastos sistemas de formalização, cujo caráter operatório desdobra-se na abertura de novos horizontes de estudo.

Para concluir, detenhamo-nos nesta definição do termo “estrutura”, formulada por Jean Piaget: “Uma estrutura é um sistema de transformação que comporta leis enquanto sistema (por oposição às propriedades dos elementos) e que se conserva e se enriquece pelo próprio jogo de suas transformações, sem que estas ultrapassem suas fronteiras ou recorram a elementos exteriores. Uma estrutura comporta três características: totalidade, transformação e auto-regulação¹.”

Segundo Piaget, a *totalidade* resultaria ao mesmo tempo da independência dos elementos componentes da estrutura e do fato que a reunião de todos os elementos é necessariamente diferente de sua soma. Quanto à noção de *transformação*, ela necessitaria leis de composição que definissem operações no interior de uma dada estrutura, de tal modo que se poderia dizer que seriam estruturantes de uma realidade já estruturada. A *auto-regulação*, enfim,

1. J. Piaget, *Le Structuralisme* (Que sais-je?), Paris, PUF, 1970, pp. 6-7.

que é a característica essencial da estrutura, significaria que a estrutura é suscetível de se auto-conservar. Se supusermos, por exemplo, que dois elementos de uma estrutura estão relacionados pela lei de composição, o terceiro elemento que resultará desta operação será necessariamente também estruturado. Em outros termos, podemos falar de *estabilidade* do sistema.

Uma tal definição da estrutura é especialmente adequada ao estudo da linguagem. Vamos imediatamente oferecer uma ilustração, lembrando rapidamente alguns aspectos dos trabalhos de Ferdinand de Saussure que se infiltram nos elementos fundadores da articulação lacaniana do inconsciente e da linguagem.

Elementos de lingüística estrutural

O ponto de vista estruturalista em lingüística surgiu com a introdução da *dimensão sincrônica* no estudo da língua. Esta introdução do registro sincrônico, que devemos a F. Saussure, estipula que um tal estudo não pode ser reduzido a uma perspectiva puramente diacrônica, quer dizer, histórica. De fato, a história de uma palavra não permite dar conta de sua *significação presente*, pois esta significação depende do *sistema* da língua. Esse sistema reside num certo número de leis de equilíbrio que estão na dependência direta da sincronia. Por outro lado, existe uma relação fundamental entre o sentido e o signo que somente o ponto de vista sincrônico permite apreciar.

De um modo geral, vemos que o ponto de vista sincrônico introduzido por F. de Saussure constitui a base de uma abordagem especificamente operatória no campo lingüístico, na medida em que a idéia estrutural da língua revelará propriedades radicalmente novas. Além disso, a visão original assim trazida à lingüística irá propagar-se a outros setores das ciências humanas, que com ela terão aberto novos horizontes excepcionalmente fecundos.

Lacan irá aplicar esta estratégia estruturalista no terreno da psicanálise. Injetará na articulação da teoria analítica um certo número de princípios tomados de empréstimo à lingüística estrutural. Estes darão origem a uma mutação epistemológica radical ao nível das elucidações metapsicológicas.

Já no "Discurso de Roma", Lacan recentra a problemática inconsciente numa rede de inteligibilidade que segue a linha dos preceitos dessa lingüística. Como exemplo, esta passagem onde aparecem nitidamente suas primeiras diretrizes:

"Que se retome a obra de Freud na *Traumdeutung* para lembrar com ela que o sonho tem a estrutura de uma frase, ou melhor, se nos atemos

ao pé da letra, de uma charada, isto é, de uma escrita de que o sonho da criança representaria a ideografia primordial, que, no adulto, reproduz o emprego fonético dos elementos significantes que encontramos tanto nos hieróglifos do antigo Egito, como nos caracteres cujo uso se conserva na China.

“Mesmo assim, isto não passa de deciframento do instrumento. É na versão do texto que o importante começa, o importante de que Freud nos diz que está dado na elaboração do sonho, isto é, em sua *retórica*. Elipse e pleonasma, hipérbato ou silepse, regressão, repetição, oposição, tais são os *deslocamentos sintáticos*; metáfora, catacresse, antonomásia, alegoria, metonímia e sinédoque, as *condensações semânticas* onde Freud nos ensina a ler as intenções ostentatórias ou as demonstrações dissimuladoras ou persuasivas, retorsivas ou sedutoras *com que o sujeito modula seu discurso onírico*¹.”

De uma tal legião de tropos do discurso tão elegantemente convocados por Lacan, não se deveria pronunciar que o atrativo da analogia esgota-se com o discurso do sonho. Todas as formações do inconsciente se colocarão sob a mesma insígnia, sem exceção:

“Quanto à psicopatologia da vida cotidiana, outro campo consagrado por uma outra obra de Freud, é claro que todo ato falho é um *discurso bem-sucedido*, e mesmo graciosamente construído, e que no lapso é a mordaca que gira sobre a palavra, justo ao quadrante necessário para que um bom entendedor encontre aí sua meia-palavra².”

Portanto, parece claro para Lacan que a própria obra de Freud convoca à introdução de certos conceitos da lingüística no campo teórico da psicanálise. Resta dizer, contudo, que se Lacan se dedicou constantemente a explorar esse novo terreno de elaboração, a intuição de sua existência já tinha sido pressentida, em 1937, pela analista Ella Freeman-Sharpe, em sua obra *Dream Analysis*³. Mas a obra original de Lacan consistirá em teorizar esta intuição, promovida ao nível de uma hipótese geral sobre o inconsciente. Eis por que esta *analogia estrutural* entre certos processos da linguagem e o dinamismo inconsciente exige uma incursão prévia no campo da lingüística. De fato, a noção de estrutura só é central na obra de Lacan na medida em que ela é constantemente referenciada à estrutura da linguagem. Em primeiro lugar, na medida em que esta estrutura é colocada por Lacan como a estrutura

1. J. Lacan, “Fonction et champ de la parole et du langage en psychanalyse”, in *Écrits*, Paris, Seuil, 1966, pp. 267-268.

2. *Ibid.*, p. 268 (grifo do autor).

3. Ella Freeman-Sharpe, *Dream Analysis* (1937), London, The Hogarth Press, 5ª ed. 1961, cf. cap. I., pp. 13-39. As passagens mais importantes desse capítulo foram traduzidas para o francês sob o título: “Mécanismes du rêve et procédés poétiques”, in *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, 1972, n. 5, 101-114.

à qual o inconsciente deve ser relacionado. Em segundo lugar, porque é o próprio ato da linguagem que faz advir o inconsciente e o lugar onde ele se exprime. É principalmente em torno de dois dos princípios mais fundamentais destacados por F. Saussure que esta analogia pode ser o mais seguramente evidenciada: por um lado, a distinção radical entre significante e significado; por outro lado, a discriminação dos dois eixos da linguagem. Neste sentido, seria valioso lembrarmos aqui alguns de seus elementos mais sintéticos.

O SIGNO LINGÜÍSTICO

O algoritmo estrutural da linguagem, exposto por F. de Saussure no início do século⁴, apóia-se, inicialmente, na noção de *signo lingüístico*. Para fundar a natureza desse signo, F. de Saussure é levado a romper com certas tradições de pensamento e, em particular, com a concepção que nos faz pensar naturalmente a unidade lingüística como associação de um termo a uma coisa. O signo lingüístico, com efeito, não une uma coisa a um nome, mas *um conceito a uma imagem acústica*. Mas, de imediato, o termo “imagem acústica” exige uma precisão: “O signo lingüístico une, não uma coisa e um nome, mas um conceito e uma imagem acústica. Esta última não é o som material, coisa puramente física, mas a *marca física desse som, a representação* que nos é dada por nossos sentidos; ela é sensorial, e se nos ocorre chamá-la “material”, é apenas neste sentido e por oposição ao outro termo da associação, o conceito, geralmente mais abstrato⁵.”

Não podemos deixar de chamar a atenção para expressões como “marca psíquica” e “representação”, que prefiguram a distinção fundamental entre: “a linguagem”, “a língua” e “a fala”. As unidades lingüísticas enquanto entidades “psíquicas” participam, assim, do registro da “língua” e não procedem da fala. É por esta razão que a “linguagem” deve ser considerada como a utilização/articulação de uma “língua falada” por um sujeito. E cabe a F. de Saussure lembrar-nos que “a língua é para nós a linguagem menos a fala”⁶.

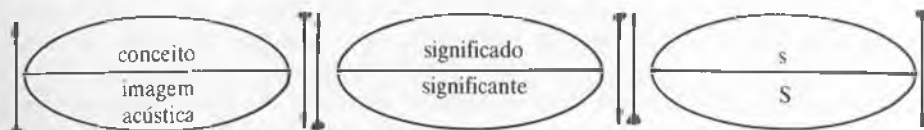
O signo lingüístico aparece, então, como uma “entidade psíquica de duas faces” cujos dois elementos são instituídos, de imediato, numa *relação* de associação. Se, portanto, o signo lingüístico é antes de mais nada “relação”, essa relação, que é aparentemente fixa no sistema da língua, é suscetível de modificações na dimensão da linguagem. Por outro lado, se F. de Saussure mantém o termo de “signo” para exprimir a unidade lingüística, ele prefere,

4. F. de Saussure, *Cours de linguistique générale*, citado na edição crítica, Paris, Payot, 1980.

5. *Ibid.*, primeira parte: “Principes Généraux”, cap. I, p. 98.

6. *Ibid.*, p. 112.

no entanto, substituir *significado* por conceito e *significante* por imagem acústica⁷. O signo torna-se, portanto, relação de um significado a um significante e que podemos esquematizar da seguinte forma, para retomar o modelo da inscrição saussuriana:



Esta relação, que é apresentada como uma relação de oposição separando os elementos entre si, anuncia uma propriedade do signo que Lacan explorará no sentido da *autonomia do significante em relação ao significado*, a qual só é concebível na medida em que significante e significado não estão numa relação fixa.

Se colocamos o signo lingüístico como sendo o elemento fundamental do sistema da língua, um exame sumário de seu funcionamento no sistema faz imediatamente surgir certas propriedades que podem parecer contraditórias. Essas propriedades, que iremos examinar sucessivamente, são as seguintes: a) o *arbitrário do signo*; b) a *imutabilidade do signo*; c) a *alteração do signo*; d) o *caráter linear do significante*.

O ARBITRÁRIO DO SIGNO

O arbitrário do signo manifesta-se ao nível da própria associação do significante e do significado. De fato, não parece existir elo necessário entre um conceito e a montagem acústica que serve para representá-lo. Prova é que de uma língua para outra a imagem acústica varia para um mesmo significado dado. Entretanto, o arbitrário do signo não significa que o signo tenha um caráter aleatório. O arbitrário só vale para o conjunto de uma determinada comunidade lingüística: "A palavra arbitrário não deve dar a idéia de que o significante depende da livre escolha do sujeito falante. (...) Queremos dizer que ele é imotivado, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhuma ligação natural na realidade⁸."

7. "Propomos conservar a palavra signo, para designar o total, e substituir conceito e imagem acústica, respectivamente, por significado e significante, esses últimos termos tendo a vantagem de marcar a oposição que os separa, seja entre si, seja do total de que eles fazem parte". op. cit., p. 99.

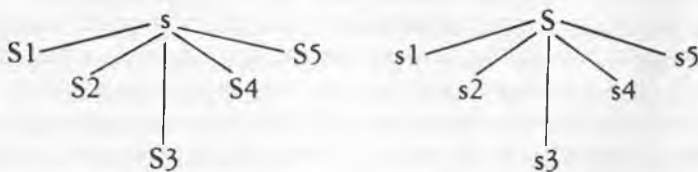
8. F. de Saussure: op. cit., p. 101.

Observações clínicas

Neste ponto preciso do arbitrário do signo, podemos fazer algumas *observações clínicas*. O problema do caráter aleatório do signo lingüístico é levantado pela clínica, tanto a nível de certas *linguagens delirantes*, como nas *glossolalias* psicopatológicas, para citar apenas estas duas ilustrações.

É principalmente nos esquizofrênicos (mas não apenas) que encontramos distúrbios bastante profundos da linguagem, nos quais parece que a estruturação delirante da locução interpela, precisamente, a diferença que existe entre caráter arbitrário do signo e caráter aleatório do signo. Sem perder de vista o ensino freudiano, que insiste em nos explicar que na esquizofrenia as “representações de palavras” põem-se a funcionar como “representações de coisas”⁹, o ensino saussuriano permite elucidar, a partir da noção de signo lingüístico, essa possibilidade de associação aleatória de um significado com um significante. Ou seja, esse mecanismo de des-conexão do significante e do significado que levará Lacan a falar de *desenfreamento do significante*. O que pode aparecer como “desenfreamento do significante” é efeito de uma alteração específica da utilização do signo lingüístico, que seria, como assinala F. de Saussure, o momento em que “o significante depende da livre escolha do sujeito falante”¹⁰.

Esta propriedade aleatória da elaboração e da utilização do signo lingüístico foi notavelmente descrita num dos trabalhos de S. Leclaire: “A la recherche des principes d’une psychothérapie des psychoses”¹¹. S. Leclaire nos mostra como dois processos podem intervir nesta alteração do signo: quer um mesmo significado pode encontrar-se associado a qualquer significante; quer, inversamente, um mesmo significante pode encontrar-se associado a qualquer significado:



Nos dois casos, temos então um arbitrário do signo estritamente individual, estritamente subjetivo que, portanto, não é mais um arbitrário próprio a uma comunidade lingüística. Na medida em que tratamos aqui do arbitrário

9. S. Freud: “Das Unbewusste” (1915), *G. W.*, X, 264-303, *S. E.*, XIV, 159-215, trad. J. Laplace et J. — B. Pontalis, “L Inconscient” in *Métapsychologie*, Paris, Gallimard, 1968, p. 120 et seq.

10. F. de Saussure, op. cit., p. 101.

11. S. Leclaire: “A la recherche des principes d’une psychothérapie des psychoses” in *L’Évolution psychiatrique*, 1958, tomo 23, n.º-2, pp. 337-419.

próprio e pontual de um sujeito, a associação significado/significante pode ser considerada como totalmente submetida às possibilidades de combinações aleatórias. Ainda assim, seria preciso interrogar-se seriamente a respeito da sobredeterminação inconsciente do material significante assim combinado, a que responde precisamente uma grande parte da reflexão de Lacan.

No que diz respeito ao aspecto dos distúrbios psicopatológicos da linguagem designado como *glossolalias*, a incidência do processo inconsciente na alteração do signo lingüístico é, neste caso, perfeitamente manifesta, para além do caráter aparentemente aleatório das associações significantes/significados¹²

Pode-se definir sucintamente a glossolalia como a aptidão para inventar e falar línguas novas, estritamente incompreensíveis para todos, exceto para aquele que as fala. Nestas construções lingüísticas originais, de imediato podemos observar que uma estrutura sintática mais ou menos rudimentar existe, com esta característica de ser quase sempre análoga à da língua materna do glossolálico. Num certo número de casos, estas linguagens relativamente estruturadas se fixam e se enriquecem pouco a pouco. Ora, esta estabilidade deve-se, essencialmente, a uma certa fixidez na associação do significante ao significado. Contudo, esta associação significado/significante não resulta absolutamente de um arbitrário convencionalmente estabelecido e aceito pelo uso de uma comunidade lingüística. Na glossolalia, o processo de associação é aleatório, porém *extemporâneo*. O signo surge como que à revelia do sujeito, de tal forma que podemos dizer que o sujeito está como que alucinado pelo produto de suas próprias invenções lingüísticas. Essas associações significados/significantes parecem construir-se apesar dele, a tal ponto que, frequentemente, ele é o primeiro a espantar-se com elas.

Trata-se de uma elaboração de signos lingüísticos diferente da que intervem em certas linguagens delirantes. Em particular, não há verdadeiramente dispersão e associação puramente aleatória entre significados e significantes e entre significantes e significados. Nesta cristalização significante, o significante ordena-se em total liberdade em relação às oposições fonemáticas habitualmente codificadas nas línguas usuais. O caráter aleatório de tais associações merece, entretanto, ser examinado à luz dos princípios mais correntes da psicanálise.

Neste sentido, somos levados a pensar que a invenção do significante — que ocorre via de regra na glossolalia — bem como a relação que ele mantém com o significado são apenas superficialmente aleatórias. De fato, no fenômeno glossolálico trata-se, sobretudo, do resultado de um efeito de captura significante, na medida em que a estruturação do signo parece estar

12. Sobre os problemas clínicos colocados pela estruturação dos signos nas linguagens delirantes e glossolalias, reportar-se a meu artigo: "Condensation et déplacement dans la structuration des langages délirants", in *Psychanalyse à l'Université*, 1982, tomo 7, nº 26, pp. 281-298. Cf. também *Le Discours Psychanalytique*, nº 6 et nº 7, 1983.

completamente submetida ao processo primário inconsciente. Esta incidência é de tal forma manifesta em certo número de casos que as produções neológicas que resultam dos efeitos subversivos da “condensação” e do “deslocamento” podem ser tomadas como verdadeiras emergências significantes do inconsciente, para seguirmos aqui a linha da tese lacaniana do *inconsciente estruturado como uma linguagem*.

A IMUTABILIDADE DO SIGNO

Acabamos de ver que o arbitrário intrínseco ao signo deve-se ao fato de que o significante é livremente escolhido com relação à idéia que ele representa. Entretanto, uma vez escolhido, este significante impõe-se à comunidade lingüística, à “massa falante”, para retomar a expressão saussuriana. É neste sentido que ele se torna *imutável*. É preciso, portanto, admitir que o arbitrário do signo é o que de certa forma dá origem à submissão de uma comunidade lingüística à língua, como assinala F. de Saussure: “Não somente um indivíduo seria incapaz, se quisesse, de modificar no que quer que seja a escolha que foi feita, mas também a própria massa não pode exercer soberania sobre uma única palavra; ela está ligada à língua tal como ela é¹³.”

Isto tende a mostrar a que ponto um sujeito falante é assujeitado à sua língua, tanto é verdadeiro o fato de que tudo se passa como se a língua tivesse um certo caráter de fixidez, em razão do consenso que a comunidade lingüística adota em relação a ela. Por esta convenção arbitrária do signo, a comunidade lingüística instala, necessariamente, este signo numa tradição; dito de outra forma, no tempo. Ora, como observa F. de Saussure, nesta implicação reside o germe aparente de uma contradição: “Existe uma ligação entre dois fatores antinômicos: a convenção arbitrária do signo, em virtude da qual a escolha é livre, e o tempo, graças ao qual o signo é fixado. É por ser arbitrário que o signo não conhece outra lei que a tradição e é por fundar-se na tradição que pode ser arbitrário¹⁴.”

Mas é preciso convir que, paradoxalmente, a dimensão do tempo é também o que terminará impondo ao signo uma *certa alteração*.

A ALTERAÇÃO DO SIGNO

A alteração do signo é o resultado da prática social da língua ao longo do tempo. Se é por ser imutável que o signo lingüístico pode perdurar, é também por perdurar no tempo que ele pode alterar-se. Estamos, portanto,

13. F. de Saussure, op. cit., p. 102.

14. F. de Saussure, op. cit., p. 108.

diante de uma relação de reciprocidade contraditória entre imutabilidade e mutabilidade.

Esta alteração do signo atinge simultaneamente o significante e o significado. No nível do significante, trata-se, sobretudo, de uma alteração fonética; ao passo que ao nível do significado, trata-se de uma modificação do conceito enquanto tal. Dito de outra forma, a alteração do significado será coextensiva a uma modificação da compreensão e da extensão do conceito. De maneira geral, a alteração do signo é sempre da ordem de um *deslocamento da relação entre significado e significante*¹⁵.

DO CARÁTER LINEAR DO SIGNIFICANTE

Se a alteração do signo está diretamente ligada à prática da língua no tempo, a influência do fator tempo é intrinsecamente dependente da natureza do significante. O significante por si só já é uma seqüência fonemática que se desdobra no tempo. A fala, a articulação não é outra coisa senão o ato mesmo que presentifica este desenrolar temporal do significante. Esta extensão "temporal" do significante dá origem a uma propriedade fundamental da língua. Com efeito, a língua desdobra-se numa direção orientada que chamamos de o *eixo das oposições* ou *eixo sintagmático*. É esta seqüência orientada na organização significante que Lacan designa como *cadeia significante*.

Quando se postula a ordem da seqüência significante, supõe-se simultaneamente uma outra propriedade fundamental da estrutura lingüística. De fato, a língua é estruturada por já estar fundada em um conjunto de elementos dados: os signos. Mas, se dispuséssemos apenas de signos lingüísticos, não teríamos um sistema estrutural. Teríamos apenas um léxico. A língua é uma estrutura, porque além dos elementos supõe leis que governam esses elementos entre si. Ora, estas leis intervêm quando abordamos o "caráter linear do significante". Com a cadeia significante vêm-se colocados, com efeito, dois problemas específicos: por um lado, o problema das concatenações significativas; por outro lado, a questão das substituições suscetíveis de intervir nos elementos significativos. Estas duas ordens de problemas são sancionados, em toda língua, pela existência de leis internas de natureza diferente, segundo rejam as concatenações ou as substituições. A língua pode, portanto, ser analisada segundo duas dimensões, às quais estão ligadas propriedades específicas: a *dimensão sintagmática* e a *dimensão paradigática*.

15. F. de Saussure, op. cit., p. 109.

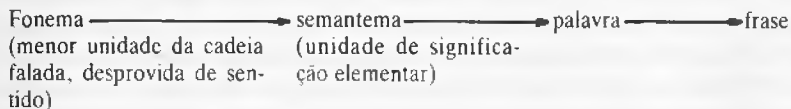
OS DOIS EIXOS DA LINGUAGEM

Seguindo-se ao signo lingüístico, a segunda inovação saussuriana fundamental consiste em ter distinguido um duplo corte do sistema da linguagem.

Em razão do uso que Lacan faz desta inovação, será mais pertinente seguir-lhe as linhas diretrizes a partir do contexto dos trabalhos de Jakobson¹⁶.

Falar implica efetuar duas séries de operações simultâneas: de um lado, *selecionar* um certo número de unidades lingüísticas no léxico; por outro lado, *combinar* as unidades lingüísticas escolhidas. Define-se assim um corte da linguagem segundo duas direções: a das seleções e a das combinações.

A *seleção*, que supõe a escolha de um termo entre outros, implica uma possibilidade de substituição dos termos entre si. Quanto à *combinação*, ela requer um certo tipo de articulação das unidades lingüísticas, a começar pela configuração de uma certa ordem nas unidades de significação. Pode-se, esquematicamente, representar esta ordem pela seguinte progressão de complexificação crescente:



A combinação, que diz respeito aos elos de concatenação das unidades lingüísticas entre si, é sustentada, portanto, por uma *relação de contigüidade* dos elementos significativos entre si.

Em geral, pode-se definir dois eixos que dividem a linguagem em sua totalidade, segundo o *plano da seleção* (eixo paradigmático) e segundo o *plano da combinação* (eixo sintagmático). Deparamo-nos então, imediatamente, com a distinção sobre a qual insiste F. de Saussure entre a língua e a fala. Na medida em que as duas dimensões participam da linguagem, cada uma opera segundo um dos dois eixos. O eixo das seleções diz respeito ao sistema da língua enquanto escolha lexical; o eixo das combinações está ligado à fala enquanto utilização dos termos lexicais escolhidos. Eis aí uma das razões que conduziram Jakobson a considerar o sistema da linguagem em função do modo pelo qual os termos se encontrem associados: por *similitude* ou por *contigüidade*. São, aliás, os estudos de Jakobson sobre a afasia que conduzem a esta conclusão¹⁷.

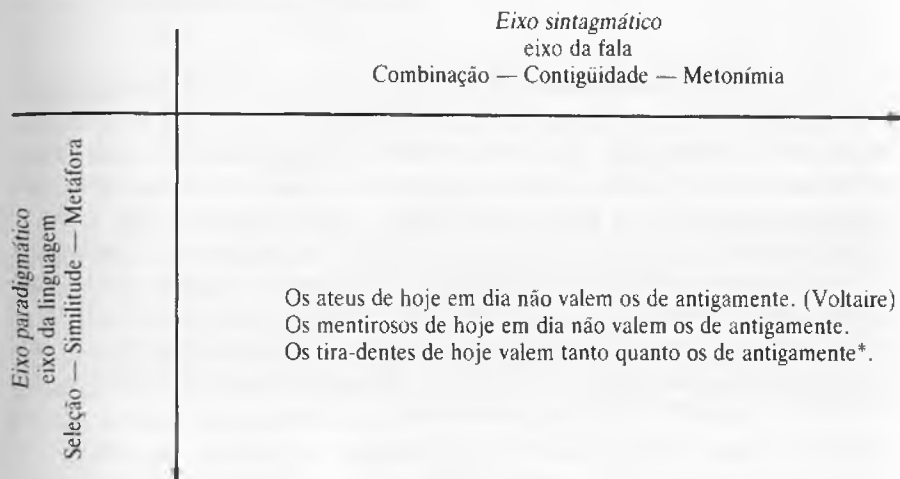
Jakobson isola dois grandes tipos de afasia, que podem ser distinguidos de acordo com o tipo de processo que esteja deteriorado: de "seleção" ou

16. R. Jakobson, *Essais de linguistique générale*, Paris, Minuit, 1963.

17. R. Jakobson, *Essais de linguistique générale*, op. cit., pp. 43-67. Cf. também: "Towards a linguistic typology of aphasic impairments" in Renck, O'Connor et al., *Disorders of language*, London, Churchill, 1964.

o processo de “combinação”. Quando a deterioração recai sobre a escolha lexical (seleção), o afásico encontra dificilmente as palavras. Ele utiliza então, frequentemente, no lugar da palavra procurada uma palavra que se encontra numa *relação* de contigüidade com esta. Inversamente, quando é a articulação dos termos lexicais (combinação) que está deteriorada, o afásico procede por *similitude*. Estas duas síndromes patológicas evidenciam uma propriedade específica do discurso. O discurso se desdobra, com efeito, segundo dois tipos de operações: as *operações metafóricas* (eixo das seleções) e as *operações metonímicas* (eixo das combinações): “O desenvolvimento de um discurso pode se dar ao longo de duas linhas semânticas diferentes: um tema leva a outro, quer por similaridade, quer por contigüidade. Sem dúvida, seria melhor falar de processo metafórico no primeiro caso, e de processo metonímico no segundo caso, já que encontram sua expressão mais condensada, um na metáfora, outro na metonímia¹⁸.”

Resumamos os diferentes aspectos do corte da linguagem no esquema seguinte:



O signo lingüístico e o corte da linguagem segundo dois eixos levam a examinar duas propriedades da linguagem que vão nos introduzir muito diretamente alguns pontos fundamentais da teoria lacaniana. Estas propriedades são, respectivamente: a) *o valor do signo*; b) *as construções metafóricas e metonímicas*. Com o valor do signo, evidenciado por F. de Saussure, podemos abordar a noção lacaniana de ponto-de-estofa^{**}. A metáfora e a metonímia nos conduzem, igualmente, à idéia fundamental de Lacan da *supremacia do significante* e a suas conseqüências com relação às *formações do inconsciente*.

18. R. Jakobson, *Essais de linguistique générale*, Paris, Minuit, 1963, p. 61.

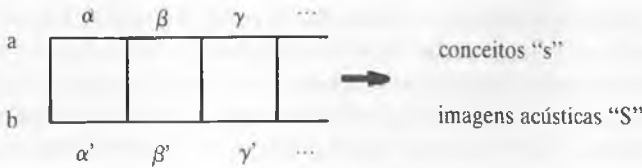
* Em francês, se diz “mentir como um tira-dentes” (N. da T.)

** “Point de capiton”, no original (N. da T.)

O valor do signo lingüístico e o ponto-de-estofa* em Lacan

Se “a entidade lingüística existe unicamente pela associação do significante e do significado”¹, esta mesma entidade lingüística só encontra sua determinação ao ser *delimitada*. Ora, este problema da delimitação coloca, entre outras questões, a delicada questão da enunciação, que, com Lacan, torna-se-á central na psicanálise, a ponto dele assimilar, como veremos mais adiante, o “sujeito do inconsciente”, o “sujeito do desejo” ao “sujeito da enunciação”.

Poderíamos considerar, a exemplo de F. de Saussure, que a cadeia falada é uma dupla cadeia: cadeia dos conceitos e cadeia das imagens acústicas, de tal forma que a toda delimitação introduzida na cadeia das imagens acústicas corresponderia uma delimitação subsequente na cadeia dos conceitos. Eis o sentido do seguinte esquema saussuriano²:



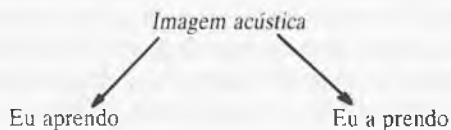
* “Point-de-capiton” no original; no uso comum, o ponto onde convergem as linhas de costura num estofamento. (N. da T.)

1. F. de Saussure, op. cit., p. 144.

2. Cf. op. cit., p. 146.

Nesta perspectiva, poder-se-ia pensar que a delimitação de *elementos significativos* é sempre possível a partir do momento em que estes sejam tomados isoladamente. Bastaria, por exemplo, aceitar o princípio de uma correspondência biunívoca ($\alpha \rightarrow \alpha'$; $\beta \rightarrow \beta'$; $\gamma \rightarrow \gamma'$; ...) entre significantes e significados para confirmar a idéia de uma tal delimitação. De resto, é a própria noção de signo lingüístico que leva a essa idéia. Uma vez que se sabe existir uma certa fixidez entre significante e significado, pode-se imaginar que numa cadeia falada, toda vez que se encontra um significante S_1 , este estará necessariamente ligado a um significado s_1 , o que nos dá a garantia de significação Sign. 1. Isto representaria dizer que a significação estaria totalmente dada e garantida no momento em que um signo lingüístico fosse isolado da cadeia. Ora, não é nada disso, já que uma imagem acústica dada não permite obter uma significação dada, no momento em que o signo é isolado dos outros signos.

Retomemos o exemplo invocado por F. de Saussure. A uma mesma imagem acústica articulada, dois significados possíveis podem ligar-se, induzindo a duas significações diferentes:



Tal imagem acústica pode, assim, estar ligada a dois signos lingüísticos distintos, sendo que apenas o contexto da cadeia falada permite circunscrever a significação. Daí o princípio de delimitação do signo que preconiza F. de Saussure: "Para estarmos seguros de que tratamos com uma unidade, é preciso que ao compararmos uma série de frases onde a mesma unidade se encontra, possamos em cada caso separá-la do resto do contexto, constatando que o sentido autoriza esta delimitação³".

Dizer que o contexto delimita o signo não é outra coisa senão dizer que o signo só é signo em função do contexto. Ora, esse contexto é um conjunto de outros signos. A realidade do signo lingüístico só existe, pois, em função de todos os outros signos. É esta propriedade que F. de Saussure chama de o *valor do signo*. O "valor" é o que faz com que um fragmento acústico torne-se real e concreto, que seja delimitado, fazendo sentido, que se torne, portanto, signo lingüístico. Pode-se dizer, portanto, como observa F. de Saussure, que "numa língua cada termo tem seu valor por oposição a todos os outros termos"⁴, assim como num jogo de xadrez "o valor respectivo das peças depende de sua posição no tabuleiro"⁵. Aliás, na língua, como

3. F. de Saussure, op. cit., p. 147.

4. F. de Saussure, op. cit., pp. 125-126.

5. Ibid., pp. 125-126.

no xadrez, o valor dos termos, assim como o das peças, depende das regras aceitas de uma vez por todas.

Com a noção de “valor”, tomamos conhecimento de uma das justificativas mais pertinentes do sistema da linguagem como *sistema estrutural*. Os signos lingüísticos não são somente significativos por seu conteúdo, mas também, e sobretudo, pelas relações de oposição que mantêm entre si na cadeia falada⁶. E, pois, em última instância, o sistema que *lhes dá uma identidade significativa*. A linguagem aparece como uma série de divisões simultaneamente introduzidas num fluxo de pensamentos e num fluxo fônico. De modo que se “a língua elabora suas unidades ao constituir-se entre duas massas amorfas”⁷, o signo lingüístico corresponde a uma articulação dessas duas massas amorfas entre si: uma idéia se fixa num som, ao mesmo tempo que uma seqüência fônica se constitui como significante de uma idéia. Daí a célebre metáfora de F. de Saussure: “A língua é comparável a uma folha de papel. O pensamento é a face, e o som o verso; não se pode cortar a face sem cortar ao mesmo tempo o verso; assim também, na língua, não poderíamos isolar o som do pensamento, nem o pensamento do som”⁸.

Podemos, portanto, a título de conclusão, tomar a língua prioritariamente como um sistema de diferenças de elementos e um sistema de oposição de elementos. Tudo se passa, pois, como se a estrutura do signo lingüístico procedesse de um “*corte*” que interviria no fluxo dos sons e dos pensamentos: “Quer se tome o significado ou o significante, a língua não comporta nem idéias, nem sons que preexistiriam ao sistema lingüístico, mas unicamente diferenças fônicas e diferenças conceituais oriundas desse sistema”⁹.

Se o surgimento do significante provém de um tal corte, não existe, portanto, na realidade, um “fluxo de significantes”. É a intervenção do corte que faz nascer a ordem significante, ao mesmo tempo em que o associa a um conceito. O surgimento do significante é, pois, indissociável do engendramento do signo lingüístico em sua totalidade.

Lacan irá introduzir algumas modificações com relação às teses saussurianas¹⁰. Por um lado, o fluxo dos pensamentos e o fluxo dos sons serão, de imediato, interpelados como fluxo de significados e fluxo de significantes. Por outro lado, o esquema do signo lingüístico será invertido na escrita laciana:

$$\frac{S}{s}$$

6. Ibid., pp. 125-126.

7. Ibid., p. 156.

8. Ibid., p. 157.

9. Ibid., p. 166.

10. Para uma análise detalhada dessas modificações, reportar-se a J. L. Nancy et P. Lacoue-Labarthe: *Le Titre de la lettre*, Paris, éd. Galilée, 1973, caps. 1, 2, 3.

Nestas condições, para Lacan, o problema é reformulado portanto, no sentido do estabelecimento de uma relação de um fluxo de significantes com um fluxo de significados. Esta relação será também objeto de uma importante modificação em relação às análises saussurianas. Não se trata mais, para Lacan, de aceitar a idéia de um “corte” que uniria o significante ao significado, ao mesmo tempo em que determina a ambos, mas de introduzir esta delimitação através de um conceito original que ele chama de ponto-de-estofa.

Esta inovação é diretamente provocada pela experiência psicanalítica, que nos mostra que a relação do significante com o significado é, como menciona Lacan: “sempre fluida, sempre prestes a se desfazer”¹¹. A delimitação lacaniana pelo ponto-de-estofa é, por outro lado, corroborada pelo próprio fundamento da experiência psicótica, onde esse tipo de enlace parece precisamente faltar.

Uma observação preliminar impõe-se a respeito do ponto-de-estofa. Este conceito, que equivale à “delimitação” de que fala F. de Saussure, só encontra sua plena e completa aceção em Lacan, se reportado ao registro do desejo. De fato, o ponto-de-estofa é o constituinte elementar do *grafo de desejo*, cuja elaboração Lacan desenvolve ao longo de dois seminários sucessivos: “As Formações do Inconsciente” (1957 — 1958) e “O Desejo e sua Interpretação” (1958 — 1959)¹². As elaborações teóricas que Lacan expõe nestes dois seminários encontrarão sua expressão mais condensada num escrito: “Subversão do sujeito e dialética do desejo” (1960)¹³. Mas já a partir de 1956, a noção de ponto-de-estofa é adiantada por Lacan¹⁴, numa perspectiva decididamente aberta de dialetizar os limites colocados pela correspondência saussuriana do fluxo significante com o fluxo significado, em favor de uma explicação mais adequada, que se sustentaria nos ensinamentos tirados da experiência analítica¹⁵.

Para Lacan, o ponto-de-estofa é, antes de mais nada, a operação pela qual “o significante detém o deslizamento, de outra forma indeterminado e infinito, da significação”¹⁶. Em outras palavras, é aquilo por meio do qual o significante se associa ao significado na cadeia discursiva. Retomemos sua representação gráfica:

11. J. Lacan, *Les Psychoses*, seminário, livro III (1955-1956), Paris, Seuil, 1981, p. 297.

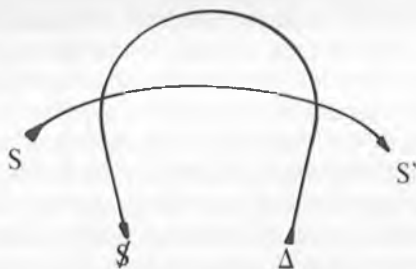
12. Seminários ainda inéditos.

13. J. Lacan, “Subversion du sujet et dialectique du désir”, in *Écrits*, Paris, Seuil, 1966, pp. 793-827.

14. J. Lacan, *Les Psychoses*, op. cit., cap. 21, pp. 293-306.

15. J. Lacan, *Les Psychoses*, op. cit., p. 97. “Há aqui um passo à frente a ser executado, para dar ao que está em questão um sentido verdadeiramente utilizável em nossa experiência. Saussure procura definir uma correspondência entre esses dois fluxos que os segmentaria. Mas o simples fato de que sua solução fica em aberto, uma vez que permanecem problemáticas a locução e a frase em sua totalidade, mostra muito bem tanto o sentido do método, como seus limites”.

16. “Subversion du sujet...”, op. cit., p. 110.



Neste esquema¹⁷, é, exatamente, o vetor ΔS que materializa o ponto-de-estofa, “colchetando” em dois pontos a cadeia significante SS' . Encontramos uma certa analogia com o corte de F. de Saussure¹⁸ onde é por uma série de cesuras simultâneas, α/α' ; β/β' ; γ/γ' , que são determinadas as unidades de significação. Mas, com Lacan, a delimitação da significação fica, de imediato, circunscrita ao conjunto da seqüência falada, e não a unidades elementares sucessivas:

“Vocês encontram a função diacrônica desse ponto-de-estofa na frase, na medida em que esta só fecha sua significação com seu último termo, cada termo sendo antecipado na construção de todos os outros e, inversamente, selando seu sentido por seu efeito retroativo”.¹⁹

Identificamos aqui uma referência direta ao problema do valor do signo, analisado por F. de Saussure. Cada signo só é significativo na relação de oposição que mantém com todos os outros signos da seqüência falada. Podemos adiantar, portanto, como faz Lacan, que é sempre *retroativamente* que um signo faz sentido, na medida em que a significação de uma mensagem só advém ao final de sua própria articulação significante. Esta dimensão retroativa do sentido é materializada no esquema do ponto-de-estofa pelo sentido *retrogrado* do vetor ΔS ; dito de outra forma, é na dimensão da *posterioridade* que o *ponto-de-estofa* detém o deslizamento da significação. A ambigüidade do problema da enunciação fica suspensa, em grande parte, a esta delimitação da significação na “posterioridade” da articulação.

O desdobramento da articulação significante na seqüência falada necessita, pois, que examinemos suas conseqüências no nível das duas linhas semânticas: metáfora e metonímia, que sustentam o processo de linguagem na direção paradigmática e na direção sintagmática.

17. Esquema do *point de capiton* tal como é apresentado em “Subversion du sujet et dialectique du désir”, op. cit., grafo I, p. /10.

18. Cf. supra, p. 45.

19. J. Lacan, “Subversion du sujet et dialectique du désir”, op. cit., p. /10

Metáfora — metonímia e supremacia do significante

A partir da noção de ponto-de-estofo, um passo a mais pode ser dado na introdução da referência lingüística no fundamento das elaborações psicanalíticas lacanianas. Este avanço no que, posteriormente, tornar-se-á a “lógica do significante” se esboça com a análise dos *processos metafóricos e metonímicos* no discurso do sujeito, como testemunhos incontornáveis do *caráter primordial do significante*.

Algumas referências cronológicas podem ajudar-nos a seguir o procedimento adotado por Lacan quanto à assimilação dos mecanismos inconscientes aos da linguagem. Lacan introduz as primeiras referências *explícitas* à metáfora e à metonímia na magistral reflexão que desenvolve, em seu seminário *As Psicoses*¹, a propósito do caso do presidente Schreber². Encontramos também alguns prolongamentos no seminário de 1956 — 1957: “A Relação de Objeto”³, principalmente no decorrer da sessão de 8 de maio de 1957.

A análise do caso do presidente Schreber conduz Lacan à seguinte conclusão: no delírio, tudo se passa como se houvesse uma invasão progressiva do significante, no sentido que o significante se libertaria pouco a pouco de seu significado⁴. Tal conclusão encontra-se também reforçada pelo estudo

1. J. Lacan, *Les Psychoses*, seminário, livro III (1955-1956), seminário de 2 de maio de 1956 e 9 de maio de 1956, op. cit., pp. 243-262.

2. S. Freud, “Remarques psychanalytiques sur l’autobiographie d’un cas de paranoïa” (Le président Schreber), in *Cinq psychanalyses*, Paris, PUF, 1975, 7ª ed., pp. 263-324. G. W., VIII, 240-316, S. E., XII, 1-79.

3. J. Lacan, “La Relation d’objet et les structures freudiennes” (1956-1957), seminário ainda inédito.

4. J. Lacan, *Les Psychoses*, seminário de 2 de maio de 1956, op. cit., p. 247.

do mecanismo metafórico, que evidencia o *caráter primordial do significante* em relação ao significado, ou seja, temos aqui dois argumentos que permitem a Lacan adiantar a tese da *supremacia do significante*, como sendo o que melhor reorienta o único verdadeiro retorno à experiência freudiana. Lacan irá simbolizar duplamente a supremacia do significante sobre o significado: em primeiro lugar, invertendo o algoritmo saussuriano do signo lingüístico; a seguir, esquematizando a escrita do significante por um “S” maiúsculo:

$$\frac{S}{s}$$

Pela letra “S” acima da barra encontra-se indicada a função primordial do significante, e Lacan mostrará, a partir da experiência analítica, que é ele que governa no discurso do sujeito; ou mesmo que é ele que governa o próprio sujeito. Prova disso, o papel crucial desempenhado pelas funções metafórica e metonímica no advento dos processos inconscientes e, mais em geral, nos fenômenos neuróticos e psicóticos, como nos indica o próprio sentido da descoberta freudiana:

“Em geral, é sempre o significado que colocamos no primeiro plano de nossa análise, porque seguramente é o que há de mais sedutor e que, numa primeira abordagem, parece ser a dimensão própria da investigação simbólica da psicanálise. Mas, ao desconhecer o papel mediador primordial do significante, ao desconhecer que o significante é, na realidade, o elemento guia, não somente desequilibramos a compreensão original dos fenômenos neuróticos, a própria interpretação dos sonhos, mas também tornamo-nos absolutamente incapazes de compreender o que se passa nas psicoses”⁵.

“A oposição da metáfora e da metonímia é fundamental, pois o que Freud colocou originalmente em primeiro plano nos mecanismos da neurose, bem como nos fenômenos marginais da vida normal ou do sonho, não é nem a dimensão metafórica, nem a identificação. É o contrário. De maneira geral, o que Freud chama de condensação é o que se chama, em retórica, metáfora, e o que ele chama deslocamento, metonímia. A estruturação, a existência lexical do conjunto do aparelho significante são determinantes para os fenômenos presentes na neurose, pois o significante é o instrumento com o qual se exprime o significado desaparecido. É por essa razão que, ao chamar a atenção para o significante, não fazemos nada mais do que retornar ao ponto de partida da descoberta freudiana”⁶.

Nestes elementos de reflexão adiantados por Lacan, encontram-se coligidos os principais pontos da argumentação teórica que justifica a tese do *incons-*

5. *Ibid.*, p. 250.

6. J. Lacan, *Les Psychoses*, seminário de 2 de maio de 1956, op. cit., p. 251.

ciente estruturado como uma linguagem. Quer se trate da supremacia do significante, atestada pelos mecanismos metafóricos e metonímicos, quer ainda de sua assimilação ao funcionamento do processo primário (condensação/deslocamento), ou enfim, de sua extensão à configuração das formações do inconsciente. Estes diferentes pontos fundamentais necessitam ser abordados detalhadamente, a começar pelo problema da *metáfora* e a ilustração que Lacan nos propõe da *supremacia do significante* no “Seminário da carta roubada”.

O PROCESSO METAFÓRICO

A metáfora é tradicionalmente repertoriada nos tropos do discurso como uma figura de estilo fundada em relações de similaridade, de substituição. Neste sentido, é um mecanismo de linguagem que intervém ao longo do eixo sincrônico (paradigmático), ou seja, o eixo do léxico ou da língua. De resto, é um processo de enriquecimento lexical, mesmo porque um grande número de “sentidos figurados” não são outra coisa senão antigas metáforas.

Em seu princípio, a metáfora consiste em designar alguma coisa por meio do nome de uma outra coisa. Ela é, portanto, no sentido pleno do termo: *substituição significante*, como formula Lacan. Na medida em que a metáfora mostra que os significados extraem sua coerência unicamente da rede dos significantes, o caráter desta substituição significante demonstra a autonomia do *significante em relação ao significado* e, por conseguinte, a *supremacia do significante*.

Examinemos um exemplo casual: a utilização metafórica do termo “peste” para designar a psicanálise. Coloquemos:

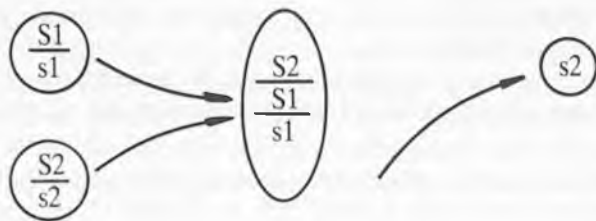
$\frac{S1}{s1}$

imagem acústica: “psicanálise”
conceito de psicanálise

$\frac{S2}{s2}$

imagem acústica: “peste”
conceito de peste

Quando introduzimos a figura metafórica, efetuamos uma substituição significante que irá consistir, aqui, em substituir S1 por S2.



A substituição de S1 por S2 faz S1/s1 passar sob a barra de significação. Tudo se passa, então, como se o signo S1/s1 se tornasse o novo significado de S2. De fato, é a significação que resulta da associação originária de S1 à s1 que serve de significado ao término da construção metafórica. Em contrapartida, o significado s2 (idéia de doença) é afastado. Será preciso realizar uma operação mental para reencontrá-lo.

Neste ponto, deve ser feita uma observação que nos traz de volta o caráter aleatório do signo. É inevitável que, na metáfora, o significado associado ao significante substitutivo (S2) seja por sua vez um signo S1/s1. Com efeito, se o processo de substituição significante consistisse simplesmente numa permutação de significante, teríamos um novo signo e não uma metáfora. Teríamos, com efeito, S2/s2, que seria um novo termo lexical. Tal ocorrência nos traria de volta, portanto, aos casos anteriormente evocados⁷, onde um mesmo significante (S2) poderia ver-se associado a qualquer significado (S2, a seguir s1). Tratar-se-ia, pois, neste caso, de uma associação aleatória do significante ao significado.

Na rede dos significantes da seqüência falada onde intervém a metáfora, é, pois, S1/s1 que se encontra imediatamente associado a S2 como significado: isto põe em evidência uma propriedade específica da linguagem, a de que a cadeia dos significantes comanda o conjunto dos significados. Inversamente, os significados extraem toda a sua coerência da rede dos significantes. Nessas condições, a “língua” governa a “fala”, o que constitui uma prova manifesta em favor da *supremacia do significante*.

O conto de E. Poe, *A Carta Roubada*, será retomado magistralmente por Lacan⁸ para exemplificar o princípio desta *supremacia do significante*. Para citar apenas os principais episódios, lembramos que o conto de E. Poe apresenta uma série de personagens que se movem ativamente em torno de uma carta cuja circulação constitui o atrativo essencial da história.

Numa primeira cena, a rainha, que acaba de receber uma carta, empenha-se em escondê-la à chegada do rei e seu ministro, temendo que se descubram ali informações que poderiam pôr em dúvida sua honra. Todavia, a dissimulação da carta não escapou à sagacidade do ministro, que pressente do que se poderia tratar, em função do embaraço da rainha. Este retira, então, de seu bolso uma carta aparentemente similar, finge ostensivamente lê-la e a substitui pela carta da rainha, da qual apodera-se. A rainha, testemunha estupefata desta situação, nada demonstra, para enganar o rei. No final desta primeira cena, a rainha sabe que o ministro apropriou-se da carta, e o ministro sabe que a rainha sabe.

No decorrer de uma segunda cena, um novo personagem, Dupin, aparece. Por ordem do comissário de polícia, Dupin visita o ministro esperando encon-

7. Cf. *supra*, p. 38.

8. J. Lacan, *Le Moi dans la théorie de Freud et dans la technique de la psychanalyse* (1954-1955), seminário de 26 de abril de 1955, Paris, Seuil, 1978, pp. 225-240. Cf. também: *Écrits*, op. cit., pp. 11-61.

trar a carta em seu domicílio. O ministro, suspeitando o motivo da visita de Dupin, recebe seu visitante como se não houvesse nada demais. Dupin percebe, durante sua inspeção, um papel amassado, negligentemente colocado à vista de todos. Compreendendo que se tratava seguramente da carta procurada — protegida, assim, no melhor dos esconderijos — esquece voluntariamente sua tabaqueira na casa do ministro e despede-se.

Com o pretexto de recuperar a tabaqueira esquecida, Dupin volta no dia seguinte, trazendo consigo uma reprodução que imita muito bem o documento amassado. Aproveitando um incidente que distrai a vigilância do ministro, ele substitui a contrafação pela carta cobiçada e retira-se.

A segunda cena revela, portanto, uma estratégia de troca inversa à precedente: é Dupin quem possui a carta, e o ministro é depositário de uma contrafação. Todavia, o ministro nada sabe da substituição ocorrida, ao passo que a rainha o sabe.

A interpretação lacaniana do conto de E. Poe é clara. Se considerarmos que a carta está investida da função de significante, e seu conteúdo da de significado, compreende-se em que reside a supremacia do significante sobre o sujeito. De fato, ao longo das diferentes cenas sucessivas, está claro que cada personagem viu-se enganado pelo jogo das substituições sucessivas da carta que circula. O rei foi enganado, posto que nada viu. Em contrapartida a rainha viu, mas nada pôde fazer. Enfim, o ministro nada viu e nada soube da substituição de Dupin.

Todos os sujeitos, portanto, viram-se mobilizados, um a um, pela circulação da carta. Tendo em vista o caráter bastante singular desta interpretação, Lacan pode evidenciar, com a maior precisão, o poder do significante suscetível de mobilizar o sujeito. Esta carta, com efeito, desempenha muito bem o papel de significante, uma vez que os personagens que ela move não conhecem seu conteúdo (significado). Além disso, percebe-se que esse significante único circula não somente ante o mutismo de uns, mas também face à cegueira de outros. Não se poderia encontrar melhor ilustração metafórica para alertar-nos sobre a dimensão do inconsciente e de seu processo de surgimento, ou seja, algo que está sempre aí, mas também e ao mesmo tempo, sempre alhures. O devir dessa carta/significante que ao longo de seu percurso é trocada por diversos substitutos, não pode, tampouco, deixar de nos remeter à ordem da linguagem e a seus mecanismos de substituições significantes. Enfim, uma última analogia: cada um dos personagens, determinados em seu agir pela relação com a carta, nos conduz à posição do sujeito, movido à revelia pelos significantes da linguagem em relação com o inconsciente.

A supremacia do significante se traduz, portanto, eletivamente, por uma *dominação do sujeito pelo significante*, que o predetermina lá mesmo onde ele crê escapar a toda determinação de uma linguagem que ele pensa controlar. Trata-se de uma das propriedades mais fundamentais, que sela a relação

do sujeito com seu discurso e que nós podemos colocar no próprio fundamento da noção de fala-ser (*parlêtre*)* em Lacan.

Desta análise do processo metafórico, podemos, portanto, reter estas primeiras conclusões:

1) O processo metafórico é o produtor de sentido, na medida em que está sustentado pela autonomia do significante em relação ao significado: eis aí a explicação dessa formulação de Lacan:

“A metáfora se situa no ponto preciso onde o sentido se produz no “non-sens”⁹.”

2) A metáfora, no próprio princípio de sua construção, atesta o caráter primordial do significante, no sentido de que é a cadeia dos significantes que governa a rede dos significados.

3) O caráter primordial do significante se exerce não somente em relação ao significado, mas também em relação ao sujeito, que ele predetermina sem que este o saiba.

Estes três pontos serão amplamente corroborados pela análise do processo metonímico, que duplica seus efeitos.

O PROCESSO METONÍMICO

Etimologicamente, o termo “metonímia” significa: mudança de nome (*metonymia*). Esta figura de estilo de linguagem é elaborada segundo um processo de *transferência de denominação*, por meio do qual um objeto é designado por um termo diferente daquele que lhe é habitualmente próprio. Esta transferência de denominação de um termo para um outro termo, contudo, só é possível com a ressalva de que existam certas condições de ligação entre os dois termos. Tradicionalmente, essas condições particulares de ligação são especificadas pelos modos a seguir. Os dois termos podem, com efeito, estar ligados por uma relação de matéria a objeto ou de continente a conteúdo. Por exemplo: “Beber um copo”, “Os metais da orquestra”. Ou por uma relação de parte e todo: “Uma vela no horizonte”, andar numa 750 cilindradas. Ou então, por uma relação de causa e efeito: “A colheita” (que designa não somente a ação de colher, mas também o efeito desta ação).

Analisemos o processo de construção de uma expressão metonímica do tipo: “estar num divã”, expressão comumente utilizada para significar “fazer análise, estar em análise” (sobre um divã). Aqui, o termo “divã” é metonimicamente utilizado no lugar do termo (a análise). Em outras palavras, a parte (o divã) é colocada no lugar do todo (a análise). Embora o “todo” esteja eludido, nem por isso a significação deixa de aparecer, em razão da *relação de contigüidade* entre a “parte” e o “todo”.

* “Le parlêtre”: neologismo criado por Lacan. Não há, por ser neologismo, tradução única, consensual. M. D. Magno traduziu por “falessen” (N. da T.).

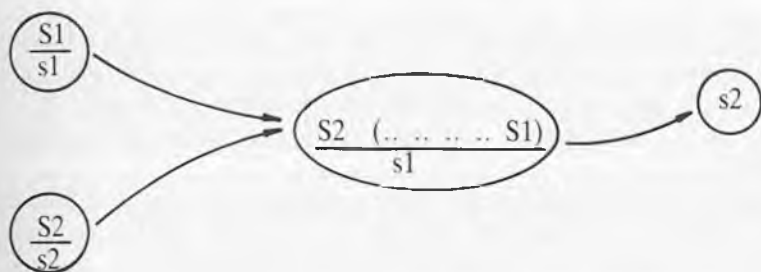
9. J. Lacan, “L’Instance de la lettre dans l’inconscient ou la rais on depuis Freud”, in *Écrits*, Paris, Seuil, 1966, p. 508.

O processo metonímico impõe, assim, um novo significante em relação de contiguidade com um significante anterior, que ele suplanta. Podemos esquematizar este mecanismo pelo seguinte algoritmo:

Coloquemos:



Ao introduzirmos a figura metonímica, efetuamos uma substituição significante que consiste em substituir S1 por S2.



Mas, contrariamente ao que se passa na metáfora, o significante “descartado” não passa sob a barra de significação. Ele permanece acima, pois na metonímia o sentido está submetido à manutenção de S1 em contiguidade imediata com S2 e em associação com s1. Em contrapartida, s2 é provisoriamente expulso. Podemos fazer aqui a mesma observação que a propósito da metáfora. Na construção metonímica, a manutenção da presença de dois significantes garante contra toda possibilidade de elaboração de um signo novo que associaria de forma aleatória um significante a um significado.

Por razões análogas às evocadas a respeito da metáfora, a metonímia testemunha em favor da *autonomia dos significantes em relação à rede dos significados, que eles governam*, e, conseqüentemente, em favor da *supremacia do significante*.

Lacan exprime o processo metafórico e o processo metonímico em fórmulas algorítmicas que procuram ressaltar as propriedades específicas do significante.

O processo metafórico é, em primeiro lugar, expresso pela seguinte escrita simbólica:

$$f \left(\frac{S'}{S} \right) S \cong S (+) s^{10}$$

Esta fórmula, esclarece Lacan, nos indica:

“que é na substituição de significante a significante que se produz um efeito de significação, que é de poesia ou de criação, em outras palavras, o advento da significação em questão. O signo + colocado entre () manifesta, aqui, a transposição da barra — e o valor constituinte desta transposição para a emergência da significação¹¹.”

Uma segunda fórmula de Lacan, contemporânea da precedente, dá uma maior importância ao caráter de substituição significante da metáfora:

$$\frac{S}{S'} \cdot \frac{S'}{x} = S' \left(\frac{I}{S} \right)^{12}$$

Nesta nova articulação simbólica, comenta Lacan, “os I maiúsculos são os significantes, x a significação desconhecida e o s o significado induzido pela metáfora, que consiste na substituição da cadeia significante de S a S'. A elisão de S', representada aqui pelo risco, é condição de realização da metáfora¹³.”

Esta formulação diferente apresenta a vantagem de constituir uma matriz geral da metáfora, diretamente aplicável ao processo metafórico inaugural que constitui a *metáfora do Nome-do-Pai ou metáfora paterna*. Indiquemos, desde já, sua fórmula, sob reserva de examinar sua significação mais adiante:

$$\frac{\text{Nome-do-Pai}}{\text{Desejo da Mãe}} \quad \frac{\text{desejo da Mãe}}{\text{significado para o sujeito}} \quad \text{—} \quad \text{Nome-do-Pai} \left(\frac{A}{\text{Falo}^{14}} \right)$$

A formulação do *processo metonímico* convoca os mesmos símbolos, numa expressão onde a função reside na conexão de um significante novo com um significante antigo, com o qual ele está em relação de contigüidade e que ele substitui:

$$f (S \dots S') S \cong S (-) s^{15}$$

10. J. Lacan, “L’Instance de la lettre dans l’inconscient ou la raison depuis Freud”, op. cit., p. 515. et “Les Formations de l’inconscient” (1957-1958, ainda inédito), seminário de 6 de novembro de 1957.

11. J. Lacan, “L’Instance de la lettre dans l’inconscient ou la raison depuis Freud”, op. cit., p. 515.

12. J. Lacan, “D’une question préliminaire a tout traitement possible de la psychose”, in *Écrits*, Paris, Seuil, 1966, p. 557.

13. *Ibid.*, p. 557.

14. *Ibid.*, p. 557.

15. J. Lacan, “Les Formations de l’inconscient”, op. cit., seminário de 6 de novembro de 1957.

Lacan chama nossa atenção para esta diferença entre metonímia e metáfora: “O signo — colocado entre () manifesta aqui a manutenção da barra — que, no primeiro algoritmo (*), marca a irredutibilidade em que se constitui, nas relações entre o significante e o significado, a resistência à significação”¹⁶.

De fato, a função da manutenção da barra é, na metonímia, prova de uma resistência à significação, na medida em que esta figura de estilo apresenta-se sempre como um *não-sentido aparente* (*não “se está num divã”, faz-se uma análise sobre um divã*). Em outras palavras, uma operação de pensamento é sempre necessária para apreender o sentido da expressão metonímica, restabelecendo as ligações de conexão entre S e S'. Em contrapartida, na metáfora, se o surgimento de sentido é imediato, é precisamente porque uma transposição da barra se produziu.

As noções de *metáfora* e *metonímia* constituem, na perspectiva lacaniana, duas das pedras fundamentais da concepção estrutural do processo inconsciente. Estas duas molas mestras sustentam, com efeito, uma larga parte do edifício teórico mobilizado pela tese: *o inconsciente é estruturado como uma linguagem*. Assim também, se os processos “metafórico” e “metonímico” estão na própria origem dos mecanismos que regulam geralmente o princípio do funcionamento inconsciente, devemos poder evidenciar a aplicação destes dois paradigmas tanto ao nível do processo primário, como ao nível das formações do inconsciente propriamente ditas. A justificativa de tal aplicação é perfeitamente possível. Propomos ilustrá-la através dos diversos temas que abordaremos sucessivamente:

- o processo de “condensação” do sonho como processo metafórico,
- o processo de “deslocamento” no sonho como mecanismo metonímico,
- os *neologismos*, *glossolalias* e *línguas delirantes* como construções metafóricas e metonímicas,
- o *sintoma* como metáfora,
- o *dito espirituoso* como condensação metafórica e/ou deslocamento metonímico,
- o *processo do desejo* como procedimento metonímico,
- a *metáfora do Nome-do-Pai* ou metáfora paterna como acesso ao simbólico.

O conjunto do trabalho teórico desenvolvido na *Interpretação dos Sonhos* permite supor que Freud havia pressentido — sem, todavia, explicá-los — os dois grandes eixos da linguagem: substituição/metáfora e combinação/me-

* O primeiro algoritmo é: $\frac{S}{s}$

16. J. J. Lacan, “L’Instance de la lettre dans l’inconscient ou la raison depuis Freud”, op. cit., p. 515.

tonímia. São estas intuições, tidas como freudianas, que Lacan irá desenvolver, principalmente no sentido de uma aproximação entre os dados da lingüística e os mecanismos de condensação e deslocamento do processo primário. Vimos que a idéia de uma tal aproximação é anterior à reflexão teórica de Lacan¹⁷. Mas é Lacan quem vai codificar esta aproximação num processo teórico pertinente e rigoroso, retomando o texto de Freud ao pé da letra.

17. Cf. Ella Freeman Sharpe, *supra*, nota 2, p. 34.

A condensação como processo metafórico

Retornemos, pois, ao exame do processo de condensação tal como Freud analisa seu princípio na *Interpretação dos Sonhos*¹. Vimos que Freud distingue muitos tipos de condensação². Examinemos um deles: a condensação por omissão. O sonho da “monografia botânica”³ constitui uma ilustração notável deste mecanismo de condensação. De fato, os materiais do conteúdo manifesto aparecem ali radicalmente *sobredeterminados*, uma vez que a maior parte deles remete a uma pluralidade de materiais latentes, por intermédio das cadeias de associações. É, sobretudo, o caso de dois termos: *monografia* e *botânica*⁴. Mas em que estes dois termos mantêm uma relação com o processo metafórico?

Lembremos desde já, com Lacan, que uma metáfora não é outra coisa senão uma *substituição significante*, porquanto aí se opera a substituição de um significante por um outro significante. Na linguagem, essa substituição entre dois termos efetua-se, na maioria das vezes, com a ajuda de uma similaridade semântica ou de uma similaridade homofônica. É evidente que, ao nível dos processos inconscientes, nem sempre se identifica o caráter imediato de

1. S. Freud, *L'Interprétation des rêves*, op. cit., ver sobretudo cap. VI “O trabalho do sonho”, p. 242 e seg., Cf. tb. *Le Rêve et son interprétation*, op. cit., caps. IV e V.

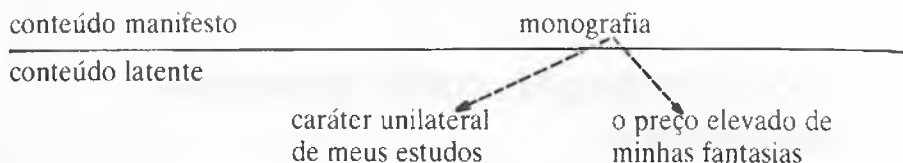
2. Cf. supra, pp. 25-26.

3. S. Freud, *L'Interprétation des rêves*, op. cit., p. 245 e seg.

4. S. Freud, *ibid.*, p. 246. “Esta primeira investigação deixa a impressão que os elementos *botânica* e *monografia* têm um lugar no sonho porque eram os que apresentavam, com os pensamentos do sonho, maior número de pontos de contato; eram os nós onde pensamentos do sonho puderam encontrar-se em grande número, porque ofereciam à interpretação sentidos numerosos”.

tais ligações de similaridade. Somente as cadeias associativas evidenciarão esta similaridade.

No sonho da "monografia botânica", o termo "monografia" (S3/s3) virá substituir outros termos latentes: "o caráter unilateral de meus estudos" (S1/s1), "o preço elevado de minhas fantasias" (S2/s2).



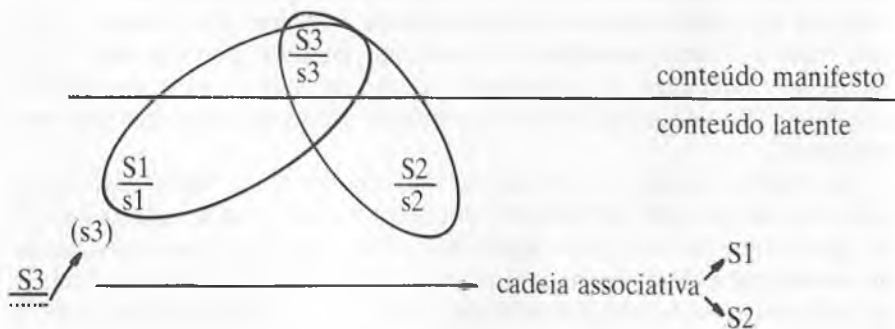
Encontramos, então, de certo modo, o trabalho de um processo metafórico cujo mecanismo já foi descrito⁵:

Coloquemos: $\frac{S3}{s3}$: monografia botânica

$\frac{S1}{s1}$: caráter unilateral de meus sonhos

$\frac{S2}{s2}$: o preço elevado de minhas fantasias

No sonho, o processo metafórico intervirá da seguinte forma:



Pode-se facilmente identificar nesta construção uma aplicação do mecanismo metafórico esquematizado pela fórmula:



5. Cf. supra, p. 54 e seg.

Em outras palavras, a condensação pode, legitimamente, ser considerada como estritamente análoga a uma substituição significante. A análise do funcionamento do termo “botânica” conduziria a uma mesma conclusão.

O tipo de condensação que Freud designa por *formação compósita* é, na mesma medida, representativo da intervenção de um mecanismo metafórico. Neste tipo, os elementos latentes que apresentam características em comum irão fundir-se entre si. Assim, estarão todos representados ao nível manifesto por um único elemento. É o exemplo das “pessoas compostas”, das “figuras coletivas”, das “composições neológicas” que povoam os sonhos⁶.

No sonho da “injeção de Irma”⁷, Freud descobre que Irma aparece numa série de situações, onde cada um dos gestos que realiza remete a pessoas diferentes: “Todas essas pessoas que descubro ao investigar esta Irma não aparecem no sonho: elas se dissimulam por detrás da Irma do sonho que se torna também uma imagem genérica, formada com quantidades de traços contraditórios. Irma representa todas essas pessoas sacrificadas ao longo do trabalho de condensação, uma vez que acontece com ela tudo o que aconteceu com as outras”⁸.

Neste mesmo sonho, um outro exemplo de condensação presta-se da melhor forma à identificação de um processo metafórico. Trata-se da elaboração metafórica do “doutor M...” a partir de dois elementos latentes: o personagem M... e o irmão mais velho de Freud⁹, que possuem certos caracteres de similaridade: é por isso que eles se prestarão especialmente bem à substituição metafórica:

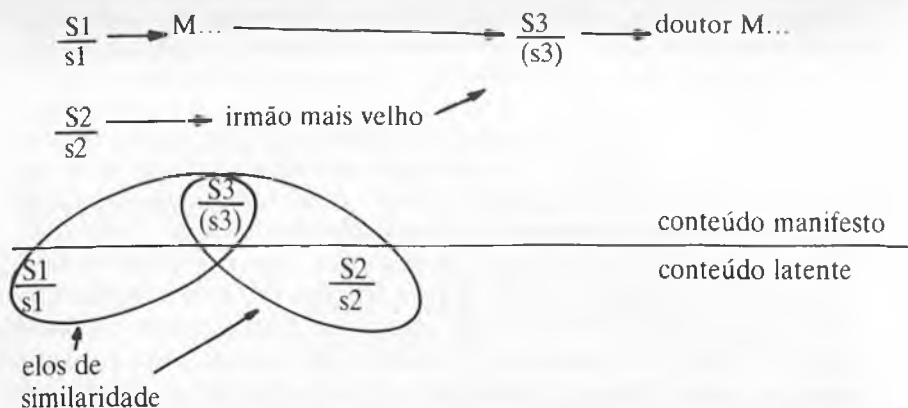
6. S. Freud, *Le Rêve et son interprétation*, op. cit., pp. 45-46. “Explicam-se também, pelo trabalho de condensação, certas imagens especiais do sonho e que o estado de vigília ignora absolutamente. São as figuras humanas de personalidades múltiplas ou mistas, e também estas estranhas criações compostas, só comparáveis às figuras animais concebidas pela imaginação dos povos do Oriente”.

“Quem de nós não encontrou em seus próprios sonhos imagens deste gênero? Elas resultam de combinações as mais variadas. Posso formar uma figura única de traços tomados de muitos; posso ver em sonho uma fisionomia bem conhecida e dar-lhe o nome de algum outro, ou identificá-lo completamente, mas colocá-lo numa situação onde, na realidade, uma outra pessoa se encontra”.

7. S. Freud, *L'Interprétation des rêves*, op. cit., p. 99 e seg. e p. 254 e seg.

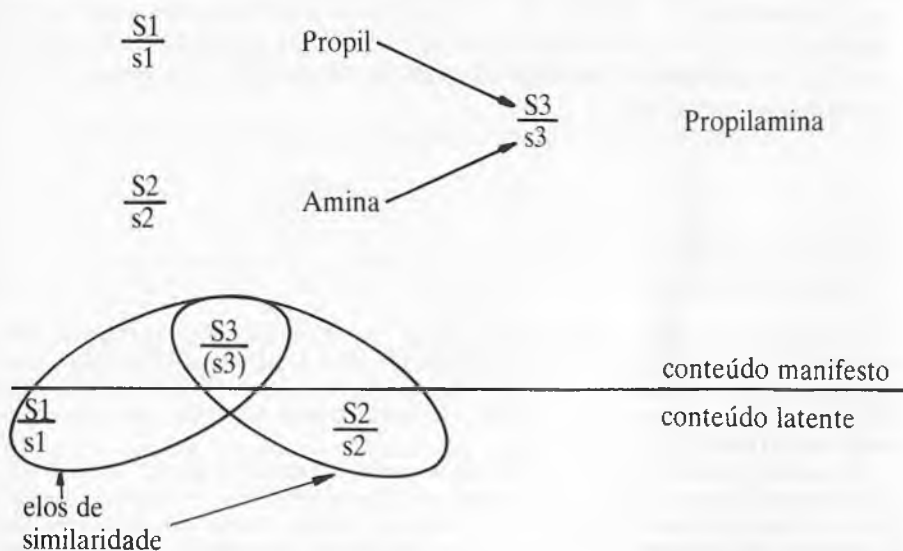
8. S. Freud, *L'Interprétation des rêves*, op. cit., p. 254.

9. S. Freud, *ibid.*, p. 254. “Pode-se criar uma pessoa coletiva que serve à condensação do sonho, reunindo numa só imagem do sonho traços de duas ou muitas pessoas. É assim que foi formado o doutor M... de meu sonho. Ele traz o nome de M..., fale e age como ele; suas características físicas, sua doença são de outra pessoa, de meu irmão mais velho; um único traço, sua palidez, está duplamente determinado, uma vez que na realidade é comum às duas pessoas”.



Um novo exemplo deste processo é proporcionado, no sonho da “injeção de Irma”, pela composição neológica do termo “Propilamina”¹⁰.

A “Propilamina” provém de uma substituição significativa operada a partir de dois materiais latentes: “Propil” e “Amina”, que têm entre si elos de similaridade¹¹.



10. S. Freud, *L'Interprétation des rêves*, op. cit., p. 255-256.

11. Um exemplo do mesmo gênero é trazido por Freud a propósito de outro neologismo construído num sonho: “Norekdal”. Este termo é construído a partir de “Nora” e “Ekdal” (cf. *L'Interprétation des rêves*, op. cit., p. 257). Este mesmo mecanismo metafórico intervém de modo frequentemente estereotipado nas alterações psicopatológicas da linguagem, como as glossolalias e certas línguas delirantes. As produções neológicas, nestes casos, estão, aliás, frequentemente conjugadas a mecanismos metonímicos, como já mostrei em meu estudo: “Condensação e deslocamento na estruturação das línguas delirantes” (cf. supra, nota 2, p. 38).

Estes poucos exemplos são suficientemente significativos, sendo desnecessário prosseguir indefinidamente com ilustrações. Eles atestam, por si só, que no trabalho do sonho os processos de condensação desenvolvem-se de maneira análoga aos processos metafóricos da linguagem. É possível estabelecer, de maneira também pertinente, uma analogia da mesma ordem entre o mecanismo de deslocamento e o processo metonímico.

O deslocamento e o trabalho do sonho como processos metonímicos

No decorrer do trabalho do sonho, os materiais nem sempre são condensados. A maior parte do material latente pode, por vezes, estar representada ao nível manifesto. Todavia, com exceção dos sonhos de crianças, esses materiais latentes não se encontram representados como tal. Nesta representação manifesta, é introduzida uma inversão dos valores. Trata-se, de fato, de um *deslocamento* dos valores que irá induzir um *deslocamento do sentido*¹.

Nos sonhos irracionais, o deslocamento do valor é, na maioria das vezes, total, e o essencial do material latente torna-se perfeitamente acessório no nível manifesto. Nestas condições, identifica-se neste mecanismo a própria configuração do processo metonímico. Com efeito, representar o essencial pelo acessório é, de certa maneira, representar o todo pela parte. É, na mesma medida, análogo à representação do conteúdo pelo continente, da causa pelo efeito: ou seja, os principais tipos de metonímia, onde um significante pode exprimir outro, com o qual está numa relação de contigüidade².

1. a) Cf. supra, p. 26.

b) S. Freud, *Le Rêve et son interprétation*, op. cit., p. 52. "Enquanto o trabalho do sonho é realizado, a intensidade psíquica das idéias e das representações que lhe servem de objeto é transportada para outras, para aquelas, precisamente, que não esperávamos absolutamente ver tão acentuadas".

c) S. Freud, *L'Interprétation des rêves*, op. cit., p. 236. "Observamos que os elementos que nos parecem essenciais para o conteúdo desempenham, nos pensamentos do sonho, um papel muito apagado. Inversamente, o que é visivelmente o essencial dos pensamentos do sonho não está, às vezes, de modo algum representado. O sonho está centrado de outra forma, seu conteúdo está organizado em torno de elementos diferentes dos pensamentos do sonho".

2. Cf. supra, p. 59 e segs.

Se no sonho o acessório manifesto exprime o primordial latente com a ajuda de uma construção metonímica, ainda assim a relação de contigüidade entre os significantes nunca aparece de forma tão evidente quanto nas elaborações metonímicas da linguagem. Esta relação de contigüidade só pode ser evidenciada por associações.

Examinemos o processo com o exemplo de alguns sonhos extraídos da obra de Angel Garma, *A Psicanálise dos sonhos*³: “Em Sófia, caminho pelas ruas em companhia da governanta. Passo por ruas onde existem bordéis. Sou francês e passo por ali como um francês. Vejo meu amigo que teve há pouco tempo um acidente de esqui. Digo-lhe que sou francês e mostro-lhe alegremente minha carteira de identidade de cidadão francês”⁴.

Analisemos os materiais: *eu sou francês e acidente de esqui*. Estes dois elementos foram objeto, no sonho, de um deslocamento significativo do valor, isto é, do sentido. Com efeito, todo um trabalho associativo permitirá decodificar a significação latente, metonimicamente disfarçada a nível do conteúdo manifesto do sonho.

A análise do trabalho associativo nos é proporcionada pelo seguinte comentário: “Às vezes, ele pensa que não merece ser francês por não ser suficientemente corajoso. A história da França é uma história de atos corajosos. Em seu país de origem, onde existem severos costumes de influência árabe, a França tem a reputação de ser o país do amor. Seguindo as associações do paciente, ser francês quer dizer ser corajoso no amor, quer dizer, ter relações genitais, vencer todos os temores que ele experimenta e que causam sua impotência”. (...)

“Vejo meu amigo”. Trata-se de um amigo que tem muitas amizades íntimas com mulheres. “Acidente de esqui”: é um acidente que esse amigo realmente sofreu há pouco tempo. Mas isto sugere também ao paciente a idéia de um outro acidente, de uma blenorragia que o irmão desse amigo contraiu ultimamente. O acidente de esqui do conteúdo manifesto do sonho é um deslocamento típico e representa as idéias latentes de acidentes possíveis em consequência de relações sexuais”⁵.

Este exemplo evidencia, assim, um duplo deslocamento: “sou francês” significa ter relações sexuais normais com as mulheres; “acidente de esqui” representa as idéias de acidentes possíveis em consequência de relações sexuais e, de uma maneira geral, os perigos da sexualidade. Dito de outra forma, neste sonho, o deslocamento impõe um material manifesto para designar um material latente em relação de contigüidade com o precedente. Trata-se, pois, neste caso, de uma transferência de denominação totalmente idêntica ao mecanismo da metonímia, que impõe sempre um novo significante em relação de contigüidade com um significante anterior que ele substitui.

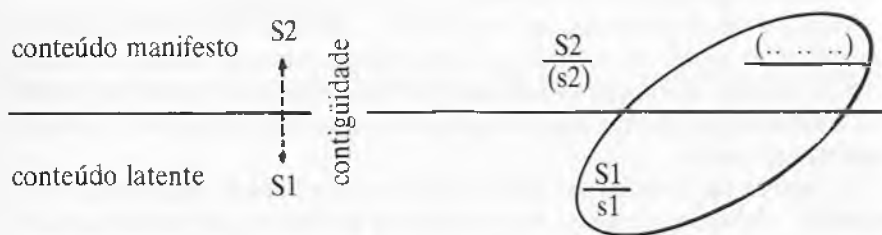
3. A. Garma, *La Psychanalyse des rêves*, Paris, PUF, 1954.

4. *Ibid.*, p. 24.

5. A. Garma, *La Psychanalyse des rêves*, op. cit., p. 24.

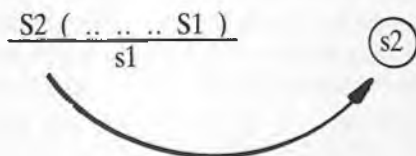
De acordo com a formulação esquemática⁶ anterior, destinada a dar conta do mecanismo metonímico, podemos então representar a transferência de denominação da seguinte forma:

$$\frac{S2}{s2} \left\{ \begin{array}{l} \text{"Sou francês"} \\ \text{"acidente de esqui"} \end{array} \right.$$

$$\frac{S1}{s1} \left\{ \begin{array}{l} \text{"ter relações sexuais normais com as mulheres"} \\ \text{"riscos de acidentes sexuais"} \end{array} \right.$$


O material manifesto $S2/s2$ ("acidente de esqui") não faz imediatamente sentido, devido à presença do significado ($s2$) que lhe é associado. Por ele ser o significado eliminado na construção metonímica, está mencionado entre parênteses. Por outro lado, a contigüidade própria à possibilidade desta construção metonímica aparece na cadeia associativa. O material $S1/s1$ ("acidentes sexuais") está, com efeito, metonimicamente ligado ao material $S2/s2$ ("acidente de esqui"), graças a um elo associativo: a blenorragia acidental do irmão de seu amigo.

O deslocamento do sonho intervém segundo um mecanismo ao termo do qual encontramos o produto da figura metonímica esquematizada pela fórmula:



6. Cf. supra, p. 60.

Em geral, o processo global do trabalho do sonho é um empreendimento metonímico. Enquanto tal, ele é sustentado por um mecanismo geral de transferência de denominação, que Freud chama de “disfarce” ou “dissimulação” do sentido. O sonho só resiste à significação na medida em que esta resistência é, justamente, o produto do trabalho do sonho. Eis aí uma precisão efetuada por Lacan, ao lembrar que a resistência à significação da metonímia deve-se ao fato de que a metonímia é sempre um não-sentido aparente⁷.

O exame de outro sonho confirma imediatamente essa função metonímica do trabalho do sonho em seu conjunto: “Num cômodo da casa com meu marido. Tenho muita dificuldade para encontrar a chave do gás. Quando eu a abro, o gás sai. Pouco a pouco a casa desmorona. Vamos morrer. Ao mesmo tempo, vejo a casa erguer-se novamente”⁸.

A análise deste sonho faz com que pouco a pouco apareça a seguinte significação: “É o sonho de uma mulher que tem um marido impotente e que deseja o divórcio. O cômodo da casa indica a convivência com o marido. O sexo masculino está representado pela chave do gás, e a impotência pela dificuldade de encontrá-la. A destruição da casa e a chegada da morte são o fim do casamento. A casa que se ergue novamente representa um novo casamento”⁹.

Neste exemplo, não se pode dizer que “a dificuldade de encontrar a chave do gás” significa, exatamente, “a impotência do marido”. Existe aí um não-sentido aparente. A resistência à significação depende — mas não somente — da cadeia dos diversos materiais intermediários postos em conexão pelo próprio trabalho do sonho. De modo que se a análise do sonho consiste em desmontar o trabalho do sonho, percorrendo a cadeia desses materiais em contigüidade, trata-se, em última instância, de percorrer o caminho trilhado pelo processo metonímico.

7. Cf. supra, p. 62.

8. A. Garma, *La Psychanalyse de Rêves*, op. cit., p. 267.

9. *Ibid.*, p. 267.

O dito espirituoso como processo metáforo-metonímico

A análise estrutural entre certos processos de linguagem e certos processos inconscientes identifica-se, além do sonho, em outras formações do inconsciente, para não dizer em todas. O *dito espirituoso* é uma delas e apresenta a vantagem de conjugar simultaneamente a condensação metafórica e o deslocamento metonímico.

Muito cedo, Freud percebeu a identidade de estrutura que podia existir entre o mecanismo da condensação e a construção de certos ditos espirituosos: “Descrevi, como um dos elementos da elaboração do sonho, um processo de condensação que apresenta as maiores analogias com o da técnica do dito espirituoso. Nos dois casos, a condensação conduz à abreviação e cria formações substitutivas de caráter semelhante”¹.

De fato, o dito espirituoso pode elaborar condensações como as de “Propilamina” ou de “Norekda!”². Em outras palavras, o dito espirituoso procede igualmente por substituições; logo, por *metáforas*. Prova disso é o célebre *familiário* de H. Heine, cujo mecanismo é analisado por Freud no primeiro capítulo de sua obra sobre o dito espirituoso. A condensação metafórica constrói-se do seguinte modo:

FAMILIAR
MILIONÁRIO
FAMILIONÁRIO³

1. S. Freud, *Der Witz und seine Beziehung zum Unbewussten* (1905), G. W., VI. S. E., VIII, citado na tradução de M. Bonaparte e M. Nathan, *Le Mot d'esprit et ses rapports avec l'inconscient*, Paris, Gallimard, 1930, pp. 45-46.

2. Cf. supra, p. 69.

3. S. Freud, *Le Mot d'esprit et ses rapports avec l'inconscient*, op. cit., p. 30.

Ele nos lembra ainda a famosa palavra “Cartaginesice”, de Sainte-Beuve, a propósito do romance *Salambô*, de Flaubert, cuja ação se desenrola em Cartago:

CARTAGINÊS
CHINESICE
CARTAGINESICE⁴

A elaboração do dito espirituoso pode utilizar uma outra técnica, explorando o registro inconsciente do deslocamento, que reside, segundo Freud: “no desvio do curso do pensamento, no deslocamento da importância psíquica do tema primitivo para um tema diferente”⁵. Como tal, essa técnica segue a via da *metonímia*.

Analisemos de perto este tipo de metonímia do dito espirituoso num fragmento clínico que apresenta a interessante particularidade de ter sido totalmente involuntário. Em outras palavras, vamos ver que o dito espirituoso estruturado de modo metonímico advém no lugar de uma outra formação do inconsciente: o lapso.

Ao voltar da África do Norte, onde estivera após seu casamento, uma jovem anuncia a seu analista, numa soberba denegação, que fez *uma excitante velagem de núpcias**. A expressão a deixa perturbada por alguns instantes, o que não impede que apareça muito intensamente, ao longo da sessão, o fato de o esposo não se ter mostrado verdadeiramente à altura da situação durante a viagem, tornando-se difícil sufocar por muito mais tempo a urgência da recriminação inconsciente. Esta se faz ouvir graças a um deslocamento que favorece tanto a ocorrência da tirada espirituosa, como a do lapso. De modo que essa formação do inconsciente “mista” revelará sua solução explicativa numa série de associações que trarão à luz a construção metonímica subjacente.

Para esta mulher, a “viagem” de núpcias esteve, antes de mais nada, associada à efervescência frenética de seus impulsos, bem como à expectativa impaciente de sua satisfação. Em contrapartida, a “velagem” é a das mulheres da África do Norte, simbolizando, *para ela*, o testemunho de uma certa servidão erótica, de uma miséria amorosa. Além deste símbolo aparecer também como um significante inconsciente do hímen, é sobretudo a idéia dessa miséria erótica que se associará imediatamente à decepção que sofreram seus ardores.

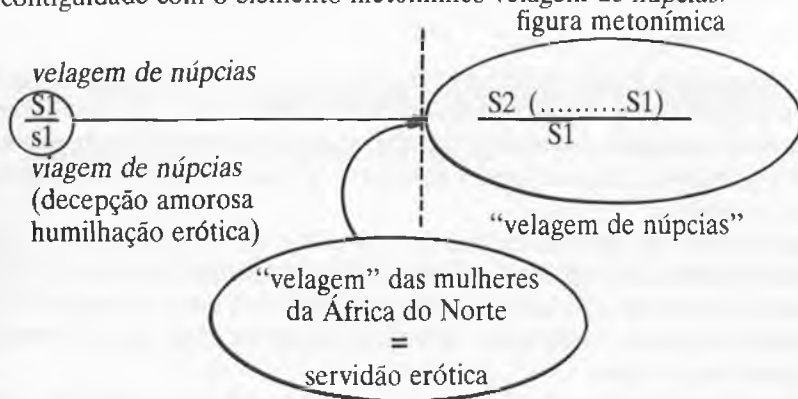
A relação de contigüidade entre “núpcias” e “velagem” é amplamente suficiente para que a metonímia se opere sob a figura de um lapso/tirada espirituosa. Em outras palavras, houve deslocamento metonímico, ou seja, transferência de denominação. Pode-se reconstituir o mecanismo da seguinte maneira:

4. *Ibid.*, p. 35.

5. *Ibid.*, p. 82.

* *un très excitant voilage de nocés*, no original. *Voilage*: adorno de tecido transparente; véu. (N. da T.)

O elemento *viagem de núpcias* S1/s1 é, antes de tudo, a ocorrência de uma decepção amorosa, de uma humilhação erótica que ela se esforça para esquecer. O retorno do recalcado irá efetuar-se por um deslocamento significativo induzido pelo elemento associativo: “servidão erótica”, que irá assegurar a contigüidade com o elemento metonímico *velagem de núpcias*.



Para concluir, mencionemos que a experiência aflitiva da “velagem/viagem de núpcias” dessa mulher foi suficientemente desmobilizante para que se possa circunscrever aí a origem de um sintoma que iria organizar-se posteriormente, sob o modo de uma espetacular figura de metáfora.

O sintoma como processo metafórico

Retomemos o fragmento clínico a partir da amargura dessa viagem de núpcias, induzida por uma falha conjugal acentuada.

Mas expor uma tal amargura já seria, talvez, antecipar um dos elementos da estratégia inconsciente que irá colaborar para a organização do sintoma na esposa magoada. É preciso, aqui, seguir o fio do dizer desenrolado ao longo das sessões posteriores.

O acento é de imediato colocado sobre o *efeito de surpresa* provocado pela falha inesperada do marido. Efeito de surpresa que irá se revestir de toda a sua importância a seguir: nem que seja pelo fato de que parece ter intervindo como um *autêntico sinal de angústia*. Em outras palavras, como um dispositivo de defesa mobilizado ante a iminência de um perigo psíquico cujo afluxo de excitações poderia não ser contido pela economia do sujeito.

Esse afluxo de excitações, que tem sua origem na inscrição anterior de uma situação de angústia, deve poder encontrar um limiar de “alarme” suficiente para alertar as defesas do sujeito. É neste sentido que o “efeito de surpresa” irá operar como signo precursor de um afeto traumático passado, reavivado pela falha presente do parceiro. O sintoma irá encontrar seu ponto de inserção em torno deste sinal de angústia.

Num primeiro tempo, “o efeito de surpresa” irá intervir como processo de defesa contra um certo número de pensamentos imediatos e “locais”, que serão recalçados imediatamente. O trabalho analítico resgatará esses pensamentos, um a um. Em primeiro lugar, há a lembrança de um potencial libidinal dolorosamente contido durante toda a viagem de núpcias. Em segundo lugar, a identificação de um ódio violento em relação ao marido impotente.

Enfim, o reconhecimento de uma humilhação narcísica devastadora, por não ter conseguido suscitar os desejos de um homem.

Posteriormente à viagem de núpcias, esses diferentes pensamentos, a princípio recalçados, serão objeto de uma inversão de valores sob a forma de um deslocamento. É, com efeito, sob a forma de uma maternagem com relação ao marido que a coisa retorna. Mas, ao mesmo tempo em que esta mulher conforta amavelmente seu homem, um sintoma aparece e organiza-se sob a forma de um distúrbio da escrita. Esse distúrbio, de início anódino, sistematiza-se com bastante rapidez e toma, a seguir, sua configuração acabada num *tremor rítmico do braço*, tendo por consequência uma *impossibilidade quase total de escrever*. A maior parte do tempo, o surgimento deste sintoma incompreensível acompanha-se de um sentimento de cólera surda contra si mesma, que ela tampouco consegue explicar.

O sintoma, como iremos ver, construiu-se como uma autêntica metáfora, ou seja, como uma substituição significante de um significante antigo recalçado por um significante novo. O significante novo (o sintoma) mantém uma ligação de similaridade com o significante recalçado que ele suplanta.

Muitos meses de pacientes associações serão necessários para identificar o significante recalçado. As principais etapas do trabalho analítico serão pontuadas pela rememoração de um certo número de recordações esquecidas, que desempenharão, sucessivamente, um papel no processo de metaforização.

Em primeiro lugar, a recordação de um incidente aparentemente sem importância: durante a noite de núpcias, o marido havia derramado, por descuido, um copo de *álcool* no leito conjugal. A seguir, volta uma recordação da adolescência: tinham lhe pedido, enquanto se esperava a chegada do médico, que tomasse conta de um vizinho em plena crise de *delirium tremens*. O homem estava deitado numa cama e agitava constantemente *seus braços*, na tentativa de repelir o ataque dos insetos que ele alucinava. Aterrorizada pela cena, ela se lembra de ter sido tomada por um *tremor* constante, até a chegada do médico. Mais tarde, alguns detalhes esquecidos de um acontecimento traumático serão evocados com grande dificuldade. Algum tempo antes de seu casamento, essa mulher havia descoberto que seu pai era, de fato, seu padrasto. Muito tocada com essa verdade que lhe fora dissimulada, decidiu empreender investigações para encontrar alguma pista de seu pai. Das múltiplas investigações que efetuou na época, tinha completamente esquecido uma delas. Ela lembra, então, ter *escrito* a uma velha conhecida de seu pai. Ela havia investido muitas esperanças nessa pista, mas suas diligências revelaram-se tanto mais *frustrantes* quanto sua espera se fez longa e *sem resposta*. Enfim, uma última recordação fundamental surge e irá catalizar as precedentes, revelando o sentido do sintoma. Esta recordação, com efeito, mostrar-se-á como o último elemento do quebra-cabeça metafórico. Ela lembra que por volta de treze-quatorze anos, num dia em que o padrasto bebera um pouco demais, este a havia importunado enormemente, acariciando-lhe os seios repetidas

vezes. Sua reação imediata fora de *grande surpresa*, já que tal atitude era tão estranha quanto inesperada. Ela lembra ainda da *raiva* que sentira de si mesma ao descobrir que estava *impotente* para neutralizar a situação. E era com *angústia* que havia esperado que seu padrasto, enfim, terminasse com seu assédio incestuoso.

Eis portanto, as principais recordações nas quais certos significantes tiveram um papel preponderante na construção metafórica do sintoma. Retomemos esses significantes, um a um, tal como aparecem no decorrer da análise:

- a) o *álcool*: o copo de álcool derramado na cama
- b) *os braços*: a agitação dos braços do vizinho alcóolatra alucinado
- c) *tremores*: o tremor do corpo diante do vizinho que delira
- d) *a escrita*: a escrita para a velha conhecida do pai
- e) *a espera frustrante*: após a escrita da carta
- f) *sem resposta*: a carta escrita
- g) *a grande surpresa*: quando seu padrasto lhe acaricia os seios
- h) *a raiva*: contra si mesma durante a cena incestuosa
- i) *a impotência*: de não poder acabar com a cena
- j) *a espera angustiante*: que o padrasto pare com suas fantasias incestuosas.

A partir destes diferentes elementos, torna-se fácil compreender como se operou a construção eletiva do sintoma. Em primeiro lugar, a decepção da noite de núpcias intervém como o acontecimento que irá reativar a cena incestuosa recalçada. Com efeito, encontramos nessas duas cenas um mesmo elemento instigador, isto é, o *elemento de surpresa*, o qual, como vimos, funcionava como sinal de angústia na cena da noite de núpcias, reativando um afluxo de excitações angustiantes. Mas essa reativação só se tornou possível graças à *similaridade do afeto*: uma excitação sexual sem descarga libidinal. Dito de outra forma, uma tensão psicosssexual frustrante que constituirá um terreno de similaridade favorável à organização do sintoma.

O sintoma propriamente dito irá estruturar-se sob o modo metafórico. Coloquemos a cena incestuosa com o padrasto como o elemento $\frac{S1}{s1}$ e o sintoma da escrita como o elemento $\frac{S2}{s2}$. Se nos reportarmos à estrutura do mecanismo metafórico $\frac{S1}{s1} \longrightarrow \textcircled{S2}$, é fácil compreender que o sintoma, como tal, é o produto de uma substituição significativa da excitação erótica recalçada na cena incestuosa. A repetição de um trauma similar — a frustração da noite de núpcias — desencadeará o processo de substituição. Mas, evidentemente, neste caso (e aí está a diferença com o mecanismo metafórico da linguagem), a similaridade entre os dois elementos significantes que intervêm na metáfora não é imediatamente aparente. Daí o caráter ininteligível do sintoma. A similaridade só é evidenciada ao final de pacientes associações que requerem a presença de uma pluralidade de materiais intermediários,

necessários ao trabalho da substituição metafórica. É exatamente o sentido desta observação de Lacan:

“O sintoma resolve-se inteiramente numa análise de linguagem, porque ele próprio está estruturado como uma linguagem, porque é linguagem cuja palavra deve ser liberada”¹.

É próprio da atividade inconsciente utilizar os diversos materiais de origem diferente numa combinação tal que a expressão do desejo recalcado torne-se irreconhecível. Ora, esses materiais que pontuam a organização do sintoma têm características comuns. Identificamos, em primeiro lugar, o significante *álcool*, que está explicitamente ou implicitamente presente em muitas das lembranças esquecidas: o copo de álcool no leito conjugal; a crise de *delirium tremens*; o padraсто bêbado. Assim também com o significante *espera*: o marido bebe na cama, em vez de dar atenção a ela (espera frustrante); ela toma conta do vizinho em crise enquanto espera o médico (espera angustiante); ela espera em vão uma resposta à sua carta (espera frustrante); espera, enfim, que seu padraсто pare de acariciá-la (espera angustiante). Todos esses fatores de similaridade são suficientes para precipitar a formação do sintoma. Este irá elaborar-se por estratificações sucessivas, um pouco à maneira das condensações de um sonho.

Basta estar atento à maneira como essa mulher articula o perfil de seu sintoma. Ela o apresenta como um distúrbio resultante de um tremor rítmico do braço, gerando uma quase impossibilidade de *escrever* que não cessa de irritá-la. Encontramos na descrição do sintoma os estigmas dessas diferentes camadas de estratificação. De um lado, o significante *escrever/escrita* provém de uma das recordações recalçadas. Por outro lado, o *tremor* rítmico do braço é a condensação de dois materiais provenientes de uma outra recordação esquecida: a agitação dos braços do vizinho durante seu onirismo zoóptico e o tremor de seu próprio corpo ao ver esta cena. Enfim, a *impossibilidade* de escrever e a *raiva* subsequente repetem sua própria *impotência* em reagir às carícias do padraсто e a *raiva interior* que a acompanha.

Ao final do trabalho do processo primário, que agencia esses diferentes materiais agrupando-os, obtemos o sintoma (S2) que substitui a cena do incesto (S1) sob o modo metafórico.

Uma última palavra, todavia, sobre um aspecto deste elemento S1/s1 recalçado: a raiva suscitada por sua impotência em reagir às carícias do padraсто. Temos aqui o exemplo de uma inversão de valor, isto é, de uma *metonímia/deslocamento*. A raiva em relação a si própria não é outra coisa senão o inverso disfarçado do vivido inconsciente. Ela está, acima de tudo, com raiva de seu padraсто porque a excitação erótica que ele desperta nela deixa-a sofrendo por não se prolongar até uma resolução menos frustrante. Na mesma

1. J. Lacan, “Fonction et champ de la parole et du langage en psychanalyse”, in *Écrits*, op. cit., p. 269.

medida, a *impotência angustiada* em reagir exprime o inverso do *prazer passivo* que ela encontra nas iniciativas eróticas do padrasto. A expressão de desejo só se torna culpabilizante em razão das exigências superegóicas, que incitam imediatamente a uma inversão do valor dos afetos para seu contrário.

Concluindo, a *espera passiva* é oportuna na medida em que, desta forma, seu desejo pode se exprimir enquanto a sua moral fica a salvo graças a um deslocamento metonímico.

É fácil compreender em que o fracasso conjugal da noite de núpcias é suscetível de reativar, simultaneamente, a excitação passiva e a frustração, sustentando-se em um efeito de deslocamento idêntico. Com efeito, os pensamentos latentes, como a frustração, o ódio pelo esposo e a humilhação narcísica, são rapidamente convertidos em *maternagem*. Por que essa inversão metonímica do valor dos afetos? Para isto, uma única razão: é preciso manter o recalçamento da cena incestuosa com o padrasto, bruscamente reativada. O meio mais seguro continua sendo o de introduzir uma inversão do valor dos afetos mobilizados durante a noite de núpcias. Em outras palavras, repetir um deslocamento com relação aos afetos da noite de núpcias é consolidar o deslocamento dos afetos da cena incestuosa com o padrasto.

Definitivamente, encontramos neste fragmento clínico a ilustração da construção metafórica de um sintoma cujos elementos constitutivos foram, por outro lado, objeto de deslocamentos metonímicos. De uma forma mais geral, como assinala Lacan:

“O sintoma é um retorno da verdade. Ele não se interpreta a não ser na ordem do significante, que só tem sentido em sua relação com outro significante”².

Da mesma forma:

“Se o sintoma é uma metáfora, não é metáfora dizê-lo (...) pois o sintoma é uma metáfora, quer se queira ou não dizê-lo”³.

O sintoma constitui, pois, uma justificativa suplementar à tese do *inconsciente estruturado como uma linguagem*. A prova decisiva será o mecanismo da metáfora do Nome-do-Pai, que será abordado agora.

2. J. Lacan, “Fonction et champ de la parole et du langage en psychanalyse”, in *Écrits*, op. cit.

3. J. Lacan, “L’Instance de la lettre dans l’inconscient ou la raison depuis Freud”, in *Écrits*, op. cit., p. 528.

Segunda parte

A METÁFORA PATERNA COMO
“ENCRUZILHADA ESTRUTURAL”
DA SUBJETIVIDADE

A prevalência do falo

Para que o processo da metáfora paterna possa ser tomado como a justificativa mais completa do *inconsciente estruturado como uma linguagem*, sua abordagem necessita de algumas observações preliminares que concernem ao *objeto* em torno do qual gravita a questão desta metáfora do Nome-do-Pai: o *objeto fálico*.

Estas observações impõem-se, primeiramente porque o *falo* é um dos conceitos mais freqüentemente mal utilizados nos comentários analíticos. A seguir, porque o *objeto fálico* constitui a pedra angular da problemática edipiana e da castração tal como Lacan lhe recentra o princípio, em torno da dimensão da metáfora paterna.

Tentemos, pois, circunscrever previamente aquilo que se poderia chamar a problemática fálica na obra de Freud. O edifício teórico de Lacan apóia-se de forma prevalente numa referência ao *objeto fálico*. Na perspectiva do *retorno a Freud*, Lacan, aliás, esforçou-se em mostrar o quanto esta referência era constante e central na própria obra freudiana. Encontramos um testemunho manifesto disso a partir do seminário sobre “As Psicoses”¹, principalmente nas breves passagens a seguir:

“Mas, no final das contas, sublinho, o pivô, o ponto de apoio da dialética libidinal, ao qual está referido, em Freud, o mecanismo e o desenvolvimento da neurose, é o tema da castração (...).

“Esta prevalência jamais é abandonada por Freud. É, na ordem material, explicativa da teoria freudiana, de uma extremidade à outra, uma inva-

1. J. Lacan, Seminário, livro III: *Les Psychoses*, op. cit., seminário de 4 de julho de 1956, p. 351.

riante prevalente. Jamais, no condicionamento teórico do interjogo subjetivo onde se inscreve a história de um fenômeno psicanalítico qualquer, ele subordinou ou mesmo relativizou a sua posição (...).

“Em sua obra, o objeto fálico tem o lugar central na economia libidinal, tanto no homem como na mulher.

“Eis aí um fato absolutamente essencial, característico de todas as teorizações efetuadas e mantidas por Freud. Seja qual for o remanejamento feito por ele à sua teorização, ao longo de todas as fases da esquematização que pôde conceber da vida psíquica, a prevalência do centro fálico jamais foi modificada.”

Não obstante a insistência em pinçar esta referência permanente em Freud, paradoxalmente, segundo Lacan, o papel central e preponderante do objeto fálico teria sido frequentemente objeto de confusões importantes na teoria analítica e entre os comentadores de Freud. A começar por um dos primeiros alunos de Freud, E. Jones, cuja elaboração do conceito de *afânise* testemunharia da forma mais contundente, para Lacan, o mal-entendido criado sobre a questão do falo.

Para Jones, a *afânise* exprimiria o desaparecimento do desejo sexual. Esta noção, articulada à dimensão do complexo de castração, objetivaria um temor mais fundamental que o da castração, no homem como na mulher: “Muitos homens desejam ser castrados, por razões eróticas, entre outras, de forma que sua sexualidade não desapareça automaticamente com o abandono do pênis”².

E Jones conclui que se a abolição da sexualidade (*afânise*) e a castração parecem confundir-se, é somente porque o medo da castração não faz outra coisa senão atualizar concretamente a *afânise*.

Para Lacan³, teríamos aqui a ilustração típica de uma má concepção do sentido e do alcance do objeto fálico, tal como intervêm na obra de Freud. Em primeiro lugar, Jones teria confundido, na elaboração do conceito de *afânise*, de certo modo implicitamente, o pênis e o falo. Em outros termos, tratar-se-ia, neste caso, de um desconhecimento específico da natureza do objeto fálico, natureza que permite a Freud atribuir-lhe, precisamente, um valor e uma função idênticas no homem e na mulher. De resto, não é por acaso que Jones elabora o conceito de *afânise* a propósito das investigações que realiza no campo da sexualidade feminina. Segundo ele, é em razão do medo de separação do objeto de amor que se poderia detectar, na mulher, o medo da *afânise*. Da mesma forma, o parâmetro comum à sexualidade

2. E. Jones, “Le Développement précoce de la sexualité féminine (1927)” — Early development of female sexuality (1927) — in *Papers on Psycho-Analysis*, Baillière, Londres, 5^o ed. 1950, pp. 439-440, trad. J. Laplanche et J.-B. Pontalis in *Vocabulaire de la psychanalyse*, PUF, 1973, p. 31.

3. J. Lacan, seminário “La Relation d’objet et les structures freudiennes”, op. cit., seminário de 13 de março de 1957 (seminário inédito).

da menina e do menino deveria ser identificado anteriormente ao complexo de castração.

Isto, por si só, já atestaria que Jones não aceita que a evolução libidinal da menina seja mobilizada pela castração e pela prevalência fálica. Se esta evolução libidinal devesse ser recentrada a partir de uma mesma coisa, esta não seria o falo, mas a *afânise*.

Dito de outra forma, prossegue Lacan, é o próprio sentido da referência ao objeto fálico que parece escapar a Jones. A referência ao falo não é a castração via pênis, mas a referência ao pai, ou seja, a referência a uma função que mediatiza a relação da criança com a mãe e da mãe com a criança. Por outro lado, a confusão de Jones se sustentaria, igualmente, em uma certa indistinção quanto à *natureza da falta do objeto*⁴. Em suma, ele não identificaria de maneira rigorosa o que diferencia a “privação” da “castração”, e faria referência a uma categoria de falta do objeto que ele acredita ser a castração, quando na verdade se trata da privação.

Poderíamos mencionar numerosas outras confusões do mesmo teor nos escritos e discursos da psicanálise. Entretanto, não se deve perder de vista que se esta referência fálica é prevalente na obra de Freud, está na maioria das vezes implícita, metaforizando assim, aliás bastante bem, o status subjetivo do objeto fálico para o sujeito: que não cessa de justificar que o possui; que pergunta com assiduidade quem não o tem, enquanto que, no final das contas, ninguém o tem. Esta disparidade da referência fálica em prol do implícito parece dever-se, antes de mais nada, àquilo que sustenta fundamentalmente o seu caráter operatório, ou seja, a função paterna, como evoca Lacan:

“Freud jamais chegou a isolar completamente sua perspectiva, mas é isso que mantém sua posição em relação a essa espécie de planificação, se é possível dizer assim dos signos instintivos a que tende a se reduzir, depois dele, a dinâmica psicanalítica. Falo desses termos que ele jamais abandonou, que ele exige para qualquer tipo de compreensão psicanalítica, mesmo onde esta só se encaixe aproximativamente, pois se encaixa ainda melhor desta forma, ou seja, a função do pai e do complexo de castração.

“Não pode tratar-se pura e simplesmente de elementos imaginários. O que se encontra no imaginário sob a forma da mãe fálica não é homogêneo, como vocês sabem, ao complexo de castração enquanto integrado à situação triangular do Édipo. Esta situação não é completamente elucidada por Freud, mas pelo simples fato de que é sempre mantida, presta-se a uma elucidação que só é possível se reconhecemos que o terceiro,

4. Retornaremos mais adiante à distinção de falta de objeto que existe entre privação, frustração, castração.

central para Freud, que é o pai, possui um elemento significativo irreduzível a toda espécie de condicionamento imaginário.”⁵

Em outras palavras, aparece, já na obra de Freud, que o falo não é o pênis imaginariamente atribuído à mulher sob a forma da mãe fálica, mas que, em contrapartida, o pai só é estruturalmente terceiro na situação edipiana porque o falo é o *elemento significativo* que lhe é atribuído. Uma primeira precisão parece estar estabelecida: *o objeto fálico é, antes de mais nada, um objeto cuja natureza está em ser um elemento significativo.*

É preciso convir que esta identidade significativa do objeto fálico não é de fácil abordagem na obra freudiana, na medida em que o termo *falo* está particularmente ausente nos escritos de Freud. Como observam J. Laplanche e J.-B. Pontalis, em seu *Vocabulaire de la psychanalyse*⁶, na maioria das vezes é pelo atributo “fálico” que o objeto se encontra evocado ou citado (organização fálica, estágio fálico, mãe fálica). Porém, em todos os casos em que o termo “fálico” é introduzido, é sempre em referência a uma função simbólica. E mesmo se, originariamente, a elaboração do objeto fálico se sustenta, de certo modo, a partir da realidade anatômica do pênis, de imediato fica claro que, em Freud, a função atribuída a um tal objeto jamais pode ser remetida ao fato: ter ou não ter o pênis. Da mesma forma, por mais que o falo seja prevalente, não o é senão como referência *simbólica*.

Se a primazia do falo é pressentida por Freud já em 1905, nos *Três Ensaios sobre a teoria da sexualidade*⁷, ela está explicitamente mencionada num texto de 1923: *A Organização genital infantil*⁸, que Freud apresentará, com razão, como um texto complementar aos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Neste último texto, a prevalência do falo é articulada com a problemática da castração da seguinte maneira: “O caráter principal dessa organização genital infantil é, ao mesmo tempo, o que a diferencia da organização genital definitiva do adulto. Este reside no fato de que, para os dois sexos, um único órgão genital, o órgão masculino, desempenha um papel. Não existe, pois, um primado genital, mas um primado do falo⁹.”

O fato de reconhecer o papel essencial de só um órgão genital num certo momento da evolução sexual infantil implica precisamente que o primeiro se situa, de imediato, fora da realidade anatômica, fora do órgão; ou seja,

5. J. Lacan, seminário, livro III, *Les Psychoses*, op. cit., p. 355, seminário de 4 de julho de 1956.

6. J. Laplanche e J.-B. Pontalis, “Phallus” in *Vocabulaire de la Psychanalyse*. Paris, PUF, 1973, p. 311.

7. S. Freud, *Drei Abhandlungen zur Sexualtheorie* (1905), G. W., V, 29-145, S. E., VII, 123-243, trad.: Reverchon-Jouve, Paris, Gallimard, 1962.

8. S. Freud, “Die infantile genitalorganisation” (1923), G. W., XIII, 293-298, S. E., XIX, 139-145, citado na trad. de J. Laplanche: “L’Organisation génitale infantile” in *La Vie sexuelle*, Paris, PUF, 1969.

9. *Ibid.*, p. 114.

precisamente a nível daquilo que essa falta do órgão é suscetível de representar subjetivamente.

Encontramos a mesma discriminação radical em Freud a propósito da castração, que é fundamentalmente articulada com a ordem fálica e não com o registro do pênis: “*A falta de pênis é concebida como o resultado de uma castração e, desde então, a criança vê-se no dever de defrontar-se com a relação da castração à sua própria pessoa. Os desenvolvimentos posteriores são suficientemente conhecidos de todos para que seja necessário lembrá-los aqui. Adiantaremos apenas que só se pode apreciar em seu justo valor a significação da castração sob a condição de considerar que ela sobrevém na fase do primado do falo.*”¹⁰

A argumentação que Freud desenvolve neste texto dá a exata medida da natureza do objeto fálico. De um lado, é a noção de falta (“a falta de pênis”) que suscita a promoção do objeto fálico e, dessa forma justamente, o introduz radicalmente para além da realidade anatômica. De fato, a diferença dos sexos constitui-se, de saída, em torno da noção de falta: o órgão genital feminino só é diferente do órgão genital masculino porque lhe falta alguma coisa. Por outro lado, o produto da observação (realidade perceptiva) é imediatamente elaborado subjetivamente sob a forma de concepção: (Freud escreve claramente: “a falta de pênis é concebida”). Esta concepção de alguma coisa que falta confere inevitavelmente um lugar, o único possível, ao que se supõe faltar: o registro imaginário.

Em outras palavras, a questão da diferença dos sexos é abordada pela criança no terreno de uma lógica psíquica do tipo: por que simplificar quando se pode complicar? De fato, o real dos sexos impõe que sejam anatomicamente diferentes. Ora, constatamos que este real é imediatamente elaborado psiquicamente pela criança numa construção imaginária onde esta diferença é assujeitada à ordem de uma falta. Em outras palavras, é, e é somente porque ela persiste em querer que falte alguma coisa, que os sexos tornam-se diferentes para ela. Esta construção imaginária, que invoca imperativamente uma falta adiante do real dessa diferença, postula implicitamente a existência de um objeto, *ele próprio imaginário: o falo*. Este objeto imaginário sustenta, de um extremo a outro, o fantasma alimentado pela criança a partir do momento em que ela insiste em conceber como *faltante* algo que imagina dever encontrar-se ali.

A natureza imaginária do falo concede, então, um certo tipo de perfil à problemática da castração. É a falta que impõe à criança que ela esteja, como diz Freud: “no dever de defrontar-se com a relação da castração à sua própria pessoa”. Não se trata absolutamente de uma *confrontação* de sua pessoa com a castração. Por mais trivial que seja esta diferença, vê-se bem que o que é manifesto na formulação freudiana é o caráter de exterioridade

10. Ibid., p. 115 (grifado pelo autor).

atribuído à castração, em consonância com a exterioridade do próprio objeto fálico. Todavia, esta exterioridade é intra-subjetiva, uma vez que ela diz respeito à relação do sujeito com uma formação intrapsíquica que tem por única consistência o imaginário do fantasma. Resta dizer que esta problemática fálica ancorada no imaginário é sustentada, por outro lado, por uma dimensão simbólica que irá nos conduzir diretamente ao processo da metáfora paterna. Em outras palavras, a primazia do falo enquanto objeto imaginário irá desempenhar um papel fundamentalmente estruturante na dialética edipiana, na medida em que a própria dinâmica fálica promove uma operação simbólica inaugural que encontra uma resolução com o advento da metáfora do Nome-do-Pai.

É no terreno das referências freudianas que Lacan sistematizou a problemática fálica como fundamento da teoria analítica. Precisamente, com Lacan, o falo será instituído como significante primordial do desejo na triangulação edipiana. O processo do complexo de Édipo se dará, então, em torno da localização respectiva do lugar do falo no desejo da mãe, da criança e do pai, no curso de uma dialética que se desenvolverá sob a forma do “ser” e do “ter”.

O processo da metáfora paterna está estruturalmente ligado à situação edipiana, da qual ele constitui, de certa forma, o ápice resolutório. A expressão teórica que Lacan dá ao complexo de Édipo insiste em recentrar-lhe a significação no único registro em que Freud nos mostrou que era inteligível. Esse registro faz parte não apenas do âmbito da *captura imaginária*, mas também do ponto de ancoragem onde essa captura imaginária se enlaça à dimensão do *simbólico*. Por esta participação no registro do imaginário, ocorre, como observa Lacan, que “aquilo em que a teoria analítica concretiza a relação intersubjetiva, que é o complexo de Édipo, tem um valor de mito”.¹¹ Em contrapartida, na medida em que o Édipo convoca esta relação intersubjetiva a encontrar um ponto de assunção no registro simbólico, ele é um processo estruturante para o sujeito. Fora desta referência nodal ao imaginário e ao simbólico, o Édipo torna-se prisioneiro das redes da ideologia psicológica. A maior parte das polêmicas e mal-entendidos desenvolvidos a propósito do complexo de Édipo parece originar-se desta incompreensão ideológica. Inversamente, a partir do momento em que o Édipo é recentrado no plano de inteligibilidade desta dupla referência (imaginário/simbólico), a grande maioria das objeções cai por terra.

11. J. Lacan, “Le Mythe individuel du névrosé”, in *Ornicar?*, 1979, n° 17-18, p. 292.

O estádio do espelho e o Édipo

Lacan procurou circunscrever esse espaço de inteligibilidade do Édipo em torno do processo da *metáfora do Nome-do-Pai*¹, que articula principalmente a *função função fálica* à sua ocorrência correlativa: *o complexo de castração*. O operador que irá negociar esta articulação será o *significante Nome-do-Pai*, que irá balizar e estruturar toda a trajetória edipiana.

Num sentido mais geral, segundo Lacan, a função fundamental do Édipo aparece como coextensiva à *função paterna*³. Trata-se, aqui, de uma função

1. O problema da metáfora do Nome-do-Pai é explicitamente abordado por Lacan em seu seminário de 1957-1958: "Les Formations de l'inconscient" (seminário inédito); principalmente nos seminários de 15, 22 e 29 de janeiro de 1958.

Um resumo do seminário: "Les Formations de l'inconscient", redigido por J. - B. Pontalis (e aprovado por Lacan), foi publicado no *Bulletin de Psychologie*: 1957-1958, tomo XV, nº 4-5, pp. 293-296. 1957-1958, tomo XII, nº 2-3, pp. 182-192, nº 4, pp. 250-256.

2. J. Lacan: "Les Formations de l'inconscient", op. cit., seminário de 22 de janeiro de 1958. "É nesta estrutura, que destacamos aqui como sendo a da metáfora, que residem todas as possibilidades de articular claramente o complexo de Édipo e sua mola propulsora, isto é, o complexo de castração. A castração, portanto, na medida em que por um lado está profundamente ligada à articulação simbólica da interdição do incesto e, por outro lado e no primeiro plano de nossa experiência mais ainda, naturalmente, naqueles que dela são objetos privilegiados, os neuróticos, é algo que se manifesta sobre o plano imaginário" (seminário de 15 de janeiro de 1958).

3. J. Lacan, "Les Formations de l'inconscient", op. cit., "Não há questão de Édipo, se não há um pai; inversamente, falar de Édipo é introduzir, como algo essencial, a função do pai" (Seminário de 15 de janeiro de 1958).

que deve ser entendida como algo radicalmente distinto da presença paterna⁴, bem como de suas ocorrências negativas, tal a ausência, a carência e todas as outras formas de “inconsistências” paternas⁵. Esta função é tomada por Lacan como procedente da determinação de um lugar, ao mesmo tempo em que este lugar lhe confere uma dimensão necessariamente simbólica. Da mesma forma, por ser *função simbólica*, pode prestar-se a uma operação metafórica. É neste sentido que Lacan encontra um fundamento para interrogar a função paterna nestes termos:

“O pai não é um objeto real, então o que é?

(...) O pai é uma metáfora.

“O que é uma metáfora? (...) É um significante que vem no lugar de um outro significante (...).

O pai é um significante que substitui um outro significante. E aí está o alcance, o único alcance essencial do pai ao intervir no complexo de Édipo”⁶.

Lacan situa o prenúncio do complexo de Édipo ao nível de um limiar específico do processo de maturação da criança, testemunha de um momento particular de sua vida psíquica. Este momento é contemporâneo ao *estádio do espelho*⁷, onde se esboça para a criança um certo tipo de identificação tendo por pano de fundo uma relação de alienação específica com a mãe.

4. J. Lacan, *ibid.*, “Um Édipo pode constituir-se de forma normal quando não existe um pai? (...) Percebeu-se que isto não era tão simples, que um Édipo podia muito bem constituir-se mesmo quando o pai não estava presente (...) Os complexos de Édipo totalmente normais, normais nos dois sentidos, enquanto normalizantes por um lado, e também normais enquanto desnormalizam, quero dizer pelos seus efeitos neurotizantes por exemplo, se estabelecem de uma forma exatamente homogênea aos outros casos, mesmo nos casos onde o pai não está presente”. (Seminário de 15 de janeiro de 1958).

5. J. Lacan, *ibid.*, “No que concerne à carência, gostaria simplesmente de lhes destacar que quando o pai é carente, e na medida em que se fala de carência não se sabe jamais de que (...). Entrevimos o problema de sua carência, não uma forma direta (...) mas como era evidente, já numa primeira abordagem, é enquanto membro do trio fundamental, ternário da família, quer dizer, enquanto mantendo seu lugar na família, que se podia começar a dizer coisas um pouco mais eficazes quanto à sua carência (...) Falar de sua carência na família não é falar de sua carência no complexo. Porque para falar de sua carência no complexo, é preciso introduzir outra dimensão que não seja a dimensão realista”. (Seminário de 15 de janeiro de 1958).

6. J. Lacan, “Les Formations de l’inconscient”, *op. cit.* (Seminário de 15 de janeiro de 1958).

7. J. Lacan, “Le Stade du miroir. Teoria de um momento estruturante e genético da constituição da realidade concebido em relação com a experiência e a doutrina psicanalítica” (3 de agosto de 1936). Conferência proferida no XIV Congresso Psicanalítico Internacional, Marienbad, 28 de agosto de 1936. O texto desta conferência é inédito. A comunicação está indexada sob o título “The looking glass phase” in *International Journal of Psycho-Analysis*, 1937, 1, 1978. Lacan retoma o tema desta conferência, no XVI Congresso Internacional de Psicanálise, em 17 de julho de 1949, em Zurique, sob o título de “Le Stade du miroir comme formateur de la fonction du “Je” telle qu’elle nous est révélec dans l’expérience psychanalytique” Cf. *Écrits*, *op. cit.*, p. 93-100.

ESTÁDIO DO ESPELHO

O "estádio do espelho" ordena-se essencialmente a partir de uma experiência de identificação fundamental, durante a qual a criança faz a conquista da imagem de seu próprio corpo. A *identificação primordial* da criança com esta imagem irá promover a estruturação do "Eu", terminando com essa vivência psíquica singular que Lacan designa como *fantasma do corpo esfacelado*. De fato, antes do estágio do espelho, a criança não experimenta inicialmente seu corpo como uma totalidade unificada, mas como alguma coisa dispersa. Esta experiência fantasmática do *corpo esfacelado*, cujos vestígios nos aparecem tanto na configuração de alguns sonhos⁸, como nos processos de destruição psicótica, é realizada na dialética do espelho, cuja função é neutralizar a dispersão angustiante do corpo, favorecendo a unidade do *corpo próprio*:

"O estágio do espelho é um drama cujo alcance interno se precipita da insuficiência para a antecipação e que, para o sujeito, tomado no equívoco da identificação espacial, urde os fantasmas que se sucedem de uma imagem esfacelada do corpo para uma forma que chamaremos ortopédica de sua totalidade"⁹.

A experiência da criança na fase do espelho organiza-se em torno de três tempos fundamentais, que pontuam a conquista progressiva da imagem de seu corpo.

— Inicialmente, tudo se passa como se a criança percebesse a imagem de seu corpo como a de um ser real de quem ela procura se aproximar ou apreender. Em outras palavras, este primeiro tempo da experiência testemunha em favor de uma *confusão primeira entre si e o outro*, confusão amplamente confirmada pela relação estereotipada que a criança tem com seus semelhantes, e que atesta, sem equívoco, que é sobretudo no outro que ela se vivencia e se orienta no início:

"É esta captação pela *imago* da forma humana (...) que, entre seis meses e dois anos e meio, domina toda a dialética do comportamento da criança em presença de um semelhante. Durante todo esse período, registraremos as reações emocionais e os testemunhos articulados de um transativismo normal. A criança que bate diz ter sido batida, a que vê a outra cair, chora"¹⁰.

8. J. Lacan, Le stade du miroir comme formateur de la fonction du "Je", op. cit., "Este corpo esfacelado (...) mostra-se regularmente nos sonhos, quando o movimento da análise toca em um certo nível de desintegração agressiva do indivíduo. Este aparece, então, sob a forma de membros disjuntos", p.97.

9. J. Lacan, *ibid.*, p. 97.

10. J. Lacan, "L'Agressivité en psychanalyse" (1948), in *Écrits*, op. cit., p. 113.

Se este primeiro momento da fase do espelho evidencia claramente o assujeitamento da criança ao registro do imaginário, o segundo momento constitui uma etapa decisiva no processo identificatório. Com efeito, a criança é sub-repticiamente levada a descobrir que o outro do espelho não é um outro real, mas uma imagem. Além dela não mais procurar apoderar-se da imagem, no geral seu comportamento indica que ela sabe, de agora em diante, distinguir a *imagem* do outro da *realidade* do outro.

O terceiro momento dialetiza as duas etapas precedentes, não somente porque a criança está segura de que o reflexo do espelho é uma imagem, mas, sobretudo, porque adquire a convicção de que não é nada mais que uma imagem, e que é a dela. Re-conhecendo-se através desta imagem, a criança recupera assim a dispersão do corpo esfacelado numa totalidade unificada, que é a representação do corpo próprio. A imagem do corpo é, portanto, estruturante para a identidade do sujeito, que através dela realiza assim sua *identificação primordial*.

Resta dizer que esta conquista da identidade é sustentada, em toda a sua extensão, pela dimensão imaginária, e no próprio fato da criança identificar-se a partir de algo virtual (a imagem ótica) que não é ela enquanto tal, mas onde ela entretanto se re-conhece. Não se trata, pois, de nada mais do que um *reconhecimento imaginário*, que, por outro lado, é justificado por fatos objetivos. De fato, nesta idade, a maturação da criança não lhe permite ter um conhecimento específico do corpo próprio. O estágio do espelho é uma experiência que se organiza, com efeito, antes do advento do esquema corporal¹¹. Por outro lado, se a fase do espelho simboliza a “pré-formação” do “Eu” (“Je”), ela pressupõe em seu princípio constitutivo seu destino de alienação no imaginário. O re-conhecimento de si a partir da imagem do espelho efetua-se — por razões óticas — a partir de índices exteriores e simetricamente invertidos. Ao mesmo tempo, é, portanto, a unidade do corpo que se esboça como exterior a si e invertida. A própria dimensão deste re-conhecimento prefigura, para o sujeito que advém, na conquista de sua identidade, o caráter de sua alienação imaginária, de onde delinea-se o “desconhecimento crônico” que não cessará de alimentar em relação a si mesmo.

PRIMEIRO MOMENTO DO ÉDIPO

Ao sair da fase identificatória do estágio do espelho, a criança, em quem já se esboça um sujeito, nem por isso deixa de estar numa relação de indistinção

11. J. Lacan, “L’Agressivité en psychanalyse”, op. cit., p. 112. “Eu mesmo acreditei poder destacar que a criança, nestas ocasiões, antecipa na cena mental a conquista da unidade funcional de seu próprio corpo, ainda inacabado nesse momento, no plano da motricidade voluntária. Existe aí uma primeira captação pela imagem onde se esboça o primeiro momento da dialética das identificações”.

quase fusional com a mãe. Esta relação fusional é suscitada pela posição particular que a criança mantém junto à mãe, buscando *identificar-se com o que supõe ser o objeto de seu desejo*. Esta identificação, pela qual *o desejo da criança se faz desejo do desejo da mãe*, é amplamente facilitada, e até induzida, pela relação de imediação da criança com a mãe, a começar pelos primeiros cuidados e a satisfação das necessidades. Em outras palavras, a proximidade dessas trocas coloca a criança em situação de se fazer objeto do que é suposto faltar à mãe. Este objeto suscetível de preencher a falta do outro¹² é, exatamente, o *falo*. A criança depara-se, assim, com a problemática fálica em sua relação com a mãe, ao querer constituir-se ela mesma como falo materno. A respeito disso, pode-se falar de uma indistinção fusional entre a criança e a mãe, uma vez que a criança tende a identificar-se com o único e exclusivo objeto do desejo do outro. Como observa Lacan, no primeiro tempo do Édipo o desejo da criança permanece radicalmente assujeitado ao desejo da mãe:

“O que a criança busca é fazer-se desejo de desejo, poder satisfazer o desejo da mãe, quer dizer: “to be or not to be” o objeto do desejo da mãe (...). Para agradar a mãe (...) é preciso e basta ser o falo.”¹³

Uma coisa é estar certo, como diz Lacan, de que “a relação da criança com o falo é essencial enquanto o falo é o objeto do desejo da mãe”¹⁴; outra coisa é constatar que, nesse nível, a criança está diretamente alienada pela problemática fálica sob a forma da *dialética do ser*: ser ou não ser o falo. Tudo se passa então, nesta primeira etapa, *como se* a criança prescindisse de uma contingência fundamental ligada à problemática fálica: a dimensão da *castração*. Com efeito, só existe relação fusional com a mãe na medida em que nenhum elemento terceiro *parece* mediatizar a identificação fálica da criança com a mãe. Mas, inversamente, o que atesta o caráter radicalmente imaginário desta convicção é a própria natureza do objeto fálico com o qual a criança se identifica. De forma que, por mais que a instância mediadora (o Pai) seja aqui considerada estranha à relação mãe-criança, é a própria dimensão da identificação fálica da criança nessa relação que a pressupõe. Em resumo, a identificação com o objeto fálico que elude a mediação da castração convoca-a melhor ainda no terreno de uma oscilação dialética entre *ser ou não ser o falo*.

O surgimento de tal oscilação anuncia o segundo tempo do complexo de Édipo, no qual a criança é incontornavelmente introduzida no registro da castração pela intrusão da dimensão paterna. A evolução da criança nos arcanos do Édipo pode eventualmente fixar-se num ponto de equilíbrio instável, em torno da aposta que constitui a interrogação: ser ou não ser o falo.

12. Trata-se aqui do “outro” interpelado como “Outro”, como veremos mais adiante.

13. J. Lacan, “Les Formations de L’inconscient”, op. cit., seminário de 22 de janeiro de 1958.

14. Ibid.

Lacan situa, assim, na suspensão desta questão um ponto de ancoragem favorável às identificações perversas. Esta pereniza uma oscilação no que diz respeito à castração, por pouco que se apóie numa mensagem equívoca sobre o papel da *função simbólica do Pai*:

“É na medida que a mensagem se realiza de uma maneira satisfatória que um certo número de distúrbios e perturbações podem fundar-se, entre as quais as identificações que qualificamos de ‘perversas’¹⁵.”

Uma ambigüidade sustentada a este nível mobilizará a criança para uma estratégia defensiva de evitação da castração. Mas o perverso não se engana sobre a posição subjetiva que o prende à prevalência do imaginário fálico. Ele cultiva tanto melhor sua singularidade paradoxal em relação à castração, porquanto avalia com bastante precisão sua incidência. Todo o seu gênio sintomático — toda a sua angústia também — consistirá, então, em reproduzir e manter o engodo subjetivo no qual encontra-se capturado. É preciso constantemente pressentir a medida da castração, se quiser exercer sempre e cada vez melhor seus talentos em contorná-la. Em outras palavras, a identificação perversa coloca, em negativo, a dupla mas solidária questão da privação materna de seu objeto fálico e do desligamento da criança de sua identificação com um tal objeto. Ou seja, precisamente, o que está em jogo intersubjetivamente que é experimentado na segunda fase estruturante do complexo de Édipo.

SEGUNDO MOMENTO DO ÉDIPO

A mediação paterna irá desempenhar um papel preponderante na configuração da relação mãe-criança-falo, intervindo sob a forma de *privação*:

“A experiência nos prova que o pai, considerado como aquele que *priva* a mãe desse objeto, essencialmente do objeto fálico de seu desejo, desempenha um papel absolutamente essencial em (...) todo o transcurso, seja ele o mais fácil, o mais normal, do complexo de Édipo”¹⁶.

Aliás, a intrusão da presença paterna é vivida pela criança sob a forma de *interdição* e de *frustração*:

“O pai aparece aqui, apesar de tudo, na posição de importunador, e não que incomode simplesmente por seu volume, mas em posição de importunador pelo que *interdita*. O que ele interdita? (...) Ele interdita, em primeiro lugar, a satisfação do impulso (...).

15. J. Lacan, “Les Formations de l’inconscient”, op. cit., seminário de 22 de janeiro de 1958.

16. J. Lacan, “Les Formations de l’inconscient”, op. cit., seminário de 22 de janeiro de 1958 (grifado pelo autor).

“Por outro lado, o que interdita o pai? Ora, do ponto de onde partimos, ou seja: a mãe, como é dele, não é da criança. (...) O pai pura e simplesmente frustra a criança da mãe”¹⁷.

Dito de outra forma, a intrusão paterna na relação mãe-criança-falo se manifesta em registros aparentemente distintos: a *interdição*, a *frustração* e a *privação*. A coisa complica-se ainda mais quando se revela que a ação conjugada do *pai*, simultaneamente *interditor*, *frustrador*, *privador*, tende a catalisar sua função fundamental de pai *castrador*.

A FALTA DO OBJETO

Antes de examinar a dinâmica deste segundo tempo do complexo de Édipo, não seria inútil, a bem de seu entendimento, retomar os esclarecimentos efetuados por Lacan no que diz respeito à noção de *falta do objeto*¹⁸.

Na criança, assim como no adulto, a falta do objeto pode manifestar-se sob três formas específicas: a frustração, a privação e a castração. Ainda que se trate de uma falta de objeto nos três casos, a natureza dessa falta é qualitativamente diferente. O mesmo ocorre com o tipo de objeto.

A *frustração* é o âmbito por excelência da reivindicação, com a ressalva de que neste caso nenhuma possibilidade de satisfação pode ser encontrada. Com efeito, na frustração, a falta é um *dano imaginário*. Em contrapartida, o objeto da frustração, por sua vez, é totalmente real. O pênis constitui o protótipo de tal objeto, e é justamente sob a forma de frustração que a menina vive sua ausência. Num sentido mais geral, a criança vive a ausência de pênis na mãe como uma frustração.

Por outro lado, na privação, é a falta que é real. Lacan designa esta falta de objeto como um buraco no real. Contudo, o objeto da privação é um objeto simbólico.

No que concerne, enfim, à *castração*, a falta que ela interpela é uma falta simbólica, na medida em que ela remete à interdição do incesto, que é a referência simbólica por excelência. É por isso que a função paterna é operatória, determinando, para a criança, seu próprio acesso ao simbólico. A falta significada pela castração é, antes de mais nada, como formula Lacan, uma dívida simbólica. Mas, na castração, o objeto faltante é radicalmente imaginário e, em nenhum caso, pode ser um objeto real:

17. J. Lacan, “Les Formations de l’inconscient”, seminário de 15 de janeiro de 1958.

18. J. Lacan, “La Relation d’objet et les structures freudiennes”, seminário, 1956-1957 (seminário inédito). Cf. Seminários de 5 e 12 de dezembro de 1956.

“Só existe a lei Manu*, diz Lacan, que diz que aquele que deitou com sua mãe deve cortar-se os genitais e, segurando-os na mão, dirigir-se para o Oeste até que a morte sobrevenha”¹⁹.

Este objeto imaginário da castração é, evidentemente, o *falo*.

A articulação dessas diferentes categorias da falta e dos diferentes objetos que lhes correspondem distribui-se, respectivamente, no esquema mnemotécnico seguinte, imaginado por Jean Oury:

O princípio de sua construção é bastante simples:

1) traçar uma estrela de David
2) girando, em sentido direto, inscrever sucessivamente, nos vértices dos dois triângulos da estrela, as seguintes siglas:

— PCF (Privação-Castração-Frustração)

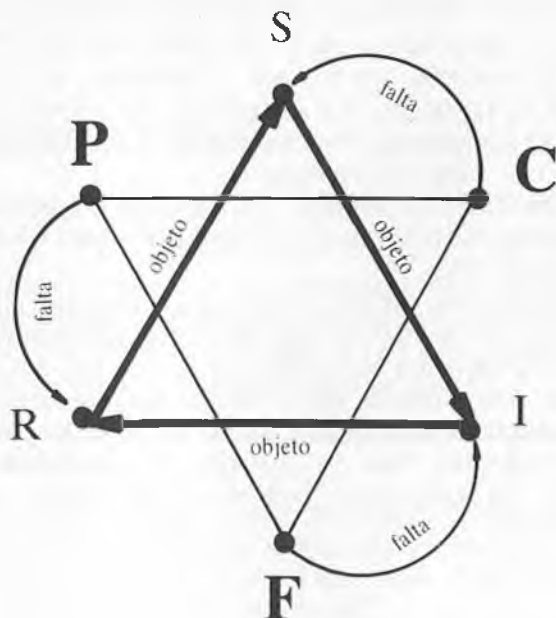
— SIR (Simbólico-Imaginário-Real)

A distribuição respectiva das faltas em relação aos objetos que lhes correspondem decodifica-se em rotações retrógradadas sucessivas, seguindo as flechas (ver figura abaixo):

— a castração é falta simbólica de um objeto imaginário,

— a frustração é a falta imaginária de um objeto real,

— a privação é a falta real de um objeto simbólico.



19. J. Lacan, “La Relation d’objet et les structures freudiennes”, op. cit., seminário de 12 de dezembro de 1956.

* Manu: segundo a mitologia da Índia, ancestral da raça humana, primeiro rei e legislador. (N. da T.)

Retornemos agora à segunda etapa do complexo de Édipo, iniciada com a intrusão paterna na relação intersubjetiva mãe-criança. Esta intrusão manifesta-se sob uma dupla vertente. Do ponto de vista da criança, o pai intervém sob a forma de interdição, apresentando-se a ela como um "tendo-direito" (Lacan) no que diz respeito à mãe. É por isto que esta intervenção é vivida pela criança "como uma frustração, ato imaginário que se refere a um objeto bastante real, a mãe enquanto objeto de necessidade para a criança"²⁰. A criança é, pois, intimada a questionar sua identificação fálica e, ao mesmo tempo, a renunciar a ser o objeto do desejo da mãe. Correlativamente, do ponto de vista da mãe, o pai a *priva* do falo que ela supostamente tem sob a forma da criança identificada com o objeto de seu desejo:

"É, pois, no plano da *privação* da mãe que uma questão, num momento dado da evolução edipiana, coloca-se para o sujeito, a de aceitar, registrar, simbolizar ele mesmo, tornar *significante* essa *privação* de que a mãe se revela ser objeto (...). Qual é a configuração especial dessa relação com a mãe, com o pai, com o falo, que faz com que a criança não aceite que a mãe seja *privada* pelo pai de algo que é o objeto de seu desejo? (...) Esta configuração é nodal. Neste nível, a questão que se coloca é: "*ser ou não ser*", "*to be or not to be*" o *falo*"²¹.

O ponto de origem da oscilação induzida na criança nesta dialética do ser, sob a dupla relação da frustração e da privação, deve-se, fundamentalmente, ao fato do pai *aparecer aqui enquanto "outro"* nesta relação mãe-criança. E é como tal que ele surge na vida subjetiva da criança, logo, como um objeto fálico possível com o qual a criança pode supor rivalizar junto à mãe. O que está em jogo nesta rivalidade imaginária é, na realidade, coextensivo a um deslocamento do objeto fálico, que conduz a criança a encontrar a *lei do pai*.

A criança é confrontada com esta lei na medida em que descobre que a própria mãe depende dela ao nível da satisfação que pode proporcionar às demandas da criança. Em outras palavras, o endereçamento do desejo da criança interpela inevitavelmente a lei do outro através da mãe:

"No plano imaginário, o pai, pura e simplesmente, intervém como privador da mãe. ou seja, o que é aqui endereçado ao outro como demanda é remetido a um tribunal superior, é substituído, como convém, pois sempre, sob certos aspectos, aquilo sobre o que interrogamos o "outro", na medida em que ele o percorre em toda a sua extensão, encontra no outro este "outro" do outro, isto é, a sua própria lei. E é a este

20. J. Lacan, "Les Formations de l'inconscient", op. cit., seminário de 15 de janeiro de 1958. A frustração é sempre falta imaginária de um objeto real.

21. J. Lacan, "Les Formations de l'inconscient", op. cit., seminário de 22 de janeiro de 1958 (grifado pelo autor).

nível que se produz alguma coisa que faz com que o que retorne à criança seja pura e simplesmente a lei do pai, enquanto imaginariamente concedida pelo sujeito como privando a mãe²².

A criança descobre pois, neste momento, a dimensão mais essencial que estrutura o desejo como o que “*submete o desejo de cada um à lei do desejo do outro*”²³. Este tempo crucial do complexo de Édipo vetoriza, para a criança, a significação do desejo da mãe com relação ao que até então supunha ser seu objeto. O fato de que o desejo da mãe esteja submetido à lei do desejo do outro implica que seu próprio desejo esteja na dependência de um objeto que outro (o pai) é suposto ter ou não ter. A *dialética do ter* (ter o falo ou não), que a criança descobre como o que polariza desde então a problemática do desejo da mãe, faz-se, portanto, eco da *dialética do ser* que governa então a vivência de seu próprio desejo.

A criança só chega a esta interrogação pessoal, ser ou não ser o falo da mãe, na medida em que o pai privador a faz pressentir que a mãe reconhece sua lei como o que mediatiza o desejo que ela tem de um objeto que não é mais a criança, mas que o pai é suposto ter ou não ter. Isto equivale, em Lacan, a esse estágio onde “alguma coisa que desenlaça o sujeito de sua identificação o enlaça ao mesmo tempo à primeira aparição da lei sob a forma deste fato, que aí a mãe é dependente, dependente de um objeto, de um objeto que não é mais simplesmente o objeto de seu desejo, mas um objeto que outro tem ou não tem”²⁴.

E Lacan esclarece:

“Na ligação estreita deste remeter da mãe a uma lei que não é a sua, com o fato de que o objeto de seu desejo é possuído “soberanamente” por esse mesmo “outro” à lei do qual ela remete, temos a chave da relação do Édipo e do que constitui o caráter tão essencial, tão decisivo desta relação da mãe, tal como lhes peço para isolar como relação não ao pai, mas à palavra do pai. (...)”

“Com sua presença privadora, ele é aquele que sustenta a lei, e isto se faz não mais de uma forma velada, mas de uma forma mediada pela mãe, que é a que o coloca como aquele que lhe dita a lei”²⁵.

O segundo momento do Édipo é a condição prévia indispensável pela qual a criança deve passar para aceder à simbolização da lei, que marca o declínio do complexo de Édipo. Neste encontro com a lei do pai, ela é, com efeito, confrontada com a questão da castração, que a interpela através da dialética do ter, em cuja dependência o desejo da mãe encontra-se doravante.

22. J. Lacan, *ibid.*, seminário de 22 de janeiro de 1958.

23. *Ibid.*

24. J. Lacan, *ibid.*, seminário de 22 de janeiro de 1958.

25. J. Lacan, “Les Formations de l’inconscient”, *op. cit.*, seminário de 22 de janeiro de 1958.

A mediação introduzida pelo pai com relação à mãe, que o reconhece como ditando-lhe a lei, leva a criança a fazer o Pai aceder a um lugar onde ele só pode lhe aparecer como depositário do falo.

O pai real, que aparece como "representante" da lei, é investido pela criança de uma significação nova, a partir do momento em que, desde esse lugar, ele é suposto deter o objeto do desejo da mãe: ele é assim elevado à dignidade de pai simbólico. A mãe que aceita a enunciação da lei paterna, ao reconhecer a palavra do pai²⁶ como a única suscetível de mobilizar seu desejo, contribui igualmente para atribuir à função do pai um lugar simbólico aos olhos da criança. Neste ponto, a criança é levada a determinar-se em relação a esta função significante do Pai, que é, exatamente, o significado simbólico Nome-do-Pai:

"Em outras palavras, a relação na qual a mãe funda o pai como mediador de alguma coisa que está para além da sua lei e de seu capricho, e que é pura e simplesmente a lei como tal, o pai, portanto, enquanto Nome-do-Pai, quer dizer, enquanto aquilo que todo desenvolvimento da doutrina freudiana nos anuncia e coloca como estreitamente ligado a esta enunciação da lei, aí está o que é essencial, e é assim que ele é aceito ou não pela criança que priva ou não priva a mãe do objeto de seu desejo"²⁷.

A determinação da criança, ao final desse segundo momento do Édipo, é crucial, no sentido, sobretudo, de determinação em relação ao objeto fálico. Abalada em sua certeza de ser ela mesma objeto fálico desejado pela mãe, a criança é, de agora em diante, forçada pela função paterna a aceitar, não somente não ser o falo, mas também não tê-lo, assim como a mãe, dando-se conta de que ela o deseja lá onde ele é suposto estar e onde torna-se, então, possível tê-lo. Eis aí a incidência do complexo de castração, em relação ao qual Lacan esclarece que não se chamaria assim "se, de uma certa maneira, isto não colocasse no primeiro plano o seguinte: que, para tê-lo, é preciso que, antes, tenha sido estipulado que não se pode tê-lo, que esta possibilidade de ser castrado é essencial na assunção do fato de ter o falo. Eis aí o passo a ser dado, é aí que deve intervir em algum momento, eficazmente, realmente, efetivamente, o pai"²⁸.

O passo a ser dado na assunção da conquista do falo irá desdobrar-se num terceiro tempo que dialetizará os dois precedentes.

26. Ibid. "É, pois, aqui que este "outro" ao qual ela se endereça, quer dizer, principalmente a mãe (...) tem uma certa relação, que é relação ao pai (...). Não se trata tanto das relações pessoais entre pai e mãe (...) trata-se, propriamente, de um momento que deve ser vivido como tal e que diz respeito às relações, não simplesmente da pessoa da mãe com a pessoa do pai, mas da mãe *com a palavra do pai*". (grifado pelo autor).

27. J. Lacan, "Les Formations de l'inconscient", op. cit., seminário de 22 de janeiro de 1958.

28. Ibid.

TERCEIRO MOMENTO DO ÉDIPO

Este terceiro momento, que é exatamente o tempo de “declínio do complexo de Édipo”, põe termo à rivalidade fálica em torno da mãe, na qual a criança instalou-se e instalou também, imaginariamente, o pai. A partir do momento em que o pai é investido do atributo fálico, é preciso, como esclarece Lacan, “que ele dê provas disso”²⁹, pois “é na medida em que intervém, no terceiro tempo, como aquele que tem o falo, e não como aquele que o é, que pode se produzir algo que reinstaura a instância do falo como objeto desejado pela mãe, e não mais apenas como objeto do qual o pai pode privá-la”³⁰.

O tempo fundamental desta etapa é marcado pela *simbolização da lei*, que atesta da melhor forma que a criança recebeu sua plena significação. O valor estruturante desta simbolização reside, para ela, na determinação do lugar exato do desejo da mãe. A função paterna só é representativa da lei sob esta condição. A *confrontação da criança com a relação fálica* modifica-se de maneira decisiva, no sentido em que ela deixa a problemática do ser para aceitar negociar, por conta própria, a problemática do ter. Isto só advém na medida em que o pai não mais lhe aparece como um falo rival dela junto à mãe. Na medida em que há o falo, o pai não é mais aquele que priva a mãe do objeto de seu desejo. Ao contrário, porque ele é detentor suposto do falo, ele o reinstaura no único lugar em que ele pode ser desejado pela mãe. A criança, tal como a mãe, encontra-se, então, inscrita na dialética do ter: a mãe que não tem o falo pode desejá-lo naquele que o detém: a criança, igualmente desprovida, poderá também cobiçá-lo lá onde ele se encontra.

A dialética do ter convoca, assim, inevitavelmente, o jogo das identificações. Segundo o sexo, a criança se inscreverá diferentemente na lógica identificatória mobilizada pelo jogo fálico. O menino, que renuncia a ser o falo materno, engaja-se na dialética do ter, identificando-se com o pai que supostamente tem o falo. A menina pode igualmente subtrair-se à posição de objeto do desejo da mãe e deparar-se com a dialética do ter sob a forma do não ter. Ela encontra, assim, uma identificação possível na mãe; pois, como ela, “ela sabe onde está, ela sabe onde deve ir buscá-lo, do lado do pai, junto àquele que o tem”³¹.

A reposição do falo em seu devido lugar é estruturante para a criança, seja qual for seu sexo, a partir do momento em que o pai, que supostamente o tem, tem preferência junto à mãe. Tal preferência, que atesta a *passagem do registro do ser ao ter*, é a prova mais manifesta da *instalação do processo da metáfora paterna* e do mecanismo intrapsíquico que lhe é correlativo: *o recalque originário.*

29. J. Lacan, “Les Formations de l’inconscient”, op. cit., seminário de 22 de janeiro de 1958.

30. Ibid.

31. J. Lacan, “Les Formations de l’inconscient”, op. cit., seminário de 22 de janeiro de 1958.

A metáfora paterna — Nome-do-Pai A metonímia do desejo

Sem dúvida alguma, o jogo do *fort-da*, descrito por Freud¹, dá a ilustração mais explícita da realização da metáfora do Nome-do-Pai no processo de acesso ao simbólico na criança, ou seja, o *controle simbólico do objeto perdido*: “Um dia fiz uma observação que confirmou minha forma de ver. A criança tinha um carretel de madeira amarrado a um cordão. Não lhe ocorria, em nenhum momento, por exemplo, a idéia de puxá-lo para brincar de carro; lançava, porém, com grande destreza, o carretel amarrado ao cordão, por baixo da borda de sua caminha, onde este desaparecia, enquanto ele pronunciava um o-o-o-o* rico em sentido; a seguir, ele retirava o carretel para fora da cama, puxando o cordão, e saudava então sua reaparição com um alegre “aquí”**. Assim era o jogo completo: desaparecimento e retorno; quase só se via o primeiro ato, que era incansavelmente repetido por si só como um jogo, embora não restasse dúvida de que o maior prazer ligava-se ao segundo ato”².

Tal era, portanto, o jogo completo observado por Freud. Eis a interpretação que ele lhe deu: “A interpretação do jogo não apresentava mais dificuldades. O jogo estava em relação com os importantes resultados de ordem cultural obtidos pela criança, com a renúncia pulsional que havia realizado (renúncia à satisfação da pulsão) para permitir as ausências de sua mãe sem

1. S. Freud, *Jenseits des Lustprinzips* (1920), *G. W.*, XIII, 3-69, S.E., XVIII, 1-64, citado na tradução de J. Laplanche e J.-B. Pontalis, *Au-delà du principe de plaisir*, in *Essais de psychanalyse*, Paris, Payot, 1981, pp. 52-59. 2ª éd.

2. S. Freud, *ibid.*, pp. 52-53.

* Em alemão: “Fort”: longe, que partiu.

** Em alemão: “da”.

manifestar oposição. Ela encontrava uma reparação, por assim dizer, encenando ela mesma, com os objetos a seu alcance, o mesmo 'desaparecimento-retorno'³.

Não se pode encontrar uma ilustração mais precisa da expressão lacaniana *substituição significante* do que o *fort-da*. Trata-se mesmo de um duplo processo metafórico. O carretel, como tal, já é uma metáfora da mãe: o jogo "presença/ausência" é outra, já que simboliza os retornos e as partidas. Por outro lado, a atividade lúdica da criança — e aí reside o mais instrutivo da observação de Freud — prova que ela inverteu completamente a situação em seu proveito:

"A considerar as coisas sem idéias preconcebidas, temos a sensação de que a criança transformou sua experiência em jogo por um outro motivo. Estava passiva, à mercê dos acontecimentos; mas eis que ao repeti-los, por mais desagradável que seja, como um jogo, ela assume um papel ativo"⁴.

De fato, a criança transformou a situação, posto que de agora em diante é ela que abandona sua mãe *simbolicamente*. A inversão simbólica operada é a justificativa mais evidente da atualização de um processo de controle: *a criança fez-se mestre da ausência* graças a uma identificação. Era a mãe que a repelia ausentando-se; agora é ela que repele a mãe ao arremessar o carretel. Daí a jubilação intensa da criança ao descobrir seu controle da ausência do objeto perdido (a mãe). Em outras palavras, o *fort-da* nos indica que ela consegue doravante controlar fundamentalmente o fato de não ser mais o único e exclusivo objeto do desejo da mãe, isto é, *o objeto que preenche a falta do Outro, ou seja, o falo*. A criança pode então mobilizar seu desejo, como *desejo de sujeito*, para objetos substitutivos ao objeto perdido. Mas, antes de mais nada, é o advento da linguagem (o acesso ao simbólico) que irá tornar-se signo incontestável do controle simbólico do objeto perdido, através da realização da metáfora do *Nome-do-Pai*, sustentada pelo *recalque originário*.

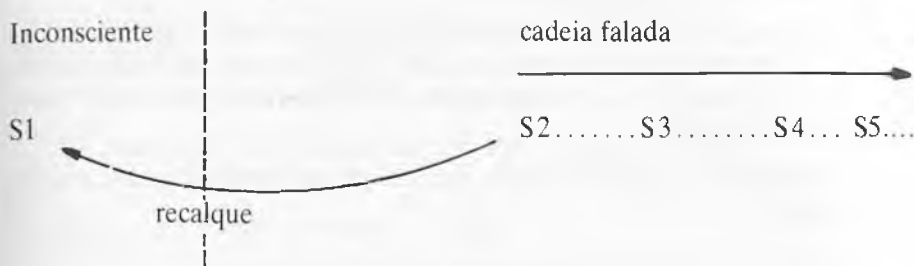
O recalque originário aparece como processo fundamentalmente estruturante e que consiste numa metaforização. Esta metaforização não é outra senão o ato mesmo da simbolização primordial da Lei, que se efetua na *substituição do significante fálico pelo significante Nome-do-Pai*.

O que supõe uma tal simbolização? Em primeiro lugar, a experiência subjetiva por meio da qual a criança irá subtrair-se a uma vivência imediata, para lhe dar um substituto. É o sentido mais adequado desta fórmula de Lacan: "é preciso que a coisa se perca para ser representada". A vivência imediata da criança funda-se no modo de expressão de sua captura na *dialética do ser*: ser o único objeto do desejo da mãe, ser o objeto que preenche sua falta, ser seu falo. Para dar um substituto a essa vivência no ser, a criança deverá aceder à dimensão do ter. Ora, aceder a tal dialética supõe que a

3. S. Freud, *ibid.*, p. 53.

4. *Ibid.*, p. 54.

criança esteja apta a distinguir a si própria da vivência e do substituto simbólico convocado para representá-la. Em outras palavras, a operação necessita que a criança seja conduzida a colocar-se como “sujeito”, e não mais apenas como “objeto” do desejo do Outro. O advento desse “sujeito” atualiza-se numa operação inaugural de linguagem, na qual a criança se esforça por designar simbolicamente sua renúncia ao objeto perdido. Tal designação só é possível se estiver fundada no *recalque do significante fálico*, nomeado também significante do desejo da mãe. Coloquemos tal significante (S1) como aquele que irá governar a rede ulterior de toda a cadeia de significantes:

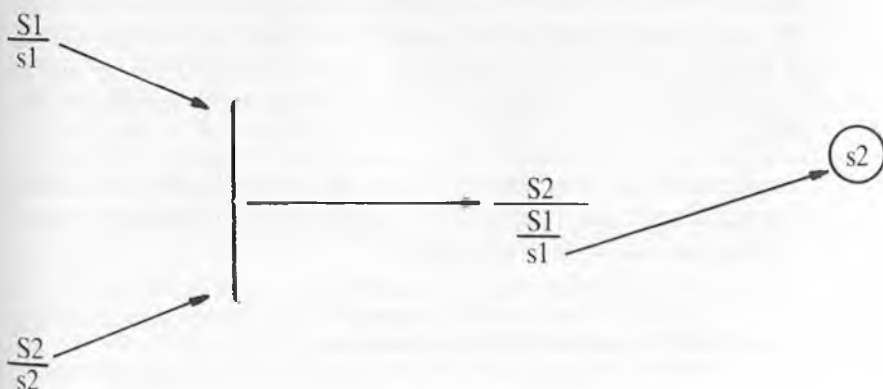


O recalque originário aparece então como a intervenção intrapsíquica que irá assegurar a passagem do real imediatamente vivido à sua simbolização na linguagem. E Lacan insiste neste acontecimento fundador por meio de fórmulas de circunstância:

“A palavra é a morte da coisa”.

“Se não se pode ter a coisa (o objeto perdido), a matamos ao simbolizá-la pela palavra”.

Para apreender o mecanismo segundo o qual o recalque originário institui o acesso à metáfora paterna, retornemos à fórmula que já adiantamos para dar conta da substituição metafórica:



O processo metafórico consiste em introduzir um significante novo (S2) que faz o significante antigo (S1) passar sob a barra de significação, com esta conseqüência de mantê-lo provisoriamente inconsciente. Lacan esquematiza o princípio desta substituição por meio de um algoritmo metafórico do seguinte tipo:

$$\frac{S2}{\cancel{S1}} \bullet \frac{\cancel{S1}}{x} \quad S2 \left(\frac{1}{x} \right)^5$$

Podemos ilustrar o seu mecanismo com a experiência do *fort-da*, na qual a criança vivencia a renúncia da expressão de seu desejo original através das seqüências/presenças de sua mãe:

“O que quer essa aí? Eu gostaria mesmo que ela me quisesse, mas é claro que não é só eu o que ela quer, existe outra coisa que a ocupa. O que a ocupa é o x, é o significado. Esse significado das idas e vindas da mãe é o falo”⁶.

Coloquemos a expressão desse desejo original designada pela relação significante:

$$\frac{S1}{s1} \longleftrightarrow \frac{\text{Significante do desejo da mãe}}{\text{Idéia do desejo da mãe: falo}}$$

Num dado momento da evolução edipiana, a criança é conduzida, como vimos, a associar a ausência de sua mãe com a presença do pai. Quando a mãe está ausente, ela a supõe presente junto ao pai. Temos aí o momento crucial no qual o pai aparece para a criança, primeiro como um objeto fálico rival e, a seguir, como o que supostamente detém o falo. Uma relação significante é então elaborada pela criança, a partir do momento em que ela pode *designar/nomear* a causa das ausências de sua mãe, invocando a referência do Pai que tem o falo, ou seja, o *pai simbólico*. Dito de outra forma, é aqui, em especial, que intervém o Nome-do-Pai associado à Lei simbólica que ele encarna. O Nome-do-Pai é uma designação endereçada ao reconhecimento de uma função simbólica, circunscrita no lugar de onde se exerce a lei. Esta designação é que é o produto de uma metáfora. O Nome-do-Pai é o novo significante (S2) que, para a criança, substituiu o significante do desejo da mãe:

“A função do pai no complexo de Édipo é de ser um significante substituído ao significante, isto é, ao primeiro significante introduzido na símbo-

5. A fórmula precisa que Lacan apresenta é a seguinte:

$$\frac{S}{\cancel{S}} \cdot \frac{\cancel{S}}{x} \rightarrow S \left(\frac{1}{x} \right)$$

J. Lacan, “D’une question préliminaire à tout traitement possible de la psychose” (dezembro 1957 — janeiro 1958), in *Écrits*, op. cit., p. 557.

6. J. Lacan, “Les Formations de l’Inconscient”, op. cit., seminário de 15 de janeiro de 1958.

lização, o significante materno (...) É por isso que o pai surge segundo a fórmula que eu lhes expliquei uma vez ser a da metáfora, surge no lugar da mãe (S no lugar de S'), da mãe que já estava ligada a algo que era x, quer dizer, algo que era o significado na relação da criança com a mãe"⁷.

Ao longo da substituição significante, o significante do desejo da mãe, S1, é, portanto, objeto de um recalque (recalque originário) e torna-se inconsciente. Como lembra Lacan, "é na medida que o pai substitui a mãe como significante que irá se produzir o resultado ordinário da metáfora, expresso na fórmula"⁸:

$$\frac{\text{Nome-do-Pai}}{\text{Desejo da mãe}} \bullet \frac{\text{Desejo da mãe}}{\text{Significado do}} \longrightarrow \text{Nome-do-Pai} \quad \left(\frac{A}{\text{Falo}} \right)^9$$

sujeito

Encontramos nesta fórmula da metáfora o algoritmo geral:

$$\frac{S2}{S1} \bullet \frac{\cancel{S1}}{s1} \longrightarrow S2 \left(\frac{1}{s1} \right)$$

No segundo termo da fórmula, o símbolo "1" (inconsciente) nos lembra que S1 foi recalcado graças à substituição de S2, de agora em diante o significante associado ao significado (s1) do desejo da mãe, ou seja, o *falo*. Na fórmula precedente, encontramos simbolizada a marca desse recalque pela presença do símbolo "A" (Outro), que nos indica que "a presença do significante no Outro é, com efeito, uma presença inacessível ao sujeito na maioria das vezes, já que, em geral, é no estado de recalcado (*Verdrängt*) que ela persiste, e é daí que ela insiste em se representar no significado por meio de seu automatismo de repetição (*Wiederholungszwang*)"¹⁰.

De fato, o automatismo de repetição conduz a esta conclusão: "nomeando o Pai", a criança continua na realidade a nomear ainda o objeto fundamental de seu desejo. Mas agora ela o nomeia metaforicamente, uma vez que tornou-se inconsciente para ela. O símbolo da linguagem tem, portanto, por vocação exprimir a perenidade do objeto fundamental do desejo numa designação que se efetua com o desconhecimento do sujeito. Isto equivale a dizer, com Lacan, que a linguagem permite "eternizar sua expressão", socializando-a no registro simbólico da comunicação intersubjetiva. Assim também, fica

7. J. Lacan, "Les Formations de l'inconscient", op. cit., seminário de 15 de janeiro de 1958.

8. Ibid.

9. J. Lacan, "D'une question préliminaire à tout traitement possible de la psychose", op. cit., p. 557.

10. J. Lacan, "D'une question préliminaire à tout traitement possible de la psychose", op. cit., p. 557.

esclarecido o jogo intrínseco ao complexo de Édipo, no qual a metáfora do Nome-do-Pai vem testemunhar a atualização da *castração*, que intervém sob a única forma em que é inteligível: a *castração simbólica*. O falo aparece, com efeito, ao final do Édipo, como a perda simbólica de um objeto imaginário.

A METONÍMIA DO DESEJO

Por meio do recalque originário e da metáfora paterna, o desejo vê impor-se, então, a mediação da linguagem. Mais precisamente, é o significante Nome-do-Pai que inaugura a *alienação do desejo na linguagem*. Fazendo-se palavra, o desejo não se torna, assim, nada mais do que o reflexo de si mesmo. O *desejo de ser*, recalcado em prol do *desejo de ter*, impõe à criança que engaje a partir de então seu desejo no terreno dos objetos substitutivos do objeto perdido. Para tanto, o desejo não tem outra saída a não ser fazer-se palavra, desdobrando-se numa *demanda*. Mas ao se fazer demanda, o desejo se perde cada vez mais na cadeia dos significantes do discurso. Com efeito, pode-se dizer que, de um objeto a outro, o desejo remete sempre a uma seqüência indefinida de substitutos e, ao mesmo tempo, a uma seqüência indefinida de significantes que simbolizam esses objetos substitutivos, persistindo assim em designar, à revelia do sujeito, seu desejo original.

O desejo permanece, portanto, sempre insatisfeito, pela necessidade em que se encontrou de se fazer linguagem. Ele renasce continuamente, uma vez que está sempre, fundamentalmente, em outro lugar que não no objeto a que ele visa ou no significante suscetível de simbolizar este objeto. Em outras palavras, o desejo vê-se engajado na *via da metonímia*. A metáfora do Nome-do-Pai intima a criança a tomar a parte (objeto substitutivo) pelo todo (objeto perdido). Assim como “uma vela no horizonte” consiste em designar o todo (o navio) pela parte (a vela), o desejo persiste em designar o desejo do todo (objeto perdido) pela expressão de desejo da parte (objetos substitutivos).

Concluindo, a metáfora paterna institui um momento radicalmente estruturante na evolução psíquica da criança. Além de inaugurar seu acesso à dimensão simbólica, afastando a criança de seu assujeitamento imaginário à mãe, ela lhe confere o status de *sujeito desejante*. O benefício desta aquisição só advém, entretanto, às custas de uma nova alienação. Com efeito, tão logo advém como *sujeito desejante*, o desejo do fala-ser (parlêtre) torna-se cativo da linguagem na qual ele se perde como tal, por não ser representado a não ser graças a significantes substitutivos, que impõem ao objeto do desejo a qualidade de *objeto metonímico*.

Com justa razão, a metáfora do Nome-do-Pai aparece, segundo Lacan, como uma *encruzilhada estrutural* de amplas conseqüências. Suas implicações são múltiplas: quer se trate de seu fracasso, como algo que introduz a instalação de processos psíquicos; quer se trate de seu sucesso, como algo que aliena

o desejo do sujeito na dimensão da linguagem ao instituir uma estrutura de divisão subjetiva (*Spaltung*) que o separa irreversivelmente de uma parte de si mesmo, fazendo advir o inconsciente. É no exame dessas conseqüências que devemos agora nos deter.

A forclusão do Nome-do-Pai Abordagem dos processos psicóticos

A metáfora paterna tem uma função estruturante, na medida em que é fundadora do sujeito psíquico como tal. Assim também, se alguma coisa fracassa no recalque originário, a metáfora paterna não advém. Lacan desenvolveu, a partir dos trabalhos de Freud, reflexões totalmente originais a este respeito:

“Tentemos conceber agora uma circunstância da posição subjetiva onde, ao chamado Nome-do-Pai, responde, não a ausência do pai real, pois esta ausência é mais que compatível com a presença do significante, *mas a carência do próprio significante (...)*

“Extraíamos de diversos textos de Freud um termo significante ali articulado, para tornar justificável que este tempo designe uma função do inconsciente distinta do recalçado. Tomemos como demonstrado algo que foi o cerne do meu seminário sobre as psicoses¹, a saber, que esse termo se refere à implicação mais necessária de seu pensamento, quando ele encara o fenômeno da psicose: é o termo *Verwerfung*”².

Esta *Verwerfung*, expressa na tradução pelo termo *forclusão**, apareceria, portanto, como o mecanismo que pode, precisamente, fazer malograr o recalque originário. Esta tese constitui, no essencial, a contribuição original que Lacan introduz na trilha das reflexões freudianas sobre a discriminação metapsicológica entre neuroses e psicoses.

1. J. Lacan, *Les psychoses (1955-1956)*, seminário, livro III, Paris, Seuil, 1981.

2. J. Lacan, “D’une question préliminaire à tout traitement possible de la psychose”, op. cit., pp. 557-558.

* *Forclusion*, em francês. (N. da T.).

Desde a segunda metade do século XIX, a reflexão psiquiátrica vinha sendo regularmente mobilizada pela elaboração de um argumento pertinente no plano teórico, e operatório no plano clínico para dar conta desta discriminação. Um dos grandes eixos desta reflexão interrogava principalmente a hipótese de uma etiologia psicogenética da psicose. A este respeito, a obra de Freud introduziu uma reviravolta radical, da qual pode-se dizer que foi duplamente subversiva. Em primeiro lugar, porque as teses freudianas parecem ter deliberadamente rompido com as hipóteses organogénicas da época. A seguir, porque, ao submeter a noção de psicose à prova da teoria analítica, Freud propiciava-se os meios necessários para evidenciar os dados de uma etiologia psicogenética no mínimo original. E, de fato, a especificidade desta concepção é totalmente audaciosa. Ela aborda, de um lado, a particularidade do processo psicótico num corpo de proposições teóricas destinadas inicialmente a dar conta da etiologia das neuroses. Procura, por outro lado, fundar seu argumento em considerações estruturais, e não em simples considerações qualitativas e diferenciais.

Entretanto, por mais inovadora que tenha sido, a concepção psicanalítica freudiana das psicoses continuará sendo insatisfatória, na medida em que não conseguirá estabelecer uma especificidade pertinente da etiologia do processo psicótico. Em particular, as referências teóricas adiantadas por Freud não permitirão elaborar um critério suficientemente operatório para diferenciar estruturalmente as neuroses das psicoses. A especificação freudiana da psicose permanecerá, de uma certa maneira, sobredeterminada pelas concepções psiquiátricas de sua época. Provavelmente, os índices mais claros desta sobredeterminação residem na concepção que Freud desenvolve a propósito da relação que o sujeito mantém com a realidade nas psicoses.

Sabe-se que Freud foi, de início, levado a circunscrever a natureza do processo psicótico ao terreno da "perda da realidade" e de sua incidência correlativa, que introduziria no sujeito a necessidade de reconstruir de um modo delirante essa realidade de que foi separado³. Se Freud aborda estes dois aspectos do processo psicótico num campo de explicação indiscutivelmente psicanalítico, ele permanece, apesar de tudo, preso a um estereótipo psiquiátrico contemporâneo, que o faz implicitamente associar a perda da realidade e a construção delirante à maneira de uma relação de causa e efeito. De tal forma que, ao termo de uma reciprocidade quase lógica entre estes dois signos do quadro psicótico, seria praticamente suficiente colocar as manifestações delirantes como o índice diagnóstico do processo psicótico.

3. S. Freud,

a) "Neurose und Psychose" (1924), *G. W.*, XIII, 387-391, *S. E.*, XIX, 147-153, trad.: D. Guérineau: "Névrose et psychose", in *Névrose, psychose et perversion*, Paris, PUF, 1973, pp. 283-286.

b) "Der Realitätsverlust bei Neurose und psychose" (1924), *G. W.*, XIII, 363-368, *S. E.*, XIX, 181-187, trad.: D. Guérineau: "La Perte de la réalité dans la névrose et dans la psychose" in *Névrose, psychose et perversion*, Paris, PUF, pp. 299-303.

Além do fato de que esse ponto semiológico é bastante problemático, Freud será levado, no final de sua obra, a matizar a distinção inicialmente introduzida entre neurose e psicose quanto à questão da perda de realidade. Assim, o neurótico *fugiria* da realidade, enquanto o psicótico a *denegaria*. Em 1938, uma reflexão profunda sobre a noção de *Ichspaltung* (a “clivagem do eu”) lhe impõe esta revisão⁴. A perda da realidade aparece então para Freud apenas como um corte parcial, na medida em que apenas uma parte do eu estaria cortada da realidade nas psicoses. Por outro lado, a “clivagem do eu” não estaria presente somente nas psicoses, mas também nas neuroses e perversões, como já havia constatado na problemática do fetichismo⁵. Dito de outra forma, a clivagem do eu assim como a perda da realidade não pode ser considerada como um critério metapsicológico operatório para diferenciar as neuroses das psicoses.

Sabe-se todo o proveito que Lacan irá tirar da noção freudiana de “clivagem psíquica”, em particular nas conseqüências decorrentes da metáfora paterna. É principalmente uma delas que o fará colocar a *forclusão* como um critério metapsicológico operatório na discriminação dos processos psicóticos. Em primeiro lugar, a noção de forclusão permite compreender, segundo Lacan, por que certos mecanismos característicos da neurose — o recalque em particular — não permitem explicar o advento do processo psicótico; em segundo lugar, em que o mecanismo da forclusão pode especificar o processo psicótico quando este incide sobre este significante em particular: o Nome-do-Pai. Aliás, é em torno deste último ponto que reside a contribuição explícita de Lacan com relação a Freud. Se o Nome-do-Pai é “forcluído” no lugar do Outro, então a metáfora paterna fracassa, de modo que, para Lacan, é isto que constitui “a ausência que dá à psicose sua condição essencial, com a estrutura que a separa das neuroses”⁶.

Em outras palavras, a forclusão do Nome-do-Pai, que neutraliza o advento do recalque originário, provoca ao mesmo tempo o fracasso da metáfora paterna, e compromete gravemente para a criança o acesso ao simbólico, barrando-lhe mesmo esta possibilidade. O advento de uma promoção estrutural no registro do desejo é, do mesmo modo, suspenso, afundando em uma organização arcaica onde a criança permanece cativa da relação dual imaginária com a mãe.

4. S. Freud,

a) “Die Ichspaltung in Abwehrvorgang” (1938), *G. W.*, XVII, 59-62, *S.E.*, XXIII, 271-278, trad.: R. Lewinter et J.- B. Pontalis: “Le clivage du moi dans les processus de défense”, in *Nouvelle Revue de psychanalyse*, 1970, 2, pp. 25-28.

b) *Abriss der Psychoanalyse* (1938), *G. W.*, XVII, 67-138, *S.E.*, XXIII, pp. 139-207, trad.: A. Berman: *Abrégé de psychanalyse*, Paris, PUF, 1967.

5. S. Freud, “Fetichismus” (1927), *G. W.*, XIV, 311-317, *S.E.*, XXI, 147-157, trad.: D. Berger: “Le Fétichisme”, in *La Vie Sexuelle*, Paris, PUF, 1969, pp. 133-138.

6. J. Lacan, “D’une question préliminaire à tout traitement possible de la psychose”, op. cit., p. 575.

Uma excelente ilustração das incidências desta forclusão do Nome-do-Pai é proporcionada por um dos estudos clínicos expostos por M. Patris em seu relatório de psiquiatria apresentado no Congresso de Psiquiatria e de Neurologia de Língua Francesa, em 1981⁷. No estudo do caso clínico da pequena Anna, duas das dimensões clínicas que sustentam habitualmente a ausência da função paterna estão muito bem evidenciadas. Trata-se, por um lado, da forclusão do Nome-do-Pai, no momento em que este *significante é denegado no discurso* da mãe. Trata-se, por outro lado, *da questão da circulação do falo na genealogia materna*, que não deixa nenhum lugar, neste caso, ao pai simbólico. ou seja, à possibilidade de simbolizar a lei do pai, instituindo a *castração simbólica*. Em torno dessas duas ocorrências clínicas, encontramos uma das linhas de força do pensamento de Lacan sobre a causalidade *significante* no advento dos processos psicóticos:

“O que queremos acentuar é que não é unicamente com a maneira pela qual a mãe aceita a pessoa do pai que devemos nos ocupar, mas do caso que ela dá à sua palavra, digamos claramente, à sua autoridade, ou seja, *do lugar que ela reserva ao Nome-do-Pai na promoção da lei*”⁸.

Deixemos por aqui, provisoriamente, esta abordagem lacaniana das psicoses, com a condição de retornar ulteriormente a este tema à luz de argumentos oriundos de uma outra consequência fundamental induzida pela metáfora paterna: a *divisão do sujeito* (Spaltung) e sua incidência sobre a articulação do discurso delirante⁹.

7. M. Patris, “L’Identification au père. Entre l’amour et la terreur du phallus”, in *La Fonction paternelle en psychopathologie*. Congrès de Psychiatrie et de Neurologie de langue française, LXXIX sessão, Colmar, 29 de junho — 4 de julho de 1981, Paris, Masson, 1981, pp. 38-47.

8. J. Lacan, “D’une question préliminaire à tout traitement possible de la psychose” (1957), in *Écrits*, op. cit., p. 579 (grifado pelo autor).

9. Cf. *infra*, cap. 22: “La formule de la communication et l’inconscient comme discours de l’autre”, p. 200 e seg.

A divisão do sujeito e o advento do inconsciente pela ordem significante

A metáfora do Nome-do-Pai é um processo inaugural da evolução psíquica em diversos sentidos. Além de permitir à criança advir como Sujeito, acedendo ao simbólico (e à prática da língua materna), ela institui uma estrutura de divisão psíquica (*Spaltung*) irreversível no sujeito. Ora, o próprio princípio que governa a metáfora do Nome-do-Pai é sustentado exclusivamente por um efeito de significante, especialmente de uma substituição significante. É, pois, exatamente, a ordem significante que faz advir o sujeito em sua estrutura de divisão. O que é uma outra maneira de dizer que *o sujeito é dividido pela própria ordem da linguagem*. A metáfora paterna é, por outro lado, sustentada pelo recalque originário, isto é, pelo advento do inconsciente, o que faz, conseqüentemente, com que *o inconsciente como tal esteja, ele próprio, igualmente submetido à ordem do significante*. Esta organização metapsicológica, que constitui sem dúvida o argumento mais crucial em favor da tese do *inconsciente estruturado como uma linguagem*, exige um exame detalhado, tanto em seus princípios constitutivos como em suas implicações.

A noção mesma de *Spaltung* requer várias observações terminológicas preliminares.

Como lembram J. Laplanche e J.-B. Pontalis¹, o conceito de divisão psíquica já se encontra implicitamente formulado num certo número de trabalhos psicopatológicos do fim do século XIX; mais particularmente, nos trabalhos sobre a hipnose e a histeria. É precisamente no sentido de uma divisão psíquica do sujeito que se deve entender, para citar apenas estes dois exemplos,

1. J. Laplanche et J.-B. Pontalis, *Vocabulaire de la psychanalyse*. Cf.: "Clivage du moi", pp. 67-70, Paris, PUF, 1967.

expressões como *dupla consciência* ou *dissociação psíquica*, tal como aparecem nos *Estudos sobre a histeria*². Esta noção de divisão psíquica será amplamente detalhada com os trabalhos de P. Janet, mas, sobretudo, com os de J. Breuer e S. Freud. Mais tarde, a encontraremos expressa nas seguintes fórmulas sucessivas: *clivagem da consciência*, *clivagem do conteúdo da consciência*, *clivagem psíquica*. É, aliás, em torno de tais expressões que a noção freudiana de inconsciente irá adquirir toda a consistência que conhecemos. Já em 1893, Freud estabelece, incontestavelmente, que na histeria o sujeito consciente está separado de uma parte de suas representações. O inconsciente aparece, pois, como um lugar autônomo que se constitui separadamente do campo da consciência pela intervenção do recalque. Neste sentido, podemos desde já tomar esta divisão psíquica como uma divisão do sujeito.

Em Freud, a divisão psíquica encontra igualmente uma expressão adequada através do termo *Ichspaltung*, que os tradutores franceses traduziram por “clivagem do eu”³ (clivagem do eu). Esta noção foi sendo progressivamente isolada na obra de Freud, principalmente nos trabalhos de 1927 a 1938⁴. Como tal, a noção de “clivagem do eu” aparece nesses textos como diferente da divisão psíquica propriamente dita. Como assinalam J. Laplanche e J.-B. Pontalis⁵, a “clivagem do eu” é, antes de mais nada, uma *clivagem intra-sistêmica*; é, sobretudo, uma clivagem interna à instância do eu. Em contrapartida, a divisão psíquica apontada por Freud e Breuer nos *Estudos sobre Histeria* é, de imediato, uma *divisão intersistêmica*. Numa rápida referência à segunda tópica, poderíamos evocar aqui uma divisão entre o eu e o isso.

Em Freud, a noção de *Spaltung* parece, portanto, relativamente polivalente. Ela evoca, por um lado, o fato de que o aparelho psíquico está dividido em instâncias. Por outro lado, designa que uma instância psíquica é ela própria dividida. Especifica enfim, num nível mais geral, que uma parte dos conteúdos psíquicos do sujeito lhe escapa sob a ação do recalque.

2. J. Breuer e S. Freud: *Studien über Hysterie* (1893-1895), G. W., I, 77-312, S. E., II, trad. por A. Berman *Études sur l'hystérie*, Paris, PUF, 1967.

a) “Estudando mais de perto esses fenômenos, fomos nos convencendo progressivamente do fato de que a dissociação do consciente, a chamada *dupla consciência* nas observações clássicas, existe rudimentarmente em todas as histerias” (O mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos) (J. Breuer e S. Freud) in *Études sur l'hystérie*, op. cit., p. 8.

b) “Para criar representações, o psiquismo desenvolve uma atividade, em parte consciente, em parte inconsciente. As representações podem ou não tornar-se conscientes. Não convém, portanto, falar de uma cisão no consciente, mas de uma dissociação psíquica”. (Considerações teóricas) (J. Breuer), in *Études sur l'hystérie*, op. cit., p. 181.

3. J. Laplanche e J.-B. Pontalis, *Vocabulaire de la psychanalyse*. Cf. “Clivage du moi”, op. cit., p. 67.

4. S. Freud:

a) “Le Fétichisme” (1927) in *La Vie sexuelle*, op. cit., p. 133 e seg.

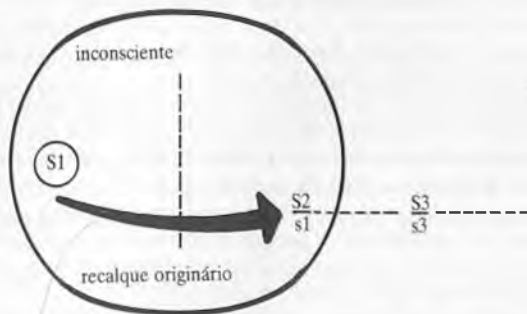
b) “Le Clivage du moi dans les processus de défense” (1938) in *Nouvelle Revue de psychanalyse*, op. cit., p. 25 e seg.

c) *Abrégé de psychanalyse* (1938), op. cit.

5. J. Laplanche e J.-B. Pontalis, *Vocabulaire de la psychanalyse*, op. cit.

Uma última observação preliminar nos conduz à significação do termo *Spaltung* tal como aparece fundamentalmente no campo da psiquiatria, na obra de E. Bleuler. De nenhuma forma, a *Spaltung* de Bleuler pode ser confundida com a *Spaltung* freudiana. Em Bleuler, o termo *Spaltung* está investido de um sentido genérico bastante particular, para designar um fato clínico primordial das esquizofrenias⁶. Como tal, a *Spaltung* inscreve-se num conjunto de considerações semiológicas e, ao mesmo tempo, num princípio de organização de funcionamento psíquico totalmente diversos das perspectivas metapsicológicas da psicanálise. A referência à *Spaltung* de Bleuler, registrada atualmente sob o termo “dissociação”, está exclusivamente relacionada, na psiquiatria contemporânea, às síndromes esquizofrênicas. Neste sentido, esta noção recobre noções anteriores, como a “discordância” de Chaslin ou a “ataxia intrapsíquica” de Stransky.

Para Lacan, a *Spaltung* é, sem sombra de dúvida, o caráter inaugural que define a subjetividade, uma vez que é precisamente através dela que o sujeito advém; é através dela que o sujeito se estrutura de um certo modo psíquico ao advir. Não se trata, pois, de uma clivagem intra-sistêmica. A *Spaltung* não nos introduz, tampouco, no registro de uma clivagem intersistêmica. Para Lacan, a *Spaltung* aparece como o que institui o aparelho psíquico num sistema plurissistêmico. É neste sentido que ela pode ser colocada como *divisão inaugural do sujeito*, originária da submissão do sujeito a uma ordem terceira que é a *ordem simbólica*, mais precisamente a ordem que irá mediatizar a relação do sujeito com o Real, enlaçando, para o sujeito, o Imaginário e o Real. Esta operação efetua-se na instauração do processo da metáfora paterna, ao fim do qual um símbolo de linguagem (o Nome-do-Pai, S2) vem designar metaforicamente o objeto primordial do desejo tornado inconsciente (significante do desejo da mãe, significante fálico S1):



6. Em 1911, E. Bleuler foi encarregado de redigir, para o tratado de psiquiatria dirigido por B. Aschaffenburg, o volume referente à demência precoce, intitulado por ele: *Dementia Praecox oder Gruppe der Schizophrenien*, Handbuch der Psychiatrie, Franz Deuticke, Leipzig, 1911, pp. 284-379, 501.61. Esse texto nunca foi traduzido para o francês. Existe uma tradução inglesa feita por J. Zinkin: *Dementia Praecox or the group of Schizophrenia*, Int. Univ. Press, 1ª ed. 1960, 6ª ed. 1964. É neste texto que o conceito de *Spaltung* é definido como um índice semiológico específico dos processos esquizofrênicos.

Se a criança continua assim a nomear, *sem o saber*, o objeto de seu desejo ao significar o Nome-do-Pai, uma única conclusão se impõe: *a criança não sabe mais o que diz naquilo que enuncia*. Outra maneira de evocar que a criança acede à linguagem não sabendo o que diz naquilo que fala. A linguagem aparece, pois, como esta atividade subjetiva pela qual *se diz algo totalmente diferente do que se crê dizer no que se diz*. Este “algo totalmente diferente” institui-se fundamentalmente como o inconsciente que *escapa ao sujeito que fala*, porquanto dele está constitutivamente separado.

Por esta divisão subjetiva induzida pela ordem significante, a linguagem aparece, então, como o que *condiciona o inconsciente*, fazendo-o advir e mantendo-o num lugar eletivo. E Lacan insiste:

“A linguagem é condição do inconsciente (...) O inconsciente é a implicação lógica da linguagem: com efeito, não há inconsciente sem linguagem”⁷.

Dizer que o *Sujeito está dividido* é desde já colocar, segundo Lacan, que *só há Sujeito em ser falante* (o fala-ser, “le parlêtre”). Da mesma forma, é reconhecer que *a causa do Sujeito sustenta-se na promoção do inconsciente*. Em outras palavras, é aceitar que *é a ordem significante que causa o sujeito, estruturando-o num processo de divisão que faz advir o inconsciente*.

Estas teses fundamentais do trabalho de Lacan constituíram um ponto de ruptura decisivo com o pensamento psicanalítico contemporâneo. Ilustração disso é dada pela divergência desenvolvida ao longo do famoso colóquio de Bonneval, em 1960, organizado por H. Ey, sobre o tema de “L’Inconscient”⁸. Naquela ocasião, J. Laplanche chegava a conclusões diametralmente opostas, adotando a tese do inconsciente como condição da linguagem, o que levaria Lacan a intervir para precisar suas posições⁹.

Através desta estrutura de divisão do Sujeito, o *recalque originário* participa de forma essencial no advento do inconsciente. Vimos que o *recalque originário* incide eletivamente sobre o significante do desejo da mãe (significante fálico). Evidentemente, é muito mais por uma preocupação de ordem didática que se fala do significante fálico. Para além desta simplificação conceitual, não se deve perder de vista que *se trata*, mais provavelmente, de *vários significantes diferentes*, suscetíveis de intervir como significantes fálicos: *todos esses significantes mostram-se aptos a designar alguma coisa da ordem do desejo da mãe*. Chamemos tais significantes de *significantes primordiais*. Ou

7. J. Lacan, Préface in *Jacques Lacan*, Anika Riffet-Lamaire, 1ª éd., Bruxelas, Dessar, 1970, p.18. 2ª éd. 1977, p. 14.

8. H. Ey (sob a direção de): *L’Inconscient*, 6: colloque de Bonneval, Paris, Desclés de Brouwer, 1966. “L’Inconscient: une étude psychanalytique”, J. Laplanche et S. Leclair, op. cit., pp. 95-130 e 143-177 (debate).

9. Lacan retomou o conteúdo de sua intervenção no colóquio de Bonneval (op. cit., 159-170) no texto “Position de l’inconscient”, in *Écrits*, op. cit., pp. 829-850.

seja, significantes que se prestarão a possibilidades de substituição metafórica, ao fim das quais constituirão um nódulo inconsciente: o *recalcado originário*.

Este recalcado originário de significantes primordiais deve ser re-situado na teoria freudiana do *recalque*, exposta em 1915. Neste texto¹⁰, Freud descreve o processo do recalque como um mecanismo que se organiza em três tempos: a) o recalque originário; b) o recalque propriamente dito ou recalque posterior; c) o retorno do recalcado nas formações do inconsciente. O recalque propriamente dito seria induzido pelo recalque originário, que incide sobre o núcleo das representações elementares intensamente investidas; ou seja, sobre esses significantes primordiais ligados ao desejo da mãe. Devido a esse investimento, o núcleo inconsciente originário é, pois, fortemente atrativo. É, aliás, por esta razão que Freud dá conta do recalque originário como sendo um processo de contra-investimento, já que “representa a defesa permanente de um recalque originário, mas também a permanência deste último. O contra-investimento é o único mecanismo do recalque originário”¹¹.

Nestas condições, podemos pois adiantar que é porque o *significante Nome-do-Pai* é objeto de um poderoso contra-investimento que o *significante do desejo da mãe* pode ser recalcado e mantido no inconsciente. Este *recalcado originário* é, pois, capaz de exercer uma atração muito forte sobre outros conteúdos (significantes) eventuais. E ainda mais porque irão acrescentar-se a isto forças de repulsão provenientes das instâncias superiores, como o eu e o sobre-eu. O *recalque secundário* ou recalque propriamente dito irá elaborar-se tendo por base este duplo processo. Em sendo assim, o *recalque secundário* pereniza então, de certa maneira, a divisão do sujeito instaurada pela metáfora paterna. Institui, da mesma forma, o lugar do inconsciente como um lugar de significantes organizados a partir da trama do discurso, ou seja, uma organização *análoga* à de uma linguagem cuja ordenação o sujeito teria perdido. Lacan irá declarar, por esta razão, que o *inconsciente é o discurso do Outro* (discurso do outro do sujeito, que lhe escapa em razão da *Spaltung*).

O advento desta organização *significante* no lugar do inconsciente pode ser metaforizado pelo esquema abaixo:

Este esquema evidencia o princípio da constituição progressiva da cadeia *significante inconsciente*, que se organiza com a intervenção de “recalques metafóricos” sucessivos. Como tal, esta cadeia de significantes inconscientes estará submetida ao processo primário. Os significantes recalcados poderão, assim, sempre retornar ao sujeito, graças a substituições significantes metafóricas e/ ou metonímicas. Pode ser, por exemplo, o caso de um lapso, que

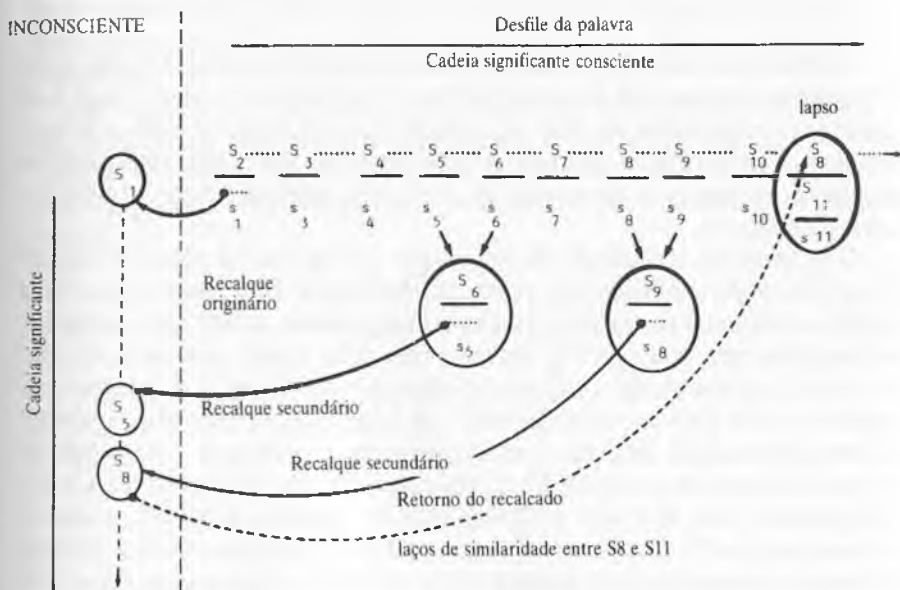
10. S. Freud, “Die Verdrängung” (1915), *G. W.*, X, 248-261, *S. E.*, XIV, 141-158, trad. por J. Laplanche e J.-B. Pontalis: “Le Refoulement” in *Métapsychologie*, Paris, Gallimard, 1968, pp. 45-63.

11. S. Freud, “Das Unbewusste” (1915), *G. W.*, X, 264-303, *S. E.*, XIV, 159-215, trad. por J. Laplanche e J.-B. Pontalis: “L’Inconscient”, in *Métapsychologie*, Paris, Gallimard, 1968, p. 89.

faria irrupção na cadeia falada consciente tendo por princípio uma substituição deste tipo:

$$\frac{S_8}{\frac{S_{11}}{s_{11}}} \quad (\text{Ver a figura})$$

Assim também, tal como observa Lacan, “basta uma composição mínima da bateria dos significantes para que ela seja suficiente para instituir na cadeia significativa uma duplicidade que engloba sua reduplicação do sujeito, e é neste redobrar do sujeito na palavra que o inconsciente, como tal, poderá se articular”¹².



12. J. Lacan, “A la mémoire d’Ernest Jones: sur sa théorie du symbolisme” (1959), in *Écrits*, op. cit., p. 711.

A refenda do sujeito: a alienação na linguagem

A divisão do sujeito operada pela ordem significante instaura uma outra propriedade fundamental da subjetividade: a alienação do sujeito na e pela linguagem, consecutiva ao tipo de relação que ela mantém com a ordem simbólica. É nesta relação que o sujeito experimenta o seu *caráter radicalmente inessencial* enquanto se desvanece de uma certa maneira, como sujeito, na cadeia significante.

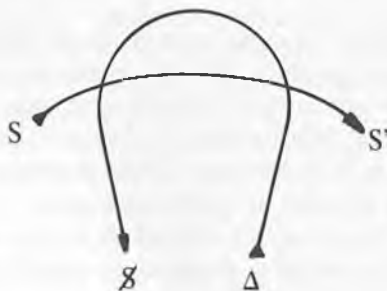
O próprio da articulação da linguagem é o de evocar um real através de um substituto simbólico que opera infalivelmente uma cisão entre o real vivido e aquilo que vem significá-lo. Em outras palavras, o substituto simbólico que significa este real não é o próprio real, mas aquilo por meio do que este real é representado, conforme o aforismo de Lacan: “É preciso que a coisa se perca para ser representada”. A linguagem é, portanto, investida de uma propriedade singular, que consiste em representar a *presença de um real às custas da ausência desse real como tal*; ou seja, como diz Lacan, “pela palavra, que já é uma presença feita de ausência, a própria ausência vem a se nomear”¹. Nestas condições, a relação do sujeito com seu próprio discurso se sustentará pelo mesmo efeito de cisão. O que quer dizer que o sujeito não figura em seu próprio discurso, a não ser ao preço desta mesma cisão: ele desaparece como sujeito, para ali encontrar-se representado unicamente na forma de um símbolo. Eis aí exatamente o processo que J.-A. Miller circunscreve sob o termo *sutura*, como o que “nomeia a relação do

1. J. Lacan, “Fonction et champ de la parole et du langage en psychanalyse”, in *Écrits*, op. cit., p. 276.

sujeito com a cadeia de seu discurso”, precisando “que ele figura ali como elemento que falta, na qualidade de um lugar-tenente. Pois, faltando ali, ele não está pura e simplesmente ausente”². Sabemos bem da vocação que têm certos símbolos privilegiados para cumprir esta missão: o “nome”, o “Eu”, o “quanto a mim”, o “tu”, o “ele”, o “a gente”. Ou seja, no sentido etimológico do termo, pro-nomes cuja função é garantir a representação simbólica do sujeito em seu discurso.

A relação do sujeito com seu próprio discurso sustenta-se, portanto, em um efeito singular: o sujeito só está ali *presentificado* ao preço de mostrar-se *ausente em seu ser*. Além desta relação acusar mais uma vez a estrutura de divisão do sujeito, ela evidencia que o sujeito, tão logo acede à linguagem, perde-se nesta mesma linguagem que o causou. Não somente o *sujeito não é causa da linguagem, mas é causado por ela*. O que quer dizer que o sujeito que advém pela linguagem só se insere nela como um efeito; um efeito de linguagem que o faz existir para logo a seguir *eclipsá-lo na autenticidade de seu ser*. Lacan designa este eclipse como sendo o *fading do sujeito*, que impõe que ele só apreenda a si mesmo, através de sua linguagem, como uma *representação*, uma máscara que o aliena dissimulando-o para si mesmo. Essa alienação do sujeito em seu próprio discurso é, precisamente, a *refenda do sujeito*.

A linguagem é um sistema de signos em oposição, de tal modo que um significante, numa cadeia significante, só toma seu sentido em relação a todos os outros. Vimos como esta propriedade, que Saussure especifica com a expressão *valor do signo*, era coextensiva à noção lacaniana de *ponto-de-estofa*³:



O *ponto-de-estofa* metaforiza esta propriedade da linguagem que impõe que um significante, numa cadeia falada, só tome sentido *a posteriori*, na medida em que é o último significante colocado que, retroativamente, desvela o sentido⁴.

2. J.-A. Miller, “La Suture (éléments de la logique du signifiant)” in *Cahiers pour l’analyse*, 1966, 1-2, p. 39.

3. Cf. supra cap. 5: “La valeur du signe linguistique et le point de capiton chez Lacan”.

4. O sentido retrógrado do vetor de estofo ΔS indica esta propriedade.

Ora, a metáfora paterna determina, a este respeito, que se é a ordem significante que faz advir o sujeito, este jamais pode aparecer senão representado nesta linguagem que o causou.

O que resulta, então, é uma conseqüência *princeps*, que solda a relação do sujeito na ordem de seu discurso: *um significante é o que representa um sujeito para um outro significante*. Uma tal conseqüência é, com efeito, irredutivelmente induzida pela estrutura intrínseca do sistema da língua. Ne medida em que o sujeito figura no discurso unicamente através de um *representante*, se por outro lado é um significante que o promove como sujeito no discurso, isto só se dá em relação a um outro significante. É por isso que *o sujeito deve ser tomado como um efeito do significante*, e somente como um efeito. De forma alguma ele pode ser causa do significante. A noção lacaniana de *Sujeito barrado*, $\$$, encontra todo o seu fundamento nesta conseqüência. O sujeito jamais advém a não ser como sujeito barrado pela ordem significante, isto é, barrado de si mesmo:

“O registro do significante institui-se a partir do fato de que um significante representa um sujeito para outro significante. É a estrutura, sonho, lapso e dito espiritualoso, de todas as formações do inconsciente. E é também a estrutura que explica a divisão originária do sujeito.

O significante, na medida em que se produz no lugar do Outro (ainda não situado), faz surgir ali o sujeito do ser que ainda não tem a palavra, mas o faz às custas de cristalizá-lo. O que lá estava pronto para falar (...) desaparece por não ser mais um significante”⁵.

E Lacan precisa:

“O efeito de linguagem é a causa introduzida no sujeito. Por este efeito, ele não é causa de si mesmo, ele traz dentro de si o verme da causa que o refende. Pois sua causa é o significante, sem o qual não haveria nenhum sujeito no real. Mas o sujeito é o que este significante representa, e ele não poderia nada representar a não ser para outro significante, a que, desde então, se reduz o sujeito que escuta.

“Não se fala, portanto, ao sujeito. Isso fala dele e é aí que ele se apreende, e isto tanto mais forçosamente, porquanto antes do simples fato de que isso se enderece a ele, de que ele desapareça como sujeito sob o significante que se torna, ele não era absolutamente nada. Mas esse nada sustenta-se em seu advento agora produzido pelo chamado feito no Outro ao segundo significante”⁶.

Explicitemos melhor o sentido e o alcance desta tese lacaniana *princeps*: *um significante é o que representa um sujeito para um outro significante*.

5. J. Lacan, “Position de l’inconscient”, in *Écrits*, op. cit., p. 840.

6. *Ibid.*, p. 835.

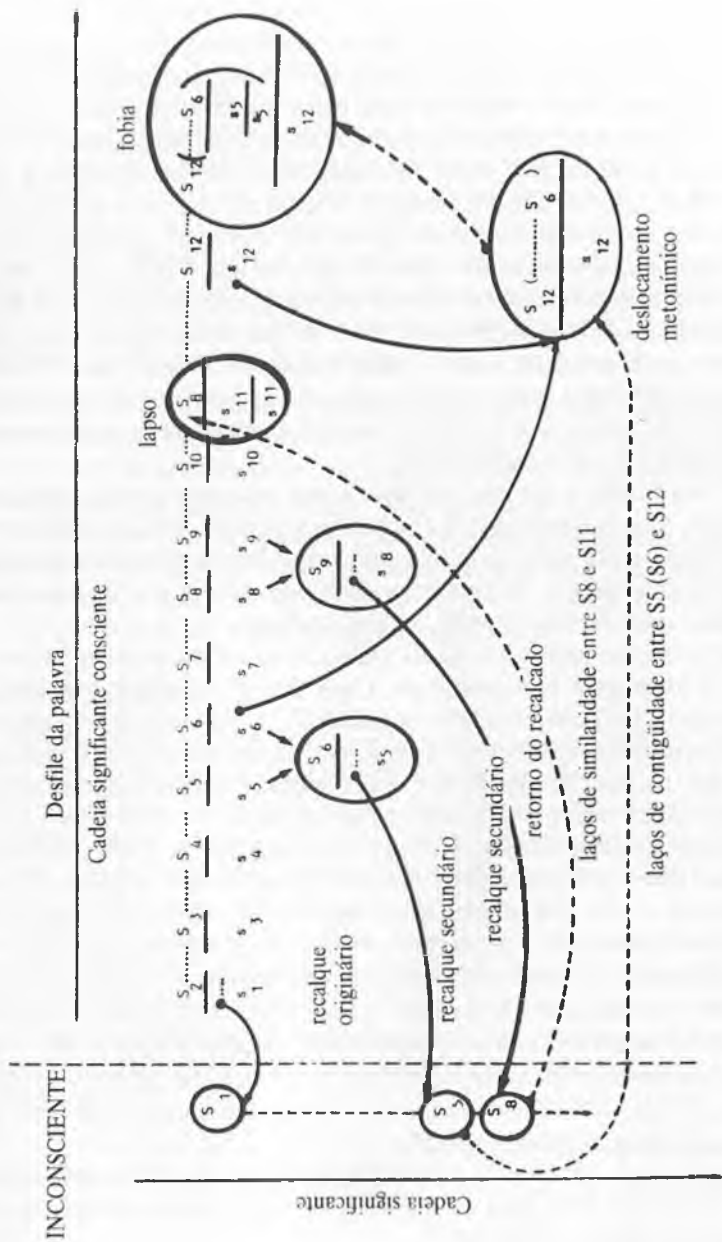
O próprio princípio da metáfora paterna ilustra esta tese de forma definitiva. Na metáfora do Nome-do-Pai, é o surgimento de S2, substituindo S1, que faz advir o sujeito falante, de modo que S2 é o significante que representa o sujeito para um outro significante (S1). A mesma operação se reitera à medida que a cadeia significante se constitui⁷, uma vez que esta cadeia falada é estruturada de tal forma que o sentido de um signo depende do sentido de todos os outros signos. Mas, de uma certa maneira, o sentido do signo é também tributário de um ato de simbolização que não é nada mais do que a construção do próprio signo pela associação de um significante a um significado. Este signo só advém, assim, na medida em que um sujeito participa de sua elaboração. A este propósito, podemos, portanto, colocar o sentido do signo como o que *representa* a intervenção de um sujeito. Uma vez que o sentido do signo depende do sentido dos outros signos, ele atualiza a intervenção de um sujeito com relação ao sentido de um outro signo. Ora, temos fundamentos para descartar tanto o sentido quanto o signo, em virtude da primazia do significante sobre o significado. Ao mantermos apenas o significante, revela-se, então, que *um significante é exatamente o que representa um sujeito para um outro significante*.

Resta um ponto a ser esclarecido: o que se passa com o significado nesta relação com o significante? É preciso examinar esta questão em seu ponto de partida, isto é, ao nível do recalque originário. Retomemos o esquema do momento constitutivo da metáfora do Nome-do-Pai e a instauração da cadeia falada, que completamos da seguinte maneira:

A partir do momento da constituição da metáfora paterna, a criança que acede à linguagem não sabe mais o que diz (S1 recalcado) ao nível do que ela enuncia (S2). No “desfile da palavra”, a cadeia falada organiza-se como uma seqüência discreta de signos, isto é, de significantes associados a significados. Certas circunstâncias podem conduzir a recalques secundários, que se efetuam sob a forma de processos metafóricos. Ao final desses processos, outros significantes tornam-se, então, inconscientes (S5 e S8 no esquema). Isto não quer dizer que S5/s5 e S8/s8 desapareceram da cadeia falada. Figuram ali e continuam sendo construções ainda disponíveis, governadas pelo código da língua. O sujeito ainda pode dispor, em seu léxico, desses signos providos de um sentido preciso, o que não exclui que eles possam ter sido combinados, sem que ele o saiba, em mecanismos metafóricos. Em outras palavras, o que constitui a diferença entre os significantes recalcados (S5 e S8) e estes mesmos significantes no discurso é o seu tipo de inscrição na cadeia inconsciente e na cadeia falada. Ao mesmo tempo, é a função significante que varia mais além do significante propriamente dito.

Os significantes recalcados retornarão na vida do sujeito sob a forma de intervenções que irão, por exemplo, subverter a cadeia falada, no caso de um lapso (ver figura: S8/S11/s11).

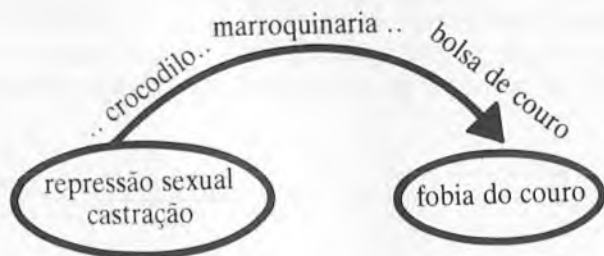
7. Cf. *supra*, esquemas pp. 144 e 148.



Poderia ser ainda o caso de uma condensação metafórica num sonho. Talvez a ilustração mais expressiva seja ainda a que é dada pela fobia e pela construção do *significante fóbico*.

Citemos, por exemplo, o fragmento clínico de uma *fobia do couro* numa jovem. Esta fobia, inicialmente fixada em objetos de marroquinaria*, estendeu-se, a seguir, às roupas e a outros objetos de mobília em couro. Como a maioria das fobias, foi desencadeada um dia, aparentemente sem razão imediata. A análise isolará progressivamente um certo número de materiais que permitirão circunscrever os elementos significantes que contribuíram para a elaboração do objeto fóbico.

Inicialmente, surge a evocação de um acontecimento mais ou menos contemporâneo ao surgimento da fobia: uma bolsa de couro lhe é oferecida pela mãe por ocasião de seu aniversário de quinze anos. Bem mais tarde, vir-lhe-á a recordação de uma ameaça materna associada a uma cena traumática. Quando ela tinha seis anos, numa visita ao zoológico, jogou comida no fosso dos crocodilos. Sentiu-se então aterrorizada quando um crocodilo fechou bruscamente a boca num bater de dentes seco e violento. Pouco tempo depois, enquanto se masturbava num jogo infantil, sua mãe interveio, ameaçando-a: "Se você continuar com essas sujeiras, vou cortar a sua mão com a boca do crocodilo!" É assim que o *crocodilo* tornou-se *significante* da repressão sexual e, mais profundamente, da *castração*. Ela ficaria sabendo ainda, alguns anos mais tarde, na escola, que se utilizava a pele dos crocodilos para confeccionar alguns objetos de *marroquinaria*. Desde então, todas as condições favoráveis foram reunidas para que se organizassem as substituições significantes que conduziram ao desenvolvimento da fobia, no dia em que sua mãe lhe oferece uma bolsa de *couro*. O presente materno catalisa, efetivamente, as associações significantes inconscientes que irão reativar a ameaça de castração e a reprovação materna da atividade sexual:



* Artefatos feitos em couro. (N. da T.)

A *fobia do couro* aparece como o resultado combinado de um recalque metafórico e de um deslocamento metonímico inconsciente.

Reportando-nos a um esquema precedente⁸, coloquemos os seguintes elementos:

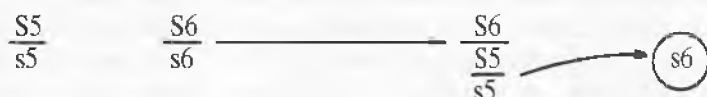
$\frac{S5}{s5}$	repressão sexual (castração)
-----------------	---------------------------------

$\frac{S6}{s6}$	crocodilo
-----------------	-----------

$\frac{S12}{s12}$	o couro
-------------------	---------

Podemos, então, dar conta do mecanismo de construção da fobia pela seguinte série de operações inconscientes:

1) um primeiro significante, S5, tornou-se inconsciente ao final de um recalque metafórico:



No decorrer desta operação, um novo significante, S6 (crocodilo), vem sobrepor-se ao significante S5 (repressão sexual/castração), que se torna inconsciente. Dito de outra forma, S6 continua a funcionar a nível consciente como significante ordinário de “crocodilo”, mas é, igualmente, ao nível inconsciente, um significante que metaforiza de agora em diante a “repressão sexual/castração”, cujo significante específico foi recalçado. S6 torna-se também, portanto, um “crocodilo metafórico” inconsciente.

2) Uma segunda operação significativa organiza-se ulteriormente, graças a um deslocamento metonímico inconsciente. Quando a garotinha fica sabendo que se utiliza a pele de crocodilo para fabricar objetos de couro, é o significante “couro”, S12, que irá tornar-se, por sua vez, significante metonímico de “crocodilo”, S6:



3) Para que a fobia se organize, basta então uma intervenção infeliz da mãe junto à filha: o presente da bolsa de couro. Esta intervenção materna

8. Cf. esquema p. 155.

junto à filha cristaliza uma última substituição significativa, cujo resultado é a fobia do couro propriamente dita: esta se desencadeia no momento em que, na construção metonímica precedente, o significante S6 (crocodilo) põe-se bruscamente a funcionar como aquilo que ele é também inconscientemente, ou seja, o “crocodilo metafórico”, de forma que o significante “couro”, S12, torna-se metonimicamente ligado ao significante recalcado da repressão sexual, S5.

Podemos, então, esquematizar a fobia do couro na seguinte substituição significativa:



O resultado dessas substituições significantes sucessivas evidencia que o significante “couro” significa ao mesmo tempo algo totalmente diferente da idéia de couro. É por isto que esta mulher sabe o que é couro; porém, ao mesmo tempo, não sabe por que tem horror a ele. E ela não pode sabê-lo, pois além da significação ordinária à qual S12 continua a remetê-la, S12 está também metafórica e metonimicamente ligado, sem que ela o saiba, a S5, que é inconsciente.

A título de conclusão, fica claro que o destino do significado é secundário em relação ao significante. Do ponto de vista do inconsciente, apenas as substituições de significantes são decisivas. Neste sentido, a relação do sujeito com a cadeia de seu próprio discurso é, antes de mais nada, uma relação de alienação com o significante e pelo significante. Muito embora os significados continuem a desempenhar seu papel próprio, a *refenda do sujeito* é, por excelência, o que define no fala-ser sua relação de alienação com a cadeia dos significantes. Uma prova suplementar disso seria, no sujeito, a submissão radical da verdade de seu desejo à ordem do discurso.

Sujeito do inconsciente — Sujeito da enunciação — Sujeito do enunciado

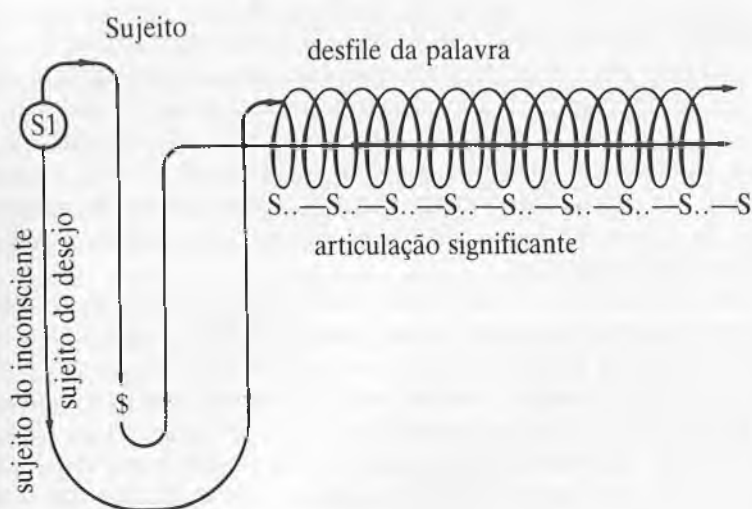
A divisão do Sujeito implica, na perspectiva lacaniana, ter de se definir uma parte de nossa subjetividade como *sujeito do inconsciente*, como *sujeito do desejo*. A própria articulação da relação do sujeito com seu discurso, sob o efeito da *Spaltung*, impõe esta conclusão. Encontramos sua expressão concisa neste trecho das análises que Lacan desenvolveu em “Position de l’inconscient”¹:

“Não se fala, portanto, ao sujeito. Isso fala dele e é aí que ele se apreende”.

Todas as conseqüências metapsicológicas ligadas ao fato de que o sujeito é dividido pela ordem do significante encontram-se implicitamente reunidas nestas duas fórmulas. O “isso fala” vem fazer, aqui, referência ao Sujeito em seu ser, na autenticidade e verdade de seu desejo. O sujeito não pode, evidentemente, falar por si mesmo tal verdade, pois ele nunca está senão representado em seu próprio discurso. Ele nada pode a não ser fazê-la falar. A partir da metáfora do Nome-do-Pai, percebe-se que é S2 que faz falar S1, uma vez que o desejo do sujeito (S1) só pode se fazer ouvir como um significante de substituição (S2). O sujeito, na verdade de seu desejo, está, portanto, oculto de si mesmo pela dimensão da linguagem. Inversamente, quanto ao desejo do sujeito, isso fala dele em seu discurso, sem que ele o saiba. Neste sentido, o desejo aparece como estritamente coextensivo ao registro do inconsciente. *O sujeito, na verdade de seu desejo, pode portanto ser colocado como sujeito do inconsciente.* O “isso fala dele” que designa

1. J. Lacan, “Position de l’inconscient”, in *Écrits*, op. cit., p.835.

o sujeito do inconsciente constitui esse algo de que estamos irredutivelmente separados, por não estarmos senão representados na linguagem. Correlativamente, o sujeito falante articula constantemente algo de seu desejo no "desfile da palavra". Sugiro ilustrar esquematicamente esta incidência do sujeito do inconsciente, do sujeito do desejo na articulação significante da seguinte forma:



Todavia, a linguagem que faz advir o sujeito como $\$$ é uma máquina de fala que, como tal, deve ser relacionada à estrutura habitual do discurso. Ora, a articulação de um discurso supõe que sejam situadas as duas vertentes que o especificam: a vertente do *enunciado* do discurso e o ato de *enunciação* que elabora este enunciado. Mas, esta discriminação, embora seja clássica em lingüística, do ponto de vista lacaniano é absolutamente fundamental para especificar a relação que o sujeito falante mantém com o inconsciente e com o desejo.

Antes de examinarmos como Lacan explora o alcance desta discriminação para nos introduzir no âmago da questão do inconsciente e de seu sujeito, reportemo-nos aos sentidos que esta distinção entre enunciado e enunciação pode ter no campo lingüístico e às conseqüências que podem resultar disto.

Em lingüística, o que se entende por enunciado? Em primeiro lugar, a idéia de uma seqüência finita de palavras emitidas por um locutor. O fechamento de um enunciado é geralmente indicado por um silêncio que o sujeito falante produz para pontuar sua articulação. Por outro lado, cada tipo de discurso caracteriza-se por uma seqüência de enunciados qualitativamente diferentes.

Desde a publicação do tratado de *Linguistique générale et de linguistique française*, de Bally, em 1932, opõe-se tradicionalmente o enunciado à enunciação. Esta oposição repousa sobre o mesmo gênero de distinção que se pode evidenciar entre *fabricação* e *objeto fabricado*. Se a enunciação é, com efeito, um ato individual da língua, o enunciado deve ser tomado como o resultado de um ato de enunciação, ou seja, como um ato de criação de um sujeito falante.

A este propósito, a enunciação levanta um certo número de problemas lingüísticos, a começar pelo fato de que ela é um ato de linguagem, ou seja, uma *iniciativa intencional* daquele que fala. Ora, o conjunto de fatores e atos que contribuem para a produção de um enunciado é múltiplo. Certas correntes da lingüística exploram sistematicamente esta propriedade do *ato da fala*. Citemos, em particular, a escola lingüística de Oxford, da qual J.-L. Austin² é um dos melhores representantes. Mencionemos igualmente John Searle, da Universidade de Cambridge (USA)³, que muito se dedicou aos problemas da enunciação.

Austin procurou, em particular, situar o que se passa no momento em que se produz uma enunciação. Desta forma, foi levado, num primeiro momento, a minimizar o caráter de certos enunciados do discurso que a filosofia tem por hábito privilegiar: os *enunciados afirmativos*. De fato, certas afirmações podem ser declaradas verdadeiras ou falsas *do ponto de vista do ato de enunciação*. Austin diferencia, assim, as afirmações autênticas, que procedem de uma *enunciação constatativa*, das que *fazem* alguma coisa, sem que com isto sejam declaradas verdadeiras ou falsas: as *enunciações performativas*. Estes últimos atos de enunciação aparecem como enunciações que nos permitem *fazer coisas por meio da própria palavra*. É neste sentido que Austin chega à conclusão de que toda enunciação é, antes de mais nada, um *ato de discurso* que, como tal, visa a realizar alguma coisa.

As pesquisas de Austin irão conduzi-lo, num segundo momento, a tentar isolar o aspecto desse ato de enunciação enquanto *ato de discurso*, aspecto que ele designará como valor de *ilocução da fala*. Dito de outra forma, trata-se de um aspecto da fala que pode realizar alguma coisa enquanto fazendo parte de um ato. E Austin cita o exemplo da seguinte frase performativa: Na questão tradicional “Você aceita tomar X... por esposa, por esposo?”, o “*sim*” pelo qual responde, em princípio, o interessado, é um “*sim performativo*”: “Comecei chamando a atenção de vocês, através de exemplos, para algumas enunciações bastante simples, do tipo conhecido sob o nome de performatório ou performativo. À primeira vista, essas enunciações aparentam ser “afirmações”, ou pelo menos assim estão gramaticalmente maquiadas. Observamos, contudo, assim que as examinamos mais de perto, que não são, manifestamente, enunciações suscetíveis de serem verdadeiras ou falsas.

2. J.-L. Austin, *Quand dire c'est faire*, Paris, Seuil, 1970.

3. J. Searle, *Les Actes de Langage*, Paris, Hermann, 1972.

Ser “verdadeira” ou “falsa” é, no entanto, a característica tradicional de uma afirmação. Um de nossos exemplos, como vocês podem lembrar, era a enunciação “sim” (aceito esta mulher como legítima esposa), tal como é formulada numa cerimônia de casamento. Aqui, diremos que, ao pronunciar estas palavras, *fazemos* uma coisa (nos casamos), mais do que nos *damos conta* de uma coisa (de que nos casamos)”⁴.

É preciso convir que a nuance apontada por Austin neste caso não é pequena, na medida em que atesta que *a enunciação não é estritamente homogênea à promoção do enunciado*. Em função disso, podemos circunscrever a enunciação, em lingüística, através de um certo número de parâmetros. Mas o parâmetro mais importante continua sendo aquele que dirá respeito à colocação em cena do sujeito em seu enunciado. Tal parâmetro remete necessariamente à natureza do representante que presentifica o sujeito em seu enunciado, e que designaremos, em especial, como *Sujeito do enunciado*. Este parâmetro introduzirá invariavelmente o sujeito do enunciado de um modo singular, conforme ele esteja ali explicitamente presentificado ou, ao contrário, relativamente ausente.

Na maioria das vezes, é pelo “Eu” que o sujeito atualiza-se em seus próprios enunciados. Mas o sujeito do enunciado pode também encontrar um representante adequado no “a gente”, o “tu”, o “nós”, etc. Estes pronomes constituem, para o sujeito, um meio de revelar uma certa neutralidade subjetiva em relação a seus próprios enunciados, como é de praxe, por exemplo, no *discurso didático*. Neste tipo de discurso, constituído por *enunciados gnômicos*, o sujeito articula proposições generalizando ou universalizando, como por exemplo: “A terra gira ao redor do Sol” ou “Diz-se que todos os homens são mortais”.

Estes enunciados apresentam, com efeito, a característica de criar uma distância entre o sujeito do enunciado e a enunciação. Em contrapartida, tudo se passa como se esta distância tendesse a diminuir no momento em que o sujeito articula por sua própria conta um enunciado: “Eu vou ao cinema”. Todavia, o “Eu” de um enunciado como este continua, apesar de tudo, a ser um representante do sujeito no discurso, e mesmo, mais precisamente, um *representante invocado pelo sujeito no ato mesmo de sua enunciação*. É preciso, portanto, distinguir o *sujeito do enunciado* propriamente dito, de sua participação diretamente subjetiva que o invoca como tal no discurso. Esta participação subjetiva, que atualiza um representante como sujeito do enunciado num discurso, será designada como *sujeito da enunciação*. Trata-se aí do locutor enquanto considerado como uma entidade subjetiva e como lugar e agente da produção dos enunciados.

4. J.-L. Austin, *Quand dire c'est faire*, op. cit., p. 47.

De uma certa maneira, existe pois uma oposição entre o sujeito do enunciado e o sujeito da enunciação que não faz outra coisa senão duplicar a oposição evidenciada no interior do sujeito pela divisão do sujeito.

A distinção sujeito do enunciado/sujeito da enunciação remete diretamente à oposição fundamental estabelecida por Lacan entre o “dito” e o “dizer”, com a conseqüência que lhe é diretamente ligada no que se refere à *verdade do sujeito, que nunca pode senão se meio-dizer*.

Reportemo-nos a algumas afirmações de Lacan no “L’Étourdit”:

“ “Isso precisa se dizer”, vê-se que é o caso de muitas coisas, da maior parte mesmo, inclusive da coisa freudiana tal como a situei, como sendo o dito da verdade (...) É assim que o dito precisa se dizer. Mas se o dito coloca-se sempre com verdade, nem que seja para jamais ultrapassar um meio-dito, o dizer só se acopla a ele ao ex-sistir, ou seja, ao não ser da di-mensão⁵ da verdade”⁶.

Uma vez que o sujeito advém pela linguagem, é, portanto, no próprio ato da articulação significante, isto é, na enunciação, que ele advém. Mas vimos que este sujeito, tão logo advém pela linguagem, se perde nela na verdade de seu ser, por não estar aí senão representado. Ao mesmo tempo, quanto à verdade do sujeito, ela só advém naquilo por intermédio do qual o próprio sujeito advém, isto é, na articulação da linguagem, *em sua enunciação*. A este respeito, o sujeito do inconsciente, *o sujeito do desejo deve ser situado ao nível do sujeito da enunciação*, como destaca Lacan:

“A presença do inconsciente, por se situar no lugar do Outro, deve ser procurada, em todo discurso, na sua enunciação”⁷.

O inconsciente emerge, pois, no *dizer*, ao passo que no *dito* a verdade do sujeito se perde, por somente aparecer sob a máscara do sujeito do enunciado, onde ela não tem outra saída, para se fazer ouvir, senão se meio dizer.

Dessas oposições “enunciado/enunciação” ou “dito/dizer”, que atualizam a estrutura de divisão do sujeito, resulta uma conseqüência lógica ao próprio nível da prática da cura. Trata-se, especialmente, do problema da *atenção flutuante* e dos diferentes elementos de ambigüidade que ela coloca.

A oposição subjetiva entre o sujeito do enunciado e o sujeito da enunciação, colocada em primeiro plano por Lacan na abordagem do inconsciente, introduz um ponto de vista essencialmente novo em relação à *atenção flutuante*.

5. *dit-mension*, no original, estando em jogo aí a homofonia com *dimension* (dimensão) e a semelhança com *dit-mansion* (morada do dito). (N. da T.)

6. J. Lacan, “L’Étourdit” (1972), in *Scilicet*, 1972, n.º 4, p. 8.

7. J. Lacan, “Position de l’inconscient”, in *Écrits*, op. cit., p. 834.

No artigo "*Attention (également) flottante*", J. Laplanche e J. - B. Pontalis⁸ pontuam com muita sutileza as diversas dificuldades apresentadas por esta atitude particular do psicanalista no exercício de sua prática. Esta prescrição "técnica" consiste, antes de mais nada, em suspender, tanto quanto se possa, as motivações habituais que mobilizam e sustentam a atenção no sentido da inclinação aos julgamentos e a outras opiniões pessoais. Tal suspensão, segundo Freud, favorecia a própria atividade inconsciente do analista, na medida em que ele não concederia, *a priori*, nenhuma importância particular aos diversos elementos do discurso do paciente. Freud desenvolve explicitamente esta tese a partir de 1912, em seu estudo: "Conselhos aos médicos sobre o tratamento analítico"⁹, no qual ele precisa, em particular, que é nesta atitude subjetiva que o analista pode registrar, no discurso do paciente, a pluralidade de elementos que demonstrarão mais tarde, em alguns casos, manter conexões inconscientes relacionadas com o desejo do sujeito.

Embora Freud tenha instituído a *atenção flutuante* como atitude correlativa à *livre associação* do paciente, esta regra não deixa de colocar certos problemas de fundo, como observam J. Laplanche e J. - B. Pontalis¹⁰. Lembremos, em primeiro lugar, que a intuição freudiana que sustenta o princípio da *atenção flutuante* repousa na idéia de tentar estabelecer uma comunicação de inconsciente a inconsciente entre o analista e seu paciente. É o que ele procura explicar com a célebre metáfora telefônica: "Em resumo, o inconsciente do analista deve se comportar em relação ao inconsciente emergente do doente como o receptor telefônico em relação à decodificação da transmissão. Da mesma forma como o receptor retransforma em ondas sonoras as vibrações telefônicas que emanam das ondas sonoras, assim também o inconsciente do médico pode, com a ajuda dos derivados do inconsciente do doente que chegam até ele, reconstituir esse inconsciente de onde emanam as associações fornecidas"¹¹.

Tal processo induz, inevitavelmente, a uma questão mais ampla: no exercício da atenção flutuante, como pode o analista desvencilhar-se da influência de suas próprias motivações inconscientes? Outro problema que decorre do precedente: a partir de que elementos específicos o analista intervirá, se nenhum dos materiais é *a priori* privilegiado em sua escuta?

Se as concepções metapsicológicas elaboradas por Lacan não permitem solucionar profundamente esses diferentes problemas, pelo menos introduzem um ponto de vista técnico original a esse respeito. Com efeito, na medida

8. J. Laplanche et J.-B. Pontalis, *Vocabulaire de la psychanalyse*, "Attention (également) flottante", Paris, PUF, 1967, pp. 38-40.

9. S. Freud, "Ratschläge für Arzt bei der psychoanalytischen Behandlung" (1912), *G. W.* VIII, 376-387, S.E., XII, 109-120, trad. A. Berman: "Conseils aux médecins sur le traitement analytique", in *Technique de la psychanalyse*, Paris, PUF, 1953, pp. 61-71.

10. J. Laplanche e J.-B. Pontalis, *Vocabulaire de la psychanalyse*, op. cit., p. 40.

11. S. Freud, *ibid*, p. 66.

em que o inconsciente emerge no discurso do sujeito pelo processo de enunciação, a *atenção flutuante* aparece sobretudo ao nível do enunciado e de seu sujeito. A acuidade da escuta será, em contrapartida, dirigida ao registro do dizer. Trata-se para o analista de “ligar” seu inconsciente no inconsciente do paciente, mas trata-se sobretudo de estar receptivo aos significantes que advêm, através do dizer, para além dos significados que se organizam no dito. A conveniência da intervenção é assim governada pelo rastreamento desses efeitos significantes, e o lugar da intervenção fica circunscrito à ordem do significante. A intervenção analítica isola-se, nesta medida, tanto da problemática de uma compreensão que se deveria incentivar no paciente como de uma construção a ser elaborada a partir do material que ele traz. Nesta perspectiva, a intervenção do analista, que se subtrai igualmente à esterilidade da interpretação explicativa, ater-se-á, ao contrário, exclusivamente a pontuar o *dizer* do paciente por meio de uma escansão que fará surgir, no próprio lugar da enunciação, a abertura significativa que ali se faz ouvir, quando está destinada a se fechar novamente na conclusão do enunciado.

Neste ponto, cumpre lembrar esta evidência sublinhada por Lacan: “um dito precisa se dizer”; evidência que não faz senão retomar a oposição “palavra/linguagem” estabelecida a partir do “Discurso de Roma”:

“Encontramos pois, invariavelmente, nossa dupla referência à palavra e à linguagem. Para liberar a palavra do sujeito, o introduzimos à linguagem de seu desejo, ou seja, à *linguagem primeira*, na qual, para além do que ele nos diz de si, desde já ele nos fala sem que o saiba e antes de mais nada nos símbolos do sintoma”.¹²

A intervenção analítica tem, assim, o status de uma operação de linguagem que se produz sob a forma de um corte significativo na ordem do dito, para liberar a “linguagem primeira” do desejo inconsciente que se articula no dizer.

12. J. Lacan, “Fonction et champ de la parole et du langage en psychanalyse”, (1953), in *Écrits*, op. cit., p. 293.

A alienação do sujeito no Eu¹ O esquema L — A forclusão do sujeito

A *refenda* do sujeito da enunciação com o sujeito do enunciado torna manifesta a impossível coincidência dos dois registros da subjetividade separados pela *Spaltung*. O sujeito que só está presente em seu discurso na medida em que aí está representado engaja-se, através de seu discurso, num procedimento de *semblante*. Ao figurar apenas sob a forma de um “lugar-tenente”, o sujeito articula um discurso que não é outra coisa senão um *discurso de semblante* em relação à verdade de seu desejo. De fato, a divisão do sujeito constitui uma brecha aberta a todos os engodos. Engodo cuja origem situa-se no fato dos enunciados que o sujeito articula sobre si mesmo sustentarem uma verdadeira mistificação na qual ele se aliena em pleno registro imaginário. Dito de outra forma, o acesso ao simbólico, que permite ao sujeito libertar-se da dimensão imaginária onde se encontra inicialmente inserido, só o salva desta captura para em seguida, melhor precipitá-lo ali. O “Eu”² do enunciado, com efeito, congelado na ordem do discurso, tende a ocultar cada vez mais o sujeito do desejo. Por meio desta ocultação, irá constituir-se exatamente uma *objetivação imaginária do sujeito*, que não encontra outra saída senão identificar-se cada vez mais com os diferentes “lugar-tenentes” que o representam em seu discurso. Ele entra, assim, num desconhecimento total daquilo que ele é do ponto de vista de seu desejo. Os múltiplos “lugar-tenentes” nos quais o sujeito se perde tendem a condensar-se numa representação imaginária que se tornará a única que o sujeito poderá doravante oferecer a si mesmo, a única através da qual lhe será dado apreender-se. Esta objetivação

1. *Moi*, no original. (N. da T.)

2. *Je*, no original. (N. da T.)

imaginária do sujeito em relação a si mesmo é o *Moi* (Eu, mim). Da mesma forma, dizer que o *Moi se prend pour le Je* (O Mim se toma pelo Eu)³ é aproximar-se da captação imaginária onde o *fala-ser* assujeita-se cada vez mais.

Uma vez que o Eu (*Moi*) é uma construção imaginária pela qual o sujeito se objetiva a si mesmo para si mesmo, através de seus próprios representantes, toda a subjetividade é, portanto, minada por um paradoxo.

O estádio do espelho constitui esta fase inaugural da evolução psíquica na qual a criança subtrai-se ao registro capturante da relação dual com a mãe. O esboço da subjetividade, que se dá através da conquista da identidade originária, permite à criança dar início à sua promoção subjetiva, rumo ao acesso ao simbólico pelo qual colocará um fim à relação especular com a mãe. Ora, é precisamente por este acesso ao simbólico que se organiza uma recaída do sujeito no imaginário, culminando no advento do Eu (*Moi*).

Tal economia paradoxal encontra sua mais completa expressão nesta fórmula de Lacan: “O drama do sujeito no verbo é que ele faz aí a experiência de sua *falta-a-ser*”⁴; isto é, uma falta-a-ser que deve ser tomada aqui no sentido do ser do desejo, em função do desconhecimento em que este sujeito vê-se instalado em relação a si mesmo através da ordem significante.

Mais além deste paradoxo da subjetividade, retomemos a problemática imaginária do Eu (*Moi*), para desde já precisar que, embora diga respeito ao sujeito, esta construção em que ele se aliena não é independente da existência do outro. Por ser uma imagem projetada do sujeito através de seus múltiplos representantes, o *Eu (Moi)* só toma seu valor de representação imaginária pelo outro e em relação ao outro. O estádio do espelho é um processo precursor desta dialética. De fato, a identificação da criança com sua imagem especular torna-se possível na medida em que está sustentada em um certo reconhecimento do Outro (a mãe):

“O que se manifesta no triunfo da assunção da imagem do corpo no espelho é este objeto, o mais evanescente por só aparecer à margem: a troca de olhares, manifesta no fato da criança voltar-se em direção àquele que, de alguma maneira, assiste a ela, nem que seja pelo mero fato de que assiste a seu jogo”⁵.

De fato, a criança só se reconhece em sua própria imagem na medida em que pressente que outro já a identifica como tal. Ela recebe, assim, do olhar do outro o assentimento de que a imagem que percebe é realmente

3. Estão em jogo aqui as duas acepções do *Eu* possíveis em francês, e que não encontram em português uma verdadeira correspondência; assim sendo o *Je* é traduzido pelo *Eu*, e o *Moi*, que designaria antes o pronome oblíquo *Mim*, é também, na maioria das vezes, traduzido por *Eu*. (N. da T.)

4. J. Lacan, “Remarque sur le rapport de Daniel Langache: Psychanalyse et structure de la personnalité” (1960), in *Écrits*, op. cit., p. 655.

5. J. Lacan, “De nos antécédents” (1966), in *Écrits*, op. cit., p. 70.

a sua. Neste sentido, o advento da subjetividade que se esboça ao nível do estádio do espelho prefigura em que o Eu (*Moi*), como construção imaginária, aparece irredutivelmente submetido à dimensão do outro. E Lacan não deixa de insistir neste ponto. Inicialmente, em fórmulas tão radicais quanto esta:

“Não há meio de apreender seja o que for da dialética analítica, se não postulamos que o eu (*Moi*) é uma construção imaginária”⁶.

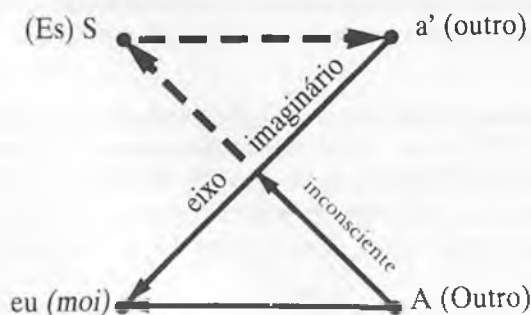
Outra formulação bastante explícita:

“O eu (*Moi*) do qual falamos é absolutamente impossível de se distinguir das *captações imaginárias* que o constituem, dos pés à cabeça, em sua gênese bem como em seu status, em sua função como em sua atualidade, *por um outro e para um outro*”⁷.

Citemos ainda esta curta passagem de “Position de l’inconscient”:

“A única função homogênea da consciência reside na *captura imaginária* do Eu (*Moi*) por seu reflexo especular e na função de desconhecimento que permanece ligada a ela”⁸.

Além das alusões explícitas que estas três passagens fazem à relação imaginária que o sujeito mantém com seu Eu (*Moi*) podemos pressentir ainda que a relação do Eu (*Moi*) com o outro poderia ser, de uma certa maneira, colocada como análoga à relação que mantém, respectivamente, linguagem e fala. Com esta analogia fica ilustrado o problema fundamental da alienação



6. J. Lacan, *Le Moi dans la théorie de Freud et dans la technique de la psychanalyse*, livro III, 1954-1955, seminário de 25 de maio de 1955, Paris, Seuil, 1978, p. 284 (grifado pelo autor).

7. J. Lacan, "Introduction au commentaire de Jean Hyppolite sur la *Verneinung* de Freud" (1954), in *Écrits*, op. cit., p. 374 (grifado pelo autor).

8. J. Lacan, "Position de l'inconscient", in *Écrits*, op. cit., p. 832 (grifado pelo autor).

do sujeito no Eu (*Moi*) como consequência do acesso à linguagem, tal como Lacan analisa o princípio no célebre *esquema L da dialética intersubjetiva*⁹.

Explicitemos este esquema que Lacan introduz em seu seminário *Le Moi dans la théorie de Freud et dans la technique de la psychanalyse*, em 25 de maio de 1955.

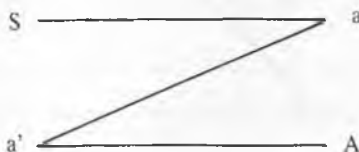
S: é o sujeito, o sujeito em “sua inefável e estúpida existência”, como precisa Lacan¹⁰. Em outras palavras, trata-se do sujeito preso às redes da linguagem e que não sabe o que diz. Mas, mesmo que o sujeito esteja em posição de S, não é neste lugar que ele apreende a si mesmo.

“Ele se vê em a, e é por isto que ele tem um eu (*moi*). Ele pode acreditar que este eu é ele, todo o mundo se vê assim e não há maneira de sair disso¹¹.”

Encontramos aí uma referência implícita ao estágio do espelho e à conquista da identidade através de uma imagem, vivida inicialmente como imagem de um outro, assumida a seguir como imagem própria. Por ser a partir da imagem do outro que o sujeito acede à sua identidade, ele entrará num movimento subjetivo correlativo com relação ao outro. Assim, *é sob a forma do outro especular (a própria imagem do sujeito no espelho) que o sujeito perceberá igualmente o outro, ou seja, seu semelhante, situado em a' no esquema: “Esta forma do outro tem a maior relação com o seu eu (*moi*), ela lhe pode ser superposta, e nós a escrevemos a”¹²”.*

A relação que o sujeito mantém consigo mesmo é, pois, *sempre mediada por uma linha de ficção: o eixo aa'*. A relação de S à a (eu/*Moi*) está, portanto, na dependência de a' e, inversamente, a relação que o sujeito mantém com o outro, (a'), seu semelhante, está na dependência de a. Pode-se falar, pois, *de uma dialética da identificação de si com o outro e do outro a si*. É assim que se compreende a referência a Hegel, feita por Lacan, a propósito do eu:

9. J. Lacan, *Le Moi dans la théorie de Freud et dans la technique de la psychanalyse*, seminário de 25 de maio de 1955, op. cit., p. 284. Reencontramos o esquema L no “Séminaire sur la lettre volée” (1956), in *Écrits*, op. cit., p. 53 e na forma simplificada:



em: “D’une question préliminaire à tout traitement possible de la psychose”, in *Écrits*, op. cit., p. 548.

10. J. Lacan, “D’une question préliminaire à tout traitement possible de la psychose”, in *Écrits*, op. cit., p. 549.

11. J. Lacan, *Le Moi dans la théorie de Freud et dans la technique de la psychanalyse*, livro II, 1954-1955, seminário de 25 de maio de 1955, Paris, Seuil, 1978, p. 285 (grifado pelo autor).

12. *Ibid.*, p. 285.

“Em outras palavras, a dialética que sustenta nossa experiência, situando-se no nível o mais envolvente da eficácia do sujeito, obriga-nos a compreender o eu (*Moi*), de um extremo ao outro, no movimento de alienação progressiva onde se constitui a consciência de si na fenomenologia de Hegel”¹³.

O quarto termo do *esquema L* é simbolizado por *A*: o *Outro*. Ao lado do plano simétrico do Eu (*Moi*) e do outro, existe, com efeito, um plano secante, $A \rightarrow S$, que Lacan nomeia: *o muro da linguagem*. Para apreender a função que é atribuída a este último termo, é preciso inicialmente elucidar o que se passa quando um sujeito se dirige a outro:

“Quando o sujeito fala com seus semelhantes, ele fala na linguagem comum que toma os eu (*Moi*) imaginários por coisas não simplesmente *ex-sistentes*¹⁴, mas reais. Não podendo saber o que está no campo onde o diálogo concreto se passa, ele trata com um certo número de personagens, *a, a'*. Na medida em que os coloca em relação com sua própria imagem, estes a quem o sujeito fala são também estes aos quais ele se identifica”¹⁵.

Quando um sujeito comunica-se com um outro sujeito, a comunicação (“a linguagem comum”) é sempre mediada pelo eixo imaginário *aa'*. Em outras palavras, quando um sujeito real dirige-se a um *outro* sujeito real, ocorre, devido à divisão operada pela linguagem, que é um Eu (*Moi*) que comunica com um eu (*Moi*) diferente, porém semelhante a ele. Disto resulta que falar a um outro equivale inevitavelmente a manter um diálogo de surdo com ele. A mediação da linguagem, que eclipsa o sujeito, impõe que quando um *S* dirige-se a um verdadeiro *Outro*, ele jamais o atinge diretamente. Este *Outro* está, com efeito, situado do outro lado do *muro da linguagem*, assim como o sujeito *S* está fora de circuito em sua verdade de sujeito por esta ordem da linguagem:

“Nós nos dirigimos de fato a *A1, A2*, que são o que não conhecemos, verdadeiros *Outros*, verdadeiros sujeitos”.

“Eles estão do outro lado do muro da linguagem, lá onde, em princípio, jamais os atinjo. Fundamentalmente, são eles que viso cada vez que pronuncio uma verdadeira palavra, mas atinjo sempre *aa'* por reflexão.

13. J. Lacan, “Introduction au commentaire de Jean Hyppolite sur la *Verneinung* de Freud”, in *Écrits*, op. cit., p. 374. O movimento dessa dialética hegeliana será desenvolvido no capítulo seguinte.

14. Por esta escrita (*ex-sistente/ex-sistir*) Lacan metaforiza o status do sujeito em relação a seu discurso. O prefixo *ex* e a raiz latina *sistere* indicam, com efeito, a posição do sujeito, que é sempre a “de estar situado fora de...”.

15. J. Lacan, *Le Moi dans la théorie de Freud et dans la technique de la psychanalyse*, livro II, 1954-1955, seminário de 25 de maio de 1955, op. cit., p. 285.

Viso sempre aos verdadeiros sujeitos, e devo me contentar com sombras. O sujeito está separado dos Outros, os verdadeiros, pelo muro da linguagem”¹⁶.

A dialética da intersubjetividade, na medida em que supõe um Outro verdadeiro cuja existência deve ser postulada para fundar o endereçamento do sujeito que fala, resulta, em definitivo, numa troca imaginária de eu (*moi*) a eu (*moi*):

“Se a fala funda-se na existência do Outro, o verdadeiro, a linguagem é feita para nos remeter a outra objetividade, ao outro com o qual podemos fazer o que bem entendermos, até mesmo pensar que é um objeto, isto é, que não sabe o que diz. Quando nos servimos da linguagem, nossa relação com o outro joga todo o tempo com esta ambigüidade. Dito de outra forma, a linguagem tanto é feita para nos fundar no Outro, como para nos impedir radicalmente de compreendê-lo”¹⁷.

Toda a questão da alienação do sujeito (“Eu”/“Je”) na e pela linguagem age, portanto, em benefício do imaginário do Eu (*Moi*). Neste sentido, como observa Lacan, “o sujeito não sabe o que diz, e com razão, porque ele não sabe o que é”¹⁸.

Desta conseqüência estrutural resulta toda uma concepção precisa da experiência da cura analítica, apta a realizar, sem sombra de dúvida, o fundamento mais seguro do *retorno a Freud*, ao cerne de sua descoberta. “A análise, diz Lacan, deve visar à passagem de uma palavra verdadeira que una o sujeito a um outro sujeito, do outro lado do muro da linguagem. É a relação última do sujeito a um verdadeiro Outro, ao Outro que dá a resposta que não se espera, que define o ponto terminal da análise”¹⁹. A experiência analítica, então, permanece suspensa à passagem de uma *palavra vazia* — a que é mediada pelo eixo imaginário *aa'* — a uma *palavra plena*, a uma *palavra verdadeira*. Aí reside, para Lacan, a significação capital da análise e a assunção de seu objetivo fundador. É o que ele explica radicalmente neste magistral trecho:

“Durante todo o tempo da análise, unicamente sob a condição de que o eu do analista consinta em não estar presente, unicamente sob a condição de que o analista não seja um espelho vivo, mas um espelho vazio, o que se passa, se passa entre o Eu (*Moi*) do sujeito e os outros. Todo o progresso da análise reside no deslocamento progressivo desta relação, que o sujeito a todo instante pode captar, para além do muro da lingua-

16. *Ibid.*, pp. 285-286.

17. J. Lacan, *Le Moi dans la théorie de Freud et dans la technique de la psychanalyse*, livro II, 1954-1955, seminário de 25 de maio de 1955, op. cit., p. 286.

18. *Ibid.*, p. 286.

19. *Ibid.*, p. 288.

gem, como sendo a transferência que é dele e onde ele não se reconhece. (...) A análise consiste em lhe fazer tomar consciência dessas relações, não com o eu (*moi*) do analista, mas com todos estes *Outros* que são seus verdadeiros fiadores, que respondem por ele e que ele não reconhece. Trata-se de o sujeito descobrir progressivamente a que Outro ele se endereça verdadeiramente, embora não o saiba, e de assumir progressivamente as relações de transferência no lugar em que ele está e onde, inicialmente, não sabia que estava”²⁰.

A famosa fórmula de Freud *Wo Es war, soll Ich werden* desponta, aqui, na acepção que lhe concede Lacan. Em troca da infeliz tradução: “*Le Moi doit déloger le Ça*” (O Eu deve desalojar o Isso), Lacan propõe, na linha de sua concepção da perspectiva analítica: “*Là où le S était, là le Ich doit être*”²¹. (Lá onde o S estava, o Ich²² deve estar). Em outras palavras, não é o Eu (*Moi*) que deve tomar a dianteira em relação ao Isso. A análise que visasse a tal perspectiva compactuária, segundo Lacan, com as estratégias do “Eu (*Moi*) forte” tão caras à *Ego psychology* e a outras ortopedias psicológicas de virtudes normativa e educativa. Para Lacan, ao contrário, o Eu (*Moi*) deve progressivamente ceder terreno ao *Es*²³. Mas este *Es*, ele esclarece, “tomem-no como a letra S. Ele está aí, ele está sempre aí. É o sujeito”²⁴. É neste sentido que o imaginário do Eu (*Moi*), na análise, deve dar lugar ao sujeito na autenticidade de seu desejo, cuja verdade encontra-se por demais comprometida em razão mesmo da alienação habitual do sujeito no lugar de sua refenda.

À luz do *esquema L*, torna-se possível retornar à questão desta alienação, para tentar apreciar seus aspectos mais estereotipados, exibidos no desenvolvimento do saber didático onde o sujeito do inconsciente é forcluído.

A alienação do sujeito deve ser situada, no *esquema L*, do lado do eixo *a* → *a'* onde ela se exerce. Separado de si mesmo pela ordem da linguagem, o sujeito encontra-se representado por um “lugar-tenente” que funciona no lugar de *a*, no lugar do Eu (*Moi*). O Eu (*Moi*) pode se tomar pelo “Eu” (*Je*) (para o sujeito) segundo este princípio. Em outras palavras, o sujeito do enunciado aparece como o sujeito imaginariamente convocado ao lugar do Eu (*Moi*), onde ele se aliena sem o saber. Nestas condições, se a “sutura” exprime “a relação do sujeito com a cadeia de seu discurso”²⁵, podemos precisar com maior justeza seu alcance, segundo o grau de alienação do sujeito, através do Eu (*Moi*).

20. J. Lacan, *Le Moi dans la théorie de Freud et dans la technique de la psychanalyse*, livro II, 1954-1955, seminário de 25 de maio de 1955, op. cit., p. 288.

21. *Ibid.*

22. Em alemão, no original.

23. Em alemão, no original.

24. J. Lacan, *Le Moi dans la théorie de Freud et dans la technique de la psychanalyse*, livro II, 1954-1955, seminário de 25 de maio de 1955, op. cit., p. 288.

25. J.-A. Miller, “La Suture”, in *Cahiers pour l'analyse*, op. cit., p. 39.

Com referência a estas teses de Lacan, é possível, com efeito, demonstrar que, segundo os tipos de articulação de discursos, o sujeito verdadeiro aparece mais ou menos amordaçado neste sujeito do enunciado que o representa. Deste ponto de vista, certas estratégias de discurso mostram-se totalmente radicais quanto à evicção do sujeito do inconsciente.

Isto está particularmente manifesto em todas as estratégias de discurso racionais e, *a fortiori*, nos discursos científicos, matemáticos, lógicos, onde o sujeito do enunciado ilude-se redondamente ao tomar-se pelo sujeito enquanto tal. Pode-se nomear como *forclusão do sujeito* este tipo de alienação do sujeito autêntico em benefício de um lugar-tenente privilegiado, designado nestas circunstâncias como *Sujeito cognoscente* ou *Sujeito do conhecimento*.

De uma certa maneira, a atividade do sujeito cognoscente é uma atividade que legífera, pelo trabalho racional, sobre a verdade das coisas, e até sobre a verdade do próprio sujeito. Por assumir assim a promoção de tais enunciados verdadeiros (ou falsos), esse sujeito cognoscente é elevado à dignidade de *sujeito epistêmico*. Ora, este sujeito epistêmico, que decreta por si mesmo e para si mesmo o que é o saber verdadeiro, só se ilude quanto à sua verdade na medida em que dispõe de instrumentos de discurso apropriados para este efeito. E tais instrumentos, por sua vez, só asseguram adequadamente o desenvolvimento de um conhecimento positivo porquanto neutralizam o sujeito do inconsciente. Por esta razão, o sujeito epistêmico prolifera inevitavelmente no lugar do Eu (*Moi*). Como tal, ele aparece como o *nec plus ultra* das performances imaginárias do Eu (*Moi*), as quais culminam em paradigmas de discurso totalmente assujeitados a um certo ideal, que diz respeito tanto ao sujeito como ao objetivo que este sujeito persegue. Do lado do sujeito, este ideal encarna-se sob a categoria de *sujeito transcendental*²⁶. Do lado do objetivo, encontramos a perspectiva do *saber absoluto*. Assim, estas duas opções ideais encontram sua articulação privilegiada no racionalismo da ciência. No discurso científico, pode-se dizer que o grau de sutura é ótimo, porque é ali que o sujeito do inconsciente está melhor amordaçado. Avançando um pouco mais, pode-se igualmente examinar o tipo e a textura epistemológica desta “mordaça” no campo das diferentes disciplinas científicas, a fim de evidenciar, como tive ocasião de mostrar²⁷, a natureza dos parâmetros que intervêm na *forclusão do sujeito*.

26. A ser tomado no sentido kantiano do termo, isto é, em referência às condições *a priori* do conhecimento.

27. J. Dor,

a) “Suture scientifique et suture logique du sujet de l’inconscient”, conferência no IV Congresso Internacional de Psicanálise, Milão, 28/31 de janeiro de 1981 (a ser publicada).

b) “Scientificità della psicanalisi? Una sovversione della cultura scientifica” in *Vel*, Come Comminore nol cielo-Saggi di formazione psicanalitica, 1982, n° 16, pp. 149-159. (Conferência no 1º congresso do Movimento freudiano internacional, Roma, 28/30 de janeiro de 1982). Retomado em francês in *Spirales*, 1982, n° 13, p. 61 e n° 14, pp. 63-64.

Dialética da consciência e dialética do desejo

Para além da identificação primordial no estádio do espelho, que corresponde à *dialética da consciência* hegeliana tal como é suposta no *esquema L*, para Lacan é também toda a dinâmica do desejo que se ordena neste mesmo movimento dialético. Com efeito, revela-se que o desejo se estrutura sempre, fundamentalmente, como “desejo do desejo do Outro”. Nem que seja apenas por estas duas razões, a dialética da consciência e do desejo, abordada por Hegel na *Phénoménologie de l'esprit*¹, necessita ser retomada em suas mais amplas articulações.

O *esquema L* evidencia que o sujeito, S, só apreende a si mesmo em a, isto é, enquanto Eu (*Moi*). Ora, o Eu (*Moi*) só advém para o sujeito por *identificação à sua imagem especular*: seja em relação à sua própria imagem no espelho, seja em relação à imagem de outro semelhante. A relação que o sujeito mantém consigo mesmo está, pois, na dependência de a e de a', de tal forma que podemos falar de uma autêntica *dialética da identificação de si ao outro e do outro a si* que conduz à ordem da dialética hegeliana.

Em Hegel, o projeto da dialética da consciência é organizado para tentar compreender, em seu desenrolar, o movimento da constituição da relação do sujeito consigo mesmo.

Hegel situa o ponto de origem deste movimento ao nível da *presença imediata a si*, ou ainda, do que ele designa por *identidade originária*. Trata-se aí do ponto de partida de um movimento no qual a consciência ainda não entrou em relação consigo mesma: é o *em si da consciência*.

1. Hegel, *Phénoménologie de l'esprit*, trad. J. Hyppolite, 2 vol., Paris, Aubier-Montaigne.

PRIMEIRO MOMENTO

O primeiro momento da dialética é movimento de *separação de si consigo mesmo*. Este movimento de *exteriorização* é indispensável, para que a consciência possa se colocar em relação consigo mesma, isto é, para se constituir como consciência de si.

Figura I

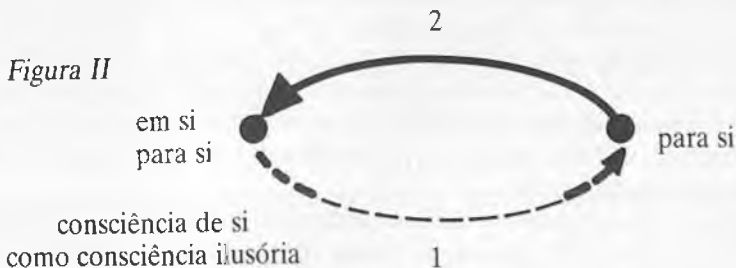


A consciência, portanto, coloca-se inicialmente à distância de si mesma como objeto, e é somente nesta *auto-objetivação* que ela pode ter consciência de algo exterior a si. Este algo é o *para si*, e o primeiro momento deve também ser colocado como *auto-objetivação do para si*.

Para Hegel, a alienação do espírito fora de si mesmo começa já neste primeiro momento. Com efeito, ao final do movimento de exteriorização, a consciência toma sua própria objetivação como uma *objetivação dada*, uma vez que o *para si* é um objeto exterior à consciência *em si*. A consciência, pois, já está de uma certa maneira alienada, visto que ela não tem ainda consciência de que esta objetividade é ele própria.

SEGUNDO MOMENTO

O primeiro momento só foi postulado para que a consciência possa colocar-se em relação com ela mesma. Da mesma forma, o segundo momento só pode ser postulado como *movimento de retorno*, como *movimento reflexivo*.



Ao final desse retorno, a consciência tornou-se *consciência de si*, uma vez que, doravante, ela apreende ela mesma como *para si* nela mesma; ou seja, como *para si* enquanto é *em si*. Neste ponto, trata-se do *para si em*

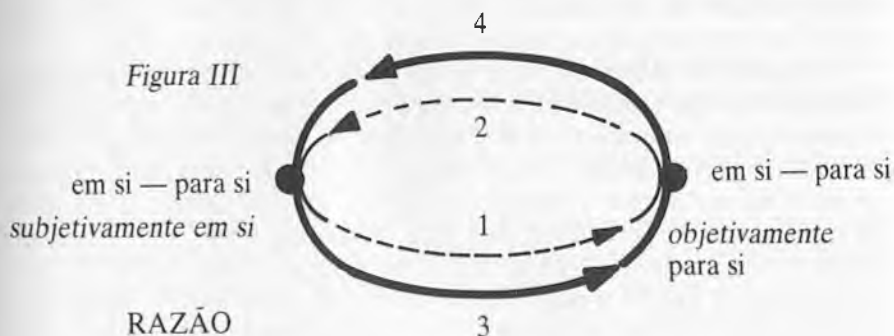
si da consciência, uma vez que ela tem consciência de um objeto fora dela mesma (para si) que é ela mesma. Poder-se-ia pensar que, ao final desse segundo momento, a consciência constituiu-se como consciência de si. Nada disso. Para Hegel, a consciência de si como para si em si é o protótipo mesmo da *consciência ilusória*, na medida em que esta consciência é ainda *radicalmente subjetiva*. Como tal, é também um novo testemunho de sua alienação, já que ao final do segundo momento a consciência está persuadida de *que não há objetividade independente dela*.

A consciência para si em si é uma subjetividade que exclui toda relação positiva com a objetividade, isto é, com o objeto independentemente de uma consciência que o pense. Para sair desta consciência ilusória, é preciso um terceiro momento.

TERCEIRO MOMENTO

No final do segundo momento, a consciência de si *não sabe conscientemente o que ela é*. Ela é consciência para si, mas não é para si senão em si. Para sair da consciência ilusória, a consciência deve então recolocar este duplo movimento como consciência de si. A relação consigo só será autenticamente consciência de si sob esta condição.

É preciso, portanto, que a subjetividade instaurada (para si em si) se recoloca como tal, *objetivamente*, face a ela mesma e se remeta novamente a ela mesma; é assim que ela torna-se objetivamente para ela mesma o que até então só era subjetivamente.



O terceiro momento, portanto, desenvolve-se num duplo movimento:

Movimento 3

1) Colocar a objetividade como objetividade (para si) da subjetividade (consciência de si).

Movimento 4

2) Colocar a subjetividade (consciência de si) como subjetividade da objetividade (para si).

Ao final do movimento 3, a objetividade (para si) foi colocada como objetividade consciente dela mesma da subjetividade. No final do movimento 4, a consciência de si (para si em si) foi colocada como subjetividade de sua própria objetividade. O arremate da consciência de si se deve ao fato de que *a consciência constitui-se objetivamente em si para si*, ou seja, *em si enquanto para si e para si enquanto em si*. Neste nível de unidade, a consciência realiza a razão, de forma que podemos avançar, tal como formula Hegel, que: “O pensamento é uma atividade que consiste em se colocar face a si para ser para si e ser a si neste outro si”.

É a partir do princípio de um tal movimento dialético que se constitui o reconhecimento de si pelo outro e do outro por si, tal como o esquema L demonstra.

Em Hegel, o reconhecimento recíproco instaura-se de saída na dimensão do desejo, de um modo dialético, e está *submetido ao advento da consciência de si*. Para apreender o seu mecanismo, é preciso explicitar previamente o status do *objeto* na consciência. Com efeito, para a consciência, o objeto sustenta-se em uma contradição, na medida em que ele é ao mesmo tempo *dependente e independente* desta consciência.

Sob certo ponto de vista, a consciência que se coloca fora dela mesma como objeto (para si) faz com que este objeto seja independente dela. Com efeito, na auto-objetivação do para si, o para si aparece como independente do em si, ao final do primeiro momento. Mas, sob outro ponto de vista, este objeto é também *dependente* dela, na medida em que a consciência só é consciência de si pela reflexão nela mesma desse objeto. Dito de outra forma, a consciência só postula a independência do objeto (para si) para melhor postular sua dependência (para si — em si). É neste sentido que, ao nível da consciência de si, há *contradição* com relação ao objeto.

A *essência do desejo* só surge graças a esta contradição. A consciência *não cessa de desejar a independência do objeto, para melhor desejar colocar-se ela mesma como consciência de si*. Para Hegel, a essência do desejo é, pois, por natureza, contraditória: ela se sustenta na relação a um outro que não a si (para si) que deve ser também relação a si (para si em si). É em torno deste ponto que se pode compreender a relação ao outro, que é também relação a si, e a relação a si, que é também relação com o outro. De fato, a consciência se institui a partir de um desejo contraditório. O objeto deve ser, ao mesmo tempo, em si outro que não a consciência enquanto para si, mas também tal como ele deve ser, isto é, como ela mesma enquanto para si — em si. Por esta exigência contraditória, a consciência encontra uma verdade sobre o objeto da qual não tinha consciência inicialmente. Esta verdade é que *o objeto (para si), que a consciência coloca como independente dela, é necessariamente também uma consciência de si, isto é, um outro si que é consciência de si*. É preciso, aliás, que seja assim para que a consciência se reconheça como consciência de si neste objeto. Todavia, ela só pode desco-

brir esta verdade quando tiver trazido a si este objeto, isto é, quando este objeto torna-se sujeito e ela descobre que este outro colocado diante dela é ela mesma.

Desta contradição com relação ao objeto e à verdade que a consciência descobre aí, resulta um certo número de conseqüências. Em primeiro lugar, é preciso admitir a *existência necessária de uma multiplicidade de consciências de si*. Em segundo lugar, a dimensão do desejo (da consciência) aparece inevitavelmente como *desejo do desejo do outro*. Enfim, uma consciência só pode *reconhecer-se no outro porque o outro se reconhece nela*.

Se cada consciência, para constituir-se como consciência de si, deve colocar um objeto fora dela mesma, e se este objeto se revela ser necessariamente uma outra consciência de si, resulta que *cada consciência, colocando um objeto fora dela mesma, deseja encontrar uma consciência de si neste objeto*. Em última instância, cada consciência deseja, portanto, encontrar um objeto que também deseje. *Cada consciência deseja ser desejada através do objeto que deseja*. Neste sentido, o desejo constitui-se sempre como *desejo do desejo do outro*.

A dialética do *reconhecimento recíproco* irá fundar-se na dialética do desejo. Se o desejo é desejo do desejo do outro, isto significa que toda consciência deseja se reconhecer no outro, na medida em que o outro deseja reconhecer-se nela. A dialética da subjetividade está engajada nesta insígnia. Eu desejo reconhecer-me no outro. Mas uma vez que este outro sou eu, é preciso que este Eu Outro se reconheça em mim. Em outras palavras, eu só posso reconhecer-me neste Eu Outro se eu reconheço que o outro já se reconhece em mim; dito de outra forma, se eu reconheço que sou o eu do outro.

Hegel designa esta problemática do reconhecimento recíproco como *consciência de si duplicada*. Seu princípio está no fundamento do que Lacan propõe no estágio do espelho e ao nível do *esquema L*.

Em Hegel, o reconhecimento recíproco encontra sua melhor ilustração na *Dialética do Senhor e do escravo*.

No início, o homem só tem de homem o status de *animal vivo*. Como tal, não passa de um ser de necessidades. Para conquistar sua identidade, será preciso que se torne *ser de desejo*, isto é, consciência desejante ou consciência de si. Para aceder à consciência de si, o animal vivo, vê-se na obrigação de suprimir o outro como animal vivo, já que o advento da consciência de si impõe poder reconhecer-se no outro. Mas, inversamente, para tanto é preciso também que o outro possa reconhecer-se nela. A essência do desejo irá encontrar aqui sua expressão, no fato que é *preciso necessariamente que um encontre no outro uma outra consciência que deseje*. Ele engaja-se, então, inevitavelmente, numa *luta de morte* onde cada um deseja suprimir o outro enquanto animal vivo, para poder encontrar no outro uma consciência que deseje.

A luta de morte não tem, contudo, outra saída senão transformar-se em *luta de prestígio*, visto que um dos dois protagonistas deve capitular. Dito de outra forma, a luta de morte não tem outro objetivo senão instituir uma *relação de servidão*. Um dos combatentes pára de combater, mostrando ao outro que ele teme a morte como animal vivo e, ao mesmo tempo, que renuncia a ser reconhecido como consciência de si. O *Senhor* é assim reconhecido pelo *escravo* e se sabe reconhecido por ele. A partir deste momento, o processo se inverte, entrando na *dialética da consciência servil*.

O reconhecimento do Senhor pelo escravo é unilateral. Por esta razão, não tem efeito. O Senhor é reconhecido pelo escravo como consciência de si, mas ele não se encontra de forma alguma como consciência de si no escravo. Portanto, é reconhecido como consciência de si por uma consciência que não é consciência de si. Por razões análogas, porém inversas, o escravo tampouco se reconhece no Senhor. No entanto, enquanto consciência, o escravo aspira também ao reconhecimento. O medo o fez renunciar, mas o desejo de ser uma autêntica consciência de si subsiste; o escravo é, pois, uma consciência *para si em si*, ou seja, uma consciência cujo desenvolvimento foi interrompido no estágio da *consciência ilusória*. *Esta consciência para si — em si não recolocou este para si em si objetivamente para si, e esse para si em si subjetivamente em si*.

Para o escravo, o reconhecimento irá efetuar-se pelo trabalho servil. O desejo do Senhor, com efeito, não é satisfeito a não ser através de uma consciência que não é reconhecida como consciência desejante, mas consciência dominada. Por esta razão, *o desejo do Senhor está alienado na consciência do escravo*. Só o escravo pode dar uma forma humana ao objeto desejado pelo Senhor. Sendo assim, o escravo *dá um sentido subjetivo à objetividade e, por conseguinte, dá, ao mesmo tempo, um sentido objetivo a sua própria subjetividade*. Nestas condições, o para si torna-se em si e o em si torna-se para si. Ora, é exatamente assim que se acede autenticamente à consciência de si.

Concluindo, fica claro que cada um só existe como consciência de si porque o outro existe como consciência oposta a ele. O indivíduo humano só se reconhece com consciência de si por intermédio do outro. Ora, para existir como consciência de si, é preciso negar o outro enquanto consciência desejante. A tomada de consciência do sujeito desejante, portanto, só tem sentido enquanto oposta a uma outra consciência desejante pela qual exige ser reconhecido. O desejo, então, institui-se de saída como desejo de ser desejado, como desejo de desejo, *desejo do desejo do Outro*, como formulará Lacan, apoiando-se nesta concepção hegeliana do desejo, concepção que a experiência analítica revela situar radicalmente a dimensão profunda do desejo humano.

Terceira parte

O DESEJO — A LINGUAGEM
O INCONSCIENTE



A metáfora do Nome-do-Pai é colocada por Lacan como uma “encruzilhada estrutural”, por implicar uma pluralidade de conseqüências metapsicológicas ligadas à irredutibilidade da divisão do sujeito. Ao advir à linguagem, o fala-ser (parlêtre), que se constitui como sujeito dividido, aliena uma parte de seu ser no lugar do inconsciente, inaugurado por esta mesma divisão. Fundamentalmente, o desejo do sujeito não tem outra saída a não ser fazer-se palavra endereçada ao outro. O sujeito do desejo, identificado ao sujeito do inconsciente, dissimula-se, então, sob a máscara daquele (sujeito do enunciado) a quem parece reportar-se esta palavra (dito), para não se fazer ouvir senão pelo outro a quem esta palavra se endereça em sua enunciação (dizer).

O advento do sujeito resulta para ele, portanto, numa intrincação irreversível do desejo, da linguagem e do inconsciente, cuja estrutura organiza-se doravante em torno da ordem significante. A argumentação teórica de Lacan conduz assim, logicamente, a aprofundar desde já as articulações desta intrincação. A começar por esta distinção preliminar que Lacan introduz entre a *necessidade*, o *desejo* e a *demanda*, que induz uma estrutura peculiar com relação ao desejo inconsciente do sujeito. Este desejo tende, com efeito, a organizar-se numa relação com o *outro*, na “retroação da demanda sobre a necessidade” (Lacan). Mas justamente porque o sujeito tem seu primeiro encontro com seu desejo nesta relação com o outro apoiada na intencionalidade da necessidade, é que ele viverá ao longo desta experiência seu desejo como sendo, antes de mais nada, *desejo do desejo do Outro*.

O resultado disso se expressa em todo o seu alcance nesta tese: *o inconsciente é o discurso do Outro* (Lacan), e define-se a função de tal desejo

na inserção que mantém com o inconsciente do sujeito. Lacan dá conta disso através de todas as articulações teóricas que sustentam as etapas sucessivas que intervêm na elaboração de seu *grafo do desejo*. Com o *grafo do desejo*, encontra-se finalmente ratificado o sentido do *retorno a Freud* abordado por Lacan desde suas primeiras reflexões teóricas e clínicas. De fato, é em torno do grafo do desejo que se ordena a conjunção dos grandes princípios que fundam a originalidade e o alcance da descoberta freudiana, ou seja, a intrincação das três dimensões que estruturam a subjetividade: o desejo, a linguagem, o inconsciente. Para tanto, o *grafo do desejo* propõe-se a traduzir a inscrição da dinâmica respectiva dessas três dimensões, bem como a de sua interação recíproca. Como tal, esta elaboração aparece igualmente como *uma* das conclusões fundamentais fornecidas à hipótese inaugural do *inconsciente estruturado como uma linguagem*.

A necessidade — O desejo — A demanda

A problemática do desejo, tal como Lacan é conduzido a formulá-la em relação à necessidade e à demanda, só toma seu pleno sentido ao tomar referência na concepção freudiana das primeiras experiências de satisfação onde Freud situa a essência do desejo e a natureza de seu processo. Eis aí uma ocasião oportuna para retomá-la brevemente¹.

Com Freud, podemos tentar imaginar os processos psíquicos em ação no nível das primeiras experiências de satisfação. Lembremos desde já que uma pulsão só pode ser conhecida pelo sujeito na estrita medida em que ela encontra uma solução de expressão no aparelho psíquico, ou seja, sob a forma de um *representante*. Nestas condições, o que se passa ao nível das primeiras satisfações pulsionais?

Por comodidade, atenhamo-nos ao exame da satisfação alimentar. O processo pulsional manifesta-se inicialmente na criança pelo surgimento de

1. Sobre a concepção freudiana das primeiras experiências de satisfação e da essência do desejo, reportar-se essencialmente aos seguintes textos:

a) S. Freud: "Entwurf einer Psychologie" (1895) in *Ausden Aufängen der Psychoanalyse*, London, Imago, 1950. S.E., I, 281-397, trad., por A. Bermann: "Esquisse d'une psychologie scientifique", in *Naissance de la psychanalyse*, Paris, PUF, 1956, p. 307-396.

b) S. Freud: *L'Interprétation des rêves*, op. cit., cf. cap. VII "Psychologie des processus du rêve", pp. 433-527.

c) S. Freud: "Triebe und Triebshicksale" (1915), G. W., X, 210-232, S.E., XIV, 109-140, trad. sob a direção de J. Laplanche e J.-B. Pontalis in *Métapsychologie*: "Pulsions et destins des pulsions", op. cit., pp. 11-44.

d) J. Laplanche et J.-B. Pontalis: *Vocabulaire de la psychanalyse*, cf. "Désir", "accomplissement de désir", op. cit., pp. 120-122 e pp. 4-5.

um *desprazer* ocasionado pelo *estado de tensão* inerente à fonte de excitação da pulsão. A criança está numa situação de *necessidade* que exige ser satisfeita. Sob todos os pontos de vista, neste nível da experiência primeira de satisfação, o processo desenrola-se num registro essencialmente orgânico. Conseqüentemente, somos levados a aceitar que o objeto que lhe é então proposto para a satisfação lhe é proposto *sem que ela o busque* e sem que lhe seja dado ter uma representação psíquica dele. Nestas condições, o processo pulsional em ação nesta primeira experiência de satisfação é da ordem, propriamente dita, de uma *pura necessidade*, uma vez que a pulsão vê-se satisfeita sem mediação psíquica. Por outro lado, este processo de satisfação está na origem de um *prazer imediato* ligado à redução do estado de tensão originário da pulsão.

Esta experiência primeira de satisfação deixa um *traço mnésico* ao nível do aparelho psíquico, na medida em que a satisfação, como tal, irá encontrar-se doravante diretamente ligada à imagem/percepção do objeto que proporcionou esta satisfação. É este traço mnésico que constitui a *representação* do processo pulsional para a criança.

Quando o estado de tensão pulsional reaparecer, o traço mnésico será reativado. Mais precisamente, é a imagem/percepção do objeto e o traço mnésico deixado pelo processo de satisfação que serão *reinvestidos*. Após a primeira experiência de satisfação, a manifestação pulsional não pode mais, com efeito, aparecer como uma pura necessidade. É, necessariamente, uma *necessidade ligada* a uma representação mnésica de satisfação. De modo que, no decorrer da experiência de satisfação seguinte, esta representação, reativada pela excitação, vai ser identificada pela criança. Mas a criança irá confundir, num primeiro tempo, a *evocação mnésica da satisfação passada com a percepção do acontecimento presente*. Em outras palavras, ela confunde a imagem mnésica ligada à primeira experiência de satisfação com a identificação da excitação pulsional presente. A confusão, portanto, se dá entre o *objeto representado* da satisfação passada e o *objeto real* suscetível de proporcionar uma satisfação presente; pois, segundo Freud, um investimento exagerado da imagem mnésica provoca o “mesmo índice de realidade que uma percepção real”.

A criança, portanto, tende a satisfazer-se, num primeiro tempo, sob a forma de uma *satisfação alucinatória*. Somente após uma certa repetição das experiências sucessivas de satisfação, a imagem mnésica da satisfação será distinguida da satisfação real. Correlativamente, a criança irá utilizar essa imagem mnésica para *orientar suas buscas* em direção ao objeto real de satisfação, na medida em que este objeto real de satisfação está supostamente em conformidade com a imagem mnésica. Ao mesmo tempo, a imagem mnésica constitui-se como modelo do que será buscado na realidade para satisfazer a pulsão.

A imagem mnésica funciona portanto no aparelho psíquico como uma representação antecipada da satisfação ligada ao dinamismo do processo pulsional. É neste sentido preciso que pode se falar de *desejo* em psicanálise. Com efeito, para Freud², *o desejo nasce de um reinvestimento psíquico de um traço mnésico de satisfação ligado à identificação de uma excitação pulsional*: “A excitação provocada pela necessidade interna busca uma saída na motilidade, que podemos chamar de “modificação interna” ou expressão de uma mudança de humor”. A criança que tem fome chorará desesperadamente ou se agitará. Mas a situação permanece a mesma, pois a excitação oriunda de uma necessidade interna responde a uma ação contínua, e não a um choque momentâneo. Só poderá haver modificação quando, de uma forma ou de outra (no caso da criança por meio de uma intervenção externa), se adquirir a *experiência de satisfação* que acaba com a excitação interna. Um elemento essencial desta experiência é o aparecimento de uma certa percepção (o alimento, no exemplo escolhido) cuja imagem mnésica ficará associada com o traço memorial da excitação da necessidade. Assim que a necessidade se apresentar novamente, haverá, graças à relação estabelecida, desencadeamento de um impulso (*Regung*) psíquico que investirá novamente a imagem mnésica desta percepção na memória e provocará novamente a percepção mesma, ou seja, reconstituirá a situação da primeira satisfação. *É a este movimento que chamamos desejo*; a reparição da percepção é a realização do desejo, e o investimento total da percepção, a partir da excitação da necessidade, é o caminho mais curto em direção à realização de desejo.

Portanto, por estar irredutivelmente ligado ao processo pulsional, graças ao qual encontra seu fundamento, o desejo está ligado a ele de um modo particular. O reinvestimento da imagem mnésica efetua-se através de uma *moção pulsional*, isto é, de uma “pulsão em ato”³ que aparece como uma informação delegada no psiquismo a partir da excitação pulsional. É graças à primeira associação produzida no psiquismo que o reinvestimento da imagem mnésica pela moção pulsional torna-se possível. O reinvestimento de uma tal imagem é um processo dinâmico, visto que, por outro lado, pode antecipar a satisfação de um modo alucinatório. Assim também, *a essência do desejo deve ser procurada neste dinamismo*. Ele tem por modelo a primeira experiência de satisfação e, para além desta experiência, permite orientar dinamicamente o sujeito na busca de um objeto suscetível de proporcionar esta satisfação.

Uma conclusão impõe-se então: não existe, *em última análise, satisfação do desejo na realidade*. Apesar das acomodações discursivas que levam a evocar a “satisfação” ou a “insatisfação” do desejo, a dimensão do desejo não tem outra realidade que não uma realidade psíquica. É a pulsão que

2. S. Freud, *L'Interprétation des rêves*, op. cit., p. 481. (grifado pelo autor).

3. J. Laplanche e J.-B. Pontalis: *Vocabulaire de la psychanalyse*, op. cit., cf. “Motion pulsionnelle”, p. 259.

encontra (ou não) um objeto de satisfação na realidade, o que ela pode fazer precisamente em função do desejo, a propósito do qual Freud insiste em nos dizer que ele mobiliza o sujeito em direção ao objeto pulsional. Mas, como tal, *o desejo não tem objeto na realidade*.

Os desenvolvimentos lacanianos tendem a precisar a razão de ser desta ausência de encarnação real do objeto do desejo. Com Lacan, a dimensão do desejo aparece como intrinsecamente ligada a uma *falta* que não pode ser preenchida por nenhum objeto real. O objeto pulsional só pode ser, portanto, um *objeto metonímico* do objeto do desejo. É, aliás, a reflexão que Lacan empreende a partir do conceito freudiano de pulsão que permite elucidar esta noção de desejo e fundar seu dinamismo no quadro de uma relação com o Outro.

Em seu seminário *Les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse*⁴, Lacan examina a noção de pulsão a partir dos quatro parâmetros propostos por Freud para definir seu princípio: a fonte, a pressão, o alvo, o objeto. Em dois seminários sucessivos⁵, Lacan desenvolve uma série de observações extremamente esclarecedoras sobre a natureza da conexão que liga o desejo e seu objeto ao processo pulsional.

Após ter insistido no fato de que Freud designa a pulsão não somente como “conceito fundamental”, mas ainda como “convenção”, Lacan evidencia, primeiramente, que *a pulsão parece ter de ser distinguida da necessidade*. Enquanto a necessidade é uma função biológica ritmada, a noção de pulsão proposta por Freud aparece, sobretudo, submetida a uma constância da pressão.

Por outro lado, se a satisfação da pulsão é a de atingir o seu alvo, como descreve Freud, Lacan objeta a esta tese todo o problema da sublimação. De fato, a sublimação é apresentada por Freud como sendo um dos destinos possíveis da pulsão⁶, onde a pulsão encontraria uma solução de satisfação que a subtrairia ao destino do recalque. No entanto, paradoxalmente, na sublimação a pulsão é inibida quanto a seu alvo, o que coloca em questão a idéia de sua satisfação. É este problema que conduz Lacan a destacar uma observação geral sobre o sentido da satisfação pulsional: *a pulsão não seria necessariamente satisfeita por seu objeto*:

“Está claro que estes com quem lidamos, os pacientes, não se satisfazem. como se diz, com aquilo que são. E, no entanto, sabemos que tudo o que eles são, tudo o que vivem, seus próprios sintomas têm a ver com a satisfação. Eles satisfazem alguma coisa que, sem dúvida, vai

4. J. Lacan, *Les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse*, seminário, livro XI, 1964. Paris, Seuil, 1973.

5. J. Lacan, *Les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse*, seminário de 6 de maio de 1964, “Démontage de la pulsion”, op. cit., pp. 147-157. Seminário de 13 de maio de 1964: “La pulsion partielle et son circuit”, op. cit., pp. 159-169.

6. S. Freud, *Pulsions et destins des pulsions*, op. cit., p. 25.

de encontro àquilo com que eles poderiam se satisfazer, ou, melhor ainda, satisfazem a alguma coisa. Eles não se contentam com seu estado, mas, ainda assim, estando neste estado tão pouco contentador, contentam-se. Toda a questão é saber o que é este se que é aqui contentado”⁷.

Lacan irá estabelecer mais exatamente a relação que existe entre o processo pulsional e o registro da satisfação, examinando a seguir o status do objeto. Existe uma diferença radical entre o objeto da necessidade e o objeto da pulsão. Segundo Lacan, “se distinguimos, no ponto de partida da dialética da pulsão, a *Not* da *Bedürfnis*, a necessidade da exigência pulsional, é justamente porque nenhum objeto de nenhuma *Not*, necessidade, pode satisfazer a pulsão”⁸. Em outras palavras, a pulsão que experimenta seu objeto descobre que não é através deste objeto que ela se satisfaz. Por exemplo, como observa Lacan, o que satisfaz a pulsão na necessidade alimentar não é o objeto alimentar, mas o “prazer da boca”. Lacan confirma este ponto de vista numa referência ao próprio texto freudiano:

“Quanto ao objeto da pulsão, saiba-se que, na realidade, ele não tem nenhuma importância. É totalmente indiferente”⁹.

Sendo assim, então o objeto de uma pulsão suscetível de preencher esta condição não poderia ser o objeto da necessidade. O único objeto que poderia responder a esta propriedade só pode ser o *objeto do desejo*, este objeto que Lacan designará como objeto *a*, *objeto do desejo e ao mesmo tempo objeto causa do desejo, objeto perdido*. Assim, o objeto *a*, enquanto eternamente faltante, inscreve a presença de um vazio que qualquer objeto poderá ocupar. Assim, segundo Lacan, tal objeto pode encontrar seu lugar no princípio da satisfação de uma pulsão, desde que aceitemos que a pulsão o contorne, à maneira de um circuito. O alvo da pulsão não é, pois, outra coisa senão o retorno em circuito da pulsão à sua fonte, o que permite entender em que uma pulsão pode ser satisfeita sem atingir seu alvo¹⁰.

7. J. Lacan, *Les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse*, op. cit., p. 151.

8. *Ibid.*, p. 153.

9. *Ibid.*, p. 153. Lacan cita aqui um fragmento do texto de Freud: *Pulsions et destins des pulsions* in *G. W.*, X, p. 215. “Es Kann im Laufe der Lebenschiksale des Triebes beliebig oft gerwechselt werden”. Em sua obra: *L'hystérique entre Freud et Lacan: corps et langage en psychanalyse* (Paris, Éditions Universitaires, 1983). Monique David-Ménard aponta um contra-senso de Lacan: “Freud não escreveu que o objeto, na realidade, não tem nenhuma importância, nem que ele é completamente indiferente. Bem ao contrário, sua importância se deve ao fato dele tornar possível a satisfação, e isto na medida em que um sujeito pode aceitar seu caráter variável. O contra-senso de Lacan incide sobre a palavrinha *beliebig* (tanto quanto se queira, à vontade) que ele substitui por “arbitrário”, “indiferente”. No texto de Freud, *beliebig* é um advérbio que se reporta a um outro advérbio (oft): o objeto muda *tão frequentemente quanto se queira*. A nuance do arbitrário não introduz uma indiferença de objeto, mas a necessidade de mudar de objeto para que a satisfação sexual seja possível”. op. cit., p. 205.

10. J. Lacan, *Les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse*, op. cit., pp. 162-163.

Com a introdução do objeto do desejo tal como Lacan identifica sua incidência no processo pulsional, estando assim diferenciado do registro da necessidade, somos remetidos à dimensão radical do desejo, cuja gênese pressupõe, para além da necessidade, a presença do Outro. A reflexão de Lacan, com efeito, contribuiu amplamente, após Freud, para aprofundar a noção de desejo, mostrando em particular que o desejo só pode surgir numa relação ao Outro. É no quadro de uma tal experiência que o desejo encontra tanto a condição de possibilidade de sua gênese, como a de sua inevitável repetição. Mais precisamente, a dimensão do desejo irá contribuir para garantir à criança, cativa de um organismo submetido à ordem da necessidade, a promoção do estágio de objeto ao de sujeito, na medida em que o desejo parece só poder inscrever-se no registro de uma relação simbólica com o Outro e através do desejo do Outro.

Retomando o exemplo do registro alimentar onde se dão as primeiras experiências de satisfação, a criança que nasce é constitutivamente submetida, em seu ser, à ordem das exigências da necessidade. As primeiras manifestações destes imperativos orgânicos traduzem-se por estados de tensão do corpo cujos estereótipos físicos constituem a resposta do corpo à privação. A incapacidade em que a criança se encontra de satisfazer por si mesma a essas exigências orgânicas requer e justifica a presença de um outro. Como se dá esse cuidado da criança pelo outro? Uma primeira coisa que se deve observar é que essas manifestações corporais tomam imediatamente valor de *signos* para esse outro, uma vez que é ele que alivia e decide compreender que a criança está em estado de necessidade. Dito de outra forma, estas manifestações corporais só fazem sentido na medida em que o outro lhes atribui um sentido. Não se pode dizer que a criança utiliza estas manifestações corporais para *significar* alguma coisa ao outro. Ao nível desta primeira experiência de satisfação, não existe *nenhuma intencionalidade* da criança no sentido de mobilizar o estado de seu corpo em manifestações que teriam valor de mensagem destinada ao outro. Em contrapartida, se estas manifestações fazem imediatamente sentido para o outro, isto implica que a criança é de imediato colocada num universo de comunicação, onde a intervenção do outro constitui-se como uma *resposta* a algo que foi, de antemão, suposto como uma *demand*a.

Por sua intervenção, o outro, portanto, refere imediatamente a criança a um universo semântico e a um universo de discurso que é o dele. Deste ponto de vista, o outro *que inscreve a criança neste referente simbólico* investe-se, por sua vez, junto à criança, como um outro privilegiado: o *Outro*.

A mãe, elevada assim à posição de Outro para a criança, desta mesma feita assujeita-a ao universo de seus próprios significantes, visto que mobiliza, através do oferecimento do objeto alimentar, uma resposta ao que ela mesma previamente interpretou como uma suposta demanda (manifestações corporais). Ora, de uma certa maneira, não se pode deixar de tomar esta demanda suposta como projeção do desejo do Outro.

O processo da primeira experiência de satisfação vai mais além quando a mãe “responde” com o objeto da necessidade. À assimilação do objeto, o corpo da criança reage por um “repouso orgânico”, relacionado com a satisfação da necessidade. Este momento de repouso é outra vez imediatamente investido de sentido pelo Outro. E é justamente porque este sentido está embasado no desejo que a mãe investiu na criança que o repouso orgânico toma novamente para a mãe valor de uma mensagem que a criança lhe endereçaria como um “testemunho de reconhecimento”. Em outras palavras, *a criança está irredutivelmente inscrita no universo do desejo do Outro, na medida em que é cativa dos significantes do Outro.*

Ao “repouso orgânico” do corpo da criança, a mãe responde através de gestos, através de palavras que serão para a criança fonte de um repouso prolongado. Esta resposta é, exatamente, o que fará a criança *gozar*, para além da satisfação de sua necessidade. Neste sentido, pode-se circunscrever o lugar de uma satisfação global onde *o a-mais do gozo suportado pelo amor da mãe vem apoiar-se na satisfação da necessidade propriamente dita.* É somente neste momento da experiência de satisfação que a criança passa a ter condições de *desejar pela mediação de uma demanda endereçada ao Outro.*

Quando a necessidade se manifesta novamente, a criança pode então utilizar, por sua própria conta, o sentido que foi dado à vivência psíquica da primeira experiência de satisfação. Temos aqui o processo descrito por Freud, no qual o surgimento do desejo é sustentado pela reativação de um traço mnésico por ocasião da excitação pulsional. A imagem mnésica reinvestida pela moção pulsional molda-se doravante numa vivência alicerçada pela rede significativa do Outro. O dinamismo do desejo pode vetorizar a estimulação do corpo, sob o efeito da privação, numa organização de signos que a criança mobiliza, cada vez mais intencionalmente, em seu endereçamento ao Outro, na expectativa do retorno da satisfação provisoriamente assumida sob a forma alucinatória. Neste sentido, a mobilização significativa das manifestações corporais da criança constitui-se numa verdadeira *demanda* de satisfação imperativamente esperada. Com esta demanda é entabulada a comunicação simbólica com o Outro, que encontrará ulteriormente uma resolução através da metáfora do Nome-do-Pai, com o domínio da linguagem articulada. Por intermédio desta demanda, a criança testemunha sua entrada no universo de desejo, desejo este que como formula Lacan, *se inscreve sempre entre a demanda e a necessidade.*

Se a demanda é antes de mais nada expressão do desejo, é de imediato dupla. Para além da demanda de satisfação da necessidade, perfila-se a demanda do “a mais” que é antes de tudo demanda de amor. De uma maneira geral, a demanda é, portanto, sempre *formulada e endereçada a outrem.* Ainda que ela incida sobre um objeto de necessidade, é fundamentalmente “inessencial” (Lacan), porquanto demanda de amor na qual a criança deseja ser o único objeto do desejo do Outro que satisfaz suas necessidades. Em

outras palavras, este desejo do desejo do Outro encarna-se no desejo de um “re-encontro” da satisfação originária onde a criança foi totalmente satisfeita sob a forma de um gozar que não demandou nem esperou. De fato, o caráter único deste gozo procede de sua imediatidade na experiência primeira de satisfação onde, precisamente, ele não é mediado por uma demanda. Assim, a partir da segunda experiência de satisfação, a mediação da demanda confronta a criança à ordem da perda. Alguma coisa, com efeito, se perdeu na diferença que se instaura entre o que é dado imediatamente à criança, sem mediação psíquica, e o que lhe é dado mediadamente, como devendo ser demandado.

O surgimento do desejo fica, pois, suspenso à busca, ao “re-encontro” da primeira experiência de gozo. Mas já a partir da segunda experiência de satisfação, a criança, tomada no assujeitamento do sentido, é intimada a demandar para fazer ouvir seu desejo. É, portanto, conduzida a tentar *significar* o que deseja. Ora, a mediação da nomenclatura introduz uma inadequação entre o que é desejado fundamentalmente e o que se faz ouvir deste desejo na demanda. É esta inadequação, aliás, que dá a medida do impossível re-encontro do gozo primeiro com o Outro. Este Outro que fez a criança gozar, por mais que seja buscado e seu encontro esperado, permanece inacessível e perdido enquanto tal, devido à cisão introduzida pela demanda. Assim também, este Outro torna-se a *Coisa*¹¹ — *das Ding* — da qual a criança deseja o desejo, mas que nenhuma de suas demandas, nas quais se apóie este desejo, jamais poderá significar adequadamente. A Coisa é *inominável* e sua essência está votada a uma “impossível saturação simbólica”¹², na medida mesma em que o fato da designação ratifica a relação impossível com a Coisa; quanto mais a demanda se desenvolve, mais aumenta essa distância com a Coisa. De demanda em demanda, o desejo estrutura-se pois, como desejo de um objeto impossível que está além do objeto da necessidade; objeto impossível que a demanda se esforça por querer significar. O desejo renasce inevitavelmente idêntico a si próprio, sustentado pela falta deixada pela Coisa, de tal forma que *este vazio constitui-se tanto como o que causa o desejo, como aquilo a que o desejo visa*. Além do fato de que esse vazio circunscreve um lugar a ser ocupado por qualquer objeto, tais objetos irão sempre constituir-se como objetos substitutivos do objeto faltante. Neste sentido, não existe, na realidade, objeto do desejo, a não ser que se designe tal objeto como “objeto eternamente faltante” (Lacan). Lacan designa semelhante objeto, simultaneamente objeto do desejo e objeto causa do desejo, como objeto

11. Em seu seminário: “L'Éthique de la psychanalyse” (1959-1960), livro VII, (seminário inédito), J. Lacan interpela a Coisa, começando a articular aí a problemática do desejo como a de um impossível objeto.

12. M. Safouan, *Le Structuralisme en psychanalyse*, Paris, Seuil, 1968, p. 44. Na primeira parte desta obra (“L'inconscient”), o autor retoma a problemática das experiências de satisfação a partir do texto freudiano: *O Esboço*.

a. O objeto *a*, por ser testemunha de uma perda, é, pois, em si mesmo, *objeto produtor de falta*, na medida em que essa perda é impossível de ser preenchida.

O desejo, que necessariamente se separa da necessidade, por ser antes de tudo *falta a ser* (Lacan) para além da demanda, inscreve a criança numa relação indefectível com o desejo do Outro. É porque a criança presente (mais do que descobre) que o desejo do Outro está alojado sob a mesma insígnia da falta, como o dela próprio, que ela pode constituir-se como um objeto potencial do desejo do Outro; ou mesmo como objeto suscetível de preencher a falta do Outro, sob a forma de uma identificação ao objeto fálico. De uma certa forma, ser o único objeto do desejo do Outro equivale para a criança a recusar a essência fundamental do desejo, que é a falta. Na mesma proporção em que a criança recusa, por sua própria conta, esta dimensão da falta, procura recusar a falta no Outro, apresentando-se ela própria como objeto dessa falta. Inversamente, reconhecer a falta no Outro¹³ como algo impossível de ser preenchido atesta que a criança aceita a falta no processo de seu próprio desejo. Este reconhecimento está no princípio mesmo da aposta fálica que se desenvolve, como vimos, na dialética edipiana, ao final da qual a criança abandona a posição de objeto do desejo do Outro, em prol da posição de sujeito desejante, onde lhe é dada a possibilidade de trazer para si objetos eleitos como objetos substitutivos de desejo colocados metonimicamente no lugar do objeto perdido.

13. Este reconhecimento da falta no Outro é materializado, na escrita lacaniana, pela fórmula simbólica: $S(A)$ (Significante da falta no Outro.).

O grafo do desejo 1: Do ponto-de-estofa à falação

A relação do sujeito com seu desejo, sustentada pela dimensão da falta, não está de forma alguma fundada em uma harmonia preestabelecida, uma vez que o desejo é sempre desejo de outra coisa (metonímia do desejo) diferente daquilo que pode ser veiculado pela demanda. O paradoxo do desejo reside nisto. Embora esteja fundado num *mais alguém* da demanda, é nela que o desejo encontra matéria significante para se articular, para fazer ouvir *mais além* dela uma verdade inconsciente do sujeito, verdade esta que se diz, por conseguinte, à sua revelia.

O desejo, compelido a se fazer palavra na fôrma da demanda, é, portanto, cativo do processo da linguagem. Entretanto, em razão de sua anterioridade lógica com relação à seqüência do discurso que o faz advir, é a própria linguagem em seu todo que fica tomada nas redes das determinações inconscientes do desejo. A evidência mais imediata desta intrincação do desejo, do inconsciente e da linguagem manifesta-se no caráter radicalmente contingente do sentido. O desdobramento do discurso no fala-ser (parlêtre) impõe, com efeito, esta consequência de que *não há sentido em si. Não há outro sentido senão o sentido metafórico.* O sentido só surge da substituição de um significante por outro significante na cadeia significante. Em outras palavras, trata-se antes de tudo da primazia do significante sobre o significado. Prova disto, mais uma vez, nos é dada por uma pequena história evocada por Lacan:

“Um trem chega na estação. Um menino e uma menina, irmão e irmã, estão sentados em seu compartimento, um em frente ao outro, do lado da janela que, dando para o exterior, deixa entrever a seqüência das construções sobre a plataforma ao longo da qual o trem estaciona: “Olha.

diz o irmão, chegamos em Senhoras! — Imbecil! responde a irmã, não vê que chegamos em Homens!”¹

Nesta pequena história de mictórios inscrevendo o imperativo no qual o homem “submete sua vida pública às leis da segregação urinária”², encontramos nada mais do que a evocação de que um significante só entra no sentido ao remeter inevitavelmente a um outro significante. O significante não poderia representar o significado. “Homens” e “Senhoras” só são dois significantes diferentes para as duas crianças na medida em que estão associados a um mesmo significado, em função de outros significantes.

Já insistimos no fato de que, em Lacan, esta primazia do significante sobre o significado encontrava-se na origem de uma concepção diferente da segmentação significativa tal como é definida por Saussure³. Para Lacan, além do fato da segmentação significativa colocar-se como entrada em relação imediata de um fluxo de significantes com um fluxo de significados, é por ela que seria momentaneamente detido “o deslizamento, de outra forma indeterminado e infinito, da significação”⁴. O *ponto-de-estofa* constitui esta operação de segmentação que restabelece a função do valor do signo⁵ em ação no processo da significação:

“Se devemos encontrar um meio de abordar mais precisamente as relações da cadeia significante com a cadeia significado, é por esta imagem grosseira do ponto-de-estofa (...)

“É bastante evidente, por exemplo, que se eu começo uma frase vocês só compreenderão o sentido dela quando eu a tiver terminado, porquanto é absolutamente necessário que eu tenha dito a última palavra para que vocês compreendam o que ali fazia a primeira”⁶.

Embora o *ponto-de-estofa* venha no lugar do “corte” saussuriano, suas ressonâncias vão muito além do princípio da segmentação lingüística que determina o signo para o fundador da lingüística estrutural. A partir da introdução do ponto-de-estofa por Lacan, perfila-se no processo do discurso uma dimensão que se poderia designar como antelingüística: a dimensão do desejo. É neste sentido que a representação topográfica desta segmentação, o ponto-de-estofa, constitui o elemento de base do *grafo do desejo*.

O *grafo do desejo* é progressivamente elaborado por Lacan ao longo de dois seminários sucessivos: “Les Formations de l’inconscient” (1957-1958)

1. J. Lacan, “L’Instance de la lettre dans l’inconscient ou la raison depuis Freud” in *Écrits*, op. cit., p. 500.

2. *Ibid.*, p. 500.

3. Cf. supra, cap. 5: “O valor do signo lingüístico e o ponto-de-estofa em Lacan”.

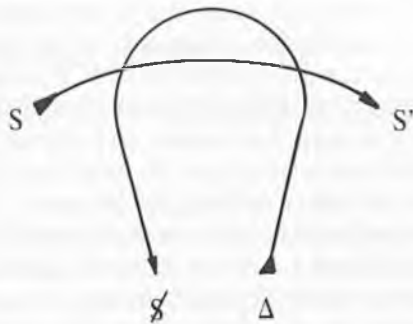
4. J. Lacan, “Subversion du sujet et dialectique du désir dans l’inconscient freudien” in *Écrits*, op. cit., p. /10.

5. Cf. supra, cap. 5, *ibid.*

6. J. Lacan, “Les Formations de l’inconscient”, op. cit., seminário de 6 de novembro de 1957.

e “Le Désir et son interprétation” (1958-1959)⁷. Sua esquematização constitutiva será retomada em: “Subversion du sujet et dialectique du désir dans l’inconscient freudien”⁸.

O elemento de base constitutivo do grafo nos é dado pelo *grafo I*, ou seja, pelo traçado do ponto-de-estofa⁹:



No grafo I, é o vetor $\Delta \S$ que esquematiza a operação do estofa da cadeia significativa materializada por SS' . O vetor $\Delta \S$ é, portanto, o vetor dos *significados*. A metáfora do estofa determina assim uma intersecção, que ilustra esta propriedade do discurso segundo a qual é com o último termo de uma seqüência falada que o primeiro e seus sucessores recebem sua significação. Em outras palavras, o sentido retrógrado do vetor do estofa $\Delta \S$ metaforiza, no grafo I, o valor do signo saussuriano, isto é, a determinação da significação *a posteriori*, “cada termo sendo antecipado na construção dos outros e, inversamente, selando seu sentido por seu efeito retroativo”¹⁰. O registro da posterioridade, presentificado pelo sentido retrógrado do estofa, atesta o ensinamento mais imediato da experiência analítica com relação ao discurso do fala-ser (*parlêtre*).

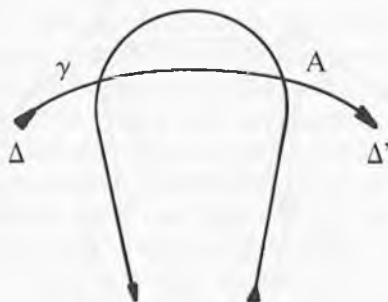
7. Estes dois seminários, ainda inéditos, foram objeto de resumos redigidos por J.-B. Pontalis e aprovados por Lacan, no *Bulletin de psychologie*: “Les Formations de l’inconscient”, 1957-1958, tomo XI, n° 4-5, pp. 293-296; 1958-1959, tomo XII, n° 2-3, pp. 182-192; n° 4, pp. 250-256. “Le Désir et son interprétation”, 1959-1960, tomo XIII, n° 5, pp. 263-272; n° 6, pp. 329-335. Algumas sessões do seminário “Le Désir et son interprétation” foram publicadas em *Ornicar?*: 4 de março de 1959: Hamlet, Canevas I, *Ornicar?*, 1981, 24, pp. 7-17. 11 de março de 1959: Hamlet, Canevas II, *ibid.*, 1981, 24, pp. 18-31. 18 de março de 1959: Hamlet, *Le désir de la mère*, *ibid.*, *ibid.*, 1982, 25, pp. 13-25. 8 de abril de 1959: Hamlet, *Il n’y a pas d’Autre de l’Autre*, *ibid.*, 1982, 25, pp. 26-36. 15 de abril de 1959: Hamlet, *L’objet Ophélie*, *ibid.*, 1983, 26-27, pp. 17-19. 22 de abril de 1959: Hamlet, *Le désir et le deuil*, *ibid.*, 1983, 26-27, pp. 20-31. 29 de abril de 1959: Hamlet, *Phallographie*, *ibid.*, 1983, 26-27, pp. 30-44.

8. J. Lacan, “Subversion du sujet et dialectique du désir dans l’inconscient freudien” (1960) in *Écrits*, op. cit., pp. 793-827.

9. *Ibid.*, p. /10.

10. J. Lacan, “Subversion du sujet et dialectique du désir dans l’inconscient freudien”, in *Écrits*, op. cit., p. /10.

Apesar do ponto-de-estofa ilustrar precisamente o princípio da ligação do significado ao significante no processo da linguagem, esta mesma ligação não pode, todavia, reduzir-se a um simples processo de intersecção, tal como o mostra o grafo I. É preciso recorrer a uma representação mais estruturada, cujo modelo nos é dado por Lacan em seu seminário de 6 de novembro de 1957¹¹ e na qual nos apoiaremos doravante. Tornemos a colocar esta representação gráfica do ponto-de-estofa, sem perder de vista que os fechos Δ representam sempre o início de um percurso, enquanto as flechas significam os pontos de arremate:



Nesta nova figura, a cadeia significativa é representada pelo vetor $\overline{\Delta\gamma A\Delta'}$.

Em razão da primazia do significante sobre o significado, esta cadeia constitui um lugar favorável às possibilidades de operações *metafóricas* e *metonímicas*, uma vez que, como vimos anteriormente, as metáforas e as metonímias elaboram-se sempre sob a forma de substituições significantes.

Por outro lado, esse vetor $\overline{\Delta\gamma A\Delta'}$ será substancialmente constituído por *fonemas*, ou seja, por estas menores unidades desprovidas de sentido cuja combinação proporcionará a produção dos significantes.

Toda língua sempre compreende um número definido, porém restrito, dessas *unidades distintivas mínimas*, sempre facilmente discrimináveis por uma análise que consiste em comutar duas dessas unidades no mesmo contexto de uma seqüência falada. Se a comutação produz dois sentidos diferentes, trata-se efetivamente de fonemas.

Exemplo:

“Está faltando um dado”

“Está faltando um dedo”¹²

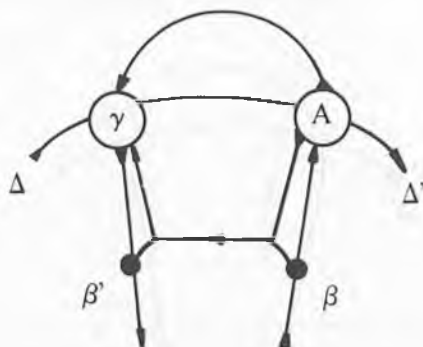
11. J. Lacan, “Les Formations de l’inconscient”, op. cit.

12. No original: “Il y a un as en moins” (Há um ás a menos); “Il y a un os en moins” (Há um osso a menos). Numa tradução literal, perder-se-ia, portanto, o sentido da construção ilustrada pelo exemplo (N. da T.).

A comutação de /a/ e /e/ produz sentidos diferentes, logo /a/ e /e/ são autenticamente fonemas. Dito de outra forma, os fonemas são especificados pelo código de cada língua, e é por seu sistema de oposição que as mensagens distinguir-se-ão umas das outras.

Por sua estrutura fonemática, o vetor $\Delta\gamma A\Delta'$ poderá, potencialmente, prestar-se à atualização de uma pluralidade de efeitos significantes.

Completemos esta representação do ponto-de-estofa com a colocação de um novo circuito, o circuito $\Delta\beta\beta'\gamma$.



Este novo circuito representa o circuito do discurso, *do discurso racional*, também designado por Lacan como *círculo do discurso*. Este discurso, que não é nada mais do que o discurso corrente, o discurso comum, é constituído por *semantemas*, ou seja, por elementos significantivos. No círculo do discurso encontra-se determinado o emprego dos significantes, isto é, o que no uso de um tal discurso constitui os pontos fixos determinados pelo código.

O código define-se como o conjunto dos signos e dos símbolos que permitem não somente representar, mas também transmitir informações. Esta competência só é possível porque o conjunto dos signos é governado por convenções preestabelecidas. O código do discurso autoriza, tanto quanto funda, a comunicação intersubjetiva.

Em razão das prescrições impostas pelo código, o círculo do discurso é um nível de articulação da palavra onde as possibilidades de criação de sentido revelam-se muito reduzidas, na medida em que o sentido é, de certa forma, fixado pelo próprio código. Por conseguinte, o círculo do discurso é um lugar de discurso relativamente vazio, um lugar de *palavra vazia*. Ou seja, o lugar do discurso concreto do fala-ser (*parlêtre*), que se esforça para se fazer ouvir.

Neste primeiro esquema, os dois vetores traçados em sentido contrário, para ilustrar que deslizam um em direção ao outro, recortam-se em dois pontos de intersecção perfeitamente identificáveis. O primeiro deles, o *ponto A*, que é o ponto onde encontram-se fixados os diversos empregos dos significantes, é o lugar do código. Como tal, o ponto A é o lugar do referente simbólico, ou seja, aquele a que se refere o discurso enquanto este apresenta

uma aptidão intersubjetiva que, precisamente, o distingue do discurso delirante, que não é sustentado por este respondente simbólico. *O lugar do código aparece assim como o lugar do Grande Outro*, que Lacan designa, por esta razão, ao mesmo tempo como “tesouro dos significantes” e “companheiro da linguagem”.

O segundo ponto de intersecção, o ponto γ , onde se remata o entrelaçamento, é lugar de encontro com a cadeia significante onde irá constituir-se o sentido a partir do código. É, pois, o *lugar da mensagem*.

A mensagem é uma seqüência de sinais, de símbolos que correspondem a regras de combinação estritamente determinadas por um código. A significação da mensagem só pode ser apreendida em função desse código, uma vez que, no final das contas, perceber a significação de uma mensagem sempre é decodificar a forma de uma mensagem inicialmente codificada.

Porque o lugar do ponto γ é lugar da mensagem, ele é também o lugar onde alguma coisa da ordem da verdade daquele que fala está mais suscetível de advir na forma de uma *palavra plena*. Ora, observa Lacan, a maior parte do tempo nenhuma verdade advém no lugar da mensagem, já que o discurso não atravessa verdadeiramente a cadeia significante. Ele passa aquém, em curto-circuito desta cadeia, e não pelo circuito do grande enlace $A\gamma$, que vai do código à mensagem. Este curto-circuito, materializado no grafo pelo segmento $\beta\beta'$ faz com que um discurso nada possa dizer do ponto de vista desta verdade, já que anda em círculo numa incansável *repetição de um zunzum*. Por este curto-circuito, o fala-ser (parlêtre) faz o possível para esgotar-se no registro da palavra vazia da *falação* (Lacan), que nos traz de volta à ordem do puro e simples testemunho de nossa condição de animais falantes:

“É graças ao discurso comum dessas palavras para nada dizer que nos certificamos de que não temos, diante de nós, de agir simplesmente como aquilo que o homem é ao natural, isto é, uma besta feroz”¹³.

O curto-circuito da *falação* passa naturalmente por estes dois pontos específicos, β e β' , na medida em que estes dois pontos encarnam duas instâncias essenciais. O ponto β' é o lugar onde Lacan situa o *objeto metonímico*, isto é, o objeto que é sempre metonimicamente delegado no lugar do objeto do desejo¹⁴. Quanto ao ponto β , ele especifica o *sujeito*, o “Eu” (*Je*), ou *seja, o lugar, no discurso, daquele que fala*.

13. J. Lacan, “Les Formations de l'inconscient”, op. cit., seminário de 6 de novembro de 1957.

14. Sobre a questão do objeto metonímico, podemos nos reportar ao seminário: “La Relation d'objet et les structures freudiennes” (1956-1957 — seminário inédito), onde Lacan analisa a função deste objeto a propósito do caso do pequeno Hans. (Reportar-se aos seminários de 6, 13, 20 e 27 de março e aos de 3 e 10 de abril).

O seminário “La Relation d'objet et les structures freudiennes” foi objeto de um resumo redigido por J.-B. Pontalis e aprovado por Lacan, publicado no *Bulletin de psychologie*: 1956-1957, tomo X, n.º 7, pp. 426-430, n.º 10, pp. 602-605, n.º 12, pp. 742-743, n.º 14, pp. 851-854. 1957-1958, tomo XI, n.º 1, pp. 31-34.

Já nesta primeira etapa da elaboração do grafo do desejo, é possível evidenciar algumas propriedades fundamentais, verificadas tanto pela análise lingüística, como pela experiência analítica.

Em primeiro lugar, é claro que uma mensagem — seja ela qual for — só pode elaborar-se se este dispositivo existir em sua totalidade. Por outro lado, a palavra autêntica de um sujeito (a palavra plena) só pode advir no lugar da mensagem, porque uma cadeia de significantes desdobra-se sob a tutela de um código que governa sua utilização. Conseqüentemente, *todo sujeito que engaja seu discurso no curto-circuito da “falação”, faz necessariamente ouvir muito mais do que ele crê dizer*. Este acréscimo de sentido resultará de uma elaboração significativa que deve ser situada na parte superior do dispositivo e que, embora tenha sido colocada fora de circuito, estará implicitamente presente.

Pode-se evidenciar o mecanismo construtivo desta criação de sentido, examinando o funcionamento de conjunto do dispositivo a partir de uma formação do inconsciente. Com efeito, se a articulação da linguagem é suscetível de criar sentido, ela só o consegue tomando por base processos metafóricos e metonímicos. Ora, estes dois processos são, precisamente, como já vimos, os mecanismos de eleição das produções inconscientes.

Em seu seminário “Les Formations de l’inconscient”, Lacan propõe que o funcionamento do grafo seja posto à prova de uma formação do inconsciente que ilustra da melhor forma o processo de criação de sentido na linguagem: *o dito espirituoso “familiar”, evocado por Freud*¹⁵.

Para apreender exatamente o ponto de partida da minuciosa análise que Lacan desenvolve a propósito da elaboração do dito espirituoso no grafo, certos argumentos teóricos complementares devem ser desde já colocados. Principalmente, seria recomendável elucidar de forma mais completa o caráter fundamental da referência ao Outro, que se encontra no princípio mesmo do processo da comunicação. Trata-se, em particular, de certificar-se de que, na comunicação, o código é isótopo ao lugar do Outro, de onde resulta que o inconsciente é o discurso do Outro.

15. S. Freud: *Le Mot d'esprit et ses rapports avec l'inconscient*, op. cit., p. 30.

A fórmula da comunicação e o inconsciente como discurso do Outro

No discurso, o “Eu” (*Je*) é o lugar onde o sujeito se produz como aquele que fala. Vimos que esta particularidade tópica devia-se ao próprio status do sujeito: o sujeito só advém *no* discurso e *pelo* discurso, para, aliás, de imediato eclipsar-se. Este *fading* do sujeito provém da relação do sujeito com seu próprio discurso, tal como Lacan precisou sua ocorrência no fato “que um significante é o que representa um sujeito para um outro significante”¹.

Desta estrutura de divisão resulta uma conseqüência fundamental que até agora não foi abordada; trata-se, com efeito, de situar, no processo do discurso, a discriminação que se estabelece irredutivelmente entre o lugar de onde se *origina* o discurso e o lugar onde ele *se produz refletindo-se*. Em outras palavras, é a relação instituída entre o *Outro* e o “Eu” (*Je*) na articulação do discurso que deve ser examinada.

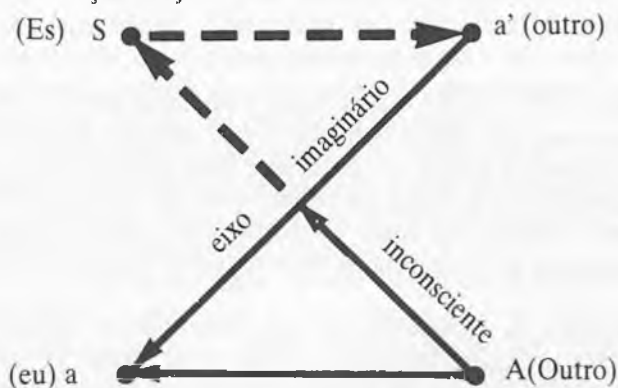
Para tanto, devemos fazer uma breve retomada do *esquema L*, a fim de aprofundar certos pontos deixados em suspenso: em particular, a orientação dos diferentes vetores que ligam os quatro termos do esquema: S, a', a, A.

Evoquemos brevemente² algumas das conseqüências que estruturam a comunicação, tal como se encontram evidenciadas pelo esquema L. O sujeito S jamais apreende a si mesmo, a não ser sob a forma de seu eu (*moi*) em a. A forma de seu eu, que constitui assim sua identidade, permanece estrita-

1. Cf. supra, cap. 16: “A refenda do sujeito: a alienação na linguagem”.

2. Cf. supra, cap. 18: “A alienação do sujeito no Eu (*Moi*). O esquema L. A forclusão do sujeito”.

mente dependente do outro especular, tal como nos indica o estádio do espelho. Por esta razão, a relação que o sujeito mantém consigo mesmo e os outros (seus objetos) permanece sempre mediada pelo eixo imaginário aa' , numa relação de incidência recíproca. A relação do sujeito com seu eu (moi) está, necessariamente, na dependência do outro e, inversamente, a relação que ele mantém com o outro está sempre na dependência de seu eu (moi). Esta dialética de si ao outro e do outro a si induz, por conseguinte, um modo de relação perfeitamente singular na comunicação intersubjetiva. Quando um sujeito S se esforça para comunicar com um sujeito A, ele jamais alcança esse destinatário em sua autenticidade, e é sempre um eu (moi) que comunica concretamente com um outro eu (moi), semelhante a ele em razão da presença do eixo imaginário aa' . Em outras palavras, o S que se endereça ao grande Outro nunca comunica senão com um pequeno outro. Na comunicação, o sujeito permanece, assim, radicalmente prisioneiro da ficção em que o introduz sua própria alienação subjetiva.

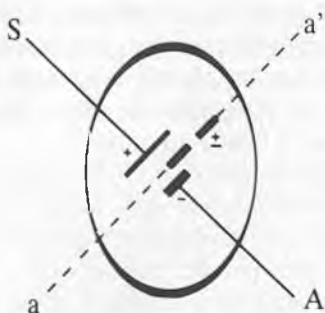


No esquema L, o sentido das flechas determina fatos de estrutura desta comunicação intersubjetiva. O sujeito S que se endereça ao Outro encontra a princípio um pequeno outro ($S \longrightarrow a'$) que o remete *ipso facto* a seu próprio eu (moi) ($a' \rightarrow a$), segundo o eixo das construções imaginárias dos ego e dos alter ego. Lacan insiste quanto ao sentido desta relação necessariamente reflexiva, na medida em que um ego é sempre um alter ego e reciprocamente.

O sentido dos outros vetores deve ser igualmente precisado. Já observamos que o vetor que parte de A em direção a S prossegue sua trajetória num traçado interrompido, após ter sido segmentado por $a' \rightarrow a$ ($A \longrightarrow S$). Um outro vetor, que tem igualmente sua origem em A, culmina, por outro lado, no eu (moi) ($A \longrightarrow a$). Esta dupla orientação vetorial parece aparentemente contraditória em relação às direções precedentes. Tudo se passa como se, num sujeito S que se endereça a um Outro, *lhe viesse alguma coisa* deste Outro pelo simples fato de ter se endereçado a ele. Mas o que

lhe vem desse Outro, lhe provém de um modo bastante singular, caracterizado ao mesmo tempo pela marca da referência ao inconsciente e pelo traçado em traços interrompidos a partir da intersecção com $a' \rightarrow a$. Parece, portanto, existir alguma coisa proveniente do Outro que vem interferir na articulação da palavra do sujeito S que se endereça a ele. Da mesma forma, alguma coisa deste Outro vem diretamente (traço não interrompido) se justapor ao que se realiza ao nível do eu (moi). ($A \rightarrow a$).

Para comentar estas diferentes orientações, sigamos o conselho de Lacan e tratemos de fazer um pouco de lanterna mágica”, apoiando-nos numa metáfora explicativa tirada do princípio da condução elétrica. Consideremos o *esquema L* como um circuito elétrico, imaginando a colocação de uma lâmpada triodo no ponto de intersecção da direção simbólica SA com o eixo imaginário $a'a$, ou seja, uma lâmpada constituída por um cátodo, um ânodo e um odo transversal:



Quando a corrente passa pelo circuito, produz-se num tal dispositivo um bombardeamento eletrônico do cátodo em direção ao ânodo. Se o odo transversal está polarizado positivamente, os elétrons + serão sempre conduzidos em direção ao ânodo, e a corrente passa. Em contrapartida, se ele estiver polarizado negativamente, os elétrons negativos provenientes do cátodo serão repelidos pelo odo negativo, e a corrente deixará de passar.

Segundo Lacan, esta metáfora eletrônica significa com bastante exatidão a maneira pela qual o Imaginário ($a'a$) é capaz de “talhar”, escandir o que se passa ao nível do circuito”⁴. E ele precisa: “o que se passa entre A e S tem um caráter em si mesmo conflitante. Na melhor das hipóteses, o circuito se contraria, pára, corta, talha a si mesmo”⁵. Esta propriedade não deve ser perdida de vista no circuito subjetivo da palavra.

3. J. Lacan, *Le Moi dans la théorie de Freud et dans la technique de la psychanalyse*, seminário, livro II, 1954-1955, op. cit., p. 371.

4. J. Lacan, *Le Moi dans la théorie de Freud et dans la technique de la psychanalyse*, op. cit., p. 372.

5. *Ibid.*, p. 372.

A partir deste caráter conflitante que a direção simbólica subentende, poder-se-ia ainda assim conceber, para um sujeito, a produção de uma palavra⁶ que se poderia tomar como uma palavra fundamental? Dito de outra forma, seria possível produzir uma *palavra plena* que testemunharia uma comunicação autêntica entre S e A? Ou seja, uma comunicação que não seria parasitada pelas interferências imaginárias de *a'* — *a*, fornecendo assim a prova da existência de uma palavra que se endereçaria a um Outro que não fosse o outro (a). Esta potencialidade está na dependência daquilo que está suposto na questão aparentemente banal. “O que é a fala?”, e na resposta lacônica que Lacan lhe dá: “Falar é antes de mais nada falar a outros”⁷.

É exatamente isto, segundo Lacan, que permite distinguir radicalmente a fala de um registro de linguagem.

À luz do *esquema L*, torna-se possível compreender o que significa “falar a outros”. Um sujeito que fala a um outro endereça sempre sua mensagem a esse outro que ele toma necessariamente por um Outro; equivale a dizer o quanto este outro a quem ele se endereça é reconhecido como um Outro absoluto, um sujeito verdadeiro. Mas, por mais que o sujeito o reconheça como Outro, esclarece Lacan, *ele não o conhece como tal*, pois “é essencialmente esta incógnita na alteridade do Outro que caracteriza a relação da palavra ao nível em que é falada ao outro”⁸.

Assim, na palavra verdadeira o Outro é isto diante do que nos fazemos *reconhecer*, na estrita medida em que, implicitamente, já o reconhecíamos como tal. É preciso que seja assim para que possamos nos fazer reconhecer como portadores de uma palavra plena. Como destaca Lacan, isto supõe “o reconhecimento de um Outro absoluto, visado mais além de tudo aquilo que você poderá conhecer, e para quem o reconhecimento só tem valor justamente por estar mais além do conhecido. É no reconhecimento que você o institui, e não como um elemento puro e simples da realidade, um pião, uma marionete, mas um absoluto irredutível, da existência do qual, como sujeito, depende o próprio valor da palavra na qual você se faz reconhecer”⁹.

A *mola propulsora* da articulação de uma palavra plena nos é dada, assim, pelo próprio *princípio que estrutura a comunicação autêntica neste tipo de mensagem que o sujeito estrutura como vindo do outro sob uma forma invertida*. Outra maneira de dizer que “o emissor recebe do receptor sua própria mensagem de uma forma invertida”¹⁰. É o que ocorre em fórmulas tão radicais como “*Você é meu mestre*” ou “*Você é minha mulher*”, que

6. Traduzimos eletivamente “parole” tanto por “fala”, como por “palavra”, já que em português esta nuance é possível e faz sentido, conforme o contexto de “parole” no original. (N. da T.)

7. J. Lacan, *Les Psychoses*, seminário, livro III, 1955-1956, op. cit., p. 47.

8. J. Lacan, *Ibid.*, op. cit., p. 48.

9. J. Lacan, *Les Psychoses*, seminário, Livro III, 1955-1956, op. cit., p. 47.

10. J. Lacan, *Ibid.* op. cit., p. 48.

constituem mensagens significando, na realidade, plenamente o contrário do que articulam no presente da fala, e ilustrando assim, de maneira muito precisa, o reconhecimento implícito do Outro.

O sujeito que interpela o Outro neste “Você é meu mestre” na verdade formula a ele, implicitamente: “*Eu sou seu discípulo*”, mesmo que o que se articula presentemente na realidade de seu discurso continue a ser: “Você é meu mestre”. É porque o sujeito já se fez reconhecer como um discípulo para um Outro, que ele pode reconhecer explicitamente, em sua fala, este Outro como seu Mestre. Esta estrutura da comunicação é imperativa, pois só ela permite explicar de onde o sujeito extrai a certeza assertórica que o autoriza a afirmar: “Você é meu mestre”. Com efeito: “*Você é minha mulher — no final das contas, como é que você pode saber? observa Lacan — Você é meu mestre*” — de fato, será que você está tão seguro assim? O que constitui precisamente o valor fundador destas palavras é o fato de que o que é visado na mensagem é a presença ali do outro enquanto Outro absoluto¹¹. Esta segurança que o sujeito coloca nesse “Você é meu mestre” só pode fundar-se, efetivamente, em algo mais além de sua palavra: ou mesmo, mais exatamente, numa mensagem que já lhe veio deste mais além e através da qual ele próprio já se reconheceu como discípulo:

“O *você é minha mulher* ou *você é meu mestre* quer dizer — *Você é o que ainda está em minha fala, e isto é algo que só posso afirmar tomando a palavra em seu lugar. Isto vem de você para encontrar aí a certeza daquilo em que me engajo. Esta palavra é uma fala que engaja você. A unidade da palavra, enquanto fundadora da posição dos dois sujeitos, encontra-se aí manifesta*”¹².

Esse mais além da palavra de onde provém esta mensagem implícita é o Outro, que contribui assim para subordinar a linguagem humana a uma forma de comunicação onde *nossa mensagem vem do Outro sob uma forma invertida*¹³. O que é também uma outra maneira de enunciar, com Lacan, que “a palavra inclui sempre, subjetivamente, sua resposta”¹⁴. Nestas condições, tudo se passa como se a alocação já se constituísse como uma resposta, de modo que se pode dizer que, na comunicação autêntica, falar implica fazer falar o Outro como tal.

No esquema L, encontramos atualizada esta incidência do Outro no processo da comunicação intersubjetiva. O sentido do vetor $A \longrightarrow S$ indica muito bem, com efeito, que a palavra que o sujeito S destina ao Outro já lhe chega desde A sob uma forma invertida. Mas esta mensagem proveniente de A, por estar implícita, chega até S sem que este o saiba; daí a menção

11. J. Lacan, *Les Psychoses*, op. cit., p. 48.

12. *Ibid.*, p. 47.

13. J. Lacan, “Ouverture de ce recueil” in *Écrits*, op. cit., p. 9.

14. J. Lacan, “Fonction et champ de la parole et du langage en psychanalyse”, in *Écrits*, op. cit., p. 298.

inconsciente de que é portadora ao longo desta direção simbólica que se origina em A, com destino a S. A orientação do vetor Aa no esquema L, aliás, está aí para confirmar que esta mensagem proveniente do Outro escapa ao sujeito, ao mesmo tempo em que está presente. O sujeito S que se endereça ao Outro, ouve-se dizer no ponto a, que é o ponto da representação imaginária do sujeito que fala: “Você é meu mestre”. O “Eu sou teu discípulo”, mensagem constituída originalmente em A, só chega até ele em sua forma invertida “Você é meu mestre” em razão da mediação do eixo imaginário $a' \rightarrow a$ ¹⁵. Neste sentido, revela-se claramente que no lugar do Eu (Moi) (a), a articulação da mensagem é totalmente sobredeterminada pela mensagem proveniente de A ($A \rightarrow a$).

O muro da linguagem, evocado por Lacan, encontra sua justificação neste modo de obstrução que impede a comunicação direta de sujeito a sujeito. Por conseguinte, pode-se postular o *inconsciente* como “este discurso do Outro no qual o sujeito recebe, sob a forma invertida que convém à promessa, sua própria mensagem esquecida”¹⁶.

Não se poderia encontrar um exemplo mais ilustrativo desta incidência da alocação, do que em “La Direction de la cure et les principes de son pouvoir”:

“Partamos mais uma vez do seguinte, que antes de mais nada, para o sujeito, sua palavra é uma mensagem porque se produz no lugar do Outro. Que em razão disto sua demanda provenha dali e seja formulada como tal, não é somente porque ela esteja submetida ao código do Outro. É que é deste lugar do Outro (e mesmo de seu tempo) que ela é datada”¹⁷.

Como última prova deste fato de estrutura da palavra, evoquemos uma ilustração clínica que fornece, *a contrario*, pela intrusão da fala delirante, a justificação fundamental da existência do Outro como garantia da referência simbólica.

Este fragmento clínico, relatado no seminário *Les Psychoses*¹⁸, é oriundo da apresentação de doentes de Lacan, durante a qual uma mulher paranóica relata o seguinte acontecimento.

Saindo de sua casa, um dia, é insultada por um homem libidinoso e particularmente mal-educado, o amante de uma amiga vizinha. Este homem proferiu um tal palavrão que, num primeiro momento, sente-se incapaz de repetir. Todavia, o palavrão parece não ter sido tudo. Ela reconhece ter ela mesma murmurado algumas palavras impensadas ao passar por este homem, dizendo-lhe: “Venho do açougue”.

15. De onde o vetor em traçado descontínuo a partir da intersecção com o eixo $a' - a$.

16. J. Lacan, “La Psychanalyse et son enseignement” (1957) in *Écrits*, op. cit., p. 439.

17. J. Lacan, “La Direction de la cure et les principes de son pouvoir” (1958) in *Écrits*, op. cit., p. 634.

18. J. Lacan, *Les Psychoses*, seminário de 7 de dezembro de 1955: “Je viens de chez le charcutier”. op. cit., pp. 55-68.

Lacan deduz que devia existir nestas palavras alguma alusão a *porco* ou a *leitão*, destinada ao indelicado personagem. Mas, por que é sob a forma mesma da alusão que se articula esta apreciação? Por que ela lhe diz: “*Venho do açougue*” e não simplesmente: “porco”? O enigma dissipa-se um pouco quando ela confessa que, após ter dito essas palavras, o indelicado personagem lhe respondeu precisamente: “porca”, sendo este o palavrão de início inconfessável.

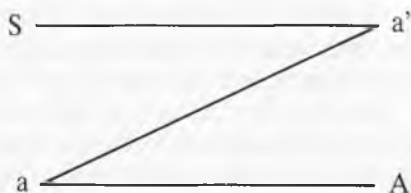
Lacan vê imediatamente neste contexto uma ilustração da fórmula da comunicação: o sujeito recebe sua mensagem do Outro sob uma forma invertida. Neste caso, porém, esta fórmula de comunicação é profundamente singular, pois nesta mulher psicótica a mensagem lhe vem de um *outro* que não é o *Outro*. É, aliás, um traço específico do discurso psicótico que esta mensagem antecipada e invertida não provenha do lugar do *Outro*.

Por um lado, observa Lacan, tudo se passa como se a mensagem “porca” fosse exatamente a mensagem do sujeito, que lhe retorna reflexivamente. Por outro lado, esta estrutura da comunicação só pode encontrar sua plena confirmação à luz da problemática do sujeito. Neste caso particular, trata-se de uma forma típica de paranóia que se desenvolve sob a forma de um delírio a dois entre mãe e filha. Estas duas mulheres, simbioticamente ligadas, mantêm uma relação solitária e uma existência reclusa do mundo exterior. Apesar da filha ter se casado, não pôde separar-se de sua mãe e vice-versa. A evolução dramática da situação conjugal não fará senão reforçar esta solidariedade patológica. De fato, a dupla mãe-filha será mesmo levada a escapar das esquisitices do marido, que ameaçara em dado momento cortar sua mulher em rodelas. Desde então, lembra Lacan, as duas mulheres organizaram toda a sua vida fora de qualquer referência ao elemento masculino, que se torna para todo sempre o elemento estranho a ser recusado. E neste universo de vida exclusivamente feminino que a problemática do discurso irá estruturar-se de uma forma tal que estas duas mulheres não se encontrarão mais em situação de receber sua mensagem do outro, mas em articulá-la elas próprias ao outro. Este tipo de comunicação instituída entre elas será assim projetada em todos os outros, sem exceção.

Nestas condições, a injúria só pode aparecer como meio de defesa, surgindo em sua relação pela via de um discurso reflexivo. Se a estrutura da palavra é feita de tal forma que sempre é o Outro que fala por trás de nós, na circunstância presente da injúria quem articula “porca”? Lacan supõe que tudo se passa como se o encontro com o indelicado personagem desencadeasse a alucinação auditiva da palavra “porca”, que viria aqui em resposta ao “venho do açougue”. Por se tratar precisamente de um fenômeno alucinatório, o amante da vizinha supostamente se manifesta como alguma coisa de real que fala. Da mesma forma, é deste *outro* semelhante a ela que lhe provém sua própria palavra. Dito de outra forma, a mensagem não chega aqui verdadei-

ramente sob sua forma invertida, pois é sua própria palavra que está no outro. A palavra que se articula no real não vem de um mais além do parceiro, que seria o Outro; ela vem de um mais além do sujeito mesmo, que não é o mais além da referência simbólica, mas um mais além puramente subjetivo. Neste sentido, todo o esquema da comunicação tende a se inverter e se desdobrar, por esta razão, sob a forma de fala delirante. Lacan conclui então que *não é mais a alocação que se articula como resposta a uma mensagem que proviria do Outro. Deste mais além imaginário, é, ao contrário, a resposta que ao mesmo tempo pressupõe e induz a alocação.* Aqui, é “porca” que governa “venho do açougue”.

O esquema L permite explicar a dinâmica desta comunicação delirante de maneira perfeitamente clara.



Situemos o amante da vizinha em a' , e em a o eu (moi) do sujeito. No presente exemplo, A está colocado completamente fora do circuito. É no ponto a que a mensagem que vem de S é articulada ao nível do eu (moi), sob a forma de: venho do “açougue”. Por outro lado, é o indelicado personagem, alter ego de a , que supostamente articula, em a' , a injúria “porca”. A pessoa que fala recebe, assim, de uma certa maneira, sua própria mensagem sob uma forma aparentemente invertida, proveniente de a' , ou seja, do outro. O que ela diz refere-se então a este mais além do que ela é enquanto sujeito. Mas, aqui, o sujeito S não se endereça verdadeiramente a A , que permanece fora de circuito. Ela se endereça a a' , de onde recebe sua própria palavra sem, contudo, dar-se conta de que “sua própria palavra está no outro que é ela mesma, o pequeno outro, seu reflexo no espelho, seu semelhante”¹⁹. Assim, nesta fala delirante, como assinala Lacan, “o circuito se fecha sobre os dois pequenos outros que são a marionete em face dela que fala, e na qual ressoa sua própria mensagem a ela, e ela mesma que, enquanto eu (moi), é sempre um outro e fala por alusão”²⁰. Lacan insiste no fato de que a estrutura da alusão é perfeitamente flagrante, na medida em que ela não sabe o que diz dela mesma:

“Quem vem do açougue? Um leitão trinchado. Ela não sabe que o diz, mas ainda assim o diz. A este outro a quem fala, ela diz dela mesma

19. J. Lacan, *Les Psychoses*, op. cit., p. 63.

20. *Ibid.*, p. 64.

— Eu, a porca, venho do açougue! já estou disjunta, corpo espedaçado, *membra disjecta*, delirante, e meu mundo se desfaz em pedaços, como eu mesma”²¹.

A título de conclusão, este exemplo nos ensina que na fala delirante tudo o que se refere ao sujeito falante é *realmente* dito no lugar do *outro*, na medida em que o *Outro* está excluído do circuito da palavra. Mas, em sendo assim, permanece ao mesmo tempo excluído o que pode assentar, tanto quanto garantir, a verdade de uma palavra plena no discurso do sujeito.

21. J. Lacan: *Les Psychoses*, op. cit., p. 64.

O grafo do desejo 2: a criação de sentido na técnica significante do dito espirituoso e a subversão do sujeito do inconsciente na linguagem

Para além do curto-circuito da “falação”, tal como foi introduzido anteriormente no primeiro nível de elaboração do grafo¹, a articulação significante pode, todavia, fazer advir uma palavra plena. Pode fazê-lo, por exemplo, graças a uma formação do inconsciente capaz de promover um autêntico efeito de criação de sentido. O exemplo sugerido do dito espirituoso *familiônario* ilustra diretamente esta técnica do significante, tal como podemos apreender seu processo no grafo.

Evidenciamos as correlações estruturais que podiam existir entre os processos de elaboração dos ditos espirituosos e as construções metáforo-metonímicas². Lacan nos faz lembrar que Freud situa-se, de imediato, numa teoria estrutural do significante no que diz respeito à compreensão do dito espirituoso. Assim também, se o dito espirituoso origina-se sobretudo de uma “técnica do significante”³, trata-se portanto de uma técnica onde o papel do significado é secundário, o que confirma manifestamente a construção do neologismo *familiônario* no grafo.

Recordemos brevemente em que contexto vem inscrever-se este célebre dito espirituoso. O protagonista, Hirsch Hyacinthe, tenta relatar a seu interlocutor como Salomon Rothschild o recebeu. Ao passo que sua intenção inicial era enunciar: “Ele me tratava de igual para igual, de maneira muito familiar”, ele formula: “Ele me tratou de uma maneira muito *familiônaria*”. Freud identifica imediatamente na construção do neologismo a marca do mecanismo da condensação, evidenciada pela seguinte montagem

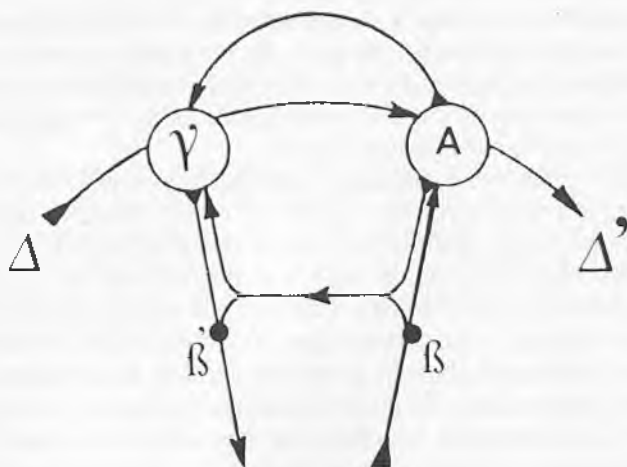
1. Cf. supra, cap. 21, “O grafo do desejo 1: Do ponto-de-estofa à falação”.

2. Cf. supra, cap. 9, “O dito espirituoso como processo metáforo-metonímico”.

3. J. Lacan, “Les Formations de l’inconscient”, *op. cit.*, seminário de 6 de novembro de 1957.

FAMILIAR
MILIONÁRIO
FAMILIONÁRIO

Reportemo-nos à primeira representação do grafo, para demonstrar o mecanismo que induziu esta “espécie de embutimento”¹⁴ entre duas linhas significantes.



Neste grafo, o circuito da palavra origina-se, *aparentemente*, em β , lugar onde o sujeito se produz como aquele que fala. Mas, estruturalmente, como vimos, o autêntico ponto de partida da palavra deve ser inscrito em A , lugar do Outro onde o sujeito recebe sua própria mensagem sob uma forma invertida. Por conseguinte, o verdadeiro circuito da palavra tem sua origem em A no grafo (no lugar do Outro), a seguir vem refletir-se em β , onde se situa o “Eu” (Je), retornando depois em direção a A (lugar do código), para partir em seguida a para γ , onde termina a mensagem.

Se Hirsch Hyacinthe tivesse efetivamente dito: “Ele me tratava de igual para igual, de maneira muito familiar”, o circuito deste discurso teria sido $A\beta$, βA e $A\gamma$. Em outras palavras, é no lugar de A , lugar do código, que tal frase poderia ter sido ouvida pelo auditor. Mas, como insiste Lacan, é devido à misteriosa propriedade homofônica dos “mil” e dos “ar” que outra mensagem bem diferente se realiza no ponto γ . Ou seja, uma composição significativa nova, estritamente estranha às prescrições do código em A . Com efeito, a palavra *familionário* é oriunda de uma justaposição de significantes

4. J. Lacan, “Les Formations de l’inconscient”, op. cit., seminário de 6 de novembro de 1957.

que se produz no ponto γ , e cuja composição se isenta da combinatória fonemática potencialmente prevista pelas regras de concatenação do código. Nem por isso o neologismo deixa de fazer sentido para o auditor que o ouve em A. Mas trata-se de uma significação completamente nova, que só pode se explicar por uma criação de sentido.

Como operou-se efetivamente esta justaposição de significantes criadora de sentido? O sujeito que fala convoca, do lugar onde fala, a série de elementos significantes com os quais deve compor seu dizer. Para tanto, mobiliza “a comoção da cadeia significativa”⁵ a partir de Δ . São os elementos solicitados pelo sujeito que virão compor-se sucessivamente num discurso, em função das prescrições combinatórias do código A. Se em γ produziu-se uma combinação significativa não prevista por A, é porque a combinação significativa inicial foi perturbada por outros elementos significantes. De onde vêm então esses elementos significantes perturbadores?

A comoção do material significativo chamado pelo sujeito em A entabula progressivamente a mensagem em γ , uma vez que o princípio de produção da significação deve-se ao deslizamento das duas cadeias significantes (significantes e significados), uma em direção a outra, em sentido inverso. Mas se o sujeito organiza seu discurso significativo requisitando o desfile dos significantes de Δ em direção a Δ' , a mensagem só é construída retroativamente. Com efeito, a mensagem só pode tomar seu sentido no momento em que o sujeito tiver convocado a última combinação significativa (valor do signo de Saussure). É no momento do esboço da mensagem em γ que os outros elementos significantes irão interferir na organização significativa inicial e intencionalmente prevista. A composição significativa inicialmente prevista deve concorrer no sentido de produzir, no exemplo citado, a palavra *familiar*. Mas, ao mesmo tempo, uma outra composição significativa parasita foi elaborada para dar corpo à palavra *milionário*, que irá de certa forma “viajar” junto com *familiar*, embora por outro circuito.

De onde vem esta organização significativa sub-reptícia que não é a que o sujeito convocou intencionalmente? Uma tal formação significativa contrabandeada como esta provém de uma determinação que, escapando ao sujeito, origina-se em β' , no grafo. Mais exatamente, esta composição significativa é governada por β' , que é o objeto metonímico. Neste contexto, o objeto metonímico é encarnado por *meu milionário*, o qual, para Hirsch Hyacinthe, vem em lugar do objeto substitutivo de seu desejo. Pois, na época, Hirsch Hyacinthe, um negociante de loterias em plena decadência, alimentava de bom grado o desejo de ter um “milionário” perto de si, para sustentá-lo numa situação longe de ser das mais prósperas. Mas, por mais que ele quisesse, na realidade era antes o milionário Salomon Rothschild que, de certa forma, o possuía. Aliás, é por esta razão que o *meu milionário* só pode vir no lugar do objeto inconsciente do desejo de Hirsch Hyacinthe.

5. J. Lacan, “Les Formations de l'inconscient”, op. cit., seminário de 6 de novembro de 1957.

Meu milionário insinua-se, portanto, subversivamente no esboço da cadeia significante, para vir ligar-se à organização significante da mensagem intencional, trazendo até ela algumas sílabas suplementares. Existem, assim, dois circuitos que encontram-se mobilizados ao mesmo tempo: o circuito inicial $\beta \rightarrow A \rightarrow \gamma$ e o circuito “de contrabando” $\beta \rightarrow \beta' \rightarrow \gamma$. Graças a uma homofonia parcial entre *familiar* e *milionário*, a justaposição se produz no ponto γ , numa condensação significante, não prevista pelo código, que se revela criadora de sentido. Aqui, “a mensagem ultrapassa não aquele que chamaríamos de o mensageiro (...), mas ultrapassa o suporte da palavra”⁶. Uma vez que no ponto γ pode produzir-se uma criação de sentido à maneira das substituições significantes, o ponto γ , lugar da mensagem, é também, portanto, o lugar das substituições metafóricas. Daí esta observação fundamental de Lacan:

“A mensagem, em princípio, é feita para estar numa certa relação de distinção com o código, mas aqui é no plano do próprio significante que, manifestamente, ela está em situação de violação do código. (...) A espiritualidade toma, em função desta distinção e desta diferença, valor de mensagem. A mensagem jaz sobre sua diferença mesma em relação ao código”⁷.

Entretanto, para que uma concatenação significante não prevista pelo código figure, ainda assim, como mensagem, é preciso que a distinção em relação às indicações do código seja ratificada como mensagem no lugar do Outro. De uma certa forma, isto supõe, com efeito, que o Outro funcione como *terceiro* — *Outro* (Lacan). É a condição *sine que non* de um reconhecimento implicitamente partilhado no lugar do Outro pelo locutor e pelo auditor, para que, de parte a parte, a neocomposição significante seja admitida como mensagem, ou seja, como criação de um novo sentido. Em outras palavras, é esta referência ao Outro que inscreve a neocomposição significante como uma mensagem possível no lugar do código.

O exemplo da subversão inconsciente do significante que opera no dito espiritualoso não apenas justifica a relação que existe entre a criação de sentido e o processo da metáfora, mas ilustra igualmente o processo fundamental da evolução da língua. Uma língua evolui na medida em que processos internos de criação de sentido sejam produzidos pelo puro jogo das substituições significantes. De fato, é nesta relação de substituição de um significante por um outro significante que irá engendrar-se a nova relação de um significante com um significado. A metáfora aparece, portanto, como assinala Lacan, como a força criadora, a força de engendramento essencial na produção de sentido:

6. J. Lacan, “Les Formations de l’inconscient”, op. cit., seminário de 13 de novembro de 1957.

7. J. Lacan, “Les Formations de l’inconscient”, op. cit., seminário de 13 de novembro de 1957.

“É pela via da metáfora, ou seja, pelo jogo da substituição de um significante por outro, de um certo lugar, que se cria não somente a possibilidade de desenvolvimento do significante, mas a possibilidade de surgimento de sentidos sempre novos”⁸.

Além da espiritualidade, o funcionamento do grafo revela-se da mesma forma instrutivo em relação a uma formação do inconsciente como o esquecimento de nomes. Ainda que o esquecimento de nomes seja estruturalmente diferente da espiritualidade, seu processo de elaboração dinâmica, no grafo, continua fundamentalmente idêntico. No esquecimento, a interferência dos elementos significantes procede invariavelmente por substituição, pois na medida em que vem a faltar alguma coisa na ordem do discurso, uma outra coisa vem em seu lugar.

Em “Les Formations de l’inconscient”⁹, Lacan submete ao grafo o célebre esquecimento do nome *Signorelli*, evocado por Freud na *Psicopatologia da Vida Cotidiana*¹⁰. Em lugar do nome esquecido, Freud produz uma série substitutiva: *Botticelli*, *Boltraffio* e, por associação, o elemento ulterior *Bósnia-Herzegovina*. Os substitutos da palavra esquecida não aparecem de maneira casual no discurso. São todos convocados na base de uma *aproximação metonímica*, uma vez que estão ligados entre si por relações de contigüidade. Ademais, nestas substituições metonímicas, revela-se a presença das *ruínas do objeto metonímico* (Lacan), isto é, ruínas significantes da palavra esquecida/recalcada. Por exemplo, o elemento *elli* de *Botticelli* constitui uma primeira ruína metonímica do objeto *Signorelli*. Encontramos igualmente em *Boltraffio* uma ruína proveniente de *Bósnia-Herzegovina*. Enfim, o *Her* (Senhor) de *Bósnia-Herzegovina* está metonimicamente ligado ao *Signor* de *Signorelli*, indiretamente representante da morte que Freud tem interesse em manter recalcada.

As ruínas do objeto metonímico permitem assim identificar a pista do significante perdido, pelo fio das associações:

“Isto é o rastro, o índice que temos do nível metonímico que nos permite encontrar a cadeia do fenômeno no discurso naquilo que pode ainda ser presentificado nesse ponto onde, na análise, está situado o que chamamos de associação livre, na medida em que esta associação livre nos permite seguir a pista do fenômeno inconsciente”¹¹

8. J. Lacan, “Les Formations de l’inconscient”, op. cit., seminário de 13 de novembro de 1957.

9. Ibid.

10. S. Freud, *Zur Psychopathologie des Alltagslebens* (1901), G.W., IV, S.E., VI, trad. S. Jankelevitch: *Psychopathologie de la vie quotidienne*. Paris, Payot, 1922, champ I “Oubli des noms propres”.

11. J. Lacan, “Les Formations de l’inconscient”, op. cit., seminário de 13 de novembro de 1957.

Da espirituosidade ao esquecimento de nomes — passando igualmente pelos sonhos —, uma estrutura comum depreende-se de todas estas formações do inconsciente. Esta estrutura, aliás, pode ser elevada à condição de critério. Existe, com efeito, um bom meio de identificar a origem dos processos inconscientes: *as leis de funcionamento dos processos inconscientes são estritamente análogas às leis de funcionamento da linguagem*, pois as formações do inconsciente são isomorfas aos mecanismos de formação de sentido na linguagem. Tanto num caso como no outro, o sentido é sempre engendrado pela ordem das combinações significantes.

O engendramento do sentido, tal como o grafo, nos permite apreender seu mecanismo, interpela assim diretamente a questão do sujeito no discurso, que pode ser circunscrita entre dois termos: o *dizer do presente* e o *presente do dizer*, ou ainda, para retomar uma outra fórmula de Lacan: o *discurso do presente* e o *presente do discurso*¹². O *dizer do presente* manifesta-se como algo através do que podemos situar a presença do falante em sua atualidade de falante. É o que se diz “Eu” (Je) no discurso, e com este “Eu” (Je) toda partícula suscetível de representar o sujeito neste discurso. Quanto ao *presente do dizer*, é aquilo que remete ao que há de presentemente no discurso. Trata-se aqui de algo diferente da presença do falante, uma vez que o que se passa ao nível da mensagem efetiva pode ser radicalmente subvertido pelo desejo inconsciente do sujeito.

Com a introdução da dimensão do desejo, é preciso passar a uma nova etapa de configuração do grafo, para que nele apareçam suas articulações precisas com a linguagem e o inconsciente.

12. J. Lacan, “Les Formations de l’inconscient”, op. cit., seminário de 20 de novembro de 1957.

O grafo do desejo 3: a conjugação do desejo com o significante

O sentido profundo da descoberta freudiana do inconsciente é inerente à problemática da dissimulação do desejo. Assim como o desejo manifesta-se sempre mascarado nas formações do inconsciente, assim também toda formação do inconsciente aparece, por excelência, como o que testemunha o *reconhecimento do desejo*. Mas trata-se igualmente de um *desejo de reconhecimento*¹ sob uma forma significante absolutamente incompreensível, o autor tendo perdido a chave que codifica seu discurso.

Reconhecimento do desejo e desejo de reconhecimento não são pura e simplesmente recorrências de estilo. Sob o título de reconhecimento do desejo está designada a necessidade, para o desejo, de ter de se fazer escutar, de se fazer reconhecer, nem que seja ao preço do sintoma, ou mesmo de alguma outra forma apropriada, isto é, disfarçada. Por outro lado, sob a égide do desejo de reconhecimento insinua-se a lógica mesma do desejo, a de ser nada além de desejo do desejo do Outro e de permanecer excêntrico a toda solução de satisfação.

Devido a esta estrutura fundamentalmente inessencial, o desejo jamais é plenamente articulável. O que não quer dizer que ele não é articulado. Ele é mesmo obrigado a se fazer demanda no desfile da palavra. Em outras palavras, falar é de certa forma demandar, e demandar é desejar. Neste sentido, devemos agora abordar o problema da articulação do desejo com o significante, tal como é evidenciado pelo grafo.

1. J. Lacan, "Les Formations de l'inconscient", op. cit., seminário de 16 de abril de 1958.

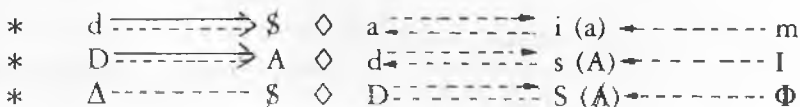
A dialética edipiana e a metáfora do Nome-do-Pai² permitem situar exatamente a relação que existe entre o desejo e a dimensão da castração. Desta relação, depreende-se que o desejo mantém um certo tipo de relação com a *marca*. Neste caso, se o desejo do sujeito só pode advir a uma certa maturidade após ter atravessado um certo número de etapas (no Édipo), é também preciso que o falo, enquanto objeto primordial do desejo, seja *marcado* por alguma coisa, que é conservada como tal para além da ameaça de castração. Caso contrário não se compreenderia como um tal objeto pode conservar sua propriedade de ser, ao longo de todo o Édipo, e mesmo depois, significante do desejo. Este caráter, precisa Lacan³, deve ser considerado como um *signo* através do qual o sujeito identifica a própria dimensão da castração. Para citar apenas alguns exemplos, este caráter de *signo* nos é revelado tanto em certos rituais religiosos, como a circuncisão, como em algumas formas de inscrição rituais no momento da puberdade e até mesmo, também, nas tatuagens e em todas as outras espécies de marcas ou impressões com que se orna o sujeito.

Estas marcas não são apenas signos de reconhecimento, mas atestam, mais além, uma relação específica com o desejo, como nos lembra Lacan:

“Quando se trata do homem, isto quer dizer que o ser vivo marcado tem aqui um desejo que não deixa de ter uma certa relação íntima com esta marca. (...)”

Existe, talvez, desde a origem, neste desejo uma hiância que permite a esta marca ter sua incidência especial, mas o que há de certo é que existe uma relação muito estreita entre o que caracteriza este desejo no homem e a incidência, o papel e a função da marca”⁴.

Tal incidência da marca introduz diretamente ao problema da confrontação do significante e do desejo, na medida em que, no homem, esta marca é antes de mais nada o significante como tal. Lacan coloca o princípio desta relação do desejo com o significante na expressão de três fórmulas sucessivas⁵, cujos elementos irão encontrar seu lugar respectivo na construção do grafo:



2. Cf. supra, cap. 12, “O estádio do espelho e o Édipo”, cap. 13: “A metáfora paterna — O Nome-do-Pai — A metonímia do desejo”.

3. J. Lacan, “Les Formations de l’inconscient”, op. cit., seminário de 26 de março de 1958.

4. J. Lacan, “Les Formations de l’inconscient”, op. cit., seminário de 26 de março de 1958.

5. Ibid.

Examinemos agora, sucessivamente, a significação destas fórmulas e os elementos simbólicos que as compõem.

Na *primeira fórmula*, o *d* exprime o *desejo*. *S* é o *Sujeito*. O símbolo *a* remete ao *pequeno outro* enquanto semelhante do sujeito, seu *alter ego*, tal como aparece no processo da identificação primordial como o outro especular no estádio do espelho⁶. Encontramos ainda este *outro* no nível do *esquema L* que evidencia o resultado imaginário desta identificação sob a forma do *eu (moi)*⁷, que é precisamente simbolizado na primeira fórmula por *m*, enquanto pólo da identificação narcísica. Neste sentido, *esta primeira fórmula evidencia a relação do desejo com a identificação narcísica*. O sentido das flechas tende a mostrar que não existe nenhuma solução de continuidade entre *d* e *m*, pois quer se parta de uma extremidade ou de outra da fórmula, há sempre um momento em que uma flecha encontra outra de sentido contrário. Isto não quer dizer, evidentemente, que não exista nenhuma relação entre *m* e *d*. Esta relação elabora-se em torno de um certo tipo de configuração, cujo sentido aparecerá mais adiante. Quanto ao símbolo \diamond (leia-se punção), ele faz diretamente referência ao *esquema L*, lembrando que toda relação do sujeito com o Outro jamais se efetua sem que, nesta relação, estejam implicados o eu (*moi*) do sujeito, *a'*, e seus objetos *a*⁸:

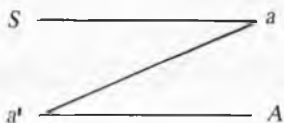
“Eis aí o sentido do que vemos neste novo pequeno símbolo losânguico, e que implica simplesmente que tudo de que se trata aqui é comandado por algo que é justamente esta relação quadrática que desde sempre colocamos no fundamento de nossa articulação do problema, e que coloca *S*, que diz que não há *S* concebível, nem articulável, nem possível, sem esta relação ternária *aa', A, S*”⁹.

O sentido das flechas da *segunda fórmula* lembra, aqui também, que existe uma relação “que não pode ser percorrida até o fim, partindo de cada uma das extremidades, e que pára, partindo de cada extremidade, no ponto preciso onde a flecha diretriz encontra uma outra de signo oposto”¹⁰. A relação em questão aqui é *a do desejo com a palavra, através da demanda*. O símbolo *D* representa a *demanda*. O Outro, simbolizado por *A*, indica o lugar do código, o lugar da *palavra*, à qual o sujeito se refere em sua relação com

6. Cf. supra, cap. 12: “O estádio do espelho e o Édipo”.

7. Cf. supra, cap. 18: “A alienação do Sujeito no Eu (Moi). O esquema L. A forclusão do sujeito”

8.



9. J. Lacan, “Les Formations de l’inconscient”, op. cit., seminário de 26 de março de 1958.

10. Ibid.

um *outro*, o lugar da referência simbólica inevitavelmente convocado no processo da comunicação. Nesta fórmula, *d* representa ainda o *desejo*, ao passo que *s* simboliza o *significado*. A escrita $s(A)$ exprime, assim, o que no *Outro* toma valor de significado para o sujeito, com a ajuda do *significante*. Trata-se, pois, do que foi designado anteriormente como *signo*, como *marca*. É em relação com estes signos, precisa Lacan, que se produz a identificação com o *ideal do eu (moi)*, I, isto é, esta instância psíquica que advém no momento do declínio do complexo de Édipo e que resulta não somente de um processo de cristalização narcísica, mas também de identificações com os pais idealizados, bem como com os ideais coletivos¹¹. Trata-se, dito de outra forma, de um modelo ideal ao qual o sujeito tende a se conformar.

Quanto à terceira fórmula, ela exprime diretamente a *interação do sujeito desejante com o significante*. O símbolo Δ traduz, fundamentalmente, o que, no sujeito, o *impulsiona*, o *força a manter uma determinada relação com o significante S*, na medida em que “seu desejo passa pela demanda, que ele o fala e que isso tem determinados efeitos”¹², como indica a escrita $S \diamond D$. Por outro lado, o símbolo Φ , que representa o *falo*, realiza algo de *significante no Outro (S/A)*, em ligação estreita com a relação do sujeito com seu desejo.

Com estas três fórmulas, que constituem a infra-estrutura da dinâmica do grafo do desejo, Lacan tenta articular, a partir do aspecto mais vivo da descoberta freudiana do desejo inconsciente, a “relação orgânica do desejo com o significante”¹³. Ou seja, esta relação que impõe ao desejo de um sujeito fazer-se palavra, alienando-se numa demanda endereçada ao *Outro*. Em última instância, é, pois, ao nível da palavra do *Outro* que se funda o desejo do sujeito, uma vez que, como estabelece Lacan, é a palavra mesma do sujeito que se funda na do *Outro*. Lacan nos mostrou que esta propriedade fundamental do desejo humano esta baseada no processo das primeiras experiências de satisfação¹⁴, onde a criança faz sua entrada no universo do desejo, assujeitando-o a uma palavra que é afiançada pela moeda dos significantes do *Outro*:

“Para que o que quer que seja de intersubjetividade se estabeleça, é preciso que o *Outro* com um grande $O(A)$ fale; ou, então, porque é da natureza da palavra ser a palavra do *Outro*; ou ainda, porque é preciso que tudo o que é da manifestação do desejo primário seja em algum momento, se instale no que Freud chama de a *Outra* cena, que isto é necessário à satisfação do homem, na medida, precisamente, em que sendo um ser falante (...) suas satisfações devam passar por intermédio da palavra”¹⁵.

11. Deve-se distinguir o ideal do eu do *eu-ideal*, que resulta bem mais de um ideal narcísico todo-poderoso e de identificações heróicas.

12. J. Lacan, “Les Formations de l’inconscient”, op. cit., seminário de 26 de março de 1958.

13. J. Lacan, *ibid.*, seminário de 26 de março de 1958.

14. Cf. supra, cap. 20: “A necessidade — O desejo — A demanda”.

15. J. Lacan, “Les Formations de l’inconscient”, op. cit., seminário de 9 de abril de 1958.

Mas, ao fundar-se na palavra do Outro, o desejo do sujeito não tem outra saída senão submeter-se à dimensão essencial do desejo do outro, cujo pleno alcance só é avaliado pelo sujeito ao descobrir que ele carrega a marca do significante fálico. Lacan nos dá uma brilhante ilustração disso no comentário que desenvolve a propósito de um sonho analisado por Freud¹⁶ e intitulado, pela circunstância, o sonho da “bela açougueira”¹⁷.

É no capítulo IV da *Interpretação dos Sonhos*¹⁸ que Freud relata o conteúdo manifesto da “bela açougueira”: “Quero oferecer um jantar, mas em casa não tenho nada além do que um pouco de salmão defumado. Gostaria de ir fazer compras, lembro-me que é domingo de tarde e que todas as lojas estão fechadas. Quero telefonar para alguns fornecedores, mas o telefone está quebrado. Devo, assim, renunciar ao desejo de oferecer um jantar”¹⁹.

A paciente de Freud, relativamente informada a respeito da teoria psicanalítica do sonho, quer pôr Freud à prova. Com efeito, ela espera que ele estabeleça em que o sonho confirma a tese da realização de desejo, ao passo que este sonho racional e coerente tenderia a evidenciar que, precisamente, um desejo não se realiza.

No entanto, Freud não recua em adiantar a seguinte explicação: “O marido de minha doente é açougueiro. É um bom homem, muito ativo. Ele lhe dissera alguns dias antes que ela estava ficando muito gorda. Ela gostaria de fazer um regime; assim, ela levantará cedo e não aceitará mais convites para jantar. Ela conta rindo que seu marido ia habitualmente ao restaurante e que conhecera um pintor que queria fazer seu retrato, porque não havia ainda encontrado rosto tão expressivo. Seu marido respondera com sua rudeza habitual que agradecia muito, mas que estava persuadido que o pintor preferiria trocar o rosto dele por um pedaço de traseiro de uma bela jovem”²⁰.

E Freud continua seu comentário da seguinte maneira:

“Minha doente está atualmente muito apaixonada pelo marido e o aborrece o tempo todo. Ela lhe pediu também que não lhe desse caviar. O que isto quer dizer?

“Na realidade, ela queria, já há muito tempo, comer todas as tardes um sanduíche de caviar. Mas ela não se permite tal abuso. Naturalmente, ela teria imediatamente seu caviar, se dissesse a seu marido, mas, ao contrário, pediu a ele que não lho desse, de maneira a poder incomodá-lo por mais tempo com isso”²¹.

16. S. Freud, *L'Interprétation des rêves*, op. cit., pp. 133-137.

17. J. Lacan, *ibid*, Seminário de 9 de abril de 1958.

18. S. Freud, *L'Interprétation des rêves*, cap. IV: “La déformation dans le rêve”, op. cit., p. 133 e seg.

19. *Ibid.*, p. 133.

20. Tradução de Lacan in “Les Formations de l'Inconscient”, op. cit., seminário de 9 de abril de 1958.

21. Tradução de Lacan: *ibid*. Seminário de 9 de abril de 1958.

Neste ponto de sua análise, Fred introduz um parêntese muito instrutivo: “Parecem-me forçadas essas espécies de informações insuficientes, que escondem, via de regra, motivos que não são expressos. Consideremos a maneira pela qual os hipnotizados de Bernheim, realizando uma missão pós-hipnótica, explicam, quando se lhes pergunta a razão de seus atos, por um motivo visivelmente insuficiente e respondem “eu não sei por que fiz aquilo”. O caviar seria um motivo desse gênero. Eu observo que ela se vê obrigada a criar um desejo insatisfeito. Seu sonho mostra-lhe esta denúncia, este adiamento de seu desejo, este afastamento de seu desejo como algo realmente realizado. Mas por que era-lhe necessário um desejo insatisfeito?”²².

Uma vez este parêntese fechado, Freud prossegue sua análise nestes termos: “O que lhe veio à mente até o presente momento não pôde servir para interpretar o sonho. Insisto após um momento, como convém quando devemos superar uma resistência. Ela me diz que visitou ontem uma de suas amigas. Ela está com ciúmes dela, pois seu marido fala sempre muito bem dessa amiga. Felizmente, a amiga é miúda e magra, e seu marido gosta de formas bem recheadas. De que falava, pois, esta pessoa magra? Naturalmente, de seu desejo de engordar. Ela também lhe perguntou: “Quando você nos convidará novamente? Come-se sempre tão bem em sua casa”. O sentido do sonho fica claro agora. Posso dizer à minha doente: É exatamente como se você lhe tivesse respondido mentalmente: “Pois sim, irei convidá-la para que você coma bastante, engorde e agrade mais ainda a meu marido! Preferiria nunca mais oferecer jantares em minha vida”. O sonho diz que você não poderá oferecer jantares e assim realizar seu voto de não contribuir de forma alguma para tornar mais bela sua amiga, além de seguir com a decisão tomada de não mais aceitar convites para jantar, porque se diz que os jantares fora fazem engordar. Só falta mais um elemento que confirmaria a solução.

“Não sabemos ainda a que o salmão defumado responde no sonho. De onde vem que você evoque o salmão defumado no sonho? Ela retoma: É o prato predileto de minha amiga. Casualmente, ocorre que eu também conheço esta senhora e tenho, no caso, em relação ao salmão defumado a mesma conduta de minha paciente face ao caviar”²³.

Freud conclui com uma observação essencial, referente à identificação: “Ela identificou-se com a amiga. É em sinal desta identificação, isto é, na medida em que se identificou com a outra, que ela se atribui na vida real um desejo não realizado”.²⁴

Este sonho, relatado por Freud na *Interpretação dos Sonhos*, representa uma ilustração exemplar da dialética do desejo e da demanda. E mais ainda

22. Tradução de Lacan, in “Les Formations de l’inconscient”, op. cit., seminário de 9 de abril de 1958.

23. Tradução de Lacan, in “Les Formations de l’inconscient”, op. cit., seminário de 9 de abril de 1958.

24. Tradução de Lacan, *ibid.* Seminário de 9 de abril de 1958.

desta dialética verdadeiramente estereotipada, tal como ela opera na problemática histórica, uma vez que a análise de Freud presente aqui, de forma irrecusável, o mecanismo que ele designará posteriormente sob o nome de *identificação histórica*.²⁵

De fato, no contexto que serve de base a este sonho, trata-se para a bela açougueira de identificar-se com a amiga de quem tem ciúme. Ora, esta identificação intervém, tal como descreve Freud, quando “uma certa comunhão com uma pessoa que não é objeto das pulsões sexuais”²⁶ é percebida e onde, “em ausência de todo investimento sexual do outro, o sujeito pode contudo identificar-se com este, na medida em que ambos têm em comum um elemento (desejo de ser amado, por exemplo)”²⁷.

Mais além do processo identificatório, examinemos melhor, neste exemplo, o que está em jogo no desejo da bela açougueira. Tudo se passa como se a paciente de Freud parecesse, em última análise, disposta apenas a criar um *desejo insatisfeito*:

“Sigamos o pensamento de Freud nestes desvios que ele nos impõe, e não nos esqueçamos que ao deplorá-los em relação a um ideal do discurso científico, ele afirma ter sido forçado a eles por seu objeto.

“Vemos, então, que este objeto é idêntico a esses desvios, uma vez que, na primeira guinada de sua obra, ele desemboca, ao tocar o sonho de uma histórica, no fato de que aí se satisfaz por deslocamento, precisamente aqui por alusão ao desejo de um outro, um desejo da véspera que é sustentado em sua posição eminente por um desejo que é de uma outra ordem, uma vez que Freud ordena este último como desejo de ter um desejo insatisfeito”²⁸.

Qual pode ser a função atribuída a este desejo de ter um desejo insatisfeito? Este tipo de realização de desejo não faz senão ratificar a submissão mais fundamental do sujeito à ordem de seu desejo pelo suporte da demanda. A paciente de Freud, independentemente do sonho, está muito apaixonada por seu marido, e o objeto de sua demanda é antes de mais nada *amor*. E, deste ponto de vista, as históricas não diferem em nada dos outros sujeitos, a não ser talvez, como observa Lacan, pelo fato de que, nas históricas, é muitas vezes “um problema um pouco mais estorvante do que nos outros”²⁹.

25. S. Freud, “Massenpsychologie und Ich-Analyse” (1921), in *G.W.*, XII, 71-161, *S. E.*, XVIII, 65-143, trad. coletiva: Pierre Cotet, A. Bourguignon, J. Altounian, O. Bourguignon, A. Rauzy: “Psychologie des foules et analyse du Moi” in *Essais de psychanalyse*, Paris, Payot, 1981, 2ª éd., p. 169 e seg.

26. S. Freud: “Psychologie des foules et analyse du Moi”, op. cit., p. 170.

27. J. Laplanche e J.-B. Pontalis: *Vocabulaire de la psychanalyse*, op. cit., cf. “Identification”, p. 189.

28. J. Lacan, “La Direction de cure et les principes de son pouvoir” (1958), in *Écrits*, op. cit., pp. 620-621.

29. J. Lacan, “Les Formations de l’inconscient”, op. cit., seminário de 9 de abril de 1958.

A bela açougueira deseja antes de mais nada que seu marido deseje não lhe dar caviar. Em outras palavras, para encontrar uma solução de amor que a satisfaça, é preciso, primeiro, que ela deseje outra coisa (o caviar); a seguir, que ela faça de tal forma que não se lhe conceda essa outra coisa, de modo que ela quer “que ele não lhe dê caviar para que possam continuar a se amar loucamente, isto é, a se contrariar, a fazer misérias a perder de vista”³⁰.

Esta estratégia desejante é rica em ensinamentos. Tudo parece organizar-se, para o sujeito, em vista de se criar um desejo insatisfeito em sua relação com o outro, excluído por antecipação de uma possibilidade de satisfação recíproca da demanda. Nestas condições, tudo parece orquestrado para que o desejo do sujeito tenda a constituir-se completamente por e no desejo do outro:

“O sujeito histórico constitui-se quase totalmente a partir do desejo do outro. O desejo que o sujeito revela aqui é também o desejo preferido do outro, e mesmo, nada mais lhe resta, no momento em que ela não poderá oferecer um jantar. Não lhe resta senão o salmão defumado, ou seja, o que indica simultaneamente o desejo do outro e o que o indica como podendo ser satisfeito, mas somente para o outro”.³¹

O sonho da “bela açougueira” só foi lembrado para introduzir o princípio da conjugação do desejo com o significante pela mediação da demanda, sendo que encontramos uma de suas ilustrações mais perfeitas no exemplo da estrutura histórica.

De um modo mais geral, é preciso retomar a questão ao nível da manifestação da necessidade, que não tem outra saída senão fazer-se demanda endereçada ao outro. Nesta demanda endereçada ao outro constitui-se, assim, para além do objeto da necessidade propriamente dito, um “resto da demanda”³², no qual podemos identificar o desejo do sujeito através do que é significado do outro. Com efeito, a relação do sujeito ao outro repousa fundamentalmente na incidência da função fálica, uma vez que o falo é o significante que marca o que o outro deseja. Disto resulta, então, esta consequência essencial elucidada por Lacan: “É precisamente na medida em que o outro é marcado pelo significante, que o sujeito deve, que ele não pode senão reconhecer, por intermédio deste outro, que ele também é, em suma, marcado pelo significante. Isto quer dizer que há sempre alguma coisa que permanece mais além daquilo que pode se satisfazer por intermédio desse significante, ou seja, pela demanda”³³. Lacan conclui que “é na medida que o desejo do outro é barrado que o sujeito irá reconhecer seu desejo barrado, seu próprio desejo

30. Ibid.

31. Ibid.

32. J. Lacan, “Les Formations de l’inconscient”, op. cit., seminário de 9 de abril de 1958.

33. J. Lacan, “Les Formations de l’inconscient”, op. cit., seminário de 9 de abril de 1958.

*insatisfeito*³⁴. O desejo genital encarna de uma forma manifesta o status de tal desejo marcado pelo significante fálico, dito de outra forma, barrado pela marca da castração. A função do significante “falo” deve-se, pois, à exigência de dissimular o que o outro deseja, como algo marcado pela ordem significante, ou seja, como algo barrado. É nesta especificação significante que reside o processo de conjugação do desejo com o significante. Será suficiente agora integrar seu princípio na montagem do grafo do desejo para que seja elucidada, no sujeito falante, a intrincação irredutível do desejo, do significante e do inconsciente.

34. Ibid.

A “geração” do grafo

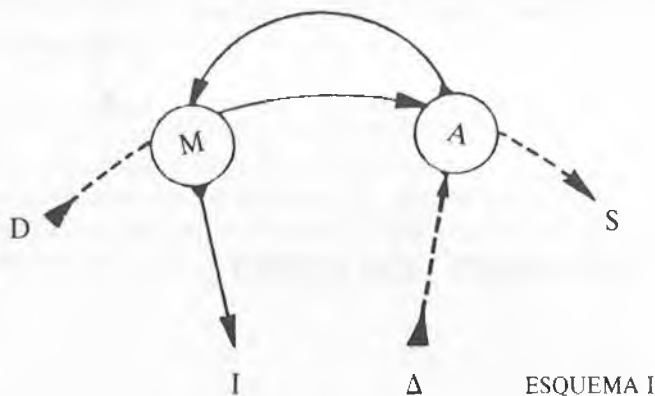
A montagem do grafo do desejo faz intervir diferentes etapas constitutivas. Todavia, estas etapas não representam absolutamente momentos sucessivos que poderiam evocar a idéia de um desenvolvimento genético. Muito pelo contrário, Lacan insiste em invalidar a idéia de uma gênese qualquer. Trata-se, quando muito, de uma *geração* onde algo que é do sujeito atualiza-se na *anterioridade lógica* de um momento em relação ao que se segue¹. Estes diferentes momentos lógicos são metaforizados por três esquemas que constituem os principais “andares” sucessivos que intervêm na montagem do grafo.

O primeiro “andar” do grafo configura a relação do sujeito ao significante.

Na realidade da linguagem, uma tal relação supõe que algo se desenrole no tempo, uma vez que toda manifestação de linguagem organiza-se segundo uma *sucessão diacrônica*.

No esquema I, o vetor \overline{DS} representa esta sucessão diacrônica que, portanto, não é nada mais do que a cadeia significante. Mas como, por outro lado, todo fato de linguagem implica que estejamos em condições de produzir sentido, é preciso igualmente supor a intervenção de um processo de segmentação na cadeia significante, que produzirá o sentido esperado devido a uma certa *sincronia dos significantes*. Esta necessidade deve-se ao fato de que um significante só toma seu valor em oposição a todos os outros significantes, isto é, que a produção de uma significação só se efetua por um efeito retroativo dos significantes sobre seus antecedentes na cadeia. De onde a presença de um segundo vetor no esquema I, o vetor $\overline{\Delta I}$, que efetua um corte retrógrado

1. J. Lacan, “Le désir et son interprétation” seminário, livro IV, 1958-1959, seminário parcialmente editado, cf. nota 2, p. 191. Cf. Seminário de 12 de novembro de 1958.



na cadeia \overline{DS} e cuja significação foi anteriormente examinada sob a designação de *ponto-de-estofa*. No esquema I, a simbolização é, porém, diferente da que foi até agora indicada a propósito do ponto-de-estofa. O símbolo D evoca a *demanda*, que só se articula ao nível da cadeia significante.

O efeito de significação resulta de uma certa intencionalidade do sujeito, que se manifestará em seu estado mais arcaico sob a forma de um estado de necessidade. A *necessidade* enquanto ponto de origem desta *cadeia intencional* é localizada no esquema I pelo símbolo Δ . O sujeito, portanto, entra no jogo da cadeia significante \overline{DS} a partir de uma intenção organizada no lugar da necessidade Δ , que irá operar alguma coisa nesta cadeia. Esta operação vê-se determinada pelos dois lugares de corte do vetor $\overline{\Delta I}$ sobre \overline{DS} : A e M, que já identificamos como os lugares respectivos do *código* e da *mensagem*. A intenção do sujeito, oriunda da necessidade, deve efetivamente passar, inicialmente, pelo lugar do código, uma vez que é o lugar que comanda para ele o acesso à satisfação buscada por sua necessidade:

“É na medida em que a criança se endereça a um sujeito que ela sabe falante, que ela viu falante (...) que o sujeito tem de aprender muito cedo que ali está um desfile ao qual, essencialmente, devem curvar-se as manifestações de suas necessidades para serem satisfeitas”².

Em outras palavras, é o lugar A que irá impor prioritariamente à necessidade uma estrutura, codificando a maneira como ela poderá operar sobre a cadeia significante \overline{DS} .

2. J. Lacan, “Le désir et son interprétation”, op. cit., seminário de 12 de novembro de 1958.

No ponto *M*, encontramos o lugar onde a significação afina-se, tanto quanto se estabelece no jogo retroativo dos significantes. A mensagem só toma forma, portanto, *a posteriori*, em função da anterioridade das especificações do código. Nestas condições, o lugar do código situa-se exatamente no lugar do Outro³ e, primitivamente, neste Outro real da primeira dependência da criança, que é a mãe.

Esta primeira etapa da geração do grafo pode ser resumida pelos principais pontos a seguir. O sujeito que busca a satisfação de uma necessidade a partir de seu estado informulado Δ engaja-se nisto pelo desfile da demanda. Ao final deste engajamento, ele atinge, na outra extremidade da cadeia intencional, a *realização de um ideal*⁴ simbolizado no esquema I pela letra I. Com efeito, constitui-se neste ponto a identificação mais primária do sujeito, como um *primeiro selo*⁵ (*premier seing*) (Lacan) do que ele recebeu de sua relação com o Outro. Em outras palavras, este ponto culminante, que ilustra a marca deixada pela necessidade na demanda, atesta a apreensão arcaica da forma linguageira pelo sujeito. O próprio traçado do esquema I procura dar conta desta apreensão linguageira. A significação que surge, induzida pelo caráter da necessidade, que deve imperativamente se fazer demanda para buscar a satisfação, encontra sua unificação graças ao circuito MA/AM, que participa da atualização da mensagem. Este circuito distingue-se, portanto, por seu caráter de unidade (*traço cheio*), da descontinuidade significativa (*traços descontínuos* DM e AS), e do estado ainda informulado da necessidade (*traço descontínuo* ΔA).

Mas esta apreensão linguageira, por ser também uma experiência onde se funda para o sujeito sua apreensão do outro como tal, constitui para ele seu primeiro encontro com o desejo, que no início é o desejo do outro. Abordamos assim a segunda etapa da geração do grafo, simbolizada pelo esquema II (ver p. 182):

O outro que pode trazer uma resposta ao chamado do sujeito encontra-se, por este chamado mesmo, interpelado pelo sujeito sob a forma desta questão: *Che Vuoi?*, formulação do “que queres?” que Lacan toma do romance de Cazotte, *O Diabo Enamorado*⁶. É este chamado enquanto “preeminência da demanda sobre a necessidade”⁷ que irá estruturar, através desta interrogação fundamental, o desejo como desejo do desejo do outro. De fato, a resposta do outro é justamente o que irá atestar, no retorno para o sujeito, que a sucessão dos significantes que ele articula em sua demanda não constitui mais uma proposição enigmática à espera de uma confirmação, mas, ao contrá-

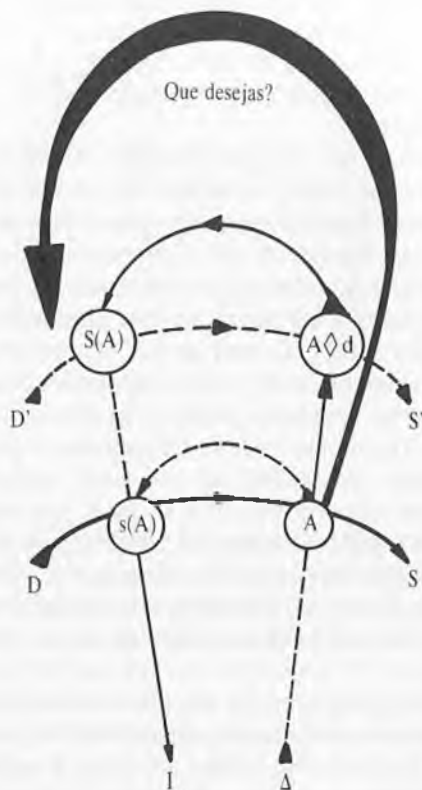
3. Cf. supra, cap. 21, “O grafo do desejo 1: Do ponto-de-estofa à falação”; e cap. 22, “A fórmula da comunicação e o inconsciente como discurso do Outro”.

4. J. Lacan, “Le Désir et son interprétation”, op. cit., seminário de 12 de novembro de 1958.

5. Na expressão “premier seing” há um jogo de homofonia entre as palavras *seing* (assinatura, marca) e *sein* (seio) impossível de ser traduzido em português. (N. da T.)

6. J. Lacan, “Le Désir et son interprétation”, op. cit., seminário de 12 de novembro de 1958.

7. Ibid.



ESQUEMA II

rio, que esta escolha dos significantes que ele mobiliza veicula uma significação. O sentido da demanda fica tributário do "bem querer" do outro, que irá atribuir, pela natureza mesma de sua resposta, determinada significação em vez de outra à concatenação significativa do chamado. Cabe, portanto, ao "bem querer" do outro governar a nível do princípio de comutatividade dos significantes da demanda. Com efeito, porque os significantes da demanda abrem ao outro a possibilidade de uma escolha comutativa, o sentido da

demanda será revelado, em última instância, pela seleção comutativa dos significantes que será mantida, desejada, portanto, pelo outro e de que será testemunha o sentido de sua resposta. O outro *fixa* assim a significação da demanda, inscrevendo com uma barra significados sob os significantes do chamado do sujeito. É neste sentido que a demanda endereçada ao outro é sustentada por um “que queres?”, visto que ela é selada por uma resposta onde o sujeito faz a experiência do desejo do outro:

“A questão colocada ao outro do que ele quer, dito de outra forma, desde onde o sujeito tem seu primeiro encontro com o desejo, o desejo como sendo, em primeiro lugar, o desejo do outro, o desejo graças a que ele percebe realizar como sendo este mais além em torno do que gira isto, que o outro fará que um significante ou outro estará ou não presente na fala; que o outro lhe dá a experiência de seu desejo e ao mesmo tempo uma experiência essencial, pois até então era em si que se encontrava a bateria dos significantes, na qual uma escolha podia ser feita; mas agora é na experiência que esta escolha se revela comutativa, que está ao alcance do outro fazer que um ou outro dos significantes esteja ali, que se introduzam na experiência, neste nível da experiência, os dois novos princípios que vêm adicionar-se ao que era inicialmente puro e simples princípio de sucessão implicando este princípio de escolha. Temos agora um princípio de substituição, pois — isto é essencial — é esta comutatividade a partir da qual se estabelece para o sujeito o que eu chamo, entre o significante e o significado, de barra, isto é, que há entre o significante e o significado esta coexistência, esta simultaneidade, ao mesmo tempo marcada por uma certa impenetrabilidade; quero dizer, a manutenção da diferença, da distância entre o significante e o significado: S/S”⁸.

O *princípio de comutatividade* é, antes de mais nada, princípio de escolha suscetível de fazer advir tal significante em vez de outro na articulação da seqüência significante da demanda. Como tal, é, pois, *produtor de efeitos metafóricos*, uma vez que repousa fundamentalmente na propriedade de substituição de um significante por outro significante. A escolha comutativa dos significantes, operada pelo outro ao nível da demanda do sujeito, permanece, por outro lado, isomorfa ao fato de que a enunciação se sobrepõe, distinguindo-se, ao mesmo tempo, da fórmula do enunciado, em razão do sujeito estar *tomado* por seu discurso. Assim, por exemplo, a articulação da imagem acústica *tymoe R* convoca necessariamente a *captura* do desejo do sujeito no discurso, a fim de que sejam extraídos desta concatenação fonemática, quer o significante associado à idéia de uma excrescência orgânica (*tumeur*), quer o significante associado à idéia de alguma ocorrência trágica (*tu meurs*)⁹. De uma tal “cap-

8. J. Lacan, “Le Désir et son interprétation”, op. cit., seminário de 12 de novembro de 1958.

9. *Tumeur*, tumor; *tu meurs*, tu morres, estabelecem uma homofonia que a tradução literal, nesta passagem, não restitui em português (N. da T.)

tura” depende ainda a possibilidade de fazer advir o desejo inconsciente do sujeito na articulação de sua própria palavra.

No esquema II, o símbolo $s(A)$, situado no lugar da mensagem (M no esquema I), representa o *que é significado do Outro*, isto é, a mensagem da demanda tal como o Outro outorga-lhe um sentido, em função da seleção significativa que seu desejo operou. De forma que do ponto Δ ao ponto $s(A)$ o sujeito jamais está presente senão como mero suporte da palavra. A demanda continua, com efeito, implícita até o momento em que o *que é significado do Outro* fixa-lhe a mensagem; esta incidência encontra-se figurada no esquema II pela representação da cadeia intencional em traços interrompidos, do ponto Δ até $s(A)$.

O vetor $\overline{D'S'}$ introduz no esquema II um segundo “andar” que reduplica simetricamente a estrutura do primeiro, introduzindo a dimensão do inconsciente. Trata-se, aqui, de evidenciar que uma demanda pode persistir no sujeito, numa escansão articulada, sem que nenhuma intenção consciente a sustente. Em outras palavras, *se o inconsciente é o discurso do Outro*, ou ainda, *se o inconsciente é estruturado como uma linguagem* (Lacan), isto não significa outra coisa senão que o inconsciente faz subsistir o discurso do Outro no discurso do Sujeito. No esquema, o vetor $\overline{D'S'}$ está representado em traços cheios até o lugar do código A, para materializar a seqüência discreta de elementos significantes que intervêm na organização do enunciado, ele próprio oriundo de uma sucessão de unidades de significação governadas pela exigência racional do sujeito. Em contrapartida, a cadeia simétrica $\overline{D'S'}$ é representada em traços interrompidos até o ponto $A \diamond d$, para metaforizar a cadeia significativa inconsciente.

O encontro da demanda do sujeito com esta cadeia significativa se produz no lugar $A \diamond d$ e designa também aquilo que o sujeito não sabe, uma vez que é ali que ele experimenta seu desejo em relação ao desejo do Outro. Fica claro, portanto, que *o desejo separa-se da necessidade* (como atesta esta estrutura simétrica do “andar” superior), ao interrogar-se sobre o desejo do Outro neste ponto de recorte $A \diamond d$.

A partir da intencionalidade da necessidade, a demanda convoca o outro ao lugar do Outro (A), que é igualmente lugar do código a partir de onde a mensagem da demanda tomará sentido [$s(A)$]. Mas, para além de toda satisfação da necessidade, a demanda constitui-se também como chamado ao Outro (“*Che Vuoi?*”), e é neste *para além da demanda, do lado do desejo do Outro, que se constitui*, como precisa Lacan, *o desejo próprio do sujeito* $A \diamond d$:

“O desejo, desde seu aparecimento, sua origem, manifesta-se neste intervalo, nesta hiância que separa a articulação pura e simples, linguageira da palavra, disto que assinala que o sujeito realiza aí algo de si mesmo que só tem alcance, sentido, pela relação com esta emissão da fala, e que é, exatamente, o que a linguagem chama de seu ser.

“É entre as vicissitudes da demanda e o que essas vicissitudes fizeram-na tornar-se e, por outro lado, esta exigência de reconhecimento pelo outro, que podemos aqui chamar de exigência de amor, que se situa um horizonte de ser para o sujeito, a respeito do qual trata-se de saber se, sim ou não, o sujeito pode atingi-lo. É neste intervalo, nesta hiância que se situa uma experiência, a do desejo, apreendida no início como sendo a do desejo do outro, e no interior da qual o sujeito tem de situar seu próprio desejo. Seu próprio desejo como tal não pode situar-se em outro lugar senão neste espaço”¹⁰

O desejo do sujeito identifica-se, portanto, em primeiro lugar, com os imperativos do desejo do Outro, que outorga todo o alcance significativo à demanda do sujeito pelo retorno do *significante dado pelo Outro* $S(A)$ ¹¹ ao lugar da mensagem. A distância entre $S(A)$ e $s(A)$, materializada no esquema II pelo vetor em traços interrompidos $S(A) \overline{s(A)}$, exprime a possibilidade de comutação dos significantes, ou seja, a ocorrência das substituições metafóricas. Se o lugar de $s(A)$ já foi anteriormente identificado, na primeira apresentação do grafo¹², como o lugar mesmo da metáfora, é que neste ponto o *significante dado pelo Outro*, $S(A)$, governado por $A \diamond d$, pode, com efeito, substituir o *significante da mensagem codificada* por A . O *significante da demanda inconsciente*, $(D'S')$, pode, *assim*, justapor no lugar da metáfora o *significante da demanda consciente* (DS) , governada pela intencionalidade da necessidade. A intrusão *significante* de $\overline{S(A)}$, em ligação com $s(A)$, pode, *assim*, produzir uma criação de sentido. Reencontramos, pois, o algoritmo saussuriano da relação do *significante* com o *significado*, no qual a *barra* da significação é encarnada pela distância que separa o discurso do Outro como instância do inconsciente e o discurso concretamente modulado pela intenção do sujeito. A *transposição da barra*, que vimos estar no *princípio mesmo* do mecanismo metafórico¹³, é, *assim*, configurada pelo vetor $\overline{S(A) s(A)}$.

De uma maneira geral, esta segunda etapa da geração do grafo do desejo evidencia a prevalência do discurso do Outro sobre a intencionalidade oriunda da necessidade. De fato, se o discurso do Outro subverte o discurso concretamente articulado pela intencionalidade do sujeito, é porque *o desejo inconsciente só advém ao organizar-se na retroação da demanda sobre a necessidade*. Podemos, *assim*, entender como um enunciado como: “*Mais tu maries Thérèse demain!*” (“Mas tu casas com Thérèse amanhã!”) pode conduzir a um certo tipo de mensagem, em $s(A)$, segundo a intencionalidade consciente, mas,

10. J. Lacan, “Le Désir et son interprétation”, op. cit., seminário de 12 de novembro de 1958.

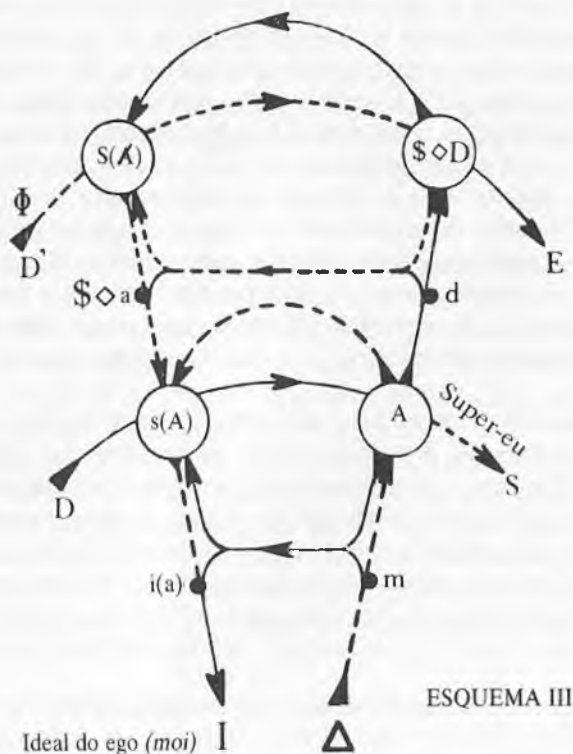
11. Ibid.

12. Cf. supra, cap. 23, “O grafo do desejo 2: a criação de sentido na técnica *significante* do dito espiritualoso e a subversão do inconsciente na linguagem”.

13. Cf. supra, cap. 6, “Metáfora-metônímia e supremacia do *significante*”.

da mesma forma, pode revelar, em função do discurso do Outro, uma outra verdade no lugar da mensagem: “*Mais tue (le) mari (de) Thérèse demain!*” (“Mata (o) marido (de) Thérèse amanhã!”). Ou seja, uma verdade determinada pelo desejo inconsciente do sujeito em $A \ d$, o qual irá produzir uma outra escansão significativa, $S(A)$, suscetível de fazer advir em $s(A)$ uma significação estranha à da mensagem intencionalmente projetada.

O “che vuoi”? inaugura, portanto, a questão mais fundamental que o sujeito encontra no que diz respeito a toda realização de seu desejo. Mas a sustentar-se neste “que queres tu”?, o processo de tal realização de desejo só pode, primeiramente, deixar o sujeito sem recurso, de tal forma a presença primitiva do desejo do Outro lhe é “opaca e obscura” (Lacan). Esta opacidade, pertinentemente metaforizada no esquema II pelo perfil do “Che Vuoi?” em ponto de interrogação¹⁴, convoca infalivelmente o sujeito à ordem de uma *angústia* em sua relação com o desejo do outro; angústia que ele procurará de todas as formas neutralizar pela intersecção da dimensão imaginária da relação de seu eu(moi) com o outro, tal como o esquema III a ilustra.



14. Conforme o esquema do grafo de Lacan, tal como figura em “Subversion du sujet et dialectique du désir” in *Écrits*, op. cit., p. 815.

O esquema III (p. 186), com efeito, integra em sua estrutura as referências imaginárias através das quais o sujeito se identifica.

A terceira etapa da geração do grafo vem completar as duas precedentes, situando radicalmente a função do desejo não somente em relação ao inconsciente, mas também no que diz respeito à relação que o sujeito falante mantém com o significante. Não se deve esquecer, como precisa Lacan, que os “andares” do grafo “funcionam ambos ao mesmo tempo, no mínimo ato de palavra”¹⁵, o que supõe, igualmente, que se passa sempre, ao *mesmo tempo*, alguma coisa nos quatro pontos seguintes:

- Δ : intenção do sujeito
- A: sujeito enquanto “Eu” (Je) falante
- D: ato da demanda
- d: desejo

Este princípio de funcionamento do grafo é totalmente predeterminado pela relação originária do sujeito ao registro da demanda:

“O sujeito, no contexto da demanda, é o primeiro estado, é por assim dizer informe de nosso sujeito, cujas condições de existência tentamos articular por meio deste grafo. Este sujeito não é outra coisa senão o sujeito da necessidade, pois isto é o que ele exprime na demanda. Todo o meu ponto de partida consiste em mostrar como esta demanda do sujeito é, desta mesma feita, profundamente modificada pelo fato que a necessidade deve passar pelo desfile do significante”¹⁶.

A “posição primitiva inconstituída do sujeito da necessidade”¹⁷ deve, portanto, suportar as condições estruturais impostas pelo significante. Esta ocorrência já está especificada, no esquema III, a nível mesmo do grafismo. O vetor da demanda, \overline{DS} , é representado em traço cheio de D a A, ao passo que, inversamente, o vetor intencional está em traço descontínuo de Δ à s(A).

Examinemos agora a significação dos quatro novos elementos introduzidos no esquema III: m, i(a), d, $\mathcal{S} \diamond a$. Estes quatro elementos estão dispostos simetricamente no grafo, dois a dois. São, primeiramente, simétricos dois a dois no vetor ΔI : m e d são simétricos em relação a A; i(a) e $\mathcal{S} \diamond a$ são simétricos em relação a s(A). Mas eles são igualmente simétricos entre si ao longo de dois vetores novos, que constituem os “patamares” a cada andar: $d \rightarrow \mathcal{S} \diamond a$; $m \rightarrow i(a)$.

É preciso, de saída, considerar o segundo andar do grafo como o lugar do Inconsciente para o sujeito que fala. O que explica, aliás, por que o segundo andar é estritamente a reprodução homóloga do primeiro. Neste

15. J. Lacan, “Le Désir et son interprétation”, op. cit., seminário de 19 de novembro de 1958.

16. Ibid., seminário de 19 de novembro de 1958.

17. Ibid.

sentido, revela-se então, claramente, que *é o discurso do Outro que funciona como inconsciente do sujeito*. Uma breve evocação do *estádio do espelho*¹⁸ basta para explicar a introdução de *m* e *i(a)* no andar inferior do esquema III. Na experiência do espelho, o sujeito identifica-se a partir de uma imagem, na medida em que o eu (*moi*), (*m*), constitui-se a partir de uma identificação com um outro imaginário, [*i(a)*], que é sua própria imagem. É esta identificação imaginária que tem participação na identificação primária do Sujeito¹⁸. Ora, esta identificação primária só se institui no interior de uma dependência com o outro, com a mãe. Prova disto, por si só, seria o olhar do Outro (a mãe) como o que sustenta a instauração deste processo identificatório. A identificação primária vem, pois, insinuar-se numa relação com o outro marcada pelas demandas originárias, a dependência da criança ao outro instituindo-se fundamentalmente como dependência em relação às necessidades e, por conseguinte, às demandas que estas necessidades convocam. É nesta medida que o *m* e seu correlativo, *i(a)*, tomam lugar na cadeia intencional ΔI .

No esquema III, ao nível deste primeiro andar, distingue-se igualmente uma “via de retorno” a partir de *A*, que constitui o circuito *A, m, i(a), s(A)*. É o circuito cujo funcionamento foi anteriormente examinado através do exemplo do mecanismo de formação do dito *espírito*¹⁹. Por outro lado, o circuito *A, m, i(a), s(A)* é, de uma certa maneira, um circuito retrógrado em relação ao circuito $\Delta, A, s(A), I$, na medida em que parece funcionar *a contrario* da identificação primária *I*. Por esta razão, ele é representado por um traço fragmentado entre *s(A)* e *i(a)*. Em contrapartida, o traço cheio *i(a) → I*, simboliza o efeito de influência secundária do eu ideal sobre essa identificação primária, o que contribui para elevar a identificação primária à função do *ideal do eu*. Com esta função, a dimensão do *super-eu* é então introduzida como o principal instrumento recalcante a serviço deste ideal, fazendo, assim, passar no inconsciente este discurso cujo traço característico identificamos sob a forma do imperativo categórico. O *super-eu*, por esta razão, é simbolizado no grafo por um vetor em traços descontínuos: o vetor *AS*.

O andar superior do grafo, que comporta uma homologia de estrutura com o andar inferior, encontra-se, todavia, articulado com este estágio inferior numa certa *relação de ocultação*. Esta ocultação é tanto mais manifesta porquanto se trata de situar o lugar do processo inconsciente neste andar superior. Ela está materializada no grafo por uma oposição, vetor a vetor, dos traços cheios e dos traços descontínuos.

Neste andar superior, o *desejo, d*, vem localizar-se num certo ponto do trajeto, entre *A* e $\mathcal{S} \diamond D$. Por outro lado, é simetricamente oposto ao *fantasma, \mathcal{S} \diamond a*, na outra vertente da cadeia intencional. A simbolização do vetor

18. Cf. supra, cap. 12, “O estádio do espelho e o Édipo” e cap. 18, “A alienação do sujeito no eu (*moi*). O esquema L. A forclusão do sujeito”.

19. Cf. supra, cap. 23, “O grafo do desejo 2: a criação de sentido na técnica significativa do dito espírito e a subversão do inconsciente na linguagem”.

d \mathcal{S} o Δ a, ademais, deixa supor que existe um certo tipo de articulação entre o desejo e o fantasma, que Lacan interroga magistralmente da seguinte maneira:

“O que queremos dizer, quando dizemos a uma mulher: “Eu a desejo”? (...) Será que isso quer dizer: estou pronto a reconhecer mais direitos a você do que a mim, a prever todas as suas necessidades; a pensar em sua satisfação? Senhor, que sua vontade seja feita antes da minha. Será que é isso que isso quer dizer”?²⁰

E Lacan conclui que ninguém se engana quanto ao sentido desse “eu a desejo”, que inclui sempre esta seqüência implícita: “*dormir com você*”. Mas nem por isso fica excluído — e é nisto que a fórmula é complexa — que o “eu a desejo” é sempre endereçado a um objeto mais além “disto para o que, por convenção, ordena-se o seu objetivo preciso”²¹. A experiência mostra, aliás, na maioria das vezes, que a realização de um tal objetivo não é de forma alguma passível de comparação, a *posteriori*, com o que se encontrava suposto ou pressentido no “eu a desejo” inicial. Com efeito, o objeto desse “eu a desejo” jamais é outra coisa senão “isto em torno do que se fixam, se condensam todas essas imagens enigmáticas cujo fluxo se chama, para mim, meu desejo. Eu a desejo porque você é o objeto de meu desejo, dito de outra forma: Você é o denominador comum de meus desejos, e Deus sabe o que o desejo move à sua passagem”²².

Em suma, a *estrutura do fantasma* é, portanto, convocada como algo que mediatiza a relação do sujeito com o objeto de seu desejo, de tal modo que endereçar a um outro “eu a desejo” consiste sempre em formular-lhe: *Eu a envolvo em meu fantasma fundamental*²³. O desejo, pois, está em parte ligado ao fantasma, assim como o eu (moi) (m) está em parte ligado a seus objetos [i(a)]. O ponto de inscrição do fantasma no grafo, em sua relação com o desejo, situa-se num circuito *pontilhado* que metaforiza o *lugar do inconsciente onde o recalcado anda em círculo*²⁴.

O que ocorre, então, no desejo de um sujeito que fala? É fácil compreender que o que especifica o próprio desta ocorrência é que o desejo lhe escapa enquanto tal. O desejo, com efeito, só será identificável na cadeia significante na medida em que se lhe resgatar o sentido, já que, nesta cadeia significante, D'E, o código ($\mathcal{S} \diamond D$) e a mensagem [S(\mathcal{A})] continua desconhecidos pelo sujeito que fala. Dito de outra forma, somente uma *reconstituição interpretativa* desta cadeia significante que se articula no inconsciente poderá fazer advir esse sentido:

20. J. Lacan, “Le Désir et son interprétation”, op. cit., seminário de 19 de novembro de 1958.

21. Ibid.

22. Ibid.

23. Ibid.

24. Ibid.

“A situação do sujeito ao nível do inconsciente, tal como Freud a articula, é que ele não sabe com quem ele fala; é necessário que se lhe revelem os elementos propriamente significantes de seu discurso. (...) Em outras palavras, ele não sabe a mensagem que lhe vem da resposta à sua demanda no campo do que ele quer”²⁵.

Portanto a reconstituição interpretativa é o que irá determinar, do ponto do código, a *relação fundamental que o sujeito mantém com sua demanda*, $\$ \diamond D$, em razão da incidência do desejo. No ponto da mensagem, a reconstituição interpretativa fará aparecer, em contrapartida, uma *ausência de significante no Outro*, $S(\mathcal{A})$, através da qual o sujeito experimentará sua falta a ser. É em torno deste $S(\mathcal{A})$ que o falo, Φ , assume sua função de significante. O significante fálico é, com efeito, o significante “que é especialmente incumbido de designar justamente as relações do sujeito com o significante”²⁶, na medida em que é ele que inaugura a incidência anteriormente encontrada! Um significante é o que representa um sujeito para um outro significante²⁷.

“Será que, falando, o sujeito sabe o que faz? (...) É para responder a esta questão que Freud disse: não”²⁸

A este respeito, o grafo de Lacan realiza uma síntese notável das articulações que não apenas fundam essencialmente essa questão, mas ainda justificam o caráter irrecusável da resposta que Freud lhe dá. Como última prova disto, citemos este magistral resumo que circunscreve suas principais etapas:

“O sujeito se revela em relação ao que está velado da linguagem como tendo aí esta espécie de familiaridade, de completude, de plenitude do manuseio da linguagem, que sugere o quê? Justamente algo com o qual gostaria de concluir, porquanto é o que faltava a tudo aquilo que eu disse em meu desenvolvimento em três etapas, para que aqui, o alcance, o relevo do que eu gostaria de lhes articular seja completo.

“No nível do primeiro esquema, temos a imagem inocente. É inocente, com certeza, mas é uma inconsciência que não pede outra coisa senão passar ao saber(...)

“Ao nível da segunda e da terceira etapa do esquema, disse-lhes que tínhamos um uso muito mais consciente do saber; quero dizer que o sujeito sabe falar e que ele fala. É o que ele faz quando convoca o Outro e, no entanto, aí reside, exatamente, a originalidade do campo que Freud descobriu e chamou de *inconsciente*. Isto é, esse algo que coloca invariavelmente o sujeito a uma *certa distância de seu ser* e que faz com que, precisamente, este ser jamais venha a reunir-se a ele, e

25. Ibid.

26. Ibid.

27. Cf. supra, cap. 16, “A refenda do sujeito: a alienação na linguagem”.

28. J. Lacan, “Le Désir et son interprétation”, op. cit., seminário de 19 de novembro de 1958.

é por isto que ele é necessário, que ele nada pode fazer senão atingir seu ser nesta metonímia do ser no sujeito que é o desejo.

“E por quê? Porque no nível em que o sujeito está engajado, introduzido na fala e, com isso, na relação com o Outro como tal, como lugar da palavra, há um significante que sempre falta. Por quê? Porque é um significante, o significante que é especialmente delegado na relação do sujeito com o significante. Este significante tem um nome: é o falo.

“O desejo é a metonímia do ser no sujeito; o falo é a metonímia do sujeito no ser. O falo, na medida em que é o elemento significante subtraído à cadeia da fala, e na medida em que esta engaja toda relação com o outro, temos aí o princípio limite que faz com que o sujeito, na medida em que está implicado na fala, sucumba aos efeitos daquilo que se desenvolve em todas as suas conseqüências clínicas com o nome de complexo de castração”²⁹.

Assim, ao final desta geração do grafo, chega a seu término o desdobrar de um processo intrapsíquico que não se coloca sob nenhuma outra insígnia que não esta onde a descoberta freudiana alojou o sujeito falante. Na trilha de Freud, Lacan preocupou-se em articular a intrincação do desejo, do significante e do inconsciente, cuja incidência constitui fundamentalmente a pedra angular da experiência psicanalítica.

29. J. Lacan, “Le Désir et son interprétation”, op. cit., seminário de 19 de novembro de 1958 (grifado pelo autor).

Bibliografia

- AUSTIN J.L., *Quand dire c'est faire*, Paris, Seuil, 1970.
- BLEULER E., *Dementia Praecox oder Gruppe der Schizophrenien*, Handbuch der Psychiatrie, Franz Deuticke, Leipzig, 1911, 284-379, 501.61. Este texto jamais foi traduzido em francês. Existe uma tradução inglesa feita por J. Zinkin: "*Dementia Praecox or the Group of Schizophrenia*", International University Press, 1ª edição 1960, 6ª edição 1964.
- DAVID-MÉNARD Monique, *L'Hystérique entre Freud et Lacan: corps et langage en psychanalyse*, Paris, Éditions Universitaires, 1983.
- DOR J., "Scientificità della psicanalisi? Una sovversione della cultura scientifica", in *Vel*, Come Comminore nel cielo — Saggi di formazione psicanalitica, 1982, n° 16, 149-159. (Conferência no 1º Congresso do Movimento Freudiano Internacional, Roma, 28-30 janeiro 1982). Retomado em francês em *Spirales*, 1982, n° 13, p. 61 e n° 14, pp. 63-64.
- "Condensation et déplacement dans la structuration des langages délirants", in *Psychanalyse à l'Université*, 1982, tomo 7, n° 26, 281-298.
- *Bibliografia dos trabalhos de Jacques Lacan*, Paris, Inter-Éditions, 1984.
- EY H. (sob a direção de): "L'Inconscient", 6e colloque de Bonneval, Paris, Desclée de Brouwer, 1966.
- FREEMAN-SHARPE Ella, *Dream Analysis* (1937), London, The Hogarth Press, 5ª edição, 1961.
- BREUER J.-FREUD S., *Studien über Hysterie* (1893-1895), G.W., 77-312, S.E., II, trad. por A. Berman, *Études sur l'hystérie*, Paris, PUF, 1956.
- FREUD S., "Entwurf einer Psychologie" (1895), in *Ausden Anfängen der Psychoanalyse*, London, Imago, 1950, S.E., I, 281-397, trad. por A. Berman: "Esquisse d'une psychologie scientifique", in *Naissance de la psychoanalyse*, Paris, PUF, 1956, 307-396.
- *Die Traumdeutung* (1900), G.W., II-III, 1-642, S.E., IV-V, 1-621, trad. francesa revisada por Denise Berger: *L'Interprétation des rêves*, 2ª edição, Paris, PUF, 1967.
- *Zur Psychopathologie des Alltagslebens* (1901), G.W., IV, S.E., VI, trad. por S. Jankélévitch: *Psychopathologie de la vie quotidienne*, Paris, Payot, 1922.
- *Drei Abhandlungen zur Sexualtheorie* (1905), G.W., V, 29-145, S.E., VII, 123-243, trad. por Reverchon-Jouve, *Trois essais sur la théorie de la sexualité*, Paris, Gallimard, 1962.

- *Der Witz und seine Beziehung zum Unbewussten* (1905), *G.W.*, VI, S.E., VIII, trad. de M. Bonaparte e M. Nathan, *Le Mot d'esprit et ses rapports avec l'inconscient*, Paris, Gallimard, 1930.
- “Remarques psychanalytiques sur l'autobiographie d'un cas de paranoïa” (Le président Schreber) (1911), in *Cinq psychanalyses*, Paris, U.F., 1975, 7ª edição, pp. 263-324, *G.W.*, VIII, 240-316, S.E., XII, 1-79.
- “Ratschläge für den Arzt bei der psychoanalytischen Behandlung” (1912), *G.W.*, VIII, 376-387, S.E., XII, 109-120, trad. por A. Berman: “Conseils aux médecins sur le traitement analytique”, in *Technique de la psychanalyse*, Paris, PUF, 1953, pp. 61-71.
- “Triebe und Tribschicksale” (1915), *G.W.*, X, 210-232, S.E., XIV, 109-140, trad. sob a direção de J. Laplanche e J.-B. Pontalis, em *Métapsychologie: “Pulsions et destins des pulsions”*, Paris, Gallimard, 1968, pp. 11-44.
- “Das Unbewusste” (1915), *G.W.*, X, 264-303, S.E., XIV, 159-215, trad. por J. Laplanche e J.-B. Pontalis: “L'inconscient”, em *Métapsychologie*, Paris, Gallimard, 1968, p. 89.
- “Aus der Geschichte einer infantilen Neurose” (1918), *G.W.*, XII, 29-157, S.E., XVII, 1-122, trad. por M. Bonaparte. “Extrait de l'histoire d'une névrose infantile” (“L'homme aux loups”), in *Cinq psychanalyses*, Paris, PUF, 7ª edição, 1975, pp. 325-420.
- “Jenseits des Lustprinzips” (1920), *G.W.*, XIII, 3-69, S.E., XVIII, 1-64, trad. por J. Laplanche e J.-B. Pontalis, “Au-delà du principe de plaisir”, em *Essais de psychanalyse*, Paris, Payot, 1981, pp. 41-115, 2ª edição.
- “Massenpsychologie und Ich-Analyse” (1921), in *G.W.*, XII, 71-161, S.E., XVIII, 65-143, trad. coletiva por Pierre Cotet, A. Bourguignon, J. Altonnian, O. Bourguignon, A. Rauzy: “Psychologie des foules et analyse du Moi” em *Essais de psychanalyse*, Paris, Payot, 1981, 2ª edição, pp. 83-175.
- “Die infantile genitalorganisation” (1923), *G.W.*, XIII, 293-298, S.E., XIX, 139-145, citado na tradução de J. Laplanche: “L'Organisation génitale infantile” na *La Vie sexuelle*, Paris, PUF, 1969, pp. 113-116.
- “Neurose und Psychose” (1924), *G.W.*, XIII, 387-391, S.E., XIX, 147-153, trad. por D. Guérineau: “Névrose et psychose” em *Névrose, psychose et perversion*, Paris, PUF, 1973, pp. 283-286.
- “Der Realitätsverlust bei Neurose und Psychose” (1924), *G.W.*, XIII, 363-368, S.E., XIX, 181-187, trad. por D. Guérineau: “La perte de la réalité dans la névrose et dans la psychose”, em *Névrose, psychose et perversion*, Paris, PUF, 1973, pp. 299-303.
- “Fetichismus” (1927), *G.W.*, XIV, 311-317, S.E., XXI, 147-157, trad. por D. Berger: “Le Fétichisme”, em *La Vie sexuelle*, Paris, PUF, 1969, pp. 133-138.
- “Die Ichspaltung im Abwehrvorgang” (1938), *G.W.*, XVII, 59-62, S.E., XXIII, 271-278, trad. por R. Lewinter e J.-B. Pontalis: “Le Clivage du moi dans les processus de défense” em *Nouvelle Revue de psychanalyse*, 1970, 2, 25-28.
- *Abriss der Psychoanalyse* (1938), *G.W.*, XVIII, 67-138, S.E., XXIII, 139-207, trad. por A. Berman: *Abrégé de psychanalyse*, Paris, PUF, 1967.
- GARMA A., *La Psychanalyse des rêves*, Paris, PUF, 1954.
- HEGEL, *Phénoménologie de l'esprit*, trad. por J. Hyppolite, 2 vol., Paris, Aubier-Montaigne.
- JAKOBSON R., *Essais de linguistique générale*, Paris, Minuit, 1963.
- “Towards a linguistic typology of aphasic impairments” em Renck, O'Connor et al., *Disorders of language*, London, Churchill, 1964.
- JONES E., “Le Développement précoce de la sexualité féminine” (1927), (“Early development of female sexuality”) (1927), in *Papers on Psycho-Analysis*, Baillière, 5ª edição, 1950.
- KRESS-ROSEN N., “Linguistique et antilinguistique chez Lacan”, em *Confrontations psychiatriques*, 1981, n° 19, pp. 145-162.
- LACAN J., “Le Stade du miroir”. Théorie d'un moment structurant et génétique de la constitution de la réalité, conçue en relation avec l'expérience et la doctrine psychanalytique” (3.8.1936). Conferência proferida no 14º Congresso psicanalítico Internacional, Marienbad.

2/8-8-1936. O texto desta conferência é inédito. A comunicação está indexada sob o título "The looking glass phase" in *International Journal of Psycho-Analysis*, 1937, I, 78.

Lacan retoma o tema desta conferência no 16º Congresso Internacional de psicanálise em 17.7.1949 em Zurich, sob o título: "Le stade du miroir comme formateur de la fonction du Je telle qu'elle nous est révélée dans l'expérience psychanalytique", in *Écrits*, Paris, Seuil, 1966, pp. 93-100.

- "L'Agressivité en psychanalyse" (1948), in *Écrits*, Paris, Seuil, 1966, pp. 101-124.
- "Le Mythe individuel du névrosé" (1953), in *Ornicar?*, n°s 17-18, 1979, p. 292.
- "Fonction et champ de la parole et du langage en psychanalyse" (1953), in *Écrits*, Paris, Seuil, 1966, pp. 237-322.
- Séminaire, livre I, *Les Écrits techniques de Freud* (1953-1954), Paris, Seuil, 1975, p. 127.
- "Introduction au commentaire de Jean Hyppolite sur la Verneinung de Freud" (1954), in *Écrits*, Paris, Seuil, 1966, pp. 363-399.
- *Le Moi dans la théorie de Freud et dans la technique de la psychanalyse*, livro II, 1954-1955, Paris, Seuil, 1978.
- *Les Psychoses*, séminaire, livro III (1955-1956), Paris, Seuil, 1981.
- "La Chose freudienne au sens du retour à Freud en psychanalyse" (1955), in *Écrits*, Paris, Seuil, 1966, pp. 406-436.
- "Situation de la psychanalyse en 1956", in *Écrits*, Paris, Seuil, 1966, pp. 459-491.
- "La Relation d'objet et les structures freudiennes" (1956-1957), seminário ainda inédito. O seminário "La Relation d'objet et les structures freudiennes" foi objeto de um resumo redigido por J.-B. Pontalis e aprovado por Lacan, publicado no *Bulletin de Psychologie*: 1956-1957, tomo X, n° 7, pp. 426-430, n° 10, pp. 602-605, n° 12, pp. 742-743, n° 14, pp. 851-854; 1957-1958, tomo XI, n° 1, pp. 31-34.
- "L'Instance de la lettre dans l'inconscient ou la raison depuis Freud" (1957), in *Écrits*, Paris, Seuil, 1966, pp. 493-528.
- "Les Formations de l'inconscient" (1957-1958), ainda inédito. Um resumo do seminário: "Les Formations de l'inconscient" redigido por J.-B. Pontalis (e aprovado por Lacan) foi publicado no *Bulletin de Psychologie*: 1957-1958, tomo XI, n°s 4-5, pp. 293-296; 1957-1958, tomo XII, n°s 2-3, pp. 182-192, n° 4, pp. 250-256.
- "La Direction de la cure et les principes de son pouvoir" (1958), in *Écrits*, Paris, Seuil, 1966, pp. 585-645.
- "D'une question préliminaire à tout traitement possible de la psychose" (1958), in *Écrits*, Paris, Seuil, 1966, pp. 531-583.
- "Le Désir et son interprétation" (1958-1959), seminário inédito. Resumo redigido por J.-B. Pontalis e aprovado por Lacan, no *Bulletin de psychologie*: 1959-1960, tomo XIII, n° 5, pp. 263-272, n° 6, pp. 329-335. Algumas sessões do seminário "Le Désir et son interprétation" foram publicadas em *Ornicar?*: em 4 de março de 1959: Hamlet, Canevas I, *Ornicar?*, 1981, 24, 7-17; em 11 de março de 1959: Hamlet, Canevas II, *ibid.*, 1981, 24, 18-31; em 18 de março de 1959: Hamlet, Le désir de la mère, *ibid.*, 1982, 25, 13-25; em 8 de abril de 1959: Hamlet, Il n'y a pas d'Autre de l'Autre, *ibid.*, 1982, 25, 26-36; em 15 de abril de 1959: Hamlet, L'objet Ophélie, *ibid.*, 1983, 26.27, 17-19; em 22 de abril de 1959: Hamlet, Le désir et le deuil, *ibid.*, 1983, 26.27, 20-31; em 29 de abril de 1959: Hamlet, Phallophanie, *ibid.*, 1983, 26.27, 30-44.
- "A la mémoire d'Ernest Jones: sur sa théorie du symbolisme" (1959), in *Écrits*, Paris, Seuil, 1966, pp. 697-717.
- "L'Éthique de la psychanalyse" (1959-1960), livro VII, seminário inédito.
- "Position de l'inconscient" (1960), in *Écrits*, Paris, Seuil, 1966, pp. 829-850.
- "Subversion du sujet et dialectique du désir dans l'inconscient freudien" (1960), in *Écrits*, Paris, Seuil, 1966, pp. 793-827.
- Remarque sur le rapport de Daniel Lagache: "Psychanalyse et structure de la personnalité" (1958), in *Écrits*, Paris, Seuil, 1966, pp. 647-684.

- *Les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse*, seminário, livro XI, 1964, Paris, Seuil, 1973.
- “De nos antécédents” (1966), in *Écrits*, Paris, Seuil, 1966, pp. 65-72.
- “Ouverture de ce recueil” (1966), in *Écrits*, Paris, Seuil, 1966, pp. 9-10.
- “Préface” (1969), in *Jacques Lacan*, Anika Rifflet-Lemaire, 1ª edição, Bruxelas, Dessart, 1970; 2ª edição, 1977, pp. 5-16.
- “L’Étourdit” (1972), in *Scilicet*, 1972, n.º 4, pp. 5-52.
- LAPLANCHE J. e PONTALIS J.-B., *Vocabulaire de la psychanalyse*, Paris, PUF, 1973.
- LECLAIRE S., “A la recherche des principes d’une psychothérapie des psychoses”, in *L’Évolution Psychiatrique*, 1958, tomo 23, n.º 2, pp. 377-411.
- LEMAIRE A., *Jacques Lacan*, Bruxelas, Pierre Mardaga editor, 2ª edição, 1977.
- MILLER J.A., “La suture” (Éléments de la logique du signifiant) in *Cahiers pour l’analyse*, 1966, 1/2, pp. 37-49.
- NANCY J.L. e LACOUÉ-LABARTHE P., *Le Titre de la lettre*, Paris, ed. Galilée, 1973.
- PATRIS M.: “L’Identification au père. Entre l’amour et la terreur du phallus”, in *La Fonction paternelle en psychopathologie*, congresso de psiquiatria e de neurologia de língua francesa, LXXIX sessão, Colmar, 29 junho — 4 julho 1981; Paris, Masson, 1981, pp. 38-47.
- PIAGET J., *Le Structuralisme* (Que sais-je?), Paris, PUF, 1970.
- SAFOUAN M., *Le Structuralisme en Psychanalyse*, Paris, Seuil, 1968.
- SAUSSURE F. de, *Cours de linguistique générale*, citado na edição crítica, Paris, Payot, 1980.
- SEARLE J., *Les Actes de Langage*, Paris, Hermann, 1972.

Índice remissivo

- Acesso à linguagem (ver acesso ao *Simbólico*)
Afânise, 72, 73
Afasia, 34
Algoritmo saussuriano, 42
Alienação do desejo (ver *Desejo*).
Alienação no imaginário (ver *Imaginário*)
Alienação do sujeito (ver *Sujeito*)
Alteração do signo (ver *Signo Lingüístico*)
Alucinação, 161
Alvo de pulsão (ver *Pulsão*)
Ameaça de castração (ver *Castração*)
Angústia:
 Sinal de Angústia, 63, 65
 Angústia de Castração (ver *Catração*)
Arbitrário do signo (ver *Signo Lingüístico*)
Associações livres, 14, 16, 169
 (ver também *Cadeia de Associações*)
Atenção flutuante, 119
Atributo fálico (ver *Falo*)
Ato de discurso, 116
Ato de anunciação, (ver *Enunciação*)
Ato falho, 27
Ato de linguagem (ver *Linguagem*)
Ato de palavra (ver *Fala*)
Automatismo de repetição, 93
Autonomia do significante
 (ver *Significante*)
Ausência paterna, 78
Barra da significação, 47, 48, 184, 185
Cadeia:
 Cadeia de associações, 51, 57, 62, 65, 112
 Cadeia falada, 38, 105, 107, 111 (ver também *Fala*)
 Cadeia intencional (ver *Intencionalidade do sujeito*)
 Cadeia significante: 33, 40, 104, 105, 106, 107, 148, 149, 150, 153, 154, 181, 189
 Cadeia significante inconsciente: 104, 109, 167, 184
 Cadeia dos significados, 150
 Captura imaginária, (ver *Imaginário*)
 Caráter linear do significante (ver *Significante*)
 Carência paterna, 78
 Carta roubada, (Seminário da...) 44, 45, 46
 Castração, 71, 73, 75, 76, 82, 83, 84, 87, 93, 111, 112, 171, 178
 ameaça de castração, 171
 castração simbólica, 93, 99
 complexo de castração, 171
 Catártico (método...), 16
 Che vuoi? 182, 184, 185
 Círculo do discurso, 152
 Clivagem do eu (moi) 98, 102
 Clivagem da consciência, 101
 Clivagem psíquica, 98, 101

- Código:
 código da língua, 109, 152, 153, 154, 166
 lugar do código, 152, 166, 181, 184, 188
- Coisa (das ding), 148
- Coisa freudiana, 14
- Combinação, 34, 35, 153, 169
- Companheiro da linguagem, 153
- Complexo de castração (ver *Castração*)
- Complexo de Édipo (ver *Édipo*)
- Comunicação, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 172
- Comutatividade dos significantes (ver *Significante*)
- Concatenação, 33, 183
- Conceito (ver *Significado*)
- Condensação, 19, 31, 43, 49, 51, 53, 60
 condensação semântica, 27
- Consciência, 101
 dialética da consciência
 (em Hegel), 129, 130, 131, 132, 133
 consciência desejante, 134
 consciência ilusória, 131, 134
 consciência servil, 134
 consciência de si, 131, 132, 133, 134
 consciência de si duplicada, 133
 em si da consciência, 130, 132, 133
 em si — para si da consciência, 131, 132
 para si da consciência, 130, 131, 132, 134
- Construção delirante (ver *Delírio*)
- Conteúdo latente (ver *Latente*)
- Conteúdo manifesto (ver *Manifesto*)
- Contigüidade, 34, 35, 47, 48, 58, 62
- Contra-investimento, 104
- Controle da ausência (do objeto perdido), 89, 90
- Corpo esfacelado (fantasma do), 79
- Corpo próprio, 79, 80
- Corte, 38, 40, 150
 corte significante (ver *Significante*)
- Criação de sentido (ver *Sentido*)
- Dano imaginário (ver *Imaginário*)
- Delírio
 delírio a dois, 161
 construção delirante, (ver *Delírio*)
- Demanda, 94, 137, 139, 144, 145, 146, 148, 170, 172, 173, 177, 178, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189
 demanda de amor, 146, 177, 185
 retração da demanda sobre a necessidade, 137, 184, 185
 significante da demanda, 183
- Denegação, 99
 denegação da realidade (ver *Realidade*)
- Desconhecimento, 122, 124
- Desejo, 137, 139, 141, 145, 146, 169, 170, 171, 173, 174, 177, 178, 184, 185, 188, 189, 190, 191
 desejo do desejo do Outro, do outro, da mãe, 81, 133, 134, 138, 144, 145, 170, 173, 177, 178, 182, 183, 185
 desejo inconsciente, 119, 137, 169, 173, 184, 185
 desejo da mãe, 76, 81, 86, 88, 91, 93, 104, 145
 desejo de reconhecimento, 170
 dialética do desejo (em Hegel) 129, 132, 134
 essência do desejo, 141, 146
 grafo do desejo, 138, 150, 154, 164, 165, 168, 169, 171, 178, 179, 181, 182, 185, 186, 187, 188, 191
 insatisfação do desejo, 176, 177, 178
 metonímia do desejo, 93, 148
 objeto a, objeto causo do desejo, 144, 146
 objeto do desejo, 81, 86, 93, 94, 102, 141, 143, 144, 146, 167, 189
 objeto do desejo do Outro, da mãe, 81, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 145, 146, 154
 realização do desejo, 141, 174, 177
 reconhecimento do desejo, 170
 satisfação do desejo, 141, 178
 ser do desejo, 122
 significante do desejo da mãe, 76, 91, 92, 93, 102, 104
 verdade do desejo, 114, 121, 127
- Desencadeamento do significante, 107
- Desfile da palavra (ver *Fala ou Palavra*)
- Deslocamento, 19, 20, 31, 43, 49, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 67, 176
 deslocamento metonímico, 112
 deslocamento sintático, 27
- Desprazer, 140
- Diacronia, 180
- Dialética
 dialética da consciência (ver *Consciência*)
 dialética da consciência servil (ver *Consciência*)
 dialética do desejo (ver *Desejo*)
 dialética edipiana (ver *Édipo*)
 dialética intersubjetiva (ver *Esquema L*)
 dialética do Senhor e do escravo, 133, 134
 dialética do ser (ver *Ser*)
 dialética do ter (ver *Ter*)
- Diferença dos sexos, 75, 76

- Ding (das...) (ver *Coisa*)
- Discurso
 discurso de presente (ver *Dizer do presente*)
 discurso racional, 152, 153
 discurso do semblante, (ver *Semblante*)
 presente do discurso (ver *Presente do dizer*)
- Disfarçamento do sentido (ver *Sentido*)
- Dissimulação do sentido (ver *Sentido*)
- Dissociação psíquica, 101, 102
- Dito, 118, 119, 120
- Dito espiritual, 49, 60, 61, 62, 107, 154, 164, 168, 188
- Dívida simbólica (ver *Simbólico*)
- Divisão
 divisão intersistêmica, 102
 divisão intra-sistêmica, 102
 divisão psíquica, 100, 101, 102
 divisão do sujeito (ver *Sujeito*)
- Dizer, 118, 119, 137
 dizer do presente, 169
 presente do dizer, 169
- Dupla consciência, 101
- Eclipse do sujeito (ver *Sujeito*)
- Édipo, 71, 73, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 92, 93, 171, 172
 dialética edípiana, 76, 171
 triangulação edípiana, 76
- Ego psychology, 127
- Eixo das combinações (ver *Combinação*)
- Eixo da fala (ver *Fala*)
- Eixo imaginário a → á (ver *Esquema L*)
- Eixo da linguagem, 28, 34, 35
- Eixo das oposições (ver *Eixo Sintagmático*)
- Eixo paradigmático, 34, 35, 40
- Eixo das seleções, 34, 35
- Eixo sintagmático, 34, 35, 40
- Elocução da fala (ver *Fala*)
- Em si da consciência (ver *Consciência*)
- Em si — Para si da consciência (ver *Consciência*)
- Emblemas fálicos (ver *Falo*)
- Encruzilhada estrutural, 94, 137
- Enunciação 36, 40, 116, 167, 118, 119, 184
 ato de enunciação, 116
 anunciação constativa, 116
 enunciação performativa, 116
- Enunciado, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 184
- Especular, 122 (ver também *Imagem Especular*)
- Esquecimento de nomes, 168, 169
- Esquema L, 124, 125, 126, 127, 129, 133, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 171, 172
- Esquizofrenia, 30, 102
- Estádio do espelho, 79, 80, 81, 122, 123, 125, 187
- Estádio fálico, 74
- Estado de tensão (ver *Tensão*)
- Estofa (Porto-de...) (ver *Ponto-de-Estofa*)
- Estrutura/sistema estrutural 21, 22, 23, 24, 25, 28, 38
 estrutura de grupo, 23, 24
 estrutura linguística, 26, 28, 33, 38
- Eu (Je) 79, 80, 117, 121, 126, 128, 154, 155, 166, 169
- Eu (Moi) 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 133, 156, 158, 171, 187, 189
- Excitação pulsional (ver *Pulsão*)
- Experiência de satisfação, 139, 140, 141, 144, 145, 146
- Fading do sujeito (ver *Sujeito*)
- Fala (ou Palavra) 28, 35, 44, 65, 93, 105, 108, 120, 124, 126, 137, 148, 157, 159, 160, 162, 163, 172, 174, 184, 191 (ver também *Cadeia Falada*)
 palavra do pai 87, 99
 palavra plena, 127, 153, 154, 157, 158, 163, 164
 palavra vazia, 127, 149
 palavra verdadeira, 127, 163
 ato da fala, 116
 desfiladeiro da palavra, 104, 109, 115
 elocução da fala, 116
 falação, 153, 154, 164
- Fala-Ser, 46, 94, 103, 113, 137, 148, 150, 153 (ver também *Sujeito Falante*)
- Falação (ver *Fala*)
- Falo 72, 73, 74, 75, 76, 81, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 92, 93, 99, 171, 173, 189
 atributo fálico, 74, 87
 emblemas fálicos, 74, 88
 falo materno, 81, 88
 função fálica, 77, 178
 identificação fálica, 82, 84, 88, 146
 objeto fálico, 72, 75, 76, 82, 85, 86, 92, 146
 primazia do falo 74, 75, 76, 82
 problemática fálica, 76, 81, 82
 significante fálico, 74, 91, 102, 104, 174, 178, 190, 191
- Falta, 144, 146, 147
 falta ao ser 122, 146, 189
 falta do objeto 73, 83, 84

- falta do pênis (ver *Pênis*)
objeto da falta (... produtor da fala) 81, 90, 91, 146
significante da falta no Outro S(A) 81, 89, 147, 173, 189
"Familiônário" 60, 61, 154, 164, 165, 166, 167
Fantasma S a, 187, 188, 189
fantasma do corpo esfacelado (ver *Corpo Esfacelado*)
Fetichismo, 98
Fixidez do signo lingüístico (ver *Signo Lingüístico*)
Fluxo
fluxo de pensamentos (ver *Fluxo de Significados*)
fluxo do significante (ver *Significantes*)
fluxo de significados (ver *Significados*)
fluxo de sons (ver *Fluxo de Significantes*)
Fobia, 111, 112, 113
objeto fóbico, 111
Fonema, 34, 151, 152
Forclusão (do nome-do-pai), 96, 98, 99
forclusão do sujeito (ver *Sujeito*)
Formação
formação mista, 53
formação do inconsciente, 16, 35, 43, 61, 62, 104, 107, 164, 168, 169
For — da 89, 90, 92
Frustração, 82, 83, 84
Fuga da realidade (ver *Realidade*)
Função paterna 73, 78, 82, 87, 88, 99
Função simbólica (ver *Simbólico*)
Fusão (condensação por...) 19
- Glossolalias, 30, 31, 54
Gozo, 145, 146
Grafo do desejo (ver *Desejo*)
- Hipnose, 101, 174
Hipnótico (método...) 16
Histeria, 101, 102, 175, 176, 177, 178
- Ichspaltung (ver *Clivagem do Eu (moi)*)
Ideal do eu, 171, 180, 186
Identidade
conquista da identidade, 79, 80
identidade originária, 122, 130
Identificação, 79, 80, 86, 88, 90, 173, 175, 176
identificação especular, 122, 129, 187
identificação histórica, 176
identificação narcísica, 171, 173
identificação perversa, 82
- identificação primordial, 79, 80, 129, 188
identificação de si ao outro e do outro a si, 117, 129
- Imagem
imagem acústica, 28, 29, 30
(ver também *Significante*)
imagem especular 79, 80, 122, 123
- Imaginário
alienação no imaginário, 80, 121, 122
captação (*captura imaginária*) 76, 122
dano imaginário, 83
eixo imaginário a — á (ver *Esquema L*)
objeto imaginário, 76, 83, 84, 93
relação imaginária com a mãe, 98
- Imutabilidade do signo (ver *Signo Lingüístico*)
Inconsciente, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 19, 21, 27, 28, 30, 31, 42, 43, 46, 49, 61, 63, 66, 67, 71, 91, 93, 95, 96, 100, 102, 104, 109, 112, 115, 116, 119, 124, 137, 159, 168, 170, 178, 184, 186, 187, 188, 189, 190, 191
inconsciente como discurso do Outro (ver *Outro*)
sujeito do inconsciente (ver *Sujeito*)
verdade do inconsciente, 148
- Indistinação fusional mãe/criança, 81
Injeção de irma (sonho da...) (ver *Sonho*)
Insatisfação do desejo (ver *Desejo*)
Instante de olhar, 9
Intensionalidade do sujeito (ver *Sujeito*)
Interdição, 82, 83
Interdição do inenço, 83, 84 (ver também *Lei*)
Inversão dos valores (ver *Deslocamento*)
Investimento, 104
Isso, 127
- Lapso, 27, 61, 62, 104, 105, 107, 109
Latente (conteúdo/pensamento/idéia) 16, 20, 52, 53, 54, 56, 58
- Lei
lei do desejo do outro, 85
lei do pai, 85, 86, 87, 88, 89
simbolização da lei, 87, 88, 91, 93
- Lexical/Léxico, 33, 34, 110
Língua, 28, 29, 38, 44
código da língua (ver *Código*)
- Linguagem, 28, 29, 34, 35, 38, 65, 100, 102, 104, 106, 107, 108, 115, 118, 120, 124, 127, 148
linguagem delirante, 30, 31, 54, 99, 160, 162, 163
acesso a linguagem (ver *Acesso ao Simbólico*)

ato de linguagem, 116
 companheiro da linguagem, 153
 muro da linguagem, 125, 126
 Linguística, 21
 Linha de ficção a — á (ver *Esquema L*)
 Luta de morte, 134
 Luta de prestígio, 134

Mãe fálica, 74
 Manifesto (conteúdo), 16, 20, 52, 53, 54, 58
 Meio-dizer, 118
 Mensagem, 153, 154, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 166, 167, 169, 182, 184, 185
 mensagem intencional, 167
 lugar da mensagem, 153, 154, 181, 184, 185
 Metáfora, 34, 35, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 60, 62, 64, 65, 67, 78, 89, 90, 91, 92, 93, 104, 109, 112, 154, 157, 164, 167, 168, 184, 185
 Metáfora no nome do pai, 48, 49, 67, 71, 76, 77, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 102, 104, 107, 108, 109, 114, 137, 171
 Metonímia, 34, 35, 40, 41, 42, 43, 46, 47, 48, 49, 54, 55, 58, 59, 60, 61, 62, 67, 93, 94, 104, 112, 151, 154, 164, 169
 metonímia do desejo (ver *Desejo*)
 metonímia do ser no sujeito (ver *Sujeito*)
 metonímia do sujeito no ser (ver *Sujeito*)
 objeto metonímico, 94, 142, 147, 154, 167
 ruínas do objeto metonímico, 169
 Moção pulsional (ver *Pulsão*)
 Momento de concluir, 9
 Monemas, 34
 Muro da linguagem, 125, 126

Não-sentido, 46, 48, 58, 59
 Necessidade, 137, 140, 141, 142, 144, 146, 178, 185, 187, 188
 intencionalidade da necessidade (ver *Intencionalidade do Sujeito*)
 objeto da necessidade, 143, 144, 146
 satisfação da necessidade, 145, 146, 181, 185
 marca da necessidade na demanda, 182
 Neologismos, 20, 31, 49, 53, 54, 164, 165
 Neuroses, 97, 98
 Nome-do-pai, 77, 87, 90, 93, 94, 98, 99, 102, 104
 forclusão do Nome-do-Pai (ver *Forclusão*)
 Norekdal, 20, 54, 60

Objetivação imaginária do sujeito (ver *Sujeito e Eu (Moi)*)
 Objeto
 objeto a (ver *Desejo*)
 objeto do eu (*moi*) i (a) (ver *Eu (Moi)*)
 objeto causa do desejo (ver *Desejo*)
 objeto do desejo (ver *Desejo*)
 objeto fálico (ver *Falo*)
 objeto da falta (ver *Falta*)
 objeto fóbico (ver *Fobia*)
 objeto imaginário (ver *Imaginário*)
 objeto impossível (ver *Objeto a/ objeto do desejo*)
 objeto metonímico (ver *Metonímia*)
 objeto perdido 89, 90, 91, 93, 94, 144, 147
 objeto da pulsão (ver *Pulsão*)
 objeto substitutivo, 167, 93, 94, 146, 147
 renúncia ao objeto perdido, 91
 Omissão (condensação por), 19, 51
 Ordem significante (ver *Significante*)
 Organização genital infantil, 74
 Outrem, 146
 Outro, 93, 98, 107, 108, 118, 122, 124, 125, 126, 127, 141, 144, 145, 146, 153, 154, 155, 156, 163, 166, 167, 172, 173, 174, 183, 184, 187, 189, 190
 desejo do desejo do Outro (ver *Desejo*)
 inconsciente como discurso do Outro, 104, 154, 159, 184, 187
 lugar do código como lugar do Outro, 153, 154, 166, 167
 olhar do Outro, 122, 187
 palavra do Outro, 174, 185
 significante da falta no Outro S(A) (Ver *Falta*)
 significante do Outro S(A) 145, 185
 significante no Outro S(A) 92, 104
 significante no/do Outro S(A), 172, 184, 185, 187
 outro, 85, 86, 87, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 133, 142, 144, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 171, 177, 183, 187

Pai, 73 (ver também *Função Paterna*)
 Palavra (ver *Fala*)
 Para si da consciência (ver *Consciência*)
 Paradigma/paradigmático (ver *Eixo Paradigmático*)
 Paranóia, 160, 161

- Pênis, 72, 73, 74, 75, 83
 falta do pênis, 75
- Perda, 146, 147
 perda da realidade (ver *Realidade*)
- Pessoas coletivas/mistas 20, 53
- Ponto-de-estofa 35, 39, 40, 107, 149, 150, 151, 152, 180
- Posterior, posterioridade 40, 107, 150, 181
- Prazer, 140
- Presença paterna, 78
- Presente do discurso (ver *Discurso do Presente*)
- Presente do dizer (ver *Dizer do Presente*)
- Primazia do falo (ver *Falo*)
- Primazia do significante (ver *Significante*)
- Privação 73, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88
- Processo primário 31, 49, 67, 105, 169
- Propilamina, 20, 54, 60
- Psicoses, 95, 96, 97, 98, 99
- Pulsão 139, 140, 141, 142, 143, 144
 alvo da pulsão, 142, 144
 excitação pulsional, 140, 141, 144, 145
 fonte da pulsão, 140, 142, 144
 pressão da pulsão, 142
 moção pulsional, 141
 pulsões sexuais, 176
 objeto da pulsão, 141, 142, 143, 144
 representante da pulsão, 139, 140
 satisfação da pulsão, 139, 140, 141, 142, 143, 144 (ver também *Alvo da pulsão e Experiência de satisfação*)
- Razão (em Hegel), 131
- Real, 102, 106, 108, 162
 objeto real, 83, 84
- Realidade
 denegação da realidade, 98
 fuga da realidade, 98
 perda da realidade, 95
- Recalque/recalcado, 64, 67, 98, 104, 142, 169
 recalco originário, 104
 recalco posterior, 104
 recalco metafórico, 105, 112
 recalco originário, 88, 91, 93, 96, 98, 100, 104, 109
 recalco secundário, 104, 105, 109
 retorno do recalco, 62, 64, 66, 104, 105, 110
- Reconhecimento
 reconhecimento do desejo (ver *Desejo de reconhecimento*)
 reconhecimento imaginário (ver *Imaginário*)
 reconhecimento recíproco das consciências, 133, 134
- Refenda do sujeito (ver *Sujeito*)
- Referente simbólico (ver *Simbólico*)
- Reinvestimento, 140, 141
- Relação
 relação fusional mãe/criança, 81, 82, 122
 relação especular mãe/criança 81, 82, 122
 relação especular com a mãe, 122
 relação imaginária com a mãe (ver *Imaginário*)
- Representante das coisas, 30
- Representante da pulsão (ver *Pulsão*)
- Representante de palavras, 30
- Resistência, 175
- Resposta; 144, 159
- Retorno a Freud, 13, 14, 15, 16, 71, 138
- Retroação, 40
- Rivalidade fálica (ver *Falo*)
- Saber absoluto (em Hegel) 128
- Satisfação (ver também *Experiência de Satisfação*)
 satisfação alucinatória, 141, 145
 satisfação do desejo (ver *Desejo*)
 satisfação da necessidade (ver *Necessidade*)
 satisfação da pulsão (ver *Pulsão*)
- Semantema, 152
- Semblante, 121
 discurso de semblante, 121
- Sentido, 37, 40, 46, 47, 108, 109, 144, 145, 146, 147, 149, 152, 154, 185, 189
 criação de sentido, 152, 154, 164, 166, 167, 168, 169
 disfarçamento do sentido, 58
 efeito retroativo do sentido, 40
 sentido metafórico, 148
- Ser
 desejo de ser, 94
 dialética do ser, 76, 81, 82, 86, 88, 91
 falta-a-ser (ver *Falta*)
 ser do desejo (ver *Desejo*)
 ser do sujeito (ver *Sujeito*)
- Em si (da consciência) (ver *Consciência*)
- Em si — para si (da consciência) (ver *Consciência*)
- Significação, 37, 40, 150
 deslramento da significação, 40
 resistência à significação, 48, 58, 59
- Significado, 28, 29, 30, 31, 36, 37, 109, 111, 112, 119, 149, 164, 168, 172, 178, 184
 fluxo dos significados, 38, 39, 81
 significado no/do Outro s(A) (ver *Outro*)

- Significante, 28, 29, 30, 32, 33, 164, 166, 167, 168, 171, 173, 178, 180, 184, 186, 189, 190.
autonomia do significante, 29
caráter linear do significante, 29, 33, 34
caráter primordial do significante (ver *Supremacia/Primazia do significante*)
comutatividade dos significantes, 183, 184, 185
corte significante, 120, 149, 150
desentreamento do significante, 30
fluxo de significantes, 38, 39, 149
justaposição de significantes, 166, 167
lógica do significante, 41
ordem significante, 100, 103, 106, 107
primazia do significante sobre o significado (ver *Supremacia do significante sobre o Significado*)
significante da demanda (ver *Demanda*)
significante do desejo (ver *Desejo*)
significante fálico (ver *Falo*)
substituição significante, 33, 34, 43, 44, 46, 47, 48, 51, 53, 54, 64, 65, 78, 90, 93, 100, 104, 105, 111, 112, 114, 151, 167, 168, 184, 185
supremacia do significante sobre o significado 15, 35, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 148, 149, 151
tesouro dos significantes, 153
- Signo lingüístico, 28, 29, 33, 108, 109, 184
alteração do signo, 29, 30, 32, 33
arbitrário do signo, 29, 30 à 31, 32
caráter aleatório do signo 30, 31, 44
delimitação do signo, 36, 37, 38, 39, 40, 150
fixidez do signo, 31, 32, 37
imutabilidade do signo, 29, 32, 33
valor do signo, 36, 38, 40, 107, 167
- Simbólico, 76, 160
acesso ao simbólico, 49, 83, 89, 90, 94, 100, 102, 109, 121, 122, 124
dívida simbólica, 84
função simbólica, 78, 82, 92
objeto simbólico, 83, 84
ordem simbólica, 102, 106
pai simbólico, 87, 92, 99
referente simbólico, 74, 76, 83, 144, 152, 159, 160, 162, 172
- Simbolismo, 16
Símbolo, 16
Similaridade/similitude. 34, 35, 52, 54, 64, 65, 66, 107
Sinal de angústia (ver *Angústia*)
- Sincronia, 26, 180
Sintagmático/sintagma (ver *Eixo Sintagmático*)
Sintoma, 49, 141, 170
sintoma como metáfora, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 120
- Sobredeterminação, 20, 51
- Sonho, 107
sonho da bela açougueira, 174, 175, 176, 177, 178
sonho da injeção de Irma, 20, 53
sonho da monografia botânica, 51, 52, 53
sonho do homem dos lobos, 20
- Spaltung, 100, 102, (ver também *Sujeito Dividido*)
- Sublimação, 142
Substituição significante (ver *Significante*)
- Sujeito, 80, 81, 91, 96, 100, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 112, 117, 118, 124, 125, 126, 127, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 165, 166, 167, 99, 169, 171, 172, 173, 178, 179, 182, 183, 184, 185, 186, 189, 191.
sujeito barrado S 107, 115, 171
sujeito cognoscente/do conhecimento, 128
sujeito desejante/do desejo, 36, 94, 115, 118, 121, 134, 137, 147, 173, 174, 191
sujeito dividido. 95, 99, 100, 102, 103, 104, 106, 114, 117, 137, 155
sujeito da enunciação, 36, 115, 117, 118, 119
sujeito do enunciado, 117, 118, 119, 121, 128, 137
sujeito epistêmico, 128
sujeito falante, 32, 94, 103, 107, 114, 115, 181, 182, 186, 189, 190, 191
sujeito do inconsciente, 36, 114, 115, 116, 118, 128, 137
sujeito transcendental, 128
alienação do sujeito no eu (*moi*) (ver *Eu (moi)*)
divisão do sujeito (ver *Sujeito dividido*)
eclipse do sujeito, 107
fading do sujeito, 107, 155
forclusão do sujeito, 128, 129
intencionalidade do sujeito, 137, 181, 184, 185, 187, 189
metonímia do sujeito no ser, 191
objetivação imaginária do sujeito, 121
ser do sujeito, 185, 190
- Supereu, 188
Superposição (condensação por...), 19
Supremacia do significante (ver *Significante*)
Sutura, 107, 112, 128

Tempo lógico, 9
Tempo para compreender, 9
Tensão (estado de...) 140, 144
Ter
 problemática/dialética do ter, 74, 86, 88, 91
 desejo de ter, 93
Tesouro dos significantes, 153
Traço mnésico, 140, 141, 145
Trabalho do sonho, 19, 20, 58, 59
Transferência, 11, 12, 127
 transferência de denominação, 46, 58, 62

Unidade lingüística, 34
 unidade lingüística distintiva mínima, 151
Unidade de significação, 34, 40
Valor do signo lingüístico (ver *Signo Lingüístico*)
Verdade do desejo (ver *Desejo*)
Verdade do sujeito (ver *Sujeito*)
Verwerfung (ver *Forclusão*)
Vetor dos significados (ver *Cadeia dos Significados*)
Vetor intencional (ver *Intencionalidade do Sujeito*)

JOËL DOR

INTRODUÇÃO À LEITURA DE LACAN

JOËL DOR

INTRODUÇÃO À LEITURA DE LACAN

O inconsciente estruturado como linguagem

Joël Dor consegue neste livro a mais feliz introdução à obra de Lacan. A preocupação pedagógica não sacrificou nem a integridade da obra (em busca de simplificações abusivas, caindo na vulgarização dos conceitos) nem o estilo inerente à mesma. Pelo contrário, o autor remete os neófitos aos pressupostos da teoria lacaniana, resgatando a historicidade dos conceitos e percorrendo a mesma via que Lacan fez, remetendo aos mesmos textos e às mesmas dúvidas que o impulsionaram. Enfim, mais que uma obra de acesso, ajuda a estruturar uma via de estudo àqueles que se aproximaram da obra de Lacan, servindo como guia para a leitura dos originais.

O autor é psicanalista de formação pluridisciplinar, lógica, filosofia e psicopatologia, tem orientado seus trabalhos na pesquisa epistemológica da psicanálise. Doutor em psicanálise, ensina na Universidade de Paris VII, onde é responsável pelos seminários de clínica psicanalítica.



Visite nosso Web site:
www.artmed.com.br

